

2014/15

Relatório de Gestão



Sumário

ITEM 1 -	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ANA REF. ITEM 1	19
1.1.	Identificação da Autarquia	19
1.2.	Identidade funcional	19
ITEM 2 -	AMBIENTE DE ATUAÇÃO	20
2.1.	Ambiente de atuação da entidade	20
2.2.	Ambiente de negócios por Regiões Hidrográficas	20
ITEM 3 -	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NA PERSPECTIVA DO NEGÓCIO. ITEM 5(B)	20
3.1.	Eventos Críticos prevenidos e seus impactos minimizados	21
3.1.1.	Descrição	21
3.1.2.	Análise	21
3.1.3.	Conclusão	23
3.2.	Água em qualidade e quantidade monitorada	23
3.2.1.	Descrição	23
3.2.2.	Análise	24
3.2.3.	Conclusão	25
3.3.	Práticas de uso racional e de conservação dos recursos hídricos estimuladas	26
3.3.1.	Descrição	26
3.3.2.	Análise	26
3.3.3.	Conclusão	28
3.4.	Usos dos recursos hídricos e serviços regulados e fiscalizados	28
3.4.1.	Descrição	28
3.4.2.	Análise	29
3.4.3.	Conclusão	30
3.5.	Instrumentos implementados de forma integrada nas bacias: Planos, Outorga, Cobrança, Enquadramento, Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos (SNIRH)	30
3.5.1.	Descrição	30
3.5.2.	Análise	31
3.5.3.	Conclusão	32
3.6.	Planejamento dos setores usuários articulado com a gestão de recursos hídricos	33
3.6.1.	Descrição	33
3.6.2.	Análise	33
3.6.3.	Conclusão	35
3.7.	SINGREH fortalecido e implementado de forma integrada e sustentável	35
3.7.1.	Descrição	35
3.7.2.	Análise	36
3.7.3.	Conclusão	37
3.8.	Integração federativa para a gestão das bacias hidrográficas fortalecida	38
3.8.1.	Descrição	38
3.8.2.	Análise	38
3.8.3.	Conclusão	40
3.9.	Desenvolvimento Científico e Tecnológico para Recursos Hídricos apoiado	40
3.9.1.	Descrição	40
3.9.2.	Análise	41
3.9.3.	Conclusão	41
ITEM 4 -	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NA PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA	42
4.1.	Modelo de Gestão da Agência focado em Resultados Estratégicos e estruturado por processos	42
4.1.1.	Descrição	42
4.1.2.	Análise	42
4.1.3.	Conclusão	43

4.2.	Política de relacionamento e de comunicação da Agência implementada e fortalecida	43
4.2.1.	Descrição	43
4.2.2.	Análise	43
4.2.3.	Conclusão	44
4.3.	Competência/Capacidade Técnica Institucional desenvolvida e efetiva	44
4.3.1.	Descrição	44
4.3.2.	Análise	45
4.3.3.	Conclusão	45
4.4.	Política de Captação e de Gestão de Recursos Financeiros Implementados	46
4.4.1.	Descrição	46
4.4.2.	Análise	46
4.4.3.	Conclusão	47
4.5.	Infraestrutura e tecnologia adequadas e gerenciadas com eficiência	47
4.5.1.	Descrição	47
4.5.2.	Análise	48
4.5.3.	Conclusão	48
ITEM 5 -	RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	48
5.1.	Avaliação e avanços	48
5.2.	Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica	50
5.3.	Principais dificuldades e mudanças previstas	50
ITEM 6 -	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	50
6.1.	Avaliação do chefe da Auditoria Interna:	50
6.2.	Atividades de correição:	51
6.3.	Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos	52
6.4.	Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU	54
ITEM 7 -	PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS	55
ITEM 8 -	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	57
8.1.	Canais de acesso do cidadão e informações sobre o atendimento	57
8.2.	Carta de Serviços ao Cidadão	58
8.3.	Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	58
8.4.	Acesso às informações da ANA	58
8.5.	Avaliação de desempenho da ANA	59
ITEM 9 -	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA (INTERÁGUAS)	59
ITEM 10 -	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	61
10.1.	Programação e Execução das despesas	61
10.1.1.	Programação das despesas	61
10.1.1.1.	Análise Crítica	62
10.2.	Movimentação de Créditos Interna e Externa	66
10.3.	Realização da Despesa	67
10.3.1.	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	67
10.3.2.	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	68
10.3.3.	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	69
10.3.4.	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	72
10.3.5.	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	75
10.3.6.	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	75
10.3.7.	Análise crítica da realização da despesa	77
10.4.	Despesas com ações de publicidade e propaganda	77
10.5.	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	77
10.5.1.	Análise Crítica	77

10.6.	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	77
10.6.1.	Análise Crítica	77
10.7.	Transferências de Recursos.....	78
10.7.1.	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	78
10.7.2.	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	83
10.8.	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	83
10.9.	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	84
10.10.	Análise Crítica	85
10.11.	Suprimento de Fundos.....	90
10.11.1.	Concessão de Suprimento de Fundos.....	90
10.11.2.	Utilização de Suprimento de Fundos	90
10.11.3.	Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	90
10.11.4.	Análise Crítica	92
10.12.	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	92
10.13.	Benefícios Financeiros e Creditícios.....	92
10.14.	Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação	92
10.15.	Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica	93
10.16.	Renúncias Tributárias.....	93
ITEM 11 -	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS REF AO ITEM 9.....	93
11.1.	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	93
11.2.	Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.....	94
11.3.	Custos de Pessoal da ANA.....	96
11.4.	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	97
11.5.	Riscos identificados na gestão de pessoas	98
ITEM 12 -	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	98
12.1.	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela ANA.....	99
12.2.	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	100
ITEM 13 -	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	101
13.1.	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	101
13.2.	Gestão do Patrimônio Imobiliário	105
13.2.1.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	105
13.2.2.	Imóveis sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	106
13.2.3.	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	106
13.2.3.1.	Análise Crítica	106
13.2.4.	Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	107
13.2.4.1.	Análise Crítica	107
ITEM 14 -	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	107
ITEM 15 -	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	114
ITEM 16 -	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	115
16.1.	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	115
16.1.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	115
16.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	119
16.3.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	123
16.3.1.	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	123
16.4.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	126
16.5.	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	130
16.6.	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	130
16.7.	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	131
16.8.	Alimentação SIASG E SICONV.....	132

ITEM 17 -	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	133
17.1.	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	133
17.2.	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	133
17.3.	Conformidade Contábil	133
ITEM 18 -	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	134
18.1.	Avanços Administrativos:	134
18.2.	<i>Cooperação internacional</i>	135

LISTA: QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E ANEXOS

Tabelas

TABELA 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:	19
TABELA 2 – EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS PELO PRODES:	26
TABELA 3 – APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS COMETIDOS POR SERVIDORES:	51
TABELA 4 – PRINCIPAIS RECEITAS DA ANA:	55
TABELA 5 – PRINCIPAIS DESPESAS DA ANA:	56
TABELA 6 – DEMANDAS AO SIC DA ANA	57
TABELA 7 – PRINCIPAIS CANAIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO DA ANA:	58
TABELA 8 - ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO INTERÁGUAS/ANA:	59
TABELA 9– LOA/2014 – POR GRUPOS DE DESPESAS:	62
TABELA 10 - COMPARAÇÃO PERCENTUAL: LOA/2014 E LOA/2013 – POR GRUPOS DE DESPESASGND	62
TABELA 11 - EMENDAS AO ORÇAMENTO DA ANA – 2014.....	63
TABELA 12 - FONTES DE RECURSOS 2014 (LEI + CRÉDITOS).....	63
TABELA 13 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS POR GRUPO DE DESPESA.....	64
TABELA 14 - CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS EM 2014	64
TABELA 15 - CRÉDITOS ABERTOS - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65
TABELA 16 – CRÉDITOS ABERTOS - TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS DA COBRANÇA ÀS AGÊNCIAS DE ÁGUAS (LEIS Nº 9.433/97 E Nº 10.881/04)	65
TABELA 17 - RECURSOS DE CONVÊNIOS REPASSADOS EM 2012.....	87
TABELA 18 - RECURSOS DE CONVÊNIOS REPASSADOS EM 2013.....	87
TABELA 19 - TOTAL DE RECURSOS DE CONVÊNIOS REPASSADOS (2012-2014).....	88
TABELA 20 - QUANTIDADE DE CONVÊNIOS CELEBRADOS (2012/2014)	88
TABELA 21 - PÚBLICO-ALVO DA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES	95
TABELA 22 - FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA ANA/ITENS DA PORTARIA TCU 175/2013	101
TABELA 23 - FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA ANA, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS	103
TABELA 24 - RELAÇÃO DE NECESSIDADES DE NOVOS SISTEMAS	111
TABELA 24 – CONFORMIDADE CONTÁBIL REGISTRADA	133
TABELA 25 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO ITEM 1.1.....	137
TABELA 26 – ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS.....	150
TABELA 27 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	152
TABELA 28 - ALINHAMENTO DE CADA RESULTADO ESPERADO COM PPA E LOA	158
TABELA 29 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA - TEMÁTICO	159
TABELA 30 - CONSOLIDADO DAS INICIATIVAS E METAS ASSOCIADAS, RELACIONADAS À ATUAÇÃO DA ANA	168
TABELA 31 – CONSOLIDADO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PROGRAMA 2026 – CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	170

TABELA 32 – CONSOLIDADO DAS AÇÕES COM ATUAÇÃO DA ANA, DO PROGRAMA 2124 – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MMA.....	175
TABELA 33 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AÇÃO ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – POR FONTE.....	184
TABELA 34 – CONSOLIDADO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADES DE OUTROS ÓRGÃOS, COM ATUAÇÃO DA ANA.....	186
TABELA 35 – CONSOLIDADO DAS AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	188
TABELA 36 – PO 0001 - GERENCIAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS - SNIRH	198
TABELA 37 – PO 0002 – IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS.....	198
TABELA 38 – PO 0003 – DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DE PLANEJAMENTO DO SETOR ÁGUA – INTERÁGUAS.....	198
TABELA 39 – PO 0004 – ELABORAÇÃO DE PLANOS E ESTUDOS DE RECURSOS HÍDRICOS.....	199
TABELA 40 – PO 0005 – REGULAÇÃO DOS USOS DE RECURSOS HÍDRICOS, DOS SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO E ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA E DA SEGURANÇA DE BARRAGENS	199
TABELA 41 – PO 0006 – CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	200
TABELA 42 – PO 0007 – PROMOÇÃO DA CONSERVAÇÃO E DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA	200
TABELA 43 – PO 0008 – CADASTRO NACIONAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS.....	201
TABELA 44 – PO 0009 – FOMENTO À CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE COMITÊS E DE AGÊNCIAS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS	201
TABELA 45 – PO 000A – REMOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - PRODES	202
TABELA 46 – PO 000B – PREVENÇÃO DE EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS	202
TABELA 47 – PO 000C – FISCALIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS E DA SEGURANÇA DE BARRAGENS	203
TABELA 48 – PO 000D – IMPLANTAÇÃO DA REDE NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS - PNQA203	
TABELA 49 – PO 000E – MODERNIZAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA	204
TABELA 50 – PO 000F – OPERAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA	204
TABELA 51 – PO 0001 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.....	205
TABELA 52 – PO – PO 0002 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	205
TABELA 53 – PO 0003 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL	205
TABELA 54 – PO 0004 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	206
TABELA 55 – PO 0001 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO, DA AÇÃO 20WJ - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	206
TABELA 56 – PO 0001 – IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS, DA AÇÃO 20W8 - IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P.....	207
TABELA 57 – AÇÃO/PO 2000-0000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	207
TABELA 58 - CONSOLIDADO DOS INDICADORES DE EFICIÊNCIA INDIVIDUAL – IEIS DAS RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS	208
TABELA 59 - INDICADOR DE EFICIÊNCIA AGRUPADO – IEA.....	209
TABELA 60 - EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES E INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - ACÓRDÃO Nº 2070/2010 – TCU 1ª CÂMARA	210

Quadros

QUADRO 1 – QUADRO (A.1.1.1) – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	19
QUADRO 2 – QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	52
QUADRO 3 - QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	61
QUADRO 4 - QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA	66
QUADRO 5 - QUADRO A.6.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	66
QUADRO 6 - QUADRO A.6.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	67
QUADRO 7 - QUADRO A.6.1.3.2 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	68
QUADRO 8 - QUADRO A.6.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	70
QUADRO 9 - QUADRO A.6.1.3.4 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	73
QUADRO 10 - QUADRO A.6.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	75
QUADRO 11 - QUADRO A.6.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	76
QUADRO 12 - QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	77
QUADRO 13 - QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	77
QUADRO 14 - QUADRO A.6.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	79
QUADRO 15 - QUADRO A.6.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	83
QUADRO 16 - QUADRO A.6.5.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	83
QUADRO 17 - QUADRO A.6.5.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.	84
QUADRO 18 - QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	90
QUADRO 19 - QUADRO A.6.6.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	90
QUADRO 20 - QUADRO A.6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	90
QUADRO 21 - QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ	93
QUADRO 22 - QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	93
QUADRO 23 - QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ	94
QUADRO 24 - QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL.....	96
QUADRO 25 - QUADRO A.7.1.4.2 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	97
QUADRO 26 - QUADRO A.7.2.1 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	99
QUADRO 27 - QUADRO A.7.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	100
QUADRO 28 - QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	100
QUADRO 29 - QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	105
QUADRO 30 - QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	105

QUADRO 31 - QUADRO A.8.2.2.1 –IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA ANA, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	106
QUADRO 32 - QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	107
QUADRO 33 - QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014.....	107
FONTE: CONSULTA SIAFI DIAS 19 E 22 DE DEZEMBRO DE 2014.....	107
QUADRO 34 - QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	114
QUADRO 35 - QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	115
QUADRO 36 - QUADRO A.11.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	119
QUADRO 37 - QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	123
QUADRO 38 - QUADRO A.11.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	126
QUADRO 39 - QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	130
QUADRO 40 - QUADRO 3 (A.2.2.2) – OBJETIVO 0650 DO PROGRAMA TEMÁTICO 2026, DE RESPONSABILIDADE DO MMA, COM ATUAÇÃO DA ANA	159
QUADRO 41 - QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO 0662 DO PROGRAMA TEMÁTICO 2026, DE RESPONSABILIDADE DO MMA, COM ATUAÇÃO DA ANA	163
QUADRO 42 - QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO 0663 DO PROGRAMA TEMÁTICO 2026, DE RESPONSABILIDADE DO MMA, COM ATUAÇÃO DA ANA	165
QUADRO 43 - QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO 0665 DO PROGRAMA TEMÁTICO 2026, DE RESPONSABILIDADE DO MMA, COM ATUAÇÃO DA ANA	167
QUADRO 44 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 20WI - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.....	171
QUADRO 45 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 00LX – TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS DA COBRANÇA ÀS AGÊNCIAS DE ÁGUAS	172
QUADRO 46 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 12DS – CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO ANEXO AO BLOCO M DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS.....	172
QUADRO 47 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 20TP – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO.....	175
QUADRO 48 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....	176
QUADRO 49 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	177
QUADRO 50 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	178
QUADRO 51 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 20WJ – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	179
QUADRO 52 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	180
QUADRO 53 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	181
QUADRO 54 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 2011 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	181
QUADRO 55 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 20W8 – IMPLEMENTAÇÃO DA AGÊNCIA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P.....	182
QUADRO 56 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 0181 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	186

QUADRO 57 - QUADRO A.5.2.3.1 AÇÃO: 0284 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA	187
QUADRO 58 - QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÃO 20MN - GERENCIAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS - SNIRH	188
QUADRO 59 - QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÃO 20MO - IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS	189
QUADRO 60 - QUADRO 35 A.5.2.3.3 – AÇÃO 2378 – OPERAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA	190
QUADRO 61 - QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÃO 4925 – ELABORAÇÃO DE PLANOS E ESTUDOS DE RECURSOS HÍDRICOS	191
QUADRO 62 - QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÃO 4928 – CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	192
QUADRO 63 - QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÃO 4929 – PROMOÇÃO DA CONSERVAÇÃO E DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA.....	193
QUADRO 64 - QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÃO 4980 – FOMENTO À CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE COMITÊS E DE AGÊNCIAS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS	194
QUADRO 65 - QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÃO 6251 - PREVENÇÃO DE EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS.....	195
QUADRO 66 - QUADRO B61.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	220
QUADRO 67 - QUADRO B.61.2.1– DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA	220
QUADRO 68 - QUADRO B.61.2.2 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	220
QUADRO 69 - QUADRO B.61.3.1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99).....	221
QUADRO 70 - QUADRO B.61.3.2 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO	221
QUADRO 71 - QUADRO B.61.4 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA.....	221
QUADRO 72 - QUADRO B.60.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO	225
QUADRO 73 - QUADRO B.60.2.1 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	226
QUADRO - 74 - QUADRO B.60.2.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES.....	227
QUADRO 75 - QUADRO B.60.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO.....	227
QUADRO 76 - QUADRO B.60.4 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO.....	228
QUADRO 77 - QUADRO B.60.5 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO	228
QUADRO 78 - QUADRO B.60.6 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO	228
QUADRO 79 - QUADRO B.60.7.1 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO	229
QUADRO 80 - QUADRO B. 60.7.2 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO	229
QUADRO 81 - QUADRO B. 60.7.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS.....	230
QUADRO 82 - QUADRO B. 60.7.4 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO.....	232
QUADRO 83 - QUADRO B.60.9 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA	233
QUADRO 84 - QUADRO B.60.9 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA	235
QUADRO 85 - QUADRO B.60.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO	237
QUADRO 86 - QUADRO B.60.2.1 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	238
QUADRO 87 - QUADRO B.60.2.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES.....	239

QUADRO 88 - QUADRO B.60.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO	240
QUADRO 89 - QUADRO B.60.4 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO	240
QUADRO 90 - QUADRO B.60.5 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO	241
QUADRO 91 - QUADRO B.60.6 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO	241
QUADRO 92 - QUADRO B.60.7.1 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO	242
QUADRO 93 - QUADRO B. 60.7.2 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO	242
QUADRO 94 - QUADRO B. 60.7.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS	243
QUADRO 95 - QUADRO B. 60.7.4 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO	245
QUADRO 96 - QUADRO B.60.8 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO	246
QUADRO 97 - QUADRO B.60.9 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA	246
QUADRO 98 - QUADRO B.60.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO	260
QUADRO 99 - QUADRO B.60.2.1 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	261
QUADRO 100 - QUADRO B.60.2.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES	262
QUADRO 101 - QUADRO B.60.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO	263
QUADRO 102 - QUADRO B.60.4 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO	263
QUADRO 103 - QUADRO B.60.5 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO	264
QUADRO 104 - QUADRO B.60.6 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO	264
QUADRO 105 - QUADRO B.60.7.1 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO	265
QUADRO 106 - QUADRO B. 60.7.2 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO	265
QUADRO 107 - QUADRO B. 60.7.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS	266
QUADRO 108 - QUADRO B. 60.7.4 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO	268
QUADRO 109 - QUADRO B.60.8 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO	268
QUADRO 110 - QUADRO B.60.9 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA	268
QUADRO 111 - QUADRO B.60.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO	271
QUADRO 112 - QUADRO B.60.2.1 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO	272
QUADRO 113 - QUADRO B.60.2.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES	273
QUADRO 114 - QUADRO B.60.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO	274
QUADRO 115 - QUADRO B.60.4 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO	274
QUADRO 116 - QUADRO B.60.5 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO	275
QUADRO 117 - QUADRO B.60.6 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO	275
QUADRO 118 - QUADRO B.60.7.1 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO	276

QUADRO 119 - QUADRO B. 60.7.2 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO.....	276
QUADRO 120 - QUADRO B. 60.7.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS	277
QUADRO 121 - QUADRO B. 60.7.4 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO.....	279
QUADRO 122 - QUADRO B.60.8 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO	279
QUADRO 123 - QUADRO B.60.9 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA.....	280
QUADRO 124 - QUADRO B.60.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO	281
QUADRO 125 - QUADRO B.60.2.1 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	282
QUADRO 126 - QUADRO B.60.2.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES	283
QUADRO 127 - QUADRO B.60.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO	284
QUADRO 128 - QUADRO B.60.4 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO.....	284
QUADRO 129 - QUADRO B.60.5 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO	285
QUADRO 130 - QUADRO B.60.6 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO	285
QUADRO 131 - QUADRO B.60.7.1 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO	286
QUADRO 132 - QUADRO B. 60.7.2 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO.....	286
QUADRO 133 - QUADRO B. 60.7.3 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS	287
QUADRO 134 - QUADRO B. 60.7.4 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO.....	289
QUADRO 135 - QUADRO B.60.8 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO	289
QUADRO 136 - QUADRO B.60.9 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA.....	289
QUADRO 137 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	294
QUADRO 138 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	294
QUADRO 139 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	295
QUADRO 140 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	296
QUADRO 141 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	297
QUADRO 142 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	298
QUADRO 143 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	299
QUADRO 144 - QUADRO B.57.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	299
QUADRO 145 - QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - 443002.....	341

QUADRO 146 - QUADRO A.6.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	342
QUADRO 147 - QUADRO A.6.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	344
QUADRO 148 - QUADRO A.6.5.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	344
QUADRO 149 - QUADRO A.6.5.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	345
QUADRO 150 - QUADRO A.11.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014.....	347
QUADRO 151 - QUANTIDADE DE MULTAS	350
QUADRO 152 - MONTANTE FINANCEIRO (R\$)	351
QUADRO 153 - ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$).....	352
QUADRO 154 - INDICADORES.....	353

Anexos

ANEXO I - NORMAS E PUBLICAÇÕES DA UJ	136
ANEXO II FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	144
ANEXO III ORGANOGRAMA	148
ANEXO IV MAPA DE CONTEXTO E CADEIA DE PROCESSOS DA AGÊNCIA.....	155
ANEXO V - ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS AO PPA E À LOA	157
ANEXO VI - DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	214
ANEXO VII - MEDIDAS ADOTADAS PARA CUMPRIMENTO DAS NORMAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE	217
ANEXO VIII - ATENDIMENTO AO ITEM 61 DA PORTARIA TCU Nº 90.....	219
ANEXO IX - ATENDIMENTO AO ITEM 58 DA PORTARIA TCU Nº 90	293
ANEXO X - ATENDIMENTO AO ITEM 54.5 DA PORTARIA TCU Nº 90.....	301
ANEXO XI - FICHAS DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS.....	316
ANEXO XII - INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	340

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABHA	Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADESE	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGB	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas
AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
AUD	Auditoria Interna
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGU	Controladoria-Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPATIVA	Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental
COOPERNOES	Cooperativa de Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança
COR	Corregedoria
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CTPI	Câmara Técnica de Planejamento Institucional
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DAEE	Departamento de Água e Energia Elétrica
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DBR	Declaração de Bens e Renda
DIREC	Diretoria Colegiada
DN	Decisão Normativa
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEEFI	Gerência de Execução Orçamentária e Financeira
GEGEP	Gerência de Gestão de Pessoas
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GQ	Gratificação de Qualificação
IBio	Instituto BioAtlântica
IEA	Indicador de Eficiência Agrupado
IEEF	Índice de Eficácia da Execução Física
IEG	Índice de Eficácia do Gasto
IEI	Indicador de Eficiência Individual
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTERÁGUAS	Programa de Desenvolvimento do Setor Água
ISO	International Organization for Standardization
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MF	Ministério da Fazenda
MFE	Meta Física Executada
MFP	Meta Física Prevista
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade

OCI	Órgão de Controle Interno
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programação de Aceleração do Crescimento
PAD	Programa Água Doce
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAP	Plano Plurianual de Aplicação
PCD	Plataforma de Coleta de Dados
PCJ	Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PCPV	Plano de Controle de Poluição Veicular
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PGE	Procuradoria-Geral
PGI	Plano Gerencial Interno
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNQA	Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público Privada
Procel EPP	Programa Coleta Seletiva Solidária e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos
PRODES	Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
SANASA	Sociedade de Abastecimento e Saneamento
SBPV	Sociedade Brasileira de Preservação e Promoção da Vida
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SFI	Superintendência de Fiscalização
SGE	Secretaria Geral da Agência Nacional de Águas
SGH	Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica
SGI	Superintendência de Gestão da Informação
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAUDI	Sistema de Auditoria Interna
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIP	Superintendência de Implementação de Programas e Projetos
SISAC	Sistema de Registro e apreciação de Atos de Admissão e Concessão
SISPLANA	Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da Agência Nacional de Águas
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
SNISB	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPR	Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
SRE	Superintendência de Regulação
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora

UJ	Unidade Jurisdicionada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UO	Unidade Orçamentária
UORG	Unidade Organizacional

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA, parte integrante da Prestação de Contas ao Tribunal de Contas da União, contempla as principais informações sobre o desempenho da gestão institucional e os procedimentos afetos à responsabilidade da Agência no exercício de 2014, bem como destaca os esforços empregados no sentido de assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais no cumprimento de sua missão institucional, ressaltando as suas principais realizações e dificuldades encontradas para o alcance dos objetivos traçados para o exercício.

O processo de elaboração e formatação deste Relatório atendeu ao disposto nos Normativos do Tribunal de Contas da União – TCU (Instruções Normativas nºs 63/2010 e 72/2013, Decisão Normativa nºs 140, de 2014, e Portarias nº 90/2014 e nº 2 de 2015) e da Controladoria-Geral da União - CGU (Portaria nº 650/2013, que aprovou a Norma de Execução nº 01/2014).

As informações foram levantadas e consolidadas com base em consultas principalmente aos Sistemas: i) Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP; ii) Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; e III) de Planejamento, Orçamento e Gestão da ANA – SISPLANA; além de informações complementares dos Coordenadores-Executivos de Ação do Plano Plurianual e outros Sistemas de Governo.

O documento está estruturado em áreas temáticas, incluindo esta INTRODUÇÃO, cujo objetivo central é detalhar os principais tópicos do relatório.

O documento se apresenta dividido em duas partes, de acordo com a classificação constante do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2014, sendo Parte A – CONTEÚDO GERAL e Parte B – CONTEÚDO ESPECÍFICO, apresentados conforme orientações da Portaria SecexAmbiental nº 2 de janeiro de 2015.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

O item **“1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ANA”** é apresentado como segue:

- i) **“Identificação da autarquia”** contendo elementos identificadores da ANA;
- ii) **“Identidade funcional”**, com informações sobre seus administradores e de sua missão funcional ;

O item seguinte **“2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO”** é apresentado em dois subtítulos: 2.1 – Ambiente de atuação da entidade e 2.2 – Ambiente de negócios por regiões hidrográficas. São abordados os principais aspectos do ambiente interno e externo de negócios em que a ANA está inserida e no qual se baseia seu planejamento estratégico

No item **“3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NA PERSPECTIVA DO NEGÓCIO”**, são apresentadas os principais avanços dos objetivos estratégicos finalísticos e os desafios a serem enfrentados rumo a consecução dos objetivos.

O item **“4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NA PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA”** apresenta informações e avaliação sobre os objetivos estratégicos ligados a processos internos da ANA.

O tema tratado no item **“5. RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO”** contempla informações sobre a avaliação da alta direção da autarquia a respeito dos avanços obtidos no processo de planejamento estratégico.

O item **“6. AVALIAÇÃO SOBRE A GOVERNANÇA”** traz informações sobre as atividades da auditoria interna, sistema de correição e controles internos na ANA. Este item está subdividido na Avaliação do chefe da Auditoria Interna, Atividades de Correição, Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos e Balanço das Recomendações do plano permanente de providências da CGU.

Com relação ao item “**7. PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS**”, é apresentado um resumo das principais receitas e despesas da ANA nos últimos três exercícios em linguagem cidadã.

No item “**8. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**” são tratadas as questões relacionadas aos principais modos de relacionamento entre a ANA e o Público Externo.

Sobre o tema do item “**9. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA (INTERÁGUAS)**”, são apresentadas informações sobre o andamento das principais ações executadas no âmbito do programa. O relatório de Monitoramento é apresentado no ANEXO X.

Deixaram de ser apresentadas informações sobre os seguintes itens constantes da Parte A, Anexo II, da DN TCU nº 127/2013:

i) Não aplicáveis à realidade da ANA:

Informações Sobre Remuneração paga a Administradores (item 2.5 da Portaria TCU 90/2014);

Informações sobre a Gestão de Precatórios (item 6.8 da Portaria TCU 90/2014);

Informações Contábeis (itens 12.4, 12.5, 12.6 e 12.7 da Portaria TCU 90/2014);

ii) Sem conteúdo a ser declarado, de acordo com os seguintes itens da DN TCU 134/2014:

4.2 – Reconhecimento de Passivo por insuficiência de créditos ou recursos: a Agência não apresenta registros dessa natureza, conforme saldo zero nas respectivas rubricas no SIAFI;

6.7 - Renúncias de Receitas: a Agência não apresenta nenhuma ocorrência dessa natureza;

7.1.4 – Irregularidades na área de pessoal: não há nenhum registro de ocorrência dessa natureza na Agência;

9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário: em 2014, na esfera de atribuições da unidade de correição da ANA, não foram identificadas ocorrências de dano ao erário que reclamassem apuração de responsabilidade disciplinar ou outro encaminhamento.

PARTE B – Informações Complementares aos itens de 9 a 16 da DN TCU 134/2014

Nesse tópico são apresentadas informações sobre a Execução orçamentária e financeira, Gestão de Pessoas, Terceirização de mão de obra e custos relacionados, Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade, Atendimento das demandas de Órgãos de Controle, Informações Contábeis e Outras informações Sobre a Gestão.

PARTE C – Informações Complementares aos itens de 1 a 8 ao Anexo I da Portaria – TCU nº 2, de 27 de janeiro de 2015

Os Anexos apresentados nesse tópico são complementares às informações apresentadas nos itens de 1 a 8 da Parte A e outras informações obrigatórias da DN TCU 134/2014.

PARTE D – Informações sobre o item 64da Parte B da DN TCU 134/2014

São apresentadas as informações sobre arrecadação de multas, conforme orientações recebidas por meio do Ofício 0029/2015-TCU/SecexAmbiental.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ANA REF. ITEM 1

1.1. Identificação da Autarquia

Quadro 1 – Quadro (A.1.1.1) – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente - MMA			Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Agência Nacional de Águas			
Denominação Abreviada: ANA			
Código SIORG: 46876	Código LOA: 44205		Código SIAFI: 44205
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Especial – Administração Indireta			CNPJ: 04.204.444/0001-08
Principal Atividade: regulação (Agência Reguladora)			Código CNAE: 75132
Telefones/Fax de contato:	(061) 2109-5400	(061) 2109-5252	(061) 2109-5265
Endereço Eletrônico: saf@ana.gov.br			
Página na Internet: http://www.ana.gov.br			
Endereço Postal: Setor Policial – SPO, Área 5 Quadra 3, Blocos B, L e M – Brasília – DF CEP:70.610-200			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
443001	Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA		
443004	Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – SIP/ANA		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
44205	Agência Nacional de Águas		

1.2. Identidade funcional

Tabela 1 - Identificação dos administradores:

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Diretor Presidente	Vicente Andreu Guillo	990.937.408-06	2014/2017
Diretor da Área de Hidrologia	Vicente Andreu Guillo	990.937.408-06	2014/2017
Diretor da Área de Gestão	Paulo Lopes Varella Neto	136.777.214-15	2013/2016
Diretor da Área de Planejamento	Gisela Damm Forattini	450.261.147-68	2014/2017
Diretor da Área de Regulação	João Gilberto Lotufo Conejo	610.794.488-53	2014/2017

Missão	Visão de Futuro	Valores
Implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações.	Ser reconhecida pela sociedade como a referência na gestão e na regulação dos recursos hídricos e na promoção do uso sustentável da água.	• Compromisso • Transparência • Excelência Técnica • Proatividade • Espírito público

ITEM 2 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO

2.1. Ambiente de atuação da entidade

A gestão dos recursos hídricos no Brasil constitui tarefa com elevado grau de complexidade. Apesar da abundância da disponibilidade de água no País, há uma grande disparidade regional. Enquanto a Região Amazônica drena as maiores vazões do planeta, a Região Nordeste sofre com a escassez cíclica decorrente do regime de chuvas local e a Região Sudeste enfrenta graves restrições em face da baixa qualidade dos seus mananciais, comprometidos pela forma como vêm sendo utilizados nas últimas décadas, e, atualmente, de escassez por precipitações inferiores ao normal.

Além dos desafios relacionados com o meio físico, há também os de cunho institucional. A implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos impõe uma tessitura de relações entre governo e sociedade nem sempre fácil de se alcançar, considerando-se a multiplicidade de atores e papéis envolvidos.

Nesse cenário, a missão da ANA contempla duas dimensões:

- a aplicação de elementos técnicos no equacionamento de problemas de alocação de água, em especial onde, quanto, quando e para quem a água deve estar disponível e em que condições pode ser acessada. Trata-se, nessa vertente, dos aspectos relacionados com a garantia das condições necessárias de quantidade e qualidade e, principalmente, a regulação do acesso ao recurso; e
- o fortalecimento e aprimoramento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que envolve diretamente os governos federal, estaduais e do Distrito Federal, os setores usuários e a sociedade, além de instâncias decisórias e de consulta. Esse arranjo, criado pela Lei n. 9.433/97, é composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e pelos conselhos estaduais e comitês de bacia – figuras relativamente novas no ordenamento jurídico brasileiro – que constituem fóruns onde são discutidos os interesses dos diferentes setores intervenientes. Integram o SINGREH, ainda, os órgãos envolvidos com a gestão e com a regulação do uso da água, tais como os órgãos gestores dos estados e a própria ANA.

2.2. Ambiente de negócios por Regiões Hidrográficas

Segundo a Resolução do CNRH n° 32, de 15 de outubro de 2003, o Brasil é dividido hidrograficamente em 12 Regiões. A descrição das Regiões Hidrográficas e suas especificidades se encontram no Anexo XI.

ITEM 3 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NA PERSPECTIVA DO NEGÓCIO. ITEM 5(B)

Na elaboração do Planejamento Estratégico da ANA, foram incluídos objetivos estratégicos hoje considerados demasiado abrangentes e incapazes de comunicar claramente o que de fato pretendem. Dessa forma, optou-se por descrever aqui os resultados esperados do Planejamento Estratégico, que

demonstram efetivamente as entregas da Agência e os objetivos a serem alcançados relativos a suas competências e atribuições.

3.1. Eventos Críticos prevenidos e seus impactos minimizados

3.1.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Eventos Críticos prevenidos e seus impactos minimizados			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SUM	Acompanhamento dos níveis dos principais rios, reservatórios e sistemas hídricos; emissão de Boletins de acompanhamento; identificação de áreas sujeitas à inundação ribeirinha; Salas de Situação	Joaquim Guedes Correa Gondim Filho	2109-5203
	SGH	Implantação da rede de monitoramento de eventos críticos em todas as unidades da federação	Valdemar Santos Guimarães	2109-5210

Definição geral

A Agência Nacional de Águas tem a competência, definida pela Lei nº 9.984, de 2000, de “planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos das secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH”. Essa atribuição deve ser desenvolvida em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios, e em consonância com os objetivos da Lei nº 9.433, de 1997.

3.1.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Emissão de boletins de acompanhamento, envolvendo as temáticas de operação de reservatórios e eventos hidrológicos críticos em bacias consideradas prioritárias, e de informes especiais em casos de acompanhamentos de eventos específicos, com a periodicidade requerida para tal, pela Sala de Situação da ANA.

Articulação com usuários e operadores de reservatórios para estabelecimento e eventual flexibilização de regras e restrições operativas, com destaque para as articulações envolvendo a operação dos reservatórios do Sistema Cantareira, do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul e da bacia do rio São Francisco.

Continuidade da implementação de Salas de Situação nos estados e no Distrito Federal, integradas à Sala de Situação da ANA. As Salas de Situação Estaduais funcionam como centros de gestão de situações críticas, coordenados pelos órgãos gestores estaduais e distrital de recursos hídricos, podendo contar, ainda, com a presença de representantes de órgãos regionais de meteorologia e de

Defesa Civil Estadual. Finalizada em 2014 sua instalação em todos os estados e no Distrito Federal, encontram-se em elaboração seus Manuais de Operação.

Fortalecimento da capacidade técnica dos órgãos gestores de recursos hídricos, por meio de eventos de capacitação. Nesse contexto, destacam-se os cursos ministrados nas áreas de planejamento de ações estruturais e não estruturais para gestão do risco a inundações, bem como cursos técnicos de modelagem hidráulico-hidrológica para subsidiar esses estudos de gestão de risco, tendo sido destinadas vagas para especialistas dos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados.

Atuação nas situações de estiagem que ocorrem nas regiões Nordeste e Sudeste do País: flexibilizações de restrição e regras de operação de reservatórios para minimizar os efeitos da seca por que passavam ou passam as bacias (Sobradinho e Xingó, desde 2013, Três Marias, no São Francisco, e Santa Cecília, no Sistema Hidráulico do rio Paraíba do Sul, desde 2014); alteração da regra de operação do Sistema Cantareira a partir de março de 2014 e as subsequentes decisões tomadas pelos órgãos gestores ANA/DAEE para mitigação dos efeitos da seca na bacia do rio Piracicaba, com reflexo no abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo e dos municípios localizados na bacia a jusante dos reservatórios.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010

As principais entregas desde 2010 foram:

- Atlas de Vulnerabilidade a Inundações (finalizado em 2013);
 - Sistema de Acompanhamento de Reservatórios – SAR: ferramenta web que permite realizar o acompanhamento da operação de alguns dos principais reservatórios do Brasil;
 - Implementação das Salas de Situação em todas as unidades da federação (finalizada em dezembro de 2014);
 - Informes de eventos extremos;
 - Estabelecimento e flexibilização de regras para operação de reservatórios com vistas à garantia de atendimento dos usos múltiplos, com destaque para:
 - UHE Queimado, no rio Preto;
 - UHEs Três Marias, Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco;
 - UHEs Caconde e Limoeiro, no rio Pardo;
 - UHE Aimorés, no rio Doce;
 - UHE Mascarenhas de Moraes, no rio Grande
 - UHEs Jupia e Porto Primavera, no rio Paraná;
 - UHE Serra da Mesa, no rio Tocantins;
 - Usina de Bombeamento de Santa Cecília, no rio Paraíba do Sul.
 - Capacitação na área de gestão de risco de inundações;
 - Implantação da rede de monitoramento de eventos críticos em todas as unidades da federação.
3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os indicadores encontram-se em validação pelas áreas.

Em relação a atuação das superintendências houve atuação integrada, na qual a SUM atuou como liderança e gerou os principais estudos técnicos e articulação com entes envolvidos, e a SGH

entregou as redes de monitoramento de eventos críticos nas unidades da federação e capacitou os estados para sua manutenção e encaminhamento dos dados.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
000B	4.640.000,00	3.724.162,62	130 (boletins emitidos)	130

Os resultados foram descritos em termos de Planos Orçamentários tendo em vista que a Ação Orçamentária da ANA é basicamente a Ação 20WI.

5. Principais desafios:

- Refinamento do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, com a migração da escala ao milionésimo para uma de melhor detalhe para as Bacias Hidrográficas dos rios Doce, Paraíba do Sul e PCJ;
- Consolidação e aprimoramento dos procedimentos e da integração das informações das salas de situação estaduais com a sala da ANA e dessas com o SINPDEC;
- Conclusão dos estudos de subsídio à participação no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, na vertente de adaptação, cujos resultados deverão ser incorporados aos instrumentos e ao sistema de gestão de recursos hídricos;
- Consolidar metodologia ou procedimentos visando ao Monitoramento das secas;
- Elaborar protocolo/plano de ação do Monitor de Seca;

3.1.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos cinco desafios previstos quando da elaboração do planejamento estratégico é possível afirmar que, neste primeiro ciclo, há entregas concretas que modificaram a situação existente em 2010. Os processos e projetos que contribuem para o alcance do resultado esperado observaram integralmente esses desafios. Assim, pode-se afirmar que o resultado está em conformidade com o planejado.

Ações para melhoria de desempenho

Melhoria contínua dos processos existentes e o refinamento e detalhamento de dados.

3.2. Água em qualidade e quantidade monitorada

3.2.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Água em qualidade e quantidade monitorada			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SGH	Operação, adensamento e modernização da rede hidrometeorológica nacional	Valdemar Santos Guimarães	2109-5210
	SIP/SGH/SPR	Rede Nacional de Qualidade das Águas	Ricardo Medeiros de Andrade	2109-5220

Definição geral

Para o cumprimento de suas atribuições legais, a Agência deve estar estruturada com sistemas e metodologias de monitoramento dos recursos hídricos, dispondo de informações de qualidade e quantidade das águas, que permitam conhecer seu estado atual e avaliar sua evolução ao longo do tempo, de forma a subsidiar as ações de gestão dos recursos hídricos e permitir a implementação dos instrumentos legais, propiciando seus usos múltiplos, de maneira sustentável.

A ANA coordena, conforme competência atribuída em sua lei de criação (Lei 9984, de 2000), a Rede Hidrometeorológica Nacional, principal base de coleta de dados e informações hidrometeorológicas em território brasileiro, composta de estações pluviométricas, evaporimétricas, fluviométricas, sedimentométricas e de qualidade da água.

3.2.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Os esforços empreendidos estiveram concentrados na aquisição de equipamentos para a modernização da rede de monitoramento da quantidade (291 estações hidrometeorológicas modernizadas em 2014) e a estruturação da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas - RNQA, no aprimoramento dos processos de obtenção e consistência de dados junto às entidades parceiras, na aquisição de instrumentos mais modernos para a execução das atividades de campo e na formulação e aprovação do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados sobre Qualidade de Água – QUALIÁGUA, cuja finalidade é estimular as unidades da federação a obter e divulgar dados de monitoramento de qualidade de água, além de implantar a RNQA.

A RNQA, lançada em março de 2014, busca monitorar, avaliar e disponibilizar à sociedade as informações de qualidade das águas superficiais, gerar conhecimento, identificar áreas críticas em termos de poluição hídrica e apoiar ações de planejamento, outorga, licenciamento e fiscalização das águas do País. Para isso, propõe a padronização dos dados coletados, dos procedimentos de coleta e da análise laboratorial dos parâmetros qualitativos para que seja possível comparar as informações obtidas nas diferentes unidades da Federação.

A RNQA é o principal eixo do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA), em cujo âmbito foram assinados Acordos de Cooperação Técnica com os 26 estados e o Distrito Federal para sua implementação.

Desenvolvimento de ações no âmbito do Acordo de Cooperação firmado com a Agência Espacial Brasileira para instalação de constelação de satélites de baixa altitude voltados para a transmissão de dados hidrológicos, em especial na região amazônica, denominado Programa Hidrologia Espacial. Os investimentos de até R\$ 40 milhões serão realizados ao longo de 4 anos.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.

As principais entregas foram:

- Implantação da rede de monitoramento de eventos críticos nas unidades da federação;

- Modernização da rede hidrometeorológica nacional (aquisição de equipamentos de telemetria, adensamento das redes, aquisição de instrumentos de campo para melhor atuação das equipes);
 - Lançamento do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA;
 - Estruturação e início da implantação da Rede Nacional de Qualidade de Água - RNQA;
 - Estruturação e início da implantação do Programa QUALIÁGUA;
3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os Indicadores encontram-se em validação pelas áreas.

Em relação a atuação das superintendências, houve atuação integrada, na qual a SGH atuou como liderança e gerou as principais entregas. A estruturação e o início da implantação da RNQA são entregas de trabalho de grupo formal constituído pela SGH, SIP e SPR.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

Análise Orçamentária	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
000E	21.983.000,00	742.402,41	200	291
000F	36.251.188,00	25.440.091,03	6.600.000	6.600.000
000D	5.460.739,00	4.620.996,81	39	39

5. Principais desafios:

- Continuar a modernização e aprimoramento das tecnologias utilizadas para o monitoramento hidrológico;
- Conceber e operacionalizar redes hidrometeorológicas temáticas;
- Integrar e padronizar dados e sistemas de informações;
- Promover amplo acesso a dados e informações hidrometeorológicas.

3.2.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos quatro desafios previstos no planejamento estratégico pode-se afirmar que a situação atual difere da existente em 2010, embora não tenha havido avanços consideráveis em dois desafios. Os processos e projetos que contribuem para o alcance desse resultado observaram conformidade com os desafios de modernização e aprimoramento de tecnologias da rede e a ampliação da rede por meio de adensamento. Em relação aos desafios de integração e padronização de dados e a divulgação e promoção de acesso amplo a dados e informações, apesar de relativa melhoria dos processos e da existência de alguns projetos, as entregas não conseguiram mudar significativamente a situação existente em 2010. De modo geral esse resultado esperado merece atenção

Ações para melhoria de desempenho

Conclusão e disponibilização do Hidroweb para padronização e disponibilização de dados na internet;
Padronização e sincronização de dados;
Aquisição e embarcações;
Aprimorar parcerias nacionais e internacionais;
Manualização e padronização de procedimentos;

3.3. Práticas de uso racional e de conservação dos recursos hídricos estimuladas

3.3.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Práticas de uso racional e de conservação dos recursos hídricos estimuladas			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SIP	Propor e apoiar a realização de programas de estímulo à conservação e à racionalização do uso de águas, inclusive mediante reúso	Ricardo Medeiros de Andrade	2109-5220

Definição geral

Um dos objetivos da Política, explicitados na Lei nº 9.433, de 1997, refere-se à: “utilização racional e integrada dos recursos hídricos... com vistas ao desenvolvimento sustentável”.

Como parte das atividades voltadas à consecução desse objetivo, a ANA tem promovido iniciativas que visam a estimular práticas de uso racional e de conservação dos recursos hídricos por meio de incentivos e do financiamento a programas e projetos demonstrativos, com potencial de multiplicação de seus resultados.

O modelo de incentivo adotado pela ANA busca basear-se na estratégia de “pagamentos por resultados”, em que se destaca o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, que remunera o esgoto efetivamente tratado. A ANA desenvolve também o Programa Produtor de Água, voltado à proteção dos mananciais a partir da redução da erosão e assoreamento.

3.3.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Em relação ao PRODES, durante o ano de 2014, estiveram em certificação 11 Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs. No mesmo ano, o edital do programa selecionou 8 ETEs para a compra de esgoto tratado, conforme segue:

Tabela 2 – Empreendimentos contratados pelo PRODES:

EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO/ESTADO	PRESTADOR DE SERVIÇO	VALOR CONTRATO (R\$)
ETE Timóteo	Timóteo/MG	COPASA	2.808.888,00
ETE União e Indústria	Juiz de Fora/MG	CESAMA	3.318.000,00
ETE Caratinga	Caratinga/MG	COPASA	6.436.726,84
ETE Ribeirão das Neves	Rib. Neves/MG	COPASA	5.357.961,64
ETE Barbados	Colatina/ES	SANEAR	2.643.677,26
ETE Fazendinha	Porto Ferreira/SP	Odebrecht Ambiental	6.268.642,15
ETE Conquistinha	Uberaba/MG	CODAU	7.491.134,65
ETE Erechim	Erechim/RS	CORSAN	5.141.777,36

A remoção de carga poluidora obtida no ano de 2014 teve média anual de 24.478,38 kg DBO/Dia – que correspondem à remoção total de 8.935 ton de DBO no ano, totalizando, desde 2012, 75.127,95 Kg de DBO/dia, o que corresponde a uma média anual de 25.042,65 Kg de DBO/dia.

Em 2014 foram consolidados os processos para a seleção de projetos do exercício de 2013 nas áreas de proteção, conservação e uso racional da água. Os chamamentos públicos para os programas resultaram no apoio aos seguintes projetos: 4 projetos de implantação de sistema de tratamento de esgotos integrado com reuso de efluentes tratados para fins agrícolas; 12 projetos de implantação do produtor de águas em diferentes municípios; 1 projeto de aproveitamento econômico do concentrado no processo de dessalinização; e 1 projeto de produção de essências florestais do bioma caatinga.

No que diz respeito à conservação e recuperação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, no exercício de 2014 foram recuperados e conservados 3.033 ha de solo e de matas ciliares e nascentes no âmbito do Programa Produtor de Água. O resultado é parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados. Esses projetos influenciam o restante da bacia com exemplos de práticas conservacionistas de solo e água.

Foram ainda contratados estudos voltados à conservação de águas subterrâneas, referentes a: vulnerabilidade natural à contaminação e estratégias de proteção nas áreas de afloramento do Sistema Aquífero Guarani; sistema aquífero Amazonas; e avaliação hidrogeológica da região metropolitana de Belém.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.
 - 17 projetos no âmbito do Programa Produtor de Água;
 - 5 Projetos piloto de reuso de água;
 - 58 projetos no âmbito Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES;
 - 6 estudos para conservação e gestão da água subterrânea.
3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os indicadores encontram-se em validação pelas áreas.

É responsabilidade de uma única unidade organizacional – SIP – que coordena todos os processos que contribuem para o alcance desse resultado esperado.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
0007	15.281.477,00	2.315.529,10	10	18
000A	36.402.807,90	0,00	14.297	24.478
0002	4.206.703,00	2.161.763,21	2	1

5. Principais desafios:

Como houve pequenos avanços em relação os desafios estabelecidos para o ciclo atual constante da Cartilha de Planejamento Estratégico da ANA, reiteram-se os mesmos desafios para o próximo ciclo, quais sejam:

Definição de estratégias estruturadas de financiamento dos projetos, que assegurem a continuidade do apoio em escalas progressivamente maiores, considerando as parcerias e interfaces com as demais políticas relacionadas;

Fortalecimento de sua sinergia com as prioridades, vulnerabilidades e conflitos identificados nas bacias, em especial aqueles definidos nos planos de bacias, quando houver; e

Ampliação e multiplicação do modelo de apoio via “pagamento por resultados”, por meio da incorporação e difusão da sua concepção junto às ações das demais políticas públicas nacionais e dos entes federados relacionados aos setores usuários de recursos hídricos.

3.3.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos três desafios previstos no planejamento estratégico, pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. Os projetos que contribuem para o alcance desse resultado observaram conformidade com o desafio de fortalecimento de sua sinergia com as prioridades, vulnerabilidades e conflitos identificados nas bacias. Em relação ao desafio de definição de estratégias de financiamentos de projetos e de ampliação e multiplicação do modelo de apoio via pagamentos por resultados, as entregas não conseguiram mudar significativamente a situação existente em 2010. De modo geral esse resultado esperado merece atenção.

Ações para melhoria de desempenho

Elaboração de estratégia de financiamentos de projetos em parceria com outras instituições;

Focar na maturidade desses processos para exportar as metodologias a outras políticas públicas ou entes que possam dar escala a esses projetos e ampliar a efetividade dos resultados que podem ser alcançados.

3.4. Usos dos recursos hídricos e serviços regulados e fiscalizados

3.4.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Usos dos recursos hídricos e serviços regulados e fiscalizados			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SFI	Fiscalização de Usos	Flávia Gomes de Barros	2109-5362
		Cadastro de Usuários	Flávia Gomes de Barros	2109-5362
	SRE	Regulação de Uso	Rodrigo Flecha Ferreira	2109-5250
		Segurança de Barragens	Rodrigo Flecha Ferreira	2109-5250
Definição geral				
A ANA, na qualidade de agência reguladora, tem como funções essenciais a regulação e a fiscalização do uso da água - bem de domínio público, dotado de valor econômico - conforme disposições da Lei nº 9.984, de 2000. Esse campo de atuação compreende o estabelecimento de marcos regulatórios e regras para o uso da água, atuando na resolução de conflitos e incentivando seu uso racional; além do acompanhamento, controle e fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da união, com apuração de irregularidades e infrações. Sua atuação regulatória foi ampliada com a publicação da Lei nº 12.058, de 2009, que incluiu a atribuição de regular e fiscalizar, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e da adução de água bruta,				

que inclui, entre outras responsabilidades, a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifas.

Também a Lei ° 12.334, de 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens, atribuiu à ANA a competência de fiscalizar a segurança e manter cadastro das barragens por ela outorgadas, além de promover a articulação entre os diversos órgãos fiscalizadores de segurança de barragens

3.4.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Em continuidade ao objetivo de automatização dos processos de regularização de usuários, em 2014, o projeto do sistema CNARH40 propiciou uma simplificação de procedimentos, e, apesar de ainda encontrar-se em fase de desenvolvimento, isso permitiu a elevação do número médio anual de usuários regularizados.

Em 2014, foram realizados cerca de 13.500 cadastros no CNARH referentes a novos usuários de recursos hídricos. Desses novos usuários, aproximadamente 87% têm interferências em corpos hídricos de domínio estadual. Atualmente, o CNARH possui cerca de 92.000 usuários cadastrados.

Em relação à fiscalização dos usos, foram previstas 54 campanhas em 2014 e foram executadas 64, 19% acima da quantidade prevista, como consequência de atuação emergencial da ANA para verificar o cumprimento de regras específicas de uso em decorrência da estiagem em diferentes regiões do país.

Em relação à segurança de barragens, a regulamentação da legislação e o estabelecimento de manuais e protocolos foram concluídos em grande parte. Ainda estão em fase de regulamentação a inspeção especial de barragens e a do plano de ações emergenciais.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.
 - 6300 Outorgas, 21 Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDHs e 27 Certificados de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOHs;
 - 8 processos de alocação negociada de água e 8 marcos regulatórios estabelecidos;
 - Elaboração dos procedimentos e normas de segurança de barragens;
 - Relatório de segurança de barragens;
 - Estabelecimento e cumprimento dos Planos Anuais de Fiscalização;
 - Atuação durante a Operação Seca especialmente em São Paulo e na Paraíba e Rio Grande do Norte;
 - Atendimento a denúncias sobre o uso dos recursos hídricos;
 - Manual do CNARH.
3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

A atuação das superintendências ocorreu de forma integrada, na qual a SRE e a SFI lideraram conjuntamente o macroprocesso de regulação, contando com ampla participação da SPR para estudos hidrológicos e da SUM para as regras de operação de reservatórios do setor elétrico.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
0005	3.125.992,00	1.022.822,21	1.000	2.200
000C	3.413.210,00	2.168.482,04	54	64
0008	260.000,00	117.271,26	8.000	13.500

5. Principais desafios:

- Ampliação da capacidade de regulação da agência, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão quali-quantitativa nas bacias e de regulação econômica que induzam o comportamento dos usuários para melhor utilização da água;
- Estruturar programa/projeto para manutenção e operação de reservatórios para garantir a efetividade da regulação;
- Ampliação da capacidade de fiscalização de usos e de segurança de barragens;
- Automação do processo de pedidos de outorga;
- Aprimoramento dos mecanismos da regulação;
- Sincronização das informações dos usuários das águas sob domínio dos estados com as informações sobre os usuários das águas de domínio federal.

3.4.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos dois desafios previstos no planejamento estratégico vigente, pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. Durante a elaboração dos resultados esperados, a Agência recebeu novas atribuições legais que requeriam regulamentação e definição de novos processos e procedimentos. Os processos e projetos que contribuem para o alcance desse resultado observaram conformidade com o desafio de estruturação técnica, operacional e metodológica dos novos instrumentos criados pela lei. Entretanto, em relação ao desafio de ampliação do poder regulador da Agência, não é possível afirmar que as iniciativas e projetos empreendidos tenham modificado significativamente a situação anterior. De modo geral esse resultado esperado merece atenção.

Ações para melhoria de desempenho

Priorizar os projetos e ações nas áreas especiais para a gestão (bacias consideradas críticas);
Estruturar programa/projeto para manutenção e operação de reservatório para garantir a efetividade da regulação;
Realizar avaliação do Impacto Regulatório;
Construir uma Agenda Regulatória da ANA.

3.5. Instrumentos implementados de forma integrada nas bacias: Planos, Outorga, Cobrança, Enquadramento, Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos (SNIRH)

3.5.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Instrumentos implementados de forma integrada nas bacias: Planos, Outorga, Cobrança, Enquadramento, Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos (SNIRH)			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SPR	Elaborar planos e	Sérgio Rodrigues	2109-5204

		estabelecer o enquadramento	Ayrimoraes Soares	
	SRE	Examinar e conceder a outorga	Rodrigo Flecha Ferreira Alves	2109-5250
	SAG	Implantar a cobrança nas bacias	Luiz Corrêa Noronha	2109-5240
	SIG	Organizar, implementar e administrar o SNIRH	Sérgio Augusto Barbosa	2109-5134

Definição geral

O conjunto de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecidos pela Lei nº 9.433, de 1997, busca dotar o sistema de mecanismos de gestão para proporcionar os usos múltiplos da água de forma sustentável.

Entre as suas atribuições, a ANA disciplina, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. É responsável pela implementação dos instrumentos de outorga do direito de uso de recursos hídricos e a cobrança, em rios de domínio da União, e pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH. Também contribui com a elaboração de planos de recursos hídricos e com os estudos e a proposição do enquadramento dos corpos d'água conforme seus usos preponderantes.

Há uma relação de suporte recíproco entre os instrumentos, que se reflete no processo de articulação do trabalho da Agência, tanto internamente quanto em sua atuação perante o SINGREH. Para que a evolução do processo de gestão de recursos hídricos se desenvolva de forma integrada nas bacias hidrográficas, e articulada nas bacias compartilhadas com diferentes dominialidades, é necessário o estabelecimento de orientações conjuntas contemplando a indicação das prioridades a serem observadas e das metas a serem atingidas na implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

3.5.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Em 2014, os instrumentos continuaram sendo implementados regularmente. Informações detalhadas relativas aos instrumentos dos planos de recursos hídricos, da outorga e da cobrança encontram-se em outros resultados esperados.

Em relação ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH, os principais avanços relacionam-se ao desenvolvimento de funcionalidades voltadas à implementação integrada desses instrumentos de gestão, tanto pela ANA como por outros componentes do SINGREH, conforme descrito a seguir:

- Subsistema de regulação de usos: desenvolvimento do novo módulo de Regulação Federal (REGLA), contemplando cadastro, outorga e cobrança dos usuários de recursos hídricos em cursos d'água da União.
- Desenvolvimento do CNARH40, aplicativo de recebimento e gerenciamento dos dados de outorgas dos Estados, para atendimento ao Programa Progestão e à Resolução CNRH nº 126, de 30 de junho de 2011, que aprova diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.

- Desenvolvimento de módulos do SNIRH;
- Adaptação do sistema CNARH que possibilitou a sua adoção por parte dos estados, permitindo sincronizar os dados dos usuários em uma única base para o SNIRH;
- Sistemas computacionais para suporte à rede hidrometeorológica;
- Desenvolvimento e padronização da base de dados georreferenciada (base otocodificada).

No que diz respeito à integração dos instrumentos de gestão, a ANA definiu, por meio da Portaria Nº 62, de 26 de março de 2013, os trechos em corpos hídricos de domínio da União identificados como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos, segundo o balanço hídrico qualitativo. As ações de gestão deverão ser planejadas e implementadas de forma integrada nessas áreas específicas. Ainda, os planos de recursos hídricos mais recentemente elaborados têm adotado uma abordagem que propicie sua efetiva implementação e integração dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

Para esse resultado, a integração na atuação das Unidades Organizacionais carece de aperfeiçoamento, pois cada superintendência contribuiu com o processo de produção de sua entrega específica, sem integração dos instrumentos em nível adequado.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
0001	32.829.703,00	20.162.313,02	6	4

5. Principais desafios:

Considerando que houve apenas um pequeno avanço nesse resultado esperado, reiteram-se os desafios identificados quando da formulação do primeiro ciclo do planejamento estratégico a saber:

- a) Estabelecimento de mecanismos de orientações comuns para assegurar a integração e articulação da gestão de recursos hídricos no âmbito das bacias hidrográficas brasileiras;
- b) Estimulo à pactuação entre os diferentes entes do SINGREH e em especial os órgãos gestores estaduais; e
- c) Viabilização das condições e da capacidade adequada de atuação integrada dos entes responsáveis pela implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos

3.5.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos três desafios previstos no planejamento estratégico, pode-se afirmar que não houve modificação na situação existente em 2010. A implementação dos instrumentos tem prosseguido a contento e a havido iniciativas sobretudo no que diz respeito ao estímulo à pactuação entre entes e à

Ações para melhoria de desempenho

Implementar os instrumentos a partir das áreas especiais para a gestão, instituídas por meio da portaria ANA nº 62/2013, e dotar os planos de recursos hídricos de elementos que permitam a implementação integrada e articulada dos instrumentos de gestão.

viabilização das condições e da capacidade dos entes para atuação integrada. Entretanto, ainda há carência de maior integração na implementação desses instrumentos no território. De modo geral, esse resultado esperado merece atenção.

3.6. Planejamento dos setores usuários articulado com a gestão de recursos hídricos

3.6.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Planejamento dos setores usuários articulado com a gestão de recursos hídricos			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SPR	Elaborar planos, supervisionar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e participar dos estudos visando ao seu aperfeiçoamento	Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares	2109-5204

Definição geral

A Política Nacional de Recursos Hídricos tem como uma de suas diretrizes de ação a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional.

Como instrumentos de direcionamento, os Planos de Recursos Hídricos buscam orientar a integração da atuação dos setores usuários com vistas ao desenvolvimento sustentável, já estando previstos nas leis do setor elétrico e de saneamento como instrumentos de referência para o planejamento desses setores.

O enquadramento dos cursos d'água em classes conforme seus usos preponderantes envolve resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e permite a desejada aproximação entre as políticas de recursos hídricos e de meio ambiente, além de constituir referência importante para o planejamento dos usos dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas, ao estabelecer metas de qualidade da água a serem progressivamente atingidas e mantidas.

Como agente indutor da implementação da política, a ANA promove a elaboração dos planos de recursos hídricos e a proposta de enquadramento de corpos d'água para bacias prioritárias, além de estudos técnicos específicos que contribuem para orientar os principais setores usuários no sentido de atuarem integrados com a gestão dos recursos hídricos.

Ressalta-se, contudo, que a efetividade dos planos e estudos apoiados pela ANA depende de sua real assimilação e apropriação pelos setores usuários e órgãos gestores de recursos hídricos, bem como da incorporação de suas diretrizes e definições pelas políticas públicas afetas.

3.6.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Piranhas-Açu (Paraíba e Rio Grande do Norte), que teve sua elaboração finalizada em 2014. Também foi iniciada a elaboração dos Planos das Bacias do Rio Grande (Minas Gerais e São Paulo), Paranapanema (São Paulo e Paraná) e da Região Hidrográfica do Paraguai (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), com conclusão prevista para 2016.

Os planos em elaboração pela ANA trazem como avanço metodológico a preocupação de ampliar a possibilidade de sua implementação, por meio de planos de execução neles contidos.

Plano Nacional de Segurança Hídrica, iniciado em setembro de 2014, resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas (ANA) cujo escopo é a definição das principais intervenções estruturantes (barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para: i) garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e ii) reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Os primeiros resultados do estudo serão apresentados no primeiro semestre de 2015. Já os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas, iniciado em fevereiro de 2014, contratado e em execução, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2015. O escopo do Atlas de Despoluição consiste na análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras de coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos.

Elaboração de documento sobre adaptação aos efeitos da mudança do clima na gestão de recursos hídricos, como subsídio à elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, em articulação com outros setores relacionados ao tema.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.
 - Articulações com o setor de Saneamento para adoção do Atlas de Abastecimento Urbano de Água como orientador de suas políticas públicas;
 - Elaboração de Planos de Recursos Hídricos (Afluentes da Margem Direita do Amazonas, Paranaíba);
 - Publicação do Relatório e Informes de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil;
 - Acompanhamento da implantação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e participação em suas revisões e estabelecimento de prioridades;
3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

A elaboração dos Planos de Recursos Hídricos é conduzida pela SPR, mas tem contado com a participação das áreas finalísticas da ANA na definição dos planos de execução e nos esforços para sua implementação. Os estudos relacionados com mudanças climáticas são desenvolvidos por um grupo interdisciplinar, que reúne representantes da SUM, SPR, SRE e CGE.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
0004	6.574.097,00	4.680.894,70	2	1

5. Principais desafios:
 - a) Definição de arranjos institucionais adequados para implementação dos planos junto aos diversos atores, com poder e competências necessárias, capacidade de articulação com os setores usuários e mobilização em níveis estadual e federal;

- b) Superação de dificuldades políticas e financeiras dos órgãos gestores e comitês, para assegurar a viabilidade dos projetos e ações definidas nos planos, orientando a destinação de recursos públicos e privados para esse fim;
- c) Definição de estratégias para priorizar as atividades e programas previstos nos planos de recursos hídricos e efetivamente implementá-las, em articulação com a atuação dos demais setores afetos ao tema recursos hídricos; e
- d) Implementação, em rios de domínio da União, do enquadramento dos corpos d'água, sob uma visão de planejamento e de metas acordadas com os diversos setores usuários da água

3.6.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos desafios previstos no planejamento estratégico vigente, pode-se afirmar que a situação difere pouco da existente em 2010. Os avanços continuam se materializando na elaboração de planos e estudos temáticos, e na crescente articulação com outras políticas setoriais. Entretanto, apesar de diversas iniciativas nesse sentido, ainda não foi alcançado o objetivo de dar maior efetividade aos planos. De modo geral esse resultado esperado merece atenção.

Ações para melhoria de desempenho

Definir estratégia junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central de planejamento do governo federal) para articular os planos e programas de recursos hídricos com os planos e programas de outros setores relacionados; Elaborar estratégia de apoio à implementação de planos;

3.7. SINGREH fortalecido e implementado de forma integrada e sustentável

3.7.1. Descrição

Nome do resultado esperado	SINGREH fortalecido e implementado de forma integrada e sustentável			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SAG	estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação, o fortalecimento e a sustentabilidade dos entes do SINGREH	Luiz Corrêa Noronha	2109-5240

Definição geral

A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece entre seus fundamentos que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder público, usuários e das comunidades”, o que possibilita que decisões locais sejam tomadas mais próximas à base e que diferentes partes tenham direito de manifestar seus interesses, em espaços institucionalizados.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), instituído pela Lei nº 9.433, de 1997, consolida o modelo de gestão participativa, no qual entes colegiados de recursos hídricos, compostos por representantes do Poder Público, dos usuários das águas e das organizações da sociedade, participam do processo de decisão. Integram o SINGREH: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA), os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacias Hidrográficas, os órgãos dos poderes público federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos, e as Agências de Água.

A ANA vem contribuindo para o fortalecimento do SINGREH, tendo a atribuição legal específica de “estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação de comitês de bacias hidrográficas” e “prestar apoio aos estados na criação de órgãos gestores de recursos hídricos”. O SINGREH conta também com a expertise técnica da agência no desenvolvimento de estudos, além das ações de capacitação dos Comitês, Agências Delegatárias de bacias e órgãos gestores estaduais.

Para sua sustentabilidade financeira, o sistema dispõe de recursos oriundos, principalmente, da cobrança pelo uso de recursos hídricos e da compensação financeira pelo uso da água para a geração de energia elétrica. Parcela dos recursos da cobrança é destinada às despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH.

3.7.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia estaduais, órgãos gestores estaduais e usuários de todos os estados da federação.

O Programa de Fortalecimento da Gestão – PROGESTÃO, que visa fornecer estímulo às unidades da federação para o alcance de metas e avanços na gestão do sistema estadual de recursos hídricos, por meio do pagamento por resultados, recebeu a adesão e pactuou metas em todos os Estados do país. Maiores detalhes sobre os avanços relacionados ao PROGESTÃO estão descritos no resultado esperado “Integração federativa para a gestão das bacias hidrográficas fortalecida”.

Dois comitês de bacia de rios de domínio da União – Grande e Paranapanema – tiveram seu funcionamento consolidado em 2014, totalizando nove comitês interestaduais acompanhados atualmente pela ANA (Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Paranapanema e Grande).

Em 2014, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 65 milhões, observando-se acréscimo de R\$ 5 milhões em relação ao exercício de 2013. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d’água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia. Sobre o mesmo tema, encontra-se em fase final de elaboração o estudo para implementar a cobrança na bacia do rio Grande (Região Hidrográfica do Paraná). Foi também realizada estimativa do potencial de arrecadação com a cobrança na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, que foi incorporada ao plano de bacia em elaboração.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.
 - Fortalecimento e ampliação da cobrança pelo uso da água;
 - Consolidação do programa de capacitação de entes do SINGREH;
 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas e Progestão;
 - Ampliação do número e apoio ao funcionamento de comitês e agências de bacia.
3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

O processo de capacitação dos entes do SINGREH é conduzido pela SAG, mas conta com o apoio de outras áreas para conceber e ministrar cursos. Da mesma forma, o PROGESTÃO é liderado pela SAG, mas conta com a colaboração das áreas finalísticas para a certificação das metas que lhes dizem respeito. Os processos referentes à cobrança e ao funcionamento dos comitês são conduzidos somente pela SAG.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
0009	18.175.000,00	13.098.666,49	22	26
0006	4.920.000,00	3.730.865,46	4000	22.317
00LX	65.647.798,00	62.688.263,00	-	-

5. Principais desafios:
 - a) Fortalecimento da capacidade técnica e do poder decisório dos entes do SINGREH, e da sua representatividade, com vistas à efetiva influência no processo de gestão;
 - b) Ampliação da sustentabilidade institucional e financeira do SINGREH, por meio do permanente estímulo à maior contribuição dos estados e municípios para o financiamento e apoio à consolidação dos entes envolvidos com a gestão dos recursos hídricos sob suas esferas de responsabilidade;
 - c) Aprimoramento do modelo de operacionalização da cobrança e aplicação dos recursos arrecadados, que são aplicados integralmente na bacia, com vistas ao ganho de eficiência na efetivação dos resultados.

3.7.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos desafios previstos no planejamento estratégico em vigor, pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. Os processos e projetos que contribuem para o alcance desse resultado observaram conformidade com os desafios de fortalecimento da capacidade técnica e do poder decisório dos entes do SINGREH e de ampliação da sua sustentabilidade institucional e financeira.

Em relação ao desafio de aprimoramento de modelo de operacionalização e aplicação dos recursos da cobrança, as entregas não conseguiram mudar significativamente a situação existente em 2010 e devem ser melhoradas. De modo geral esse resultado esperado encontra-se conforme o planejado.

Ações para melhoria de desempenho

Atuar conjuntamente com os órgãos gestores estaduais;
 Buscar mecanismo de sustentabilidade dos comitês de bacia onde não há cobrança;
 Consolidar o processo de capacitação como indutor de melhoria de atuação da ANA, dos comitês de bacia, dos órgãos gestores e da sociedade civil;
 Definir mecanismos e ferramentas mais efetivos de comunicação da ANA com os entes e entre eles.

3.8. Integração federativa para a gestão das bacias hidrográficas fortalecida

3.8.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Integração federativa para a gestão das bacias hidrográficas fortalecida			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SAG	Apoiar a implantação e a operacionalização da gestão integrada de recursos hídricos em bacias ou regiões hidrográficas, envolvendo a ANA e os órgãos gestores de recursos hídricos dos estados.	Luiz Corrêa Noronha	2109-5240

Definição geral

A gestão de recursos hídricos no Brasil tem entre seus principais desafios a dupla dominialidade das águas, estabelecida na constituição, que compartilha as competências sobre os cursos d'água entre a União e os Estados e impõe a necessidade de forte articulação vertical, entre os níveis federativos, para assegurar a gestão integrada no âmbito das bacias hidrográficas. A Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que a “união articular-se-á com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum”.

A unidade territorial para planejamento e gestão das águas é a bacia hidrográfica, a qual geralmente não coincide com os recortes administrativos municipais e estaduais, o que demanda o entrosamento entre as diferentes esferas de competência. A existência de bacias nas quais a gestão dos recursos hídricos é compartilhada entre a União e os Estados ressalta a importância de pactos federativos que estabeleçam compromissos entre os diversos entes envolvidos e as políticas públicas afetas visando ao cumprimento de metas voltadas para o uso sustentável da água.

Também as políticas municipais, como o uso do solo e o saneamento, têm forte influência no contexto das bacias hidrográficas, pois a ação inadequada de um município pode transferir para jusante os problemas de drenagem gerados nas bacias impermeabilizadas e de poluição hídrica à montante. Assim, os municípios devem ser envolvidos nas ações de gestão.

3.8.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Com a continuidade das negociações iniciadas em 2013, no ano de 2014 os estados de AP, BA, CE, ES, MG, RR e SP aderiram ao Progestão, fechando assim a totalidade dos estados e Distrito Federal com metas a serem pactuadas e aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Com exceção do DF e SP, foram realizadas oficinas de trabalho com todos os órgãos gestores visando a identificar a situação e perspectivas da gestão dos recursos hídricos, as possíveis demandas dos sistemas estaduais, além de divulgar os produtos de capacitação ofertados pela ANA. Em 2014 foram certificados e pagos o alcance de metas de 9 estados entre aqueles que haviam celebrado contratos e selecionado o ano de 2013 como primeiro período de certificação. Ao todo, foram transferidos recursos para 19 estados, entre novas adesões e pagamento pelo alcance de metas.

No final de 2013, foi celebrado acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), denominado Diálogo Político OCDE-Brasil sobre Governança da Água, que

pretende analisar e avaliar a governança do sistema de gestão de recursos hídricos no País. Ao longo do último ano, foram mobilizados e ouvidos mais de duas centenas de representantes de governos, organizações, usuários de água e academia. O projeto deverá resultar em um plano de ações para melhoria da integração entre os diferentes entes e níveis de governo envolvidos na gestão da água, assim como das diversas políticas e planos setoriais afetos ao tema.

2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.

O “Pacto Nacional pela Gestão das Águas” é um acordo de cooperação voluntário, que tem por objetivos a construção de compromissos entre os entes federados e o fortalecimento da gestão integrada dos recursos hídricos no País, visando à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável das águas, sobretudo em bacias compartilhadas. Para tanto, o Pacto se vale da construção de arranjos e formalização de compromissos com os entes federados e entre esses.

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTAO, constitui a ferramenta de consolidação do Pacto, e visa fornecer estímulo financeiro (R\$ 100 milhões nos próximos cinco anos) às unidades da federação para o alcance de metas e avanços na gestão do sistema estadual de recursos hídricos, acordados em contrato. Os desembolsos estão vinculados a essas metas, caracterizando uma abordagem de pagamento por resultados. A primeira parcela (R\$ 750.000,00) é liberada após a definição da tipologia de gestão pelo estado e aprovação do quadro de metas pelo conselho estadual de recursos hídricos, e mediante a assinatura do contrato pelo órgão gestor estadual. Os recursos são igualmente distribuídos a todos os Estados e não variam de acordo com a complexidade ou a tipologia de gestão. Os demais repasses ocorrem anualmente, proporcionalmente ao cumprimento das metas no ano anterior. Os recursos não se destinam a despesas específicas, mas a ações voltadas à gestão da água.

3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

O PROGESTÃO é liderado pela SAG, mas conta com a colaboração das áreas finalísticas para a certificação das metas que lhes dizem respeito. Os trabalhos relativos ao acordo celebrado com a OCDE contam com a participação da Área de Regulação, CGE, SAG, SPR e SRE.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado
0009	18.175.000,00	13.098.666,49	22	26

5. Principais desafios:

- Fortalecimento da articulação e apoio técnico e institucional, de forma sistêmica e permanente, com os órgãos gestores estaduais, buscando também contribuir para o crescente envolvimento das instâncias locais no processo de gestão dos recursos hídricos; e
- Compatibilização das estratégias de integração do sistema de gestão com o respeito à autonomia dos entes federados e à gestão descentralizada em bacias compartilhadas, e com a adoção de modelos de gestão adequados às características das regiões hidrográficas.

3.8.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos desafios previstos no planejamento estratégico em vigor, pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. Os processos e projetos que contribuem para o alcance desse resultado observaram conformidade com o desafio de fortalecimento da articulação e apoio técnico institucional aos órgãos gestores estaduais e buscaram implementar estratégias de integração respeitando a autonomia dos entes federados. De modo geral, esse resultado esperado está conforme o planejado.

Ações para melhoria de desempenho

Ainda é necessário fortalecer o envolvimento dos municípios na gestão dos recursos hídricos

3.9. Desenvolvimento Científico e Tecnológico para Recursos Hídricos apoiado

3.9.1. Descrição

Nome do resultado esperado	Desenvolvimento Científico e Tecnológico para Recursos Hídricos apoiado			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SAG	Acompanhar a atuação da CTHIDRO (CNRH) e estimular ações voltadas ao avanço tecnológico em recursos hídricos	Luiz Corrêa Noronha	2109-5240

Definição geral

De acordo com a Lei nº 9.984, de 2000, cabe à ANA “estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos” com vistas a implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos.

A formulação e a implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água no Brasil necessitam ter como base o melhor conhecimento do ciclo hidrológico e sua interação com as atividades antrópicas, além da formação e capacitação de gestores, usuários, pesquisadores e demais atores envolvidos, entre outros fatores.

Para tanto, é necessário promover a busca de soluções científicas, tecnológicas e de inovação (C,T&I) que viabilizem a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos, promovendo seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações, e o desenvolvimento social e

econômico do país.

A implementação de C,T&I na área de recursos hídricos no país é um importante desafio a ser enfrentado face à grande diversidade de paisagens, de ecossistemas e de formas de uso e ocupação do solo, bem como face ao crescente consumo de água, originado pelo aumento da população e pelo desenvolvimento social e econômico, além dos impactos das variações e mudanças climáticas.

3.9.2. Análise

Esse resultado tinha a intenção principal de garantir recursos para ações de melhoria da gestão dos recursos hídricos por meio de fundos voltados a C,T&I. Com a garantia de recursos de outras fontes, sobre as quais há maior governabilidade, tal intenção deixou de ser uma prioridade central. Entretanto, as atividades de apoio ao tema não foram abandonadas, mas encontram-se difusas nos diferentes processos da Agência, atendendo a necessidades neles identificadas.

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.
2. Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada desde a elaboração do planejamento estratégico da ANA em 2010.
3. Análise dos principais indicadores, bem como da contribuição de cada superintendência para os avanços obtidos.

Não serão formulados indicadores para este resultado esperado.

4. Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao resultado esperado:

<u>Análise Orçamentária</u>	Financeiro Previsto (Loa + Adicionais)	Financeiro Realizado (liquidado)	Físico Previsto	Físico Realizado

5. Principais desafios:

Fortalecimento da capacidade da agência na identificação, desenvolvimento e implementação de ações de C,T&I na área de recursos hídricos;

3.9.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

As ações de C,T&I vem sendo estimuladas de maneira difusa em diferentes atividades desenvolvidas, especialmente na modernização da rede hidrometeorológica nacional, nos estudos sobre impactos da mudança do clima e na vertente de indução ao uso racional dos recursos hídricos. A condição existente difere daquela de 2010, mas não há sistematização desses resultados ou das ações empreendidas.

Ações para melhoria de desempenho

Ainda é necessário melhorar a identificação de necessidades de C,T&I e coordenar as iniciativas de acordo com os demais objetivos da gestão. O objetivo deixou de ser prioritário diante das mudanças na realidade da agência e será excluído do próximo ciclo

ITEM 4 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NA PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA

4.1. Modelo de Gestão da Agência focado em Resultados Estratégicos e estruturado por processos

4.1.1. Descrição

Modelo de Gestão da Agência focado em Resultados Estratégicos e estruturado por processos				
Nome do objetivo	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Responsável	GGES	Realizar a reestruturação da ANA com base no mapeamento e remodelagem de processos.	Bruno Pagnoccheschi	2109 55 15

Definição geral

As agências reguladoras, entre elas a ANA, foram criadas no âmbito da rediscussão sobre a reforma do aparelho do Estado, nos anos 90, com o desafio de contribuir para a modernização do Estado Brasileiro. Para tanto, fez-se necessário que tais entidades fossem dotadas de certo grau de autonomia e de uma estrutura de gestão capaz de dar respostas rápidas e efetivas à sociedade, de forma transparente e com segurança técnica e jurídica.

No transcorrer dos dez anos de existência, a ANA foi se estruturando com um corpo técnico de alta qualidade e procurou desenvolver trabalhos com vistas a definir estratégias organizacionais e de planejamento que propiciassem o cumprimento de suas atribuições, com base em um sistema de gestão eficiente e eficaz.

Em que pesem os esforços empreendidos, a instituição de mecanismos que assegurem a consolidação de um modelo de gestão sólido e estável é ainda incipiente. O atual modelo organizacional decorre de um processo que evoluiu segundo uma série de ajustes circunstanciais, no sentido de enfrentar os problemas na medida em que se apresentavam.

4.1.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Conclusão do processo de reestruturação da Agência a partir do mapeamento e remodelagem dos processos, com publicação da Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014, a qual aprova o novo Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da ANA.

<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2014/2020-2014.pdf>

2. Análise dos principais indicadores, bem como contribuição de cada superintendência para os resultados obtidos.

Todas as unidades organizacionais participaram da modelagem dos processos de trabalho e das discussões sobre estrutura.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

4.1.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Em relação aos dois desafios previstos no planejamento estratégico pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. A ANA tem nova estrutura organizacional e modelo de gestão definido, tendo sido esses os desafios formulados à época. De modo geral, esse resultado esperado encontra-se em conformidade com o planejado.

Ações para melhoria de desempenho

Para melhoria do desempenho, deverá ser realizada a manualização dos processos mapeados.

4.2. Política de relacionamento e de comunicação da Agência implementada e fortalecida

4.2.1. Descrição

Nome do objetivo	Política de relacionamento e de comunicação da Agência implementada e fortalecida			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	CAC	planejar, coordenar e avaliar as ações relativas à Assessoria Parlamentar, à Assessoria de Comunicação Social e à Assessoria Internacional	Antônio Félix	2109-5206

Definição geral

O papel da Agência, como entidade de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de regulação do uso da água, impõe a necessidade de relacionamento coordenado com diversos atores integrantes do SINGREH, com as Políticas relacionadas ao uso da água e principalmente com a sociedade, de forma a propiciar a convergência e coerência das ações.

Além desses atores, o relacionamento com entidades internacionais, com os entes políticos das esferas legislativas e executivas, e ainda com a imprensa e a mídia torna-se essencial para o exercício das funções precípua da agência, considerando a grande permeabilidade do tema com as principais questões que afetam o processo de desenvolvimento mundial e do país. Destacam-se, nesse contexto, os instrumentos de comunicação como facilitador do processo de resolução de conflitos em torno dos recursos hídricos.

Nesse sentido, uma política de relacionamento e de comunicação da ANA deve propiciar a ampliação do debate e o aprofundamento do conhecimento em relação ao tema, bem como facilitar o intercâmbio e o diálogo com os vários atores interessados ou envolvidos com o processo de gestão dos recursos hídricos.

4.2.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

A ANA definiu as estratégias e diretrizes para a Agenda Internacional, estabeleceu o Calendário de Eventos, manualizou os procedimentos para eventos, manual de relacionamento com a mídia e o

Plano de Comunicação da ANA. Todos esses visam a difusão de informações e debates para a promoção do uso racional da água e a agenda de atuação junto ao Congresso Nacional,

2. Análise dos principais indicadores, bem como contribuição de cada superintendência para os resultados obtidos.

As atividades de relações institucionais têm sido coordenadas pela CAC, sendo esta a responsável pelos resultados alcançados.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

4.2.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Ações para melhoria de desempenho

Em relação aos três desafios previstos no planejamento estratégico pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. A ANA avançou nos desafios de definição de Política coordenada de relacionamento e comunicação, transmissão de informações e no fortalecimento institucional. De modo geral, esse resultado esperado encontra-se em conformidade com o planejado

4.3. Competência/Capacidade Técnica Institucional desenvolvida e efetiva

4.3.1. Descrição

Nome do objetivo	Competência/Capacidade Técnica Institucional desenvolvida e efetiva			
	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Responsável		planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da ANA, a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de administração dos recursos de informação e informática, e de pessoal, bem como as atividades de organização e modernização administrativa		
	SAF		Luis André Muniz	2109-5111
Definição geral				
A ANA, para o cumprimento de atribuições legais como entidade reguladora, deve ser dotada de credibilidade, alicerçada nos princípios do compromisso público, e de competências técnicas e de gestão que assegurem um ambiente seguro para a gestão dos recursos hídricos.				

Para fazer frente a esses desafios, é necessário que a ANA tenha ações contínuas e estruturadas de desenvolvimento de seu capital humano, por meio do fortalecimento e da gestão da capacidade técnica instalada na organização.

O objetivo é assegurar o permanente processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus servidores, por meio da adoção de uma política de recursos humanos calcada no conhecimento, na avaliação e no melhor aproveitamento das competências existentes, implementando mecanismos de estímulo ao desempenho, técnico e gerencial, e modelos de valorização profissional focados em resultados para a instituição.

Como primeiro passo para a ampliação das competências existentes, vem sendo aprimorada a Política de Capacitação dos servidores, que se materializará por meio de planos anuais de capacitação, com metas claras e objetivas. Essa política visa a ampliar a capacidade técnica institucional e o desenvolvimento dos servidores, visando ao seu desdobramento em instrumentos de Gestão por Competências.

4.3.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

No âmbito de Política de Capacitação de servidores o Plano Anual de capacitação realizou 22.878 horas sendo que em média os servidores fizeram 123 horas, num total de 338 que participaram efetivamente de alguma iniciativa previstas. Foram empossados 27 técnicos administrativos, ingressos por meio de concurso público. Foram investidos recursos na melhoria da infraestrutura de TI, com foco na segurança e estabilidade dos serviços, e no desenvolvimento das ferramentas necessárias ao Projeto Papel Zero, que visa permitir que 100% da produção e tramitação de documentos seja realizada em meio digital.

2. Análise dos principais indicadores, bem como contribuição de cada superintendência para os resultados obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

4.3.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Ações para melhoria de desempenho

Em relação aos três desafios previstos no planejamento estratégico pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. A ANA estruturou uma Política de Capacitação com planos anuais, estruturou as equipes administrativas com técnicos oriundos de concurso público e estruturou e iniciará a operação do projeto papel zero em janeiro de 2015.

4.4. Política de Captação e de Gestão de Recursos Financeiros Implementados

4.4.1. Descrição

Nome do objetivo	Política de Captação e de Gestão de Recursos Financeiros Implementados			
Responsável	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
	SAF	planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da ANA, a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de administração dos recursos de informação e informática, e de pessoal, bem como as atividades de organização e modernização administrativa	Luis André Muniz	2109-5111

Definição geral

O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em sua concepção, definiu a destinação de recursos para assegurar sua implementação, constituídos pelas receitas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, tanto aquelas oriundas do setor elétrico, alocadas na ANA, como as dos demais usuários de águas, alocados nos orçamentos da união e dos estados, conforme a dominialidade dos rios.

Em relação às receitas da ANA, a cobrança do setor elétrico representa a maior fonte de recursos para sustentação das atividades de competência da agência, que, nos últimos anos, em decorrência do significativo contingenciamento ocasionado pelo ajuste fiscal, teve sua programação comprometida, o que impactou a capacidade de resposta do sistema como um todo.

A partir dos esforços empreendidos pela ANA no sentido de esclarecer a natureza dessa receita, o quadro foi alterado. As disposições do Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011, reconheceram a receita mencionada, correspondente ao pagamento pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico, como obrigação legal e, portanto, não sujeita ao contingenciamento dos limites para empenho no exercício.

A ampliação dos montantes disponíveis para atender a programação da ANA, referentes às receitas citadas, representou um grande avanço para o êxito na implementação das demandas afetas ao setor. Em relação às receitas arrecadadas diretamente dos demais usuários outorgáveis em rios de domínio da união, essas são integralmente transferidas para as Agências de Bacias em que foram arrecadadas, por meio de Contratos de Gestão firmados com a ANA, para aplicação em projetos e obras definidas pelos respectivos comitês.

4.4.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

O avanço mais expressivo do ponto de vista administrativo, deu-se com a mudança de patamar dos recursos financeiros destinados às ações discricionárias da Agência. As articulações levadas a cabo

com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão resultaram na alocação dos recursos destinados ao orçamento fiscal da ANA, provenientes de parcela da geração de energia do setor elétrico, em fonte diferenciada (fonte 183) que, desde 2011, vem sendo poupada das ações de contingenciamento. Com isso as ações discricionárias com que a Agência conta passaram de cerca de 70 milhões de reais em 2010 para 240 milhões em 2014. Esse incremento permitiu a retomada projetos importantes, e também de iniciativas de apoio aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, em particular os estados federados.

2. Análise dos principais indicadores, bem como contribuição de cada superintendência para os resultados obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

4.4.3. Conclusão

Avaliação do objetivo

Ações para melhoria de desempenho

Em relação aos três desafios previstos no planejamento estratégico pode-se afirmar que há situação diferente da existente em 2010. A ANA alcançou os desafios de garantir a efetiva disponibilização dos recursos, sua execução orçamentária em todos os exercícios foi superior a 90% e incorporou mecanismos que possibilitasse a atuação intersetorial e interinstitucional.

4.5. Infraestrutura e tecnologia adequadas e gerenciadas com eficiência

4.5.1. Descrição

Nome do objetivo	Infraestrutura e tecnologia adequadas e gerenciadas com eficiência			
	Unidade Envolvida	Atuação	Responsável	Contato
Responsável	SAF	planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da ANA, a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de administração dos recursos de informação e informática, e de pessoal, bem como as atividades de organização e modernização administrativa	Luis André Muniz	2109-5111

Definição geral

A estruturação da agência depende da alocação de condições de suporte e infraestrutura adequada para o desempenho de suas atividades. Com a crescente ampliação dos desafios a serem enfrentados para o cumprimento de suas atribuições e a ampliação do seu quadro de servidores, é necessário,

cada vez mais, que a ANA esteja preparada para dar respostas mais ágeis e confiáveis, o que exige maior capacidade e suporte tecnológico, insumos e infraestrutura adequada.

Nesse cenário, torna-se urgente a ampliação dos investimentos em infraestrutura e tecnologia, com vistas a oferecer instalações e equipamentos adequados de trabalho, que ofereçam boas condições ambientais, resultando em melhor qualidade de vida ao servidor, melhor clima organizacional e aumento da produtividade da ANA. No que tange às necessidades de aprimoramento da Gestão da informação, cabe destacar as atribuições da ANA em relação à operação de sistemas nacionais de grande vulto, como a Rede Hidrometeorológica Nacional e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, que envolvem integração com bases de dados de outras instituições nacionais e estaduais.

4.5.2. Análise

1. Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço dos resultados, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2014 em relação ao exercício de 2013.

Esse resultado tinha a intenção principal de garantir recursos para ações de melhoria da infraestrutura. Com a garantia de recursos de outras fontes, sobre as quais há maior governabilidade, deixou de ser uma prioridade central.

2. Análise dos principais indicadores, bem como contribuição de cada superintendência para os resultados obtidos.

Os indicadores encontram-se em processo de validação pelas áreas.

4.5.3. Conclusão

Avaliação do objetivo	Ações para melhoria de desempenho
A condição existente difere daquela de 2010, mas não há sistematização desses resultados ou das ações empreendidas.	Agilizar a execução do Contrato referente à construção do novo bloco no Setor Policial e articular com o governo federal condições para iniciar o processo de reforma do bloco L

ITEM 5 - RESULTADO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. Avaliação e avanços

- a) Estágio de desenvolvimento:

O sistema de planejamento da ANA está definido desde 2010, por meio da Portaria nº 105. Nesse sentido, para cumprir o disposto na portaria e considerando que esse sistema tem como premissa que o planejamento institucional deve estar em consonância com o planejamento governamental, os resultados esperados devem ser revisados, melhorados e aperfeiçoados durante o exercício de 2015 para o período 2016/2019, considerando o Plano Plurianual, visando ao alcance dos objetivos estratégicos.

- b) Aplicabilidade e consistência da metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos e dos resultados associados:

A fase de formulação ficou incompleta na medida em que não estabeleceu um conjunto de indicadores previamente pactuados que pudessem demonstrar os avanços ocorridos nesse ciclo inicial. O monitoramento foi realizado por meio de sistema de informações gerenciais e a conformidade de cada projeto ou ação foi atestada por área com competência específica para esta finalidade. Em relação à avaliação e revisão, serão realizadas no exercício de 2015.

c) Alinhamento com o PPA e com a Lei Orçamentária Anual:

O planejamento institucional e o planejamento governamental estão em conformidade. O sistema de planejamento prevê como princípio metodológico que os resultados esperados sejam elaborados em conformidade com o PPA inclusive no seu horizonte temporal.

d) Alinhamento com os planos estratégicos de unidades envolvidas na obtenção dos objetivos estratégicos definidos, bem como sua participação na obtenção dos indicadores definidos:

Superintendências	Diretorias
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Área de Planejamento
Superintendência de Gestão da Informação	Área de Regulação
Superintendência de Fiscalização	Área de Hidrologia
Superintendência de Regulação	Área de Gestão
Superintendência de Usos Múltiplos	
Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	
Superintendência de Apoio a Gestão	
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	

Legenda		
Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme

A metodologia utilizada não prevê que as unidades tenham planejamento estratégico próprio, cada unidade deve planejar o cumprimento dos seus programas, projetos e atividades com o intuito de contribuir para o alcance do resultado esperado planejado para a instituição. Contudo, os objetivos estratégicos e os resultados esperados foram definidos com a participação de todas as unidades. Da mesma forma, a concepção dos indicadores foi feita a partir de entrevistas em todas as unidades e sua validação, que se encontra em andamento, está sendo feita nas áreas.

e) Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade:

A primeira revisão acontecerá em 2015, coincidindo com o período do próximo PPA 2016-2019.

f) Atuação e envolvimento da alta direção (Diretores e Superintendentes), bem como demais departamentos e órgãos envolvidos na consecução de seus objetivos setoriais:

A definição dos objetivos estratégicos e dos resultados esperados é realizada em articulação com os Diretores ao longo do processo e com a participação ativa dos Superintendentes.

5.2. Análise dos indicadores de desempenho relacionados com o processo de gestão estratégica

Os indicadores foram formulados porém ainda não foram pactuados e validados pelas áreas ou apresentados para aprovação da Diretoria Colegiada.

5.3. Principais dificuldades e mudanças previstas

Resumo, análise e tratamento das principais dificuldades e entraves enfrentados no exercício para a plena implantação do processo de gestão estratégica, além de mudanças previstas para o exercício de 2015:

As principais dificuldades dizem respeito ao fato de que em apenas um dos últimos quatro anos a composição da diretoria colegiada esteve plena, o desgaste natural de um processo de reestruturação organizacional e a crise hídrica nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Atualmente, a ANA está sem um de seus diretores, concluiu o processo de reestruturação e tem atuação clara e articulada com os estados envolvidos na crise hídrica. Espera-se para o próximo ciclo a partir da revisão para o período 2016/2019 uma atuação mais pautada em programas que possibilitem entregas mais rápidas e efetivas.

ITEM 6 - INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

6.1. Avaliação do chefe da Auditoria Interna:

A Auditoria Interna da ANA avalia, quando da execução de seus trabalhos, a adequabilidade dos controles internos implementados, observando-se na elaboração dos programas de auditoria, as normas internacionais de auditoria interna (*Internacional Professional Practices Framework – IPPF / The Institute of Internal Auditors – IIA*), e os normativos e orientações emanados pela Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União.

Assim, para além da análise da conformidade legal dos atos praticados, são examinados nas auditorias os controles internos instituídos, relacionando-se aos componentes do COSO ICIF (2013), quanto aos seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento.

Nesse contexto, nos trabalhos de auditoria realizados observou-se aprimoramento nos controles internos estabelecidos, assim como oportunidades de melhorias, destacando-se os seguintes itens:

- a) existência de manuais operacionais para atividades executadas pela ANA, a exemplo de “licitações e contratos”, “gestão do patrimônio e almoxarifado”, “serviços de telefonia”, “Interáguas”, “diárias e passagens”, “Progestão” e “convênios”. Observa-se, no entanto, que alguns carecem de atualização para melhorar os processos executados pelas unidades;
- b) quanto aos aspectos relativos à ética no serviço público, está instituída a Comissão de Ética da ANA pela Portaria nº 66/2011, sendo disponibilizado link na *intranet* para consultas, denúncias e sugestões sobre o assunto;
- c) a ANA não conta, ainda, com processo de gerenciamento de riscos institucional, possuindo, no entanto, seu planejamento estratégico bem definido. Também, publicou novo regimento interno, com reestruturação institucional, resultado do mapeamento e remodelagem dos processos organizacionais que visaram ao desenvolvimento de soluções organizacionais e gerenciais necessárias à eficaz e eficiente atuação do Órgão;

- d) observou-se que algumas unidades auditadas já utilizam meios de monitoramento, com a publicação de relatórios e boletins periódicos contendo as informações produzidas pelo setor;
- e) a Agência possui Plano de Capacitação formalizado, que conta com sugestões de todas as áreas da Instituição, atendendo às demandas necessárias à boa execução dos serviços;
- f) os processos inerentes ao setor de pessoal estão sendo realizados a contento, verificando-se a existência de controles tais como sistemas informatizados próprios, que resultam em mais eficiência e confiabilidade na execução das ações pertinentes;
- g) no Índice de Governança de TI (IGovTI) 2014 a ANA aparece na 114ª posição entre 372 instituições analisadas, sete posições à frente do levantamento anterior. A nota em 2014 foi de 0,54, enquanto em 2012 foi de 0,51 e 2010 de 0,19. A evolução apresentada é resultado do aprimoramento constante na área de governança de TI;
- i) ausência de segregação de função em alguns processos analisados, destacando-se a falta de setor de compras para aquisição de bens e serviços, que resulta na concentração das diversas tarefas a cargo de um mesmo setor; e
- h) o reduzido quadro de servidores efetivos afeta diversos setores da Agência, destacando-se as constatações realizadas nos setores de Patrimônio e Almoxarifado e na área de Tecnologia da Informação.

Por todo exposto, conclui-se que os processos de controles internos administrativos da Agência estão em processo de aperfeiçoamento constante. Registra-se a necessidade da implementação da avaliação e gerenciamento de riscos, assim como dos indicadores de desempenho institucional, instrumentos imprescindíveis, que possibilitam promover a melhoria da gestão. As recomendações emitidas pela Auditoria visam agregar valor e adequar os controles, trazendo maior confiabilidade e integridade às informações, conformidade com leis e regulamentos, e aumentando a eficácia e eficiência das operações e programas

6.2. Atividades de correição:

a) Base normativa aplicável:

Conforme sua estrutura organizacional, a ANA dispõe de uma unidade voltada para as atividades relacionadas à correição, a Corregedoria – COR, administrativamente subordinada à Diretoria-Colegiada e tecnicamente sujeita à orientação normativa e supervisão da Controladoria-Geral da União – CGU.

As atribuições de competência da COR estão previstas no Decreto nº 3.692, de 19/12/2000, no seu art. 9º, incisos I a IV.

No Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução ANA nº 567, de 19/08/2009, a unidade correicional foi incumbida também das atividades de ouvidoria, conforme o art. 19, incisos I a VII.

Com o advento da Lei de Acesso a Informação – LAI – Lei nº 12.527, de 18/11/2011, o Corregedor da ANA foi designado autoridade de monitoramento para os fins previstos no art. 40 daquela norma legal (Portaria ANA nº 63, de 22/03/2012, publicada no DOU de 23/03/2012). Foi igualmente incumbido de supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/ANA, exigido no art. 9º, inciso I, da LAI, conforme a Resolução ANA nº 465, de 03/04/2012.

b) Apuração dos ilícitos administrativos cometidos por servidores:

Tabela 3 – Apuração de ilícitos administrativos cometidos por servidores:

COMISSÕES INSTAURADAS			
ESTOQUE	AUTUADAS	JULGADAS	ESTOQUE
ATÉ 2013	2014	EM 2014	ATUAL (até 31-12)
0	1	1	0

Análise das principais infrações e medidas de prevenção: No âmbito disciplinar, no exercício de 2014, a atuação da unidade correicional manteve sua atuação voltada precipuamente ao Processo Administrativo Disciplinar – PAD - nº 00190.004329/2013-82, instaurado pela Portaria nº 316, de 14/02/2013, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União (publicada no Diário Oficial da União de 18/02/2013), e conduzida por comissão cuja presidência foi incumbida ao Corregedor da ANA; apuração disciplinar de objeto complexo, relativa aos fatos investigados na “Operação Porto Seguro”, da Polícia Federal. Não houve medida disciplinar – sindicância ou PAD – instaurada pela Corregedoria da Agência, não se configurando assim hipótese de registro com observância aos preceitos contidos na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União-CGU.

Não foram identificadas, na esfera de atribuições da unidade de correição da ANA durante o exercício de 2014, ocorrências de dano ao Erário que reclamassem apuração de responsabilidade disciplinar ou outro encaminhamento

- c) Informações sobre o cumprimento, pela instância de correição da UJ, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007, da Controladoria Geral da União – CGU:

A Corregedoria da Agência integra o Sistema de Correições do Poder Executivo Federal como Unidade Seccional, nos termos do o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e está, por isso, em consonância com os preceitos contidos na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União-CGU.

6.3. Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

Quadro 2 – Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: Respondida em grupo por representantes das áreas finalísticas, por intermédio dos assessores das Diretorias, das áreas de articulação e comunicação, de gestão estratégica e de auditoria interna.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

O controle interno da Agência é avaliado pela unidade de Auditoria Interna - AUD. A situação da ANA em relação ao funcionamento dos controles internos apresenta evolução nos últimos exercícios com aprimoramento do processo de planejamento e gestão.

Conforme informado no item 9.3 deste relatório “Atuação da Auditoria Interna”, em 26 de novembro de 2012 foi celebrado, com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Contrato de Licença de Uso Gratuito do *Software* “Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI”, cujos procedimentos para implementação foram desenvolvidos pela área de informática no primeiro semestre de 2013. Ressalte-se que o *software* encontra-se em fase final de ajuste e adequação para ser implementado, após os servidores lotados na unidade de Auditoria serem treinados, o que permitirá maior eficiência e agilidade nos trabalhos de Controle Interno da ANA a partir de 2014.

6.4. Balanço recomendações do plano permanente de providências da CGU

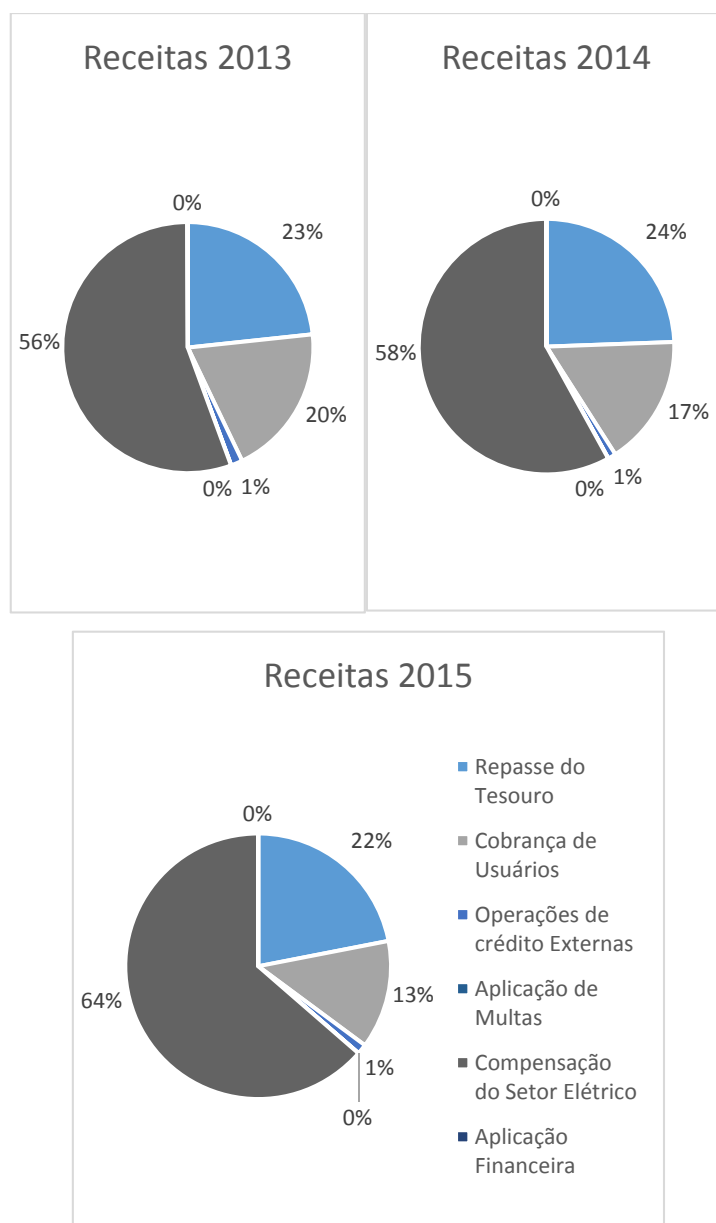
As informações encontram-se no item 14 – Atendimento de demandas de órgãos de controle.

ITEM 7 - PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS

Finanças da ANA em R\$ milhares**Principais receitas****Tabela 4 – Principais receitas da ANA:**

Receitas	2013	2014	2015
Repasse do Tesouro	92.811	96.846	93.548
Cobrança de Usuários	77.849	65.606	56.255
Operações de crédito Externas	6.000	4.000	5.194
Aplicação de Multas	53	96	104
Compensação do Setor Elétrico	221.041	230.074	271.180
Aplicação Financeira	258	80	0
Total	398.012	396.702	426.281

Gráfico 1 – Distribuição das Receitas



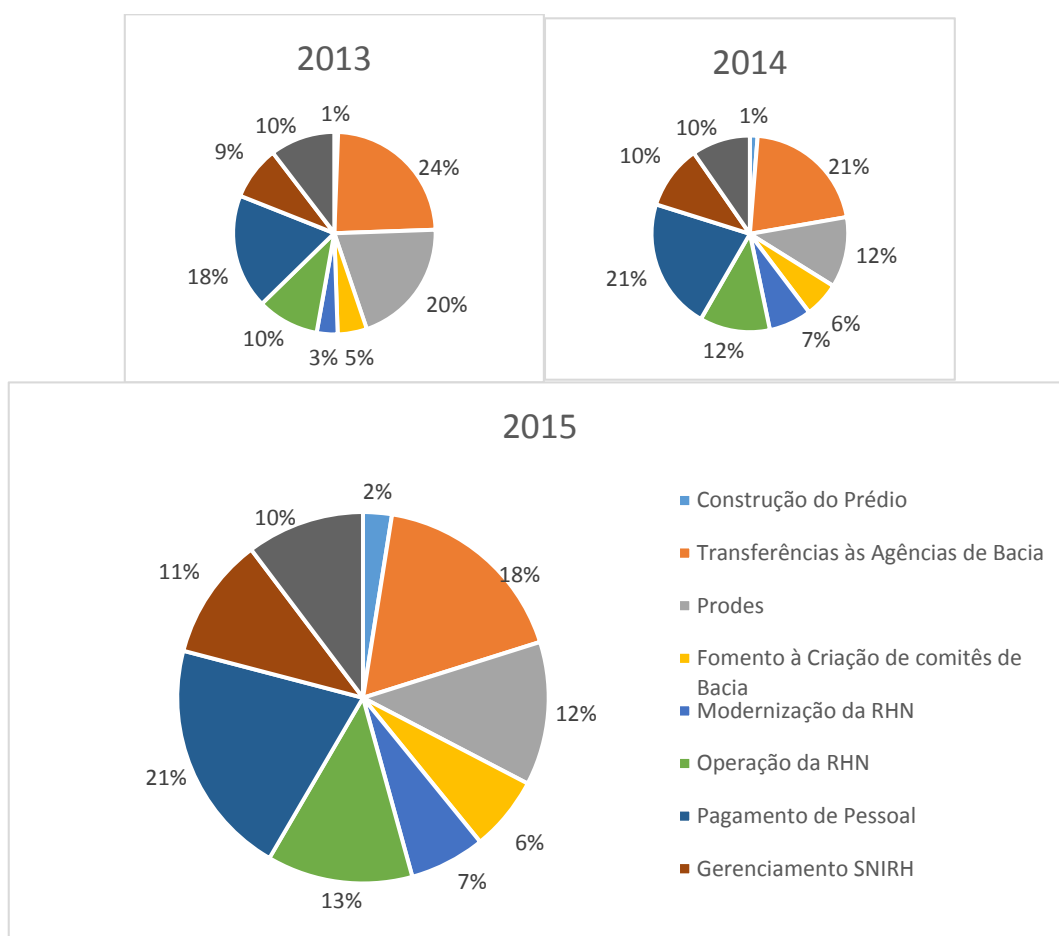
Finanças da ANA em R\$ milhares

Principais despesas

Tabela 5 – Principais despesas da ANA:

Despesas	2013	2014	2015
Construção do Prédio	2.000	4.000	8.000
Transferências às Agências de Bacia	78.793	65.647	56.255
Prodes	67.225	36.402	39.874
Fomento à Criação de comitês de Bacia	15.378	18.175	20.700
Modernização da RHN	11.080	21.983	21.000
Operação da RHN	32.669	36.251	40.500
Pagamento de Pessoal	60.497	67.402	65.910
Gerenciamento SNIRH	28.391	32.829	33.950
Administração da Unidade	34.302	30.205	32.811

Gráfico 2 – Distribuição das principais despesas



ITEM 8 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

8.1. Canais de acesso do cidadão e informações sobre o atendimento

Conforme levantamento feito para fins de observância da periodicidade determinada pelo art. 30, inciso III, da Lei nº 12.527, de 2011, e publicado na página desta Agência na internet, no período de junho de 2013 a maio de 2014, o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/ANA recebeu 2888 solicitações de acesso a informação, que tiveram os seguintes encaminhamentos:

- 2604 pedidos foram atendidos pelo próprio SIC/ANA, com o fornecimento das informações solicitadas aos interessados;
- 89 pedidos foram redirecionados para atendimento diretamente por outros setores da ANA (tais como a ASCOM, o CEDOC e o Protocolo-Geral);
- 195 pedidos foram indeferidos.

Houve considerável aumento no quantitativo de demandas se observado o primeiro ano de vigência da LAI, quando o SIC/ANA recebeu 1222 pedidos, conforme demonstrativo melhor detalhado no quadro que segue:

Tabela 6 – Demandas ao SIC da ANA

Demandas ao SIC/ANA	Período de junho/2012 a maio/2013 – 1º ano da LAI	Período de junho de 2013 a maio 2014 – 2º ano da LAI

- Respondidas pelo SIC	1033	2604
- Pedidos redirecionados	50	89
- Pedidos indeferidos	139	195
Total de demandas	1222	2888

Todavia, os assuntos demandados ao SIC/ANA não trouxeram elementos ou dados relevantes para reclamar ou sugerir providências de natureza gerencial. Os cinco assuntos com maior quantitativo de demandas respondidas foram, em ordem decrescente:

- 1º serviços de fornecimento de água e saneamento – 1261 pedidos;
- 2º dados hidrológicos da rede de monitoramento hidrometeorológica - 346 pedidos;
- 3º cursos oferecidos pela ANA – 157 pedidos;
- 4º outorga de direito de uso de recursos hídricos – 136 pedidos;
- 5º atribuições institucionais da ANA- 112 pedidos.

As demandas vieram principalmente por correio eletrônico. Não se registrou quantidade significativa de solicitações por via postal ou por telefone; tampouco formuladas mediante o comparecimento pessoal do interessado nas dependências do SIC-ANA. As solicitações de acesso a informação foram atendidas tempestivamente, com observância dos prazos estabelecidos na LAI.

8.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Em atendimento ao disposto no Decreto nº 6.932 de 11 de agosto de 2009, foi criada uma Comissão para elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão da ANA. O processo foi realizado primeiramente consolidando-se as informações já existentes na casa, posteriormente foi encaminhado às áreas técnicas essas informações consolidadas para contribuições. A Carta encontra-se ainda em sua primeira edição, e o caminho de acesso a seu conteúdo é: http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20120510104907_Carta_de_Servicos_da_ANA.pdf. A carta de serviços ao cidadão será atualizada em 2015.

8.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Até o presente momento não foi realizada pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços da ANA.

8.4. Acesso às informações da ANA

Tabela 7 – principais canais de acesso à informação da ANA:

Endereço eletrônico	Relatório	Periodicidade de atualização
http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreAna/metasinstitucionais.aspx	Metas Institucionais	Anual
	Balanços Financeiros e Orçamentários	
http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreAna/prestacaodecontas.aspx	Relatórios de Gestão	Anual
	Relatório de Auditoria de Gestão	
http://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/Organograma_INTERNET.pdf	Estrutura Organizacional	Quando ocorrem alterações

http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2014/2020-2014.pdf	Regimentos Internos	Quando ocorrem alterações
http://www2.ana.gov.br/Paginas/acessoainformacao/so-brealei.aspx	Acesso à Informação	Anual
http://www2.ana.gov.br/Paginas/acessoainformacao/acoesprogramas.aspx	Ações, Programas e Projetos	anual
http://acessoinformacao.ana.gov.br/Despesas/Despesas.aspx	Plano Gerencial Interno	Anual

8.5. Avaliação de desempenho da ANA

A partir do Decreto nº 7133/2010 a ANA regulamentou internamente os procedimentos para avaliação de desempenho e desenvolveu sistema de suporte. Concluiu quatro períodos avaliativos: 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014. No primeiro período obteve como resultado 93,62%, no segundo período alcançou 95,60%, no terceiro período 92,36% e no último período 94,60%.

ITEM 9 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA (INTERÁGUAS)

Integra o Anexo X deste relatório, o 3º Relatório de Avaliação e Monitoramento do INTERÁGUAS, abordando as atividades compreendidas entre 1º de julho de 2013 à 30 de junho de 2014, tendo sido utilizadas na sua elaboração informações disponibilizadas pelas Unidades de Gerenciamento do Programa – UGPs dos Ministérios do Meio Ambiente – MMA, do Ministério da Integração Nacional – MI, do Ministério das Cidades – MCid e da Agência Nacional de Águas – ANA. Também foram utilizadas como suporte as informações constantes das Ajudas à Memória elaboradas após as missões de apoio à implementação do Programa INTERÁGUAS durante o período.

Não estão inseridas no 3º Relatório de Avaliação e Monitoramento as atividades referentes ao período de julho a dezembro de 2014, pois essas informações serão apresentadas no 4º Relatório de Monitoramento, o qual se encontra em fase de elaboração.

Abaixo é apresentado um quadro que atualiza as atividades implementadas pela ANA no âmbito do INTERÁGUAS até dezembro de 2014.

Tabela 8 - Atividades realizadas no âmbito do INTERÁGUAS/ANA:

Nº	Atividade	Valor (R\$)	Situação
1	Avaliação Hidrogeológica dos Sistemas Aquíferos Cársticos e Físsuro-Cársticos na Região Hidrográfica do São Francisco, com vistas à Gestão Integrada e Compartilhada dos Recursos Hídricos	5.746.864,94(C)	Contratado em 18/07/2013
2	Elaboração do Estudo Modelagem Quantitativa e Qualitativa de trechos de rio em Bacias Hidrográficas consideradas críticas	4.310.968,84(C)	Contratado em 04/02/2014
3	Elaboração do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos	5.246.354,82(C)	Contratado em 04/02/2014
4	Plano Nacional de Segurança Hídrica – critérios, seleção e detalhamento de intervenções estratégicas	5.492.753,21(C)	Contratado em 29/08/2014

5	Avaliação <i>Ex-ante</i> do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS	50.694,07(C)	Contrato finalizado em 30/07/2014
6	Apoio à formulação de indicadores para os resultados estratégicos da ANA, com o intuito de aferir os avanços alcançados pelo desempenho da Agência	77.040,00(C)	Contrato finalizado em 23/07/2014
7	Elaboração de propostas para inserção da temática da água no processo de construção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando nesse contexto também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	46.860,33(C)	Contrato finalizado em 30/09/2014
8	Definição de critérios e formas de proteção de edificações e infraestruturas contra os efeitos de remanso decorrentes da passagem de cheias por reservatórios, para fins de emissão de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica e outorgas para novos barramentos, com a atualização do Manual de Estudos de Disponibilidade Hídrica	53.250,38(C)	Contratado em 07/07/2014
9	Levantamento e sistematização do arcabouço institucional e legal brasileiro relativo a inundações e a operação de reservatórios de usos múltiplos	98.406,69(C)	Contratado em 13/05/2014
10	Elaboração de estimativa da área irrigada e consumo de água para irrigação na Bacia Hidrográfica do Rio Grande	118.907,73(C)	Contratado em 25/07/2014
11	Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento de gestão de recursos hídricos: a outorga de direito de uso de recursos hídricos frente às incertezas dos cenários futuros de disponibilidade de água em bacias brasileiras	60.832,88(C)	Contratado em 21/07/2014
12	Elaboração de proposta de aperfeiçoamento do instrumento outorga de direito de uso de recursos hídricos em situações de indisponibilidade de água em corpos hídricos com utilização intensiva e de disponibilidade hídrica esgotada.	81.110,51 (C)	Contratado em 10/12/2014
13	Batimetria nos reservatórios Engenheiro Ávidos e São Gonçalo na Paraíba	189.000,00(C)	Contrato finalizado em 20/08/2014
14	Elaboração de critérios para subsidiar ações de planejamento e modernização da Rede Fluviométrica da ANA	74.550,53 (E)	Em fase de avaliação de currículos (Jan/2015)
15	Elaboração de critérios para subsidiar ações de planejamento e modernização da Rede Hidrometeorológica Pluviométrica da ANA	74.550,53 (E)	Em fase de avaliação de currículos (Jan/2015)
16	Avaliação e proposição de metodologias para o aperfeiçoamento técnico das análises do aspecto qualidade de água dos pleitos de outorga de lançamentos em reservatórios	94.159,64 (E)	Em fase de ajuste dos Termos de Referência

Atualizado em Jan/2015

(E) Valor estimado

(C) Valor do contrato

PARTE B - INFORMAÇÕES SOBRE OS ITENS DE 9 A 16 REF 6 A 13

ITEM 10 - TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

10.1. Programação e Execução das despesas

10.1.1. Programação das despesas

Quadro 3 - Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas			Código UO: 44205		UGO: 443003			
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL			75.528.801,00		547.500,00		258.399.575,00	
CRÉDITOS	Suplementares		5.167.384,00		0,00		11.640.653,00	
	Especiais	Abertos	5.167.384,00		0,00		14.731.700,00	
		Reabertos	0,00		0,00		0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00		0,00		0,00	
		Reabertos	0,00		0,00		0,00	
	Créditos Cancelados		0,00		0,00		3.091.047,00	
	Outras Operações			0,00		0,00		0,00
Dotação final 2014 (A)			80.696.185,00		547.500,00		270.040.228,00	
Dotação final 2013(B)			71.661.230,00		446.600,00		286.858.173,00	
Variação (A/B-1)*100			12,61		22,59		-5,86	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital				9 - Reserva de Contingência	
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO NICIAL			47.969.000,00		0,00		0,00	
CRÉDITOS	Suplementares		0,00		0,00		0,00	
	Especiais	Abertos	0,00		0,00		0,00	
		Reabertos	0,00		0,00		0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00		0,00		0,00	
		Reabertos	0,00		0,00		0,00	
	Créditos Cancelados		0,00		0,00		0,00	
	Outras Operações			0,00		0,00		0,00
Dotação final 2014 (A)			47.969.000,00		0,00		0,00	
Dotação final 2013(B)			42.757.034,00		0,00		0,00	
Variação (A/B-1)*100			12,19					

Fonte: SIAFI/STN

10.1.1.1. Análise Crítica

No que diz respeito à programação da despesa a que se referem os quadros demonstrativos acima, cabem as seguintes considerações.

A Unidade Orçamentária 44205 – Agência Nacional de Águas - ANA, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, tem sua Programação Orçamentária e Financeira sob a responsabilidade da Unidade Gestora 443003 – Gerência de Orçamento e Finanças/SAF/ANA, que desempenha, dentre outros, o papel de unidade descentralizadora (não-executora) de recursos.

I - Lei Orçamentária Anual – LOA 2014

De acordo com a Lei nº 12.952, de 20/01/2014 – LOA/2014, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2014, o orçamento da ANA foi estimado em R\$ 382.444.876,00. Esse valor foi 3% inferior ao valor aprovado na LOA/2013.

Em termos de valores e de percentuais, o Orçamento aprovado para a ANA, por Grupos de Despesas, foi distribuído da seguinte maneira:

Tabela 9– LOA/2014 – Por Grupos de Despesas:

ND	LOA/2014 (R\$)	%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.528.801,00	19,75
2 - Juros e Encargos da Dívida	547.500,00	0,14
3 - Outras Despesas Correntes	258.399.575,00	67,57
4 - Investimentos	47.969.000,00	12,54
Total	382.444.876,00	100,00%

Fonte: SIAFI/STN

O quadro abaixo detalha o orçamento da ANA, em 2014, em comparação percentual com o orçamento aprovado em 2013:

Tabela 10 - Comparação percentual: LOA/2014 e LOA/2013 – Por Grupos de Despesas GND	LOA/2013 (R\$)	LOA/2014 (R\$)	VARIACÃO %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.880.522,00	75.528.801,00	11,27
2 - Juros e Encargos da Dívida	446.600,00	547.500,00	22,59
3 - Outras Despesas Correntes	283.266.273,00	258.399.575,00	-8,78
4 - Investimentos	42.757.034,00	47.969.000,00	12,19
Total	394.350.429,00	382.444.876,00	-3,02

Fonte: SIAFI/STN

Observando-se o quadro acima, consideramos merecedores de destaque o Grupo Outras Despesas Correntes, que sofreu variação negativa entre os dois exercícios, isto decorreu da diminuição da arrecadação na fonte 83 devido à estiagem prolongada, que acarretou na diminuição da geração de energia nas hidroelétricas. As variações positivas observadas nos demais Grupos podem ser consideradas normais, sendo decorrentes de crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores (Grupo 1).

No que diz respeito à Reserva de Contingência, desde 2012 verificou-se uma significativa redução de recursos (99,98%), que se deu em decorrência do Decreto nº 7.402, de 22/12/2010. De acordo com esse Decreto, as receitas referentes ao pagamento pelo uso de recursos hídricos oriundas do setor elétrico passaram a ser consideradas cobrança pelo uso da água e, portanto, uma obrigação legal da União, não estando sujeitas a contingenciamentos e limitações para movimentação e empenho. Por conta disso, em 2011, foi criada a fonte de recursos 83 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos e foram feitos ajustes nas dotações orçamentárias da ANA, cancelando-se recursos da fonte 34 – Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos para alocação na fonte 83. A partir de 2011, a fonte 34 deixou de fazer parte do orçamento da ANA, o que fez com que deixasse de existir Reserva de Contingência nessa fonte de recursos no âmbito da Agência.

Quanto ao Grupo Juros e Encargos da Dívida, cuja programação orçamentária é 28.844.0906.0284.0001 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, para o exercício de 2014, foi incluído o valor de R\$ 547.500,00. Esse valor se referia às parcelas a serem honradas com o pagamento de juros do Acordo de Empréstimo nº 8074-BR, relativo ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.

No que diz respeito às emendas parlamentares, verificou-se um corte, entre o PLOA/2014 e a LOA/2014, no valor de R\$ 300.000,00, distribuídos conforme o quadro abaixo.

Tabela 11 - Emendas ao Orçamento da ANA – 2014

Programa de Trabalho		Emendas
18.122.2124.2000.0001	Administração da Unidade	-300.000,00
Total:		-300.000,00

Fonte: SIAFI/STN

II - Créditos Adicionais - 2014

A ANA encerrou o exercício financeiro de 2014 com uma dotação de Lei, acrescida de créditos adicionais abertos no exercício (Lei + Créditos), no valor de R\$ 399.252.913,00. Os quadros abaixo mostram os valores da LOA + Créditos, distribuídos por fontes de recursos e por Grupos de Despesas.

Tabela 12 - Fontes de Recursos 2014 (Lei + Créditos)

Fonte de Recursos		Em R\$		
		Dotação Inicial	Créditos Aprovados	Lei+Créditos
0100	Recursos Ordinários	91.719.410,00	5.126.977,00	96.846.387,00
0116	Rec.Outorga de Dir.de Uso de Rec.Hídricos - ANA	54.541.474,00	11.065.070,00	65.606.544,00
0144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	547.500,00	0,00	547.500,00
0148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	6.000.000,00	-2.000.000,00	4.000.000,00
0150	Recursos Próprios Não Financeiros	181,00	0,00	181,00
0174	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	96.793,00	0,00	96.793,00

0183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	229.458.692,00	0,00	229.458.692,00
0280	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	80.826,00	0,00	80.826,00
0383	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	0,00	615.990,00	615.990,00
0388	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Total		382.444.876,00	16.808.037,00	399.252.913,00

Fonte: SIAFI/STN

A respeito do quadro acima, é importante salientar que, conforme já mencionado antes, em decorrência dos dispositivos contidos no Decreto nº 7.402, de 22/12/2010, as receitas referentes ao pagamento pelo uso de recursos hídricos oriundas do setor elétrico, passaram a ser consideradas cobrança pelo uso da água e, portanto, uma obrigação legal da União, não estando sujeitas a contingenciamentos e limitações para movimentação e empenho. Por esse motivo, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP criou a fonte 83 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos, por intermédio da Portaria SOF nº 1, de 19/02/2011.

As despesas relacionadas à fonte de recursos 83 estão inseridas no Anexo III da Lei nº 12.919, de 24/12/2013 – LDO/2014, como despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União, conforme abaixo:

49. Despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se referem os incisos I, III, IV e V do art. 12 da Lei no 9.433, de 08/01/1997 (Lei no 10.881, de 09/06/2004, e Decreto no 7.402, de 22/12/2010).

Tabela 13 – Abertura de créditos adicionais por grupo de despesa

Grupo de Despesa		Dotação Inicial	Créditos Aprovados	Lei+Créditos
1	Pessoal e Encargos Sociais	75.528.801,00	5.167.384,00	80.696.185,00
2	Juros e Encargos da Dívida	547.500,00	0,00	547.500,00
3	Outras Despesas Correntes	258.399.575,00	11.640.653,00	270.040.228,00
4	Investimentos	47.969.000,00	0,00	47.969.000,00
Total		382.444.876,00	16.808.037,00	399.252.913,00

Em 2014, o orçamento da ANA sofreu modificações decorrentes da abertura de créditos adicionais (suplementações), que resultaram em um acréscimo em relação à dotação inicial de R\$ 16.808.037,00. O quadro abaixo detalha as programações que sofreram alterações no decorrer do exercício.

Tabela 14 - Créditos Adicionais abertos em 2014

Projeto/Atividade		Valores
Suplementações		
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	367.384,00
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	3.800.000,00
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o	1.000.000,00

	Custeio do Regime Geral de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
2000	Administração da Unidade	2.615.990,00
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	-50.407,00
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	10.000,00
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/97 e nº 10.881/04)	11.065.070,00
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	-2.000.000,00
Total de Suplementações (a)		16.808.037,00

Fonte: SIAFI/STN

Seguem, abaixo, comentários julgados importantes a respeito dos créditos abertos no exercício:

Tabela 15 - Créditos Abertos - Pessoal e Encargos Sociais

		Em R\$
Projeto/Atividade		Créditos Aprovados
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	367.384,00
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	3.800.000,00
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime Geral de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.000.000,00
Total		5.167.384,00

Fonte: SIAFI/STN

Como já havia acontecido em exercícios anteriores, os recursos destinados às despesas do Grupo 1 (Pessoal e Encargos Sociais) se mostraram insuficientes para o atendimento das reais necessidades da Agência. Essa distorção foi corrigida no decorrer do exercício financeiro, por intermédio da abertura de créditos adicionais, que atingiram o montante de R\$ 5.167.384,00, elevando a dotação de Pessoal para R\$ 80.696.185,00.

Tabela 16 – Créditos Abertos - Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/97 e nº 10.881/04)

		Em R\$
Planos Orçamentários		Créditos Aprovados
44205.18.54.42026.00LX.0001	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	5.609.296,00
44205.18.54.42026.00LX.0002	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce	3.010.627,00
44205.18.54.42026.00LX.0003	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	3.485.787,00
44205.18.54.42026.00LX.0004	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	6.202.714,00
44205.18.54.42026.00LX.0005	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	-552.496,00

44205.18.54.42026.00LX.0006	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	-6.690.858,00
Total		11.065.070,00

Fonte: SIAFI/STN

10.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 4 - Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	193034	44205.18.544.2026.20WI	0,00	0,00	171.207,98
		193034		0,00	0,00	48.000,00
		440078		0,00	0,00	1.487.059,66
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 5 - Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	110355	44205.18.544.2026.20WI	0,00	0,00	1.092.732,90
		153045		0,00	0,00	650.000,00
		158133		0,00	0,00	961.576,72

		160509		0,00	0,00	6.510,94
		240005		0,00	0,00	448.812,44
				0,00	0,00	198.045,54
				0,00	0,00	1.120.000,00
				0,00	0,00	890.441,52
				0,00	0,00	6.831.190,17
				0,00	0,00	768.647,87
				0,00	0,00	147.310,32
				0,00	0,00	291.202,14
				0,00	0,00	485.109,94
				135016	0,00	75.645,00
		495001		19.037.156,00	0,00	0,00
Recebidos	110407	443003	52101.05.122.2108.2000	0,00	0,00	300.393,94
	110407		52101.05.542.2058.20X4	0,00	0,00	574.983,08
	240101		24101.19.122.2106.2000	0,00	0,00	3.701.878,26
	364001		24201.19.122.2106.2000	0,00	0,00	300.393,94
	203001		24205.19.122.2106.2000	0,00	0,00	2.203.301,00
	530025		53101.04.122.2111.140U	0,00	0,00	823.912,99
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	443003	495001	44205.18.544.2026.20WI	3.446.050,00	0,00	0,00
		135016	44205.18.544.2026.20WI	30.145,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/STN

10.3. Realização da Despesa

10.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 6 - Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas	Código UO: 44205		UGO: 443003	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	60.253.919,16	56.654.387,05	59.196.529,14	56.454.134,83
a) Convite	0,00	13.183,33	0,00	13.183,33
b) Tomada de Preços	0,00	339.172,30	0,00	339.172,30
c) Concorrência	5.852.325,46	15.238.366,28	4.990.295,72	15.238.366,28
d) Pregão	54.401.593,70	41.063.590,34	54.206.233,42	40.863.338,12
e) Concurso	0,00	74,80	0,00	74,80
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	12.585.805,16	59.484.390,81	12.577.356,44	59.472.693,57

h) Dispensa	5.471.412,21	4.363.423,13	5.463.548,01	4.355.445,92
i) Inexigibilidade	7.114.392,95	55.120.967,68	7.113.808,43	55.117.247,65
3. Regime de Execução Especial	30.156,95	26.267,79	30.156,95	26.267,79
j) Suprimento de Fundos	30.156,95	26.267,79	30.156,95	26.267,79
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	82.386.807,39	71.222.160,00	82.386.807,39	71.222.160,00
k) Pagamento em Folha	81.183.860,86	70.187.298,10	81.183.860,86	70.187.298,10
l) Diárias	1.202.946,53	1.034.861,90	1.202.946,53	1.034.861,90
5. Outros	105.686.970,42	88.678.020,50	105.531.276,03	88.563.584,96
6. Total (1+2+3+4+5)	260.943.659,08	276.065.226,15	259.722.125,95	275.738.841,15

Fonte: SIAFI/STN

10.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro 7 - Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas	Código UO: 44205		UGO: 443003	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	54.922.082,51	49.812.612,14	54.060.052,77	49.812.612,14
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	339.172,30	0,00	339.172,30
c) Concorrência	5.852.325,46	15.042.493,69	4.990.295,72	15.042.493,69
d) Pregão	49.069.757,05	34.430.946,15	49.069.757,05	34.430.946,15
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	10.784.497,91	58.105.378,58	10.784.497,91	58.105.378,58
h) Dispensa	3.704.436,23	3.017.854,79	3.704.436,23	3.017.854,79
i) Inexigibilidade	7.080.061,68	55.087.523,79	7.080.061,68	55.087.523,79
3. Regime de Execução Especial	30.156,95	26.267,79	30.156,95	26.267,79
j) Suprimento de Fundos	30.156,95	26.267,79	30.156,95	26.267,79
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	82.373.751,59	71.293.584,31	82.373.751,59	71.293.584,31
k) Pagamento em Folha	81.183.860,86	70.258.722,41	81.183.860,86	70.258.722,41
l) Diárias	1.189.890,73	1.034.861,90	1.189.890,73	1.034.861,90
5. Outros	81.128.847,95	76.860.552,69	81.128.847,95	76.860.552,69
6. Total (1+2+3+4+5)	229.239.336,91	256.098.395,51	228.377.307,17	256.098.395,51

Fonte: SIAFI/STN

10.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 8 - Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas					Código UO: 44205		UGO: 443003	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal	79.709.924,30	70.258.722,41	79.002.978,90	70.187.298,10	706.945,40	71.424,31	79.002.978,90	670.857,06
01 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	562.384,00	95.986,28	447.296,98	95.986,28	115.087,02	0,00	447.296,98	95.986,28
07 - CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	10.000,00	0,00	6.636,49	0,00	3.363,51	0,00	6.636,49	0,00
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	64.937.696,19	57.673.357,03	64.937.693,19	57.673.357,03	3,00	0,00	64.937.693,19	0,00
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	13.794.154,00	11.705.444,08	13.205.663,09	11.705.444,08	588.490,91	0,00	13.205.663,09	0,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	123.315,87	128.816,82	123.315,87	128.816,82	0,00	0,00	123.315,87	0,00
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	5.505,06	5.575,08	5.505,06	5.575,08	0,00	0,00	5.505,06	0,00
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.636,00	3.248,03	13.635,04	3.248,03	0,96	0,00	13.635,04	0,00
96 - RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	263.233,18	646.295,09	263.233,18	574.870,78	0,00	71.424,31	263.233,18	574.870,78
2. Juros e Encargos da Dívida	91.722,75	49.980,71	91.722,75	49.980,71	0,00	0,00	91.722,75	49.980,71
21 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	91.722,75	49.980,71	91.722,75	49.980,71	0,00	0,00	91.722,75	49.980,71
3. Outras Despesas Correntes	216.528.993,58	254.181.575,02	143.557.821,80	193.003.482,39	72.971.171,78	61.178.092,63	142.695.792,06	192.677.097,39
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	104.000,00	87.149,94	86.629,69	87.149,94	17.370,31	0,00	86.629,69	87.149,94
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.131.282,38	1.034.861,90	1.130.962,84	1.034.861,90	319,54	0,00	1.130.962,84	1.034.861,90
15 - DIARIAS - PESSOAL MILITAR	14.320,59	0,00	14.320,59	0,00	0,00	0,00	14.320,59	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.634.378,92	3.766.450,28	284.045,37	2.032.800,28	1.350.333,55	1.733.650,00	284.045,37	1.929.981,53
32 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST GRATUITA	181.307,90	76.445,73	126.262,90	52.672,00	55.045,00	23.773,73	126.262,90	52.672,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.733.356,71	4.020.567,61	3.693.127,83	3.688.406,16	1.040.228,88	332.161,45	3.693.127,83	3.677.486,95

34 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO	0,00	2.840.978,87	0,00	2.840.978,87	0,00	0,00		2.840.978,87
35 - SERVICOS DE CONSULTORIA	18.091.011,75	13.922.812,90	11.525.923,93	6.665.279,14	6.565.087,82	7.257.533,76	10.663.894,19	6.665.279,14
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	241.807,30	4.438.327,56	174.809,07	4.359.559,47	66.998,23	78.768,09	174.809,07	4.329.858,74
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	17.949.469,60	18.593.970,96	15.108.896,98	15.959.776,85	2.840.572,62	2.634.194,11	15.108.896,98	15.868.025,48
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	81.736.922,46	118.490.316,66	31.553.933,85	85.263.273,16	50.182.988,61	33.227.043,50	31.553.933,85	85.226.145,90
41 - CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	86.924.053,33	80.118.421,23	76.166.143,93	64.340.443,75	10.757.909,40	15.777.977,48	76.166.143,93	64.340.443,75
46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	1.511.272,00	1.454.373,02	1.493.723,30	1.454.373,02	17.548,70	0,00	1.493.723,30	1.454.373,02
47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	14.308,75	878.353,20	14.235,31	802.417,82	73,44	75.935,38	14.235,31	774.900,75
49 - AUXILIO-TRANSPORTE	1.044,00	868,90	884,31	868,90	159,69	0,00	884,31	868,90
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	737.093,47	1.496.700,59	737.093,47	1.496.700,59	0,00	0,00	737.093,47	1.496.700,59
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.523.364,42	894.155,73	1.446.828,43	862.062,06	76.535,99	32.093,67	1.446.828,43	862.062,06
95 - INDENIZACAO PELA EXECUCAO TRABALHOS DE CAMPO	0,00	2.066.819,94	0,00	2.061.858,48	0,00	4.961,46	0,00	2.035.307,87
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.698.346,58	5.453.800,62	3.560.290,18	4.093.491,77	138.056,40	1.360.308,85	3.560.290,18	4.093.491,77
41 – Contribuições – Fundo a Fundo	4.923.891,01	507.203,16		0,00	4.923.891,01	507.203,16		0,00
42 - Auxílios	0,00	1.885.145,02	0,00	0,00	0,00	1.885.145,02	0,00	0,00
51 – Obras e Instalações	4.012.528,40	1.075.830,95		868.826,54	4.012.528,40	207.004,41		868.826,54
52 – Equip. e Mat. Permanente	27.371.132,84	27.665.475,38	4.216.414,01	7.862.146,64	23.154.718,83	19.803.328,74	4.216.414,01	7.862.146,64
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/STN

10.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro 9 - Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas					Código UO: 44205		UGO: 443003	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal	79.709.924,30	70.258.722,41	79.002.978,90	70.187.298,10	706.945,40	71.424,31	79.002.978,90	70.187.298,10
01 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	562.384,00	95.986,28	447.296,98	95.986,28	115.087,02	0,00	447.296,98	95.986,28
07 - CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	10.000,00		6.636,49		3.363,51	0,00	6.636,49	0,00
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	64.937.696,19	57.673.357,03	64.937.693,19	57.673.357,03	3,00	0,00	64.937.693,19	57.673.357,03
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	13.794.154,00	11.705.444,08	13.205.663,09	11.705.444,08	588.490,91	0,00	13.205.663,09	11.705.444,08
16 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	123.315,87	128.816,82	123.315,87	128.816,82	0,00	0,00	123.315,87	128.816,82
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	5.505,06	5.575,08	5.505,06	5.575,08	0,00	0,00	5.505,06	5.575,08
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.636,00	3.248,03	13.635,04	3.248,03	0,96	0,00	13.635,04	3.248,03
96 - RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	263.233,18	646.295,09	263.233,18	574.870,78	0,00	71.424,31	263.233,18	574.870,78
2. Juros e Encargos da Dívida	91.722,75	49.980,71	91.722,75	49.980,71	0,00	0,00	91.722,75	49.980,71
21 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	91.722,75	49.980,71	91.722,75	49.980,71	0,00	0,00	91.722,75	49.980,71
3. Outras Despesas Correntes	216.528.993,58	228.711.689,65	143.557.821,80	173.232.085,50	72.971.171,78	55.479.604,15	142.695.792,06	173.232.085,50
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	104.000,00	87.149,94	86.629,69	87.149,94	17.370,31	0,00	86.629,69	87.149,94
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.131.282,38	1.034.861,90	1.130.962,84	1.034.861,90	319,54	0,00	1.130.962,84	1.034.861,90
15 - DIARIAS - PESSOAL MILITAR	14.320,59	0,00	14.320,59	0,00	0,00	0,00	14.320,59	0,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.634.378,92	272.289,37	284.045,37	213.369,39	1.350.333,55	58.919,98	284.045,37	213.369,39
32 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST GRATUITA	181.307,90	76.445,73	126.262,90	52.672,00	55.045,00	23.773,73	126.262,90	52.672,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.733.356,71	3.733.622,07	3.693.127,83	3.407.669,46	1.040.228,88	325.952,61	3.693.127,83	3.407.669,46

34 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO	0,00	2.840.978,87	0,00	2.840.978,87	0,00	0,00	0,00	2.840.978,87
35 - SERVICOS DE CONSULTORIA	18.091.011,75	13.922.812,90	11.525.923,93	6.665.279,14	6.565.087,82	7.257.533,76	10.663.894,19	6.665.279,14
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	241.807,30	235.232,68	174.809,07	235.232,68	66.998,23	0,00	174.809,07	235.232,68
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	17.949.469,60	14.903.758,60	15.108.896,98	13.347.168,24	2.840.572,62	1.556.590,36	15.108.896,98	13.347.168,24
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	81.736.922,46	107.632.813,92	31.553.933,85	77.186.051,36	50.182.988,61	30.446.762,56	31.553.933,85	77.186.051,36
41 - CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	86.924.053,33	80.118.421,23	76.166.143,93	64.340.443,75	10.757.909,40	15.777.977,48	76.166.143,93	64.340.443,75
46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	1.511.272,00	1.454.373,02	1.493.723,30	1.454.373,02	17.548,70	0,00	1.493.723,30	1.454.373,02
47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	14.308,75	7.204,20	14.235,31	7.204,20	73,44	0,00	14.235,31	7.204,20
49 - AUXILIO-TRANSPORTE	1.044,00	868,90	884,31	868,90	159,69	0,00	884,31	868,90
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	737.093,47	1.496.700,59	737.093,47	1.496.700,59	0,00	0,00	737.093,47	1.496.700,59
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.523.364,42	894.155,73	1.446.828,43	862.062,06	76.535,99	32.093,67	1.446.828,43	862.062,06
95 - INDENIZACAO PELA EXECUCAO TRABALHOS DE CAMPO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	40.005.898,83	35.527.179,56	7.776.704,19	12.629.031,20	32.229.194,64	22.898.148,36	3.560.290,18	12.629.031,20
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.698.346,58	5.453.800,62	3.560.290,18	4.093.491,77	138.056,40	1.360.308,85	3.560.290,18	4.093.491,77
41 – Contribuições – Fundo a Fundo	4.923.891,01	507.203,16	0,00	0,00	4.923.891,01	507.203,16		0,00
42 - Auxílios	0,00	1.885.145,02	0,00	0,00	0,00	1.885.145,02		0,00
51 – Obras e Instalações	4.012.528,40	1.075.830,95	0,00	868.826,54	4.012.528,40	207.004,41		868.826,54
52 – Equip. e Mat. Permanente	27.371.132,84	26.605.199,81	4.216.414,01	7.666.712,89	23.154.718,83	18.938.486,92		7.666.712,89
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 10 - Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.191.977,39	3.431.320,14	5.191.977,39	3.431.320,14
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	5.191.977,39	3.431.320,14	5.191.977,39	3.431.320,14
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	798.275,92	444.818,45	798.275,92	444.818,45
h) Dispensa	454.307,56	158.468,20	454.307,56	158.468,20
i) Inexigibilidade	343.968,36	286.350,25	343.968,36	286.350,25
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	549.275,32		549.275,32	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	6.539.528,63	3.876.138,59	6.539.528,63	3.876.138,59

10.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 11 - Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	7.670.397,07	4.502.598,49	6.539.528,63	3.876.138,59	1.130.868,44	626.459,90	6.539.528,63	3.876.138,59
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	823.912,99	0,00	549.275,32	0,00	274.637,67	0,00	549.275,32	0,00
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	5.131.950,79	3.644.823,30	4.536.290,16	3.162.618,03	595.660,63	482.205,27	4.536.290,16	3.162.618,03
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.714.533,29	857.775,19	1.453.963,15	713.520,56	260.570,14	144.254,63	1.453.963,15	713.520,56
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.3.7. Análise crítica da realização da despesa

No que diz respeito à Execução Orçamentária da Despesa, o valor total empenhado no exercício financeiro de 2014 foi de R\$ 373.048.872,00. Esse valor correspondeu a 94% da dotação total da ANA (Lei + Créditos) no mesmo período, que foi de R\$ 397.207.134,00.

10.4. Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 12 - Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-		
Legal	18.122.2124.2000.0000	370.000,00	246.234,55
	18.544.2026.20WI.0001	221.130,63	218.865,04
Mercadológica	-		
Utilidade pública	-		

10.5. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não há.

10.5.1. Análise Crítica

10.6. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 13 - Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2014
2013	79.075.636,72	67.184.309,82	9.953.023,62	1.938.303,28
2012	7.362.380,23	3.489.135,03	3.398.690,98	474.554,22
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2014
2013				0,00
2012				0,00
2011	52.010,93	0,00	0,00	52.010,93

10.6.1. Análise Crítica

Na gestão financeira não houve impactos negativos uma vez que os recursos financeiros já estavam previstos. Tanto para inscrição, quanto para reinscrição de empenhos em Restos a Pagar - RP não Processados, é solicitada a manifestação dos Gestores dos Contratos quanto à necessidade/obrigatoriedade de pagamentos de prestação de serviços contratados por esta Agência.

10.7. Transferências de Recursos

10.7.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 14 - Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: ANA										
CNPJ: 04204444000280				UG/GESTÃO: 443002/44205						
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Nº SIAFI	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	0149112-86	470008	18715508000131	5.123.553,57	1.537.066,07	0,00	3.586.487,50	28/11/2002	30/03/2015	1 - Adimplente
2	0156042-87	493799	28695658000184	1.200.000,00	200.000,00	0,00	1.000.000,00	22/12/2003	03/03/2015	1 - Adimplente
2	0187621-44	542243	88073291000199	2.263.177,77	783.372,77	0,00	1.461.500,82	27/12/2005	31/12/2014	1 - Adimplente
2	0188395-20	550496	01615882000162	4.025.901,80	332.901,80	0,00	3.693.000,00	30/12/2005	01/03/2015	3 - Inadimplência Suspensa
2	0215222-27	584988	88073291000199	7.412.032,42	1.412.032,42	0,00	6.000.000,00	29/12/2006	30/12/2015	1 - Adimplente
2	0215221-13	585745	01682869000126	5.701.520,00	1.451.520,00	0,00	4.250.000,00	29/12/2006	31/12/2015	1 - Adimplente
2	0247896-48	610939	15412257000128	335.020,00	35.020,00	0,00	300.000,00	31/12/2007	30/03/2015	1 - Adimplente
2	0247897-53	610940	15412257000128	381.859,70	56.402,70	0,00	325.457,00	31/12/2007	30/03/2015	1 - Adimplente
2	0247898-67	610941	15412257000128	4.637.807,02	1.187.807,02	0,00	3.450.000,00	31/12/2007	30/11/2015	1 - Adimplente
2	0314544-06	730624	03501509000106	888.000,00	88.000,00	0,00	800.000,00	31/12/2009	30/03/2016	1 - Adimplente
2	0369472-08	762246	03501509000106	1.150.000,00	150.000,00	0,00	1.000.000,00	30/12/2011	30/04/2016	1 - Adimplente
2	0370096-67	762662	46599809000182	476.715,20	48.715,20	0,00	428.000,00	30/12/2011	20/10/2015	1 - Adimplente
2	0371581-67	764825	46680500000112	648.000,00	105.000,00	0,00	0,00	31/12/2011	30/12/2015	1 - Adimplente
2	0371582-71	764949	18431312000115	449.872,10	44.987,21	0,00	404.884,89	30/12/2011	30/04/2015	1 - Adimplente

2	0373247-46	766290	20266755000140	625.787,96	77.798,89	0,00	547.989,07	30/12/2011	30/09/2014	1 - Adimplente
2	1002266-12	780532	87615449000142	816.200,00	16.700,00	0,00	799.500,00	27/12/2012	31/07/2015	1 - Adimplente
2	1002264-61	780533	07442981000176	476.360,00	9.527,20	0,00	0,00	24/06/2014	10/12/2017	1 - Adimplente
2	1002272-34	780534	88847082000155	1.040.000,00	40.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	31/12/2012	30/10/2015	1 - Adimplente
2	1002267-37	780536	18715573000167	1.649.920,00	150.000,00	0,00	0,00	31/12/2012	31/07/2014	1 - Adimplente
2	1002270-95	780537	07891658000180	463.081,43	9.261,63	0,00	0,00	28/12/2012	30/12/2015	1 - Adimplente
2	1002269-78	780538	05016202000145	799.941,00	79.994,10	719.946,90	719.946,90	28/12/2012	28/12/2015	1 - Adimplente
2	1002271-19	780539	07540925000174	521.680,88	10.433,62	511.247,26	511.247,26	22/05/2013	20/12/2015	1 - Adimplente
2	1002268-53	780540	02056729000105	1.354.961,00	135.496,00	1.219.465,00	1.219.465,00	24/12/2012	28/02/2015	1 - Adimplente
2	1006928-09	787667	29051216000168	465.000,00	18.600,00	0,00	0,00	19/12/2013	19/09/2016	1 - Adimplente
2	1006929-24	788106	83102293000145	760.000,00	76.000,00	0,00	0,00	02/12/2013	30/10/2015	1 - Adimplente
2	1008946-05	789206	10355504000188	610.000,00	12.200,00	597.800,00	597.800,00	21/05/2014	01/10/2015	1 - Adimplente
2	1008945-81	789210	45290418000119	440.000,00	44.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2016	1 - Adimplente
2	1009203-50	789213	45279643000154	440.000,00	44.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2016	1 - Adimplente
2	1022017-87	814351	03755477000175	707.000,00	7.070,00	0,00	0,00	31/12/2014	07/12/2016	1 - Adimplente
2	1022094-93	814537	46523296000126	466.966,50	466,50	0,00	0,00	23/12/2014	09/12/2017	1 - Adimplente
2	1022101-66	814574	18301002000186	618.424,13	7.176,00	0,00	0,00	23/12/2014	23/12/2017	1 - Adimplente
2	1022099-09	814575	18715474000185	721.642,00	22.002,00	0,00	0,00	30/12/2014	26/09/2015	1 - Adimplente
2	1022097-60	814577	46410866000171	715.519,00	15.519,00	0,00	0,00	29/12/2014	24/12/2015	1 - Adimplente

2	1022096-44	814578	15023906000107	530.750,00	3.000,00	0,00	0,00	30/12/2014	18/12/2017	1 - Adimplente
2	1022095-29	814579	25947276000102	788.604,20	88.604,20	0,00	0,00	31/12/2014	30/11/2019	1 - Adimplente

Fonte: Sistemas Corporativos SIAFI, SIAPF e SIIGF

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS									
CNPJ: 04.204.444/0001-08					UG/GESTÃO: 443001/44205				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	002/2004 498827	00.357.038/0001-16	13.782.193,30	7.102.370,30	0,00	6.679.823,00	05/03/2004	30/06/2013	4
1	001/2011 756001/2011	07.769.688/0001-18	8.388.394,88	934.731,00	1.780.607,68	6.244.348,88	31/08/2011	31/12/2015	1
1	002/2011 762704/2011	18.584.961/0001-56	757.321,20	260.119,42	0	497.201,78	21/12/2011	15/10/2015	1
1	003/2011 764040/2011	03.318.233/0001-25	2.284.580,00	284.580,00	800.000,00	2.000.000,00	26/03/2012	28/02/2016	1
1	004/2011 765992/2011	18.296.657/0001-03	529.958,48	34.560,00	0	495.398,48	29/12/2011	30/11/2014	1
1	005/2011 765993/2011	75.771.253/0001-68	543.945,44	43.945,44	0	500.000,00	29/12/2011	30/09/2013	4
1	006/2011 765994/2011	04.034.583/0001-22	496.442,06	20.235,06	238.160,00	476.207,00	29/12/2011	31/03/2015	1
1	007/2011 765996/2011	25.947.276/0001-02	550.000,00	50.000,00	0	500.000,00	29/12/2011	28/02/2014	4

1	001/2012 777924/2012	41.134.719/0001-00	1.801.556,12	123.008,12	0	1.246.996,00	20/12/2012	20/12/2015	1
1	007/2013 797505/2013	03.612.270/0001-41	1.200.000,00	200.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	20/12/2013	31/03/2015	1
1	008/2013 799534/2013	92.924.901/0001-98?	647.683,16	51.814,65	521.393,16	521.393,16	31/12/2013	31/12/2015	1
LEGENDA									
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				
Fonte: SIAFI e SICONV									

10.7.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 15 - Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					
CNPJ:	04.204.444/0001-08					
UG/GESTÃO:	443001/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	0	0	2	2.559.553,16	4.022.769,71	3.993.428,55
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	0	0	0	2.559.553,16	4.022.769,71	3.993.428,55

10.8. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 16 - Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome:	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			
CNPJ:	04.204.444/0001-08	UG/GESTÃO:	443001/44205	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	3	
		Montante Repassado	7.679.823,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	8	
		Montante Repassado	12.917.019,42	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	6.679.823,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	2.809.867,20	

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

10.9. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 17 - Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12 em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					
CNPJ: 04.204.444/0001-08			UG/GESTÃO: 443001/44205		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			11	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante Repassado (R\$)	1.000.000,00	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	7	
			Montante Repassado (R\$)	12.481.545,30	
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	3	
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)	7.679.823,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado (R\$)	495.398,48		
2013	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)		6.679.823,00			
2012	Quantidade de Contas Prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado		2.809.867,20	
	Contas NÃO	Quantidade			

	Analizadas	Montante Repassado		
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analizadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Fonte: SIAFI e SICONV				

10.10. Análise Crítica

Convênios

Convênios Vigentes em 2014

Conforme pode ser visualizado por intermédio do Quadro 98 (A.4.4.1) – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência, existiam 9 (nove) convênios vigentes na Unidade Gestora 443001 – Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA. As principais características desses instrumentos estão detalhadas no citado Quadro e seus respectivos objetos seguem abaixo:

Unidade Gestora 443001 – Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA:

- ✓ Convênio SIAFI nº 498827/2004 – celebrado com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, visando à cooperação técnico-científica entre os participantes, na área de atuação e objetivo comum, referente à troca de dados e informações hidrometeorológicas, e à cooperação mútua na operação de estações hidrométricas de interesse das partes, nas bacias hidrográficas dos rios Xingu e médio/baixo Tapajós, localizados nos Estados de Mato Grosso e Pará.
- ✓ Convênio SICONV nº 756001/2011 – celebrado com a Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, visando ao desenvolvimento de ações de comunicação, difusão, mobilização social, capacitação e educação para a gestão de recursos hídricos no Brasil e demais países da América Latina.
- ✓ Convênio SICONV nº 762704/2011 – celebrado com a Prefeitura Municipal de Ibiá/MG, tendo por objetivo a implementação de ações mitigadoras do impacto ambiental visando à revitalização da sub-bacia do Rio Misericórdia e consequentemente a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, bem como garantir a incorporação dos conhecimentos e continuidade das ações.
- ✓ Convênio SICONV nº 765992/2011 – celebrado com a Prefeitura Municipal de Cedro do Abaeté/MG, visando recuperar áreas degradadas nas micro bacias do Rio Indaiá no município de Cedro do Abaeté – MG, através de ações integradas como: reflorestamento, cercamento de nascentes, matas ciliares e topo, recuperação de solos e Educação Ambiental.
- ✓ Convênio SICONV nº 765993/2011 – celebrado com a Prefeitura Municipal de Apucarana/PR, visando à revitalização da Bacia do Ribeirão Indaiá, no Contexto do Programa Oásis.
- ✓ Convênio SICONV nº 765994/2011 – celebrado com a Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC, visando promover o envolvimento de produtores rurais em ações

estratégicas de recuperação e conservação de mananciais da bacia hidrográfica do Riozinho do Rola, no município de Rio Branco, Estado do Acre.

- ✓ Convênio SICONV nº 765996/2011 – celebrado com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa/MG, tendo por finalidade a implantação e o desenvolvimento de ações educativas e práticas, em duas micro bacias hidrográficas do ribeirão Turvo Sujo, nas cabeceiras do Rio Doce, no município de Coimbra/MG, assim determinadas: a) Recuperação e manutenção da capacidade de produção de água de mananciais de abastecimento e, simultaneamente, melhoria das condições de produção agrícola dos respectivos solos, através da implantação de práticas tecnicamente corretas e sustentáveis de proteção e recuperação dos mananciais das propriedades agrícolas das respectivas micro bacias de cabeceira; b) Transformação das duas micro bacias em uma unidade demonstrativa (bacias escola e piloto simultaneamente) para realização de cursos de treinamento e capacitação, propiciando o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre os diversos recursos integrados à mesma, proporcionando a difusão de métodos e tecnologias viáveis à aplicação de produção e ao uso compartilhado e sustentável da água aos diversos fins.
- ✓ Convênio SICONV nº 764040/2011 – Convênio celebrado com a Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, visando à recuperação hidroambiental da bacia hidrográfica do Ribeirão Pípiripau, com vistas à ampliação da oferta de água e melhoria de sua qualidade, no âmbito do Programa Produtor de Água.
- ✓ Convênio SICONV nº 777924/2012 – celebrado com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAP, que tem por objetivo estimular e apoiar a implementação de ações, estudos e projetos, visando a capacitação técnica e ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias que promovam o aumento da disponibilidade e a melhoria da qualidade da água proveniente de fontes alternativas, inclusive o reuso de esgoto urbano e do concentrado de dessalinização, na região semiárida.

Convênios Celebrados nos últimos três exercícios financeiros

No que diz respeito aos valores repassados nos três últimos exercícios financeiros, conforme se pode constatar pela análise do Quadro 99 (A.4.4.2) – Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios, percebe-se a ocorrência de uma grande expansão em termos de recursos liberados, de 2012 para 2013. Essa expansão atingiu o percentual de 116,13%. Em 2014, as liberações de recursos sofreram um discreto acréscimo, se comparadas com o exercício anterior. O gráfico abaixo ilustra de forma mais clara e transparente essas assertivas.

Os quadros abaixo trazem o detalhamento dos recursos que foram repassados pela ANA nos três últimos exercícios financeiros. Por meio deles, ficam evidenciados em maiores detalhes os recursos que foram repassados ano após ano, por Entidade Conveniente e por Unidade Gestora Executora.

Tabela 17 - Recursos de Convênios Repassados em 2012

Em R\$					
Convênio	Entidade Conveniente	UG	Valores Pagos	RP Pagos	Total
752549	Prefeitura Municipal de Extrema	44300 1	0,00	299.936,00	299.936,00
756001	Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil	44300 1	1.507.746,31	0,00	1.507.746,31
764040	Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento R	44300 1	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
765992	Cedro do Abaeté Prefeitura	44300 1	0,00	247.699,24	247.699,24
765993	Prefeitura Municipal de Apucarana	44300 1	0,00	250.000,00	250.000,00
765994	Prefeitura Municipal de Rio Branco	44300 1	0,00	238.047,00	238.047,00
765996	Serviço Autônomo de Água e Esgoto	44300 1	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			2.707.746,31	1.285.682,24	3.993.428,55

Fonte: SIAFI/STN

Tabela 18 - Recursos de convênios Repassados em 2013

Em R\$					
Convênio	Entidade Conveniente	UG	Valores Pagos	RP Pagos	Total
756001	Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	44300 1	1.768.713,58	10.760,00	1.779.473,58
765992	Município de Cedro do Abaeté	44300 1	247.699,24	0,00	247.699,24
762704	Ibiá Prefeitura Municipal	44300 1	248.600,89	0,00	248.600,89
765996	Serviço Autônomo de Água e Esgoto	44300 1	0,00	250.000,00	250.000,00
777924	Fundação Apoio a Pesquisa do Estado da Paraíba - FAP	44300 1	0,00	1.246.996,00	1.246.996,00
765993	Município de Apucarana	44300 1	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			2.265.013,71	1.757.756,00	4.022.769,71

Fonte: SIAFI/STN

Tabela 19 - Total de Recursos de Convênios Repassados (2012-2014)

Em R\$

Unidade Gestora Executora/ANO	2012	2013	2014	Total
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	1.847.682,20	3.993.428,55	4.022.769,71	9.863.880,46
Total Geral	1.847.682,20	3.993.428,55	4.022.769,71	9.863.880,46

Fonte: SIAFI/STN

Tabela 20 - Quantidade de Convênios Celebrados (2012/2014)

Em R\$

Entidade Conveniente	Nº Convênio	Ano	Valores Pactuados			Vigência	
			ANA	Contrapartida	Total	Início	Fim
Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC	765994	2011	476.207,00	20.235,06	496.442,06	29/12/11	31/03/15
Fundação Parque Tecnológico Itaipu	756001	2011	7.453.663,88	934.731,00	8.388.394,88	31/08/11	31/12/15
Cedro do Abaeté Prefeitura/MG	765992	2011	495.398,48	34.560,00	529.958,48	29/12/11	31/05/14
Ibiá Prefeitura Municipal/MG	762704	2011	497.201,78	260.119,42	757.321,20	21/12/11	15/10/14
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	765996	2011	500.000,00	50.000,00	550.000,00	29/12/11	28/02/14
Apucarana Prefeitura/PR	765993	2011	500.000,00	43.945,44	543.945,44	29/12/11	30/09/13
Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal	764040	2012	2.000.000,00	284.580,00	2.284.580,00	26/03/12	28/02/16
Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAP	777924	2012	1.678.548,00	123.008,12	1.801.556,12	20/12/12	20/12/14
Total:			13.601.019,14	1.751.179,04	15.352.198,18		

Fonte: SIAFI/STN

Situação da Prestação de Contas de Convênios

Da quantidade de prestações de contas sob análise, no exercício financeiro de 2014, que totalizava R\$ 9,7 milhões em recursos financeiros transferidos, 50% foram analisadas e aprovadas, perfazendo um percentual de aprovação de vinte e nove por cento, sob o aspecto financeiro.

Termos de Cooperação

Termos de Cooperação Vigentes no Exercício 2014

Em 2014, a ANA celebrou 12 (doze) Termos de Cooperação, que foram operacionalizados por intermédio de movimentações externas (Créditos Concedidos). Essas movimentações totalizaram R\$ 25.864.146,21. Também ocorreram duas descentralizações externas de recursos, num total de R\$ 861.088,04, sem a correspondente celebração de Termos de Cooperação. As movimentações no exercício, formalizadas por meio desses Instrumentos, encontram-se detalhadas no inciso “III – Movimentação Orçamentária Interna e Externa por Grupo de Despesa” do item 4.1.2.1 – Análise Crítica da Programação e Movimentação da Despesa, deste relatório.

Contratos de Repasse

As transferências na modalidade Contratos de Repasse são realizadas ao amparo de Contrato Administrativo celebrado com a Caixa Econômica Federal – CEF, que tem por objetivo a prestação de serviços para a implementação e operacionalização, mediante o acompanhamento da execução de obras ou serviços, detalhados em projetos ou atividades através da celebração de Contratos de Repasse com o Distrito Federal, os Estados e Municípios.

Nesse contexto, encontra-se em vigência, até 12 de dezembro de 2014, o Contrato de Prestação de Serviços firmado com a CEF de nº 096/ANA/2012, de 12.12.2012, publicado no DOU de 28.12.2012.

Anualmente a CEF encaminha à ANA prestação de contas sobre os contratos vigentes a qual é anexada ao processo de contas da Agência ao Tribunal de Contas da União.

Contratos de Gestão

As transferências realizadas no âmbito dos instrumentos de Contratos de Gestão firmados com as Entidades Delegatárias para o exercício das funções de Agência de Água, de transferência obrigatória, com fulcro na Lei 10.881/2004, são informadas nos Quadros relativos aos Planos Orçamentários – PO's da Ação 00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas, de nºs: 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce; 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; e 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, conforme Quadros nºs 61 a 64, constantes deste relatório.

10.11. Suprimento de Fundos

10.11.1. Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 18 - Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		Individual Concedido
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	443016	SAF			12	48.000,00	4.000,00
	443014	SGH			1	4.000,00	4.000,00
2013	443016	SAF			13	52.000,00	4.000,00
	443014	SGH			1	4.000,00	4.000,00
2012	443016	SAF			10	40.000,00	4.000,00
	443014	SGH			5	20.000,00	4.000,00
Fonte: SIAFI							

10.11.2. Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 19 - Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saques		Fatura	Total (a + b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	443016	SAF			12		27.931,69	4.000,00
	443014	SGH			1		2.225,26	4.000,00
2013	443016	SAF			13		26.171,27	4.000,00
	443014	SGH			1		96,52	4.000,00
Fonte: SIAFI								

10.11.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 20 - Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto 2014		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
443016	SAF	33.90.30	01	1.018,64
			04	48,00
			09	144,48
			16	3.035,34
			17	2.546,65
			19	53,94
			20	195,00
			22	1.387,48
			23	530,00
			24	3.721,93
			25	70,00
			26	6.259,86
			27	74,00
			28	369,60
			29	549,00
			30	204,00
			34	1.215,00
			39	386,40
			44	751,30
			46	29,99
			59	300,00
		33.90.39	17	940,00
			19	834,76
			46	601,90
			59	120,00
			63	784,00
443014	SGH	33.90.30	01	96,52

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto 2014		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
443016	SAF	33.90.30	01	440,62
			04	454,00
			16	3.071,00
			17	6.729,21
			19	1.532,38
			21	969,16
			22	84,80

443014	SGH		24	3.317,42
			25	15,00
			26	5.168,45
			28	1.265,82
			29	303,20
			30	79,00
			31	92,60
			36	207,80
			39	936,00
			42	24,00
			44	778,00
			46	108,70
		33.90.39	17	540,00
			19	225,00
			46	585,23
		44.90.52	63	766,50
			12	237,80
		33.90.30	01	1.575,26
			39	650,00

10.11.4. Análise Crítica

Quando da concessão do Suprimento de Fundos é formalizado processo por ato de concessão e por suprido. Quanto à forma de apropriação tanto da concessão, comprovação, e da prestação de contas é feita por meio do SIAFI de acordo com o estabelecido na Macrofunção - 02.11.21- Suprimento de Fundos, do Manual do SIAFI da STN/MF.

A concessão de Suprimento de Fundos realizada pela ANA, no exercício de 2014, foi exclusivamente por meio de Cartão do Governo Federal – CPGF para atender a despesas eventuais e não previsíveis de pronto pagamento da Agência Nacional de Águas, com base no Decreto nº 93.872/86, e norma interna da ANA- Circular nº 014/2008/SAF, de 04/07/2008. Não houve movimentação via saque e as prestações de contas foram apresentadas pelos supridos tempestivamente.

10.12. Renúncias sob a Gestão da UJ

10.13. Benefícios Financeiros e Creditícios

Não há

10.14. Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação

Não há

10.15. Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

Não há

10.16. Renúncias Tributárias

Não há

ITEM 11 - GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS Ref ao Item 9

11.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 21 - Quadro A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	399	330	26	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	399	330	26	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	399	299	24	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		7	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		4		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		20	1	4
2. Servidores com Contratos Temporários		0		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		37	3	
4. Total de Servidores (1+2+3)	399	367	29	15

Quadro 22 - Quadro A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	90	240
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	90	240
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	81	218
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	3
1.1.4. Servidores de carreira em exercício	0	4

provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	28
4. Total de Servidores (1+2+3)	99	268

Quadro 23 - Quadro A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	151	130	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	130	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		66		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		4		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		20		
1.2.4. Sem Vínculo		37		
1.2.5. Servidores de Carreira em Exercício Provisório		3		
1.2.6. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	151	130	0	0

11.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A política de capacitação e desenvolvimento dos servidores da ANA visa oferecer os conhecimentos, as aptidões e o preparo resultantes desse processo para o desempenho de funções técnicas e gerenciais. A política de capacitação é composta de eventos de curta duração, previstos no Plano Anual de Capacitação, e de formação em nível de pós-graduação.

O Plano Anual de Capacitação contempla, a cada período de vigência, praticamente a totalidade dos servidores em exercício. Abaixo, os números referentes à capacitação de servidores nessa modalidade, no exercício de 2014:

Tabela 21 - Público-Alvo da política de capacitação e desenvolvimento de servidores

Especialista em Recursos Hídricos	190
Especialista em Geoprocessamento	25
Analista Administrativo	44
Técnico Administrativo	19
Servidores sem vínculo	37
Outros (requisitados/redistribuídos/exercício provisório/exercício descentralizado)	29
Procuradores	4
TOTAL DE SERVIDORES	348

- Servidores capacitados: 348
- Total de cursos realizados: 171
- Média de 125 horas/servidor/ano.
- Carga horaria total: 42.708 horas em eventos de capacitação

Anualmente, os servidores participam de processo seletivo simplificado do Programa de Formação Avançada (pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*). O número de candidatos inscritos é reduzido, haja vista o alto nível de formação já apresentado pelos servidores. Em 2014, 14 servidores realizaram curso de especialização e dois servidores realizaram cursos de doutorado.

11.3. Custos de Pessoal da ANA

Quadro 24 - Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	47.595.118,56	2.038.424,02	4.221.624,35	1.390.729,47	1.346.128,33	471.682,21		9.082,74	2.374,80	10.015.706,18
	2013	41.654.429,01	1.765.088,32	3.761.621,35	1.245.346,67	1.278.249,33	492.992,40			2.374,80	50.200.101,88
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	1.343.475,67	109.761,83	33.904,69	15.697,79	21.183,57			6.005,52	1.530.029,07
	2013	0,00	1.439.439,35	131.873,86	48.232,33	18.441,72	29.146,27		3.248,03	5.575,08	1.675.956,64
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	4.020.833,51	362.185,36	123.724,86	163.552,82	42.295,75				4.712.592,30
	2013		3.673.834,91	321.678,62	106.149,10	205.213,32	73.206,95				4.380.082,90
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	3.320.011,52		255.521,02	84.556,74	88.096,81	20.346,42		4.552,30		3.773.084,81
	2013	3.092.185,68		276.556,36	97.975,10	92.261,15	24.425,76				3.583.404,05
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00

11.4. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há, no âmbito da Agência, controles e ou mecanismos que visem detectar possíveis acumulações de cargos, funções ou empregos públicos. Para esse fim, são adotadas imediatas providências tão logo venham a ser apontadas irregularidades, seja por parte da Auditoria Interna – AUD/ANA ou oriundas de outros órgãos de controle externo: Secretaria de Federal Controle Interno da Controladoria-Geral da União da Presidência da República – SFCI/CGU/PR e Tribunal de Contas da União – TCU.

Ressaltamos que, quando da investidura de servidores nos cargos das carreiras da Agência, aprovados em concurso público, os mesmos declaram em formulário próprio a condição de não acumulação de cargos, funções ou empregos públicos, com vista a dar fiel cumprimento ao contido no art. 133 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Quadro 25 - Quadro A.7.1.4.2 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício														
	2014	2013	2012																
Técnico Administrativo	19	19	64	-	-														
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão																			
A diminuição dos contratados da mão de obra terceirizada vem sendo feita a partir das contratações das empresas adiante identificadas: - UNIRIO Manutenção e Serviços Ltda.: eram 199 postos de trabalho; - WBR7 Recrutamento de Pessoal Ltda.: migraram 150 postos de trabalho; e - Real JG – Serviços Gerais Ltda.: migraram 147 postos de trabalho. Assim sendo, demonstramos a seguir a atual posição dos postos de trabalho contratados pela Real JG – Serviços Gerais Ltda.: Posição: 31/12/2014 <table><tr><th>Posto de Serviço (Real JG)</th><th>Quantidade</th></tr><tr><td>Assistente Operacional I</td><td>55</td></tr><tr><td>Assistente Operacional II</td><td>32</td></tr><tr><td>Auxiliar Operacional I</td><td>47</td></tr><tr><td>Auxiliar Operacional II</td><td>11</td></tr><tr><td>Telefonista</td><td>2</td></tr><tr><td>Total</td><td>147</td></tr></table> Do total de 87 contratados na categoria profissional de Assistente Operacional (I e II), 68 executam atividades em nível de Secretariado, com atenção aos titulares das Unidades Organizacionais – UORGs da estrutura da Agência. A categoria profissional de Auxiliar Operacional (I e II), 58 no total, cuja formação exigida é de nível fundamental, compreende o conjunto de atividades auxiliares administrativas (acessórias de baixa complexidade), voltadas a apoiar a execução de outras atividades caracterizadas de “rotineiras padronizadas”, atendendo às áreas de serviços gerais						Posto de Serviço (Real JG)	Quantidade	Assistente Operacional I	55	Assistente Operacional II	32	Auxiliar Operacional I	47	Auxiliar Operacional II	11	Telefonista	2	Total	147
Posto de Serviço (Real JG)	Quantidade																		
Assistente Operacional I	55																		
Assistente Operacional II	32																		
Auxiliar Operacional I	47																		
Auxiliar Operacional II	11																		
Telefonista	2																		
Total	147																		

(compras, materiais e patrimônio), recursos humanos, orçamento e finanças, protocolo, recepção, mensageiro, e outras correlatas, portanto, incompatíveis com as atribuições legais da carreira de Técnico Administrativo.

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei sob nº 5.911/2009, dispondo sobre a criação e a transformação dos cargos de provimento efetivo das Agências Reguladoras, referidos na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, o qual, no art. 1º, inciso II, alínea “b”, cria 100 (cem) cargos efetivos da Carreira de Técnico Administrativo para a ANA.

Assim sendo, uma vez aprovada a criação desses cargos de Técnico Administrativo para o quadro de pessoal da Agência e autorizada, pelo MP, a realização de novo certame para o provimento daquelas vagas, a situação será equacionada com a substituição do restante da mão de obra terceirizada da ANA.

11.5. Riscos identificados na gestão de pessoas

A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, criou para o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA – 84 cargos efetivos de Analista Administrativo com as atribuições adiante transcritas, todos em nível superior, sem especificar as áreas de conhecimento:

“Art. 5o É atribuição do cargo de Analista Administrativo o exercício de todas as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo da ANA, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.”

A Agência realizou dois concursos públicos para o provimento desse cargo de Analista Administrativo, a saber:

- o primeiro concurso, por meio do Edital nº 1, de 23 de março de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 24 seguinte, no qual foram oferecidas trinta vagas desse cargo, por área de conhecimento;
- o segundo, divulgado por meio do Edital Esaf nº 96, de 27 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 28 seguinte, destinou quarenta vagas **para o citado cargo**.

Desde então, houve evasão de servidores ocupantes desse cargo, que buscaram concursos públicos realizados por outros órgãos, principalmente com o foco nas remunerações por eles ofertadas. Das setenta vagas disponibilizadas nos dois concursos, a situação hoje é de 47 providas, o que corresponde a um índice de 33% de evasão.

Todavia, desde o mês de novembro de 2013 a ANA solicitou novo concurso público para o provimento de 32 vagas remanescentes do cargo efetivo de Analista Administrativo, até a presente data sem autorização.

ITEM 12 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Com base nas definições de critérios e fundamentos da Resolução nº 725/ANA, de 3 de outubro de 2011, a Agência Nacional de Águas - ANA utiliza como um dos instrumentos de gestão de recursos humanos a avaliação de desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual, objetiva aferir o desempenho dos servidores no exercício das atribuições dos cargos efetivos, com foco na contribuição individual para o alcance das metas institucionais.

Assim, os fatores de avaliação comportamentais, bem como os de conhecimento e competência, facilitam a identificação de aspectos do desempenho que possam ser melhorados, por meio de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

No último ciclo de avaliação, de 1º/10/2013 a 30/09/2014, foram avaliados 208 servidores, dos quais apenas três ficaram na faixa de 71 a 89 pontos, portanto atingiram parcialmente o esperado. Os demais servidores atingiram plenamente o esperado, obtendo entre 90 a 100 pontos.

Esses resultados refletem em outros indicadores qualitativos de desempenho institucional, tais como:

- a) *Melhoria dos Índices de Qualidade dos Trabalhos Desenvolvidos nas Áreas Fins da Agência;*
- b) *Mais Eficiência na Aplicabilidade da Mensuração do Desempenho Individual, no cumprimento das Metas Institucionais;*
- c) *Mais Economia de Gastos Institucionais;*
- d) *Melhoria no Tempo de Entrega das Demandas;*
- e) *Promoção do Gerenciamento Participativo e o Encontro do Ponto de Equilíbrio Avaliador/ Avaliado;*
- f) *Revelação de Talentos Individuais e Maximização do Capital Humano.*

O alto índice na avaliação dos servidores é resultado, entre outros, dos investimentos destinados para capacitação, anteriormente descritos. Contribuem, ainda, o elevado nível de formação dos servidores e a existência de condições físicas adequadas ao desempenho das funções.

12.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela ANA

Quadro 26 - Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Agência Nacional de Águas													
UG/Gestão:44205							CNPJ:04.204.444/0001-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	69/ANA	38.054.508/001-45	21/09/2012	21/09/2015	67	67					P
2013	V	O	9/ANA	72.619.976/001-58	01/04/2013	01/04/2015			47*	46*			P
2010	V	O	035/ANA	09.267.406/001-00	29/10/2010	29/10/2015	11	11*					P
Observações: * Quantitativo referente a postos de trabalho no regime de 12 x 36 horas.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: UORG ANA (DIREL/SAF)

Quadro 27 - Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA													
UG/Gestão: 443001							CNPJ: 04.204.444/0001-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	11	O	064/2013	01.598.150/001-01	1º/10/2013	30/9/2014	58	58	89	89	-	-	E
2014	11	O	061/2014	08.247.960/001-62	1º/10/2014	30/9/2015	58	58	89	89	-	-	A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

12.2. Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, inclusive serviços de limpeza, higiene e vigilância, listados nos quadros anteriores, encontram-se em execução, sem que se tenha verificado quaisquer anormalidades que tenham resultado na aplicação de sanções às empresas até o momento presente, tais como interrupções na prestação dos serviços ou não pagamento de verbas trabalhistas por empresas contratadas.

Quadro 28 - Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	23	26	26	37.394,17
1.1 Área Fim	-	15	20	21	28.942,48
1.2 Área Meio	-	8	6	5	8.451,69
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	-	23	26	26	37.394,17
Análise Crítica					

O Programa de Estágio Curricular não-obrigatório visa proporcionar complementação de ensino e aprendizagem a estudantes da educação superior, por meio de experiência prática para aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e melhoria no relacionamento humano. O programa atende satisfatoriamente tanto ao órgão quanto aos estagiários. A crítica que se faz é em relação ao baixo valor da bolsa de estágio oferecida pelo Governo Federal, que permanece o mesmo desde 2008, o que causa desinteresse nos estudantes em concorrerem a uma vaga de estágio no órgão e também resulta em alta rotatividade, uma vez que os estagiários são atraídos por vagas melhor remuneradas.

ITEM 13 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

13.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Os veículos de propriedade da ANA encontram-se distribuídos entre a Sede da Agência, localizada no Setor Policial, em Brasília, e em uso pelos entes estaduais, ficando esses últimos sob a responsabilidade das instituições estaduais, considerando as disposições contidas nos Termos de Cessão de Uso assinados entre as partes.

A seguir informações sobre veículos de propriedade da ANA.

Tabela 22 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da ANA Itens da Portaria TCU 175/2013	Informações ANA
a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;	Lei nº 1.081, de 1950; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008; Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988, no que couber; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 21 de junho de 2007; e Instrução Normativa ANA/SAF nº 1, de 2010. A ANA também celebrou Termo de Permissão de Uso de Bem Público, que trata dos direitos, responsabilidades e obrigações quanto ao uso, guarda e conservação dos veículos. Os veículos são utilizados nos deslocamentos para as atividades de campo relacionadas à operação e à manutenção da rede hidrometeorológica.
b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;	A ANA tem atribuição legal e institucional de coordenar o monitoramento hidrometeorológico no País, com o fim de gerar dados hidrometeorológicos para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SNIRH. Nesse sentido, a ANA celebrou Acordos de Cooperação Técnicas com diversas Instituições Públicas Federais e Estaduais, as quais também têm competência legal para o monitoramento. Dessa forma, os veículos são imprescindíveis para realização dos trabalhos de campo e da logística, tais como fiscalização, inspeção e manutenção preventiva e corretiva das estações hidrometeorológicas, localizadas em diversas bacias hidrográficas.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;	A ANA tem 205 veículos tipo pick-up cabines simples e dupla, 4x4, marcas Chevrolet, Toyota, Mitsubishi e Ford, 6 Caminhões. Além disso, foram adquiridos pela CPRM, com recursos da ANA mais 14 veículos pick-up, totalizando 225 veículos.		
d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;	Os veículos rodam em média 5.000 quilômetros por mês.		
e) Idade média da frota, por grupo de veículos;	Ano	Quantidade	Tempo de Vida Útil
	2006	17	8 anos
	2007	17	7 anos
	2008	17	6 anos
	2009	12	5 anos
	2010	17	4 anos
	2011	15	3 anos
	2012	33	2 anos
	2013	37	1 ano
	2014	40	-
	Tempo médio	2,5 anos	
f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);	As despesas relativas à manutenção corretiva e preventiva (revisões previstas no manual do fabricante e decorrentes do uso do veículo) da frota são de responsabilidade das Instituições Públicas Federais e Estaduais que operam a rede hidrometeorológica da ANA.		
	Por outro lado a ANA assume as seguintes despesas: a) despesas do seguro total de alguns veículos, no valor total de R\$ 103.350,00, tendo em vista o impedimento legal de algumas instituições assumirem despesas com bens de terceiro, bem como o princípio da economicidade; e b) despesas com licenciamento e DPVAT, no valor aproximado de R\$ 15.784,83. Cabe observar que não há custo com IPVA, uma vez que ANA é imune de tributos por força do disposto no art. 150, inciso VI, alínea “a”, combinado com o § 2º, da Constituição.		
g) Plano de substituição da frota;	A cada 5 anos, na forma dos parâmetros da Instrução Normativa SRF nº 130, de 1999 (Fixa prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona).		
h) Razões de escolha da aquisição	Alto custo e não haver disponibilidade de veículos traçados no		

em detrimento da locação;	mercado com carroceria fechada (inclusão de baú), com o fim de garantir a guarda e o transporte dos equipamentos (motor de popa, medidores acústicos, amostradores, equipamentos de reposição, pluviômetros e sobressalentes, e de material de consumo, réguas, arames e cimento, dentre outros).
i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte;	Considerando que a maior parte dos veículos se encontra sob responsabilidade, guarda e conservação de Instituições Públicas Federais e Estaduais, estas realizam diretamente a gestão da frota, incluindo as manutenções preventivas e corretivas, observando as normas vigentes

Fonte: UORG ANA (DIREL/SAF)

No que tange aos veículos de terceiros de uso diário na ANA, informações considerando as questões listadas são prestadas a seguir.

Tabela 23 - Frota de Veículos Automotores a Serviço da ANA, mas Contratada de Terceiros

Frota de Veículos Automotores e Serviços de ANA, mas Contratada de Terceiros																							
Itens da Portaria TCU 175/2013	Informações ANA																						
a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;	Não consta estudo técnico realizado nesta Agência pela opção por terceirização da frota e dos serviços de transporte. Entretanto, considerando a estrutura atual do Setor de Transporte e a característica das demandas atendidas nesta Agência, verifica-se que esse modelo (frota de veículo automotores terceirizado e forma contínua) atende adequadamente as demandas da Agência, uma vez que a empresa contratada é responsável pela manutenção dos veículos e demais despesas rotineiras, ex.: combustível e lavagem.																						
b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;	Brunauto Transporte Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 37.990.181/0001-50																						
c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;	<table><tr><th>Tipo de licitação</th><th>Nº do Contrato</th><th>Vigência</th><th>Valor Contratado</th><th>Valor pago até dez/14*</th></tr><tr><td rowspan="5">Menor Preço Pregão Eletrônico</td><td>021/ANA/2010</td><td>Até 1º/09/11</td><td>R\$ 747.600,00</td><td rowspan="5">R\$ 4.162.691,09</td></tr><tr><td>1º Termo Aditivo</td><td>Até 1º/09/12</td><td>R\$ 799.159,57</td></tr><tr><td>2º Termo Aditivo</td><td>Até 31/08/13</td><td>R\$ 917.583,70</td></tr><tr><td>3º Termo Aditivo</td><td>Até 1º/09/14</td><td>R\$ 996.030,03</td></tr><tr><td>4º Termo Aditivo</td><td>Até 1º/09/15</td><td>R\$ 996.030,03</td></tr></table>	Tipo de licitação	Nº do Contrato	Vigência	Valor Contratado	Valor pago até dez/14*	Menor Preço Pregão Eletrônico	021/ANA/2010	Até 1º/09/11	R\$ 747.600,00	R\$ 4.162.691,09	1º Termo Aditivo	Até 1º/09/12	R\$ 799.159,57	2º Termo Aditivo	Até 31/08/13	R\$ 917.583,70	3º Termo Aditivo	Até 1º/09/14	R\$ 996.030,03	4º Termo Aditivo	Até 1º/09/15	R\$ 996.030,03
Tipo de licitação	Nº do Contrato	Vigência	Valor Contratado	Valor pago até dez/14*																			
Menor Preço Pregão Eletrônico	021/ANA/2010	Até 1º/09/11	R\$ 747.600,00	R\$ 4.162.691,09																			
	1º Termo Aditivo	Até 1º/09/12	R\$ 799.159,57																				
	2º Termo Aditivo	Até 31/08/13	R\$ 917.583,70																				
	3º Termo Aditivo	Até 1º/09/14	R\$ 996.030,03																				
	4º Termo Aditivo	Até 1º/09/15	R\$ 996.030,03																				
d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização dos serviços de transportes;	Além das orientações contidas no Anexo I –Termo de Referência- do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/ANA/2010, a Agência possui a Instrução Normativa nº 1, de 16 de junho de 2010, que disciplina o uso dos serviços de veículos terceirizados e de veículos de propriedade da Agência, amparada na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.																						

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;	A frota terceirizada é fundamental para o desenvolvimento das atividades diárias, no deslocamento de servidores e colaboradores nas ações institucionais externas. Os veículos são utilizados para atividades de uso permanente pela Agência, no deslocamento de servidores em reuniões em outros órgãos, transporte de materiais entre a sede e o prédio utilizado pela ANA no Setor de Indústria e Abastecimento-SIA, eventos institucionais, bem como no deslocamento de servidores para realização de campanha de fiscalização e monitoramento da rede hidrometeorológica.				
f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.) bem como sua totalização por grupo geral;	Tipo de veículo	QTD.	Marca / modelo	Placa	Atendimento
	Serviços comuns	8	Volkswagen / Gol	JKN-0069; JKO-5803; JKN-0081; JKN-0083; JKN-0079; JKN-0089; JKN-0073; JKN-0071	Servidores e colaboradores
	Institucional	4	Fiat/Linea	JKN-0091; JKN-0093; JKN-0097; JKN-0095	Diretoria Colegiada
	Serviços comuns (van)	1	Mercedes Benz/ Sprinter CDI 313	JFJ-5000	Servidores e colaboradores
g) A Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;	Veículo de serviços comuns (Gol): 116.729 km. Veículo institucional (Linea): 81.967 km. Veículo de serviços comuns (Sprinter): 17.982 km.				
h) Idade média dos veículos, por grupo de veículos;	A idade média dos veículos de serviços comuns (Gol) e veículos institucionais são de 2 (dois) anos. Os veículos foram adquiridos pela Contratada em 2013, em substituição aos veículos (Gol e Vectra) com a utilização desde o início do Contrato no 021/ANA/2010. Com relação ao veículo de serviços comuns (Sprinter), a idade média é de 4 (quatro) anos				
i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;	Os custos de manutenção da frota são de responsabilidade da contratada.				

j) <i>Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.</i>	A ANA disponibiliza uma sala no bloco L aos motorista e apreposto da empresa Contratada para execução das atividades de transporte. A DIREL, por meio do Setor de Transporte, supervisiona a execução do serviço com a participação de 2 (dois) colaboradores e o Gestor do contrato exercendo atividades, conforme detalhamento da letra “i” referente à frota propriedade da ANA
--	--

Fonte: UORG ANA (DIREL/SAF)

13.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

13.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 29 - Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF Distrito Federal (Brasília)	4 ⁽¹⁾	4⁽¹⁾
Subtotal Brasil		4	4
EXTERIOR	PAÍS 1		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		4	4

Fonte: Controles ANA (DIREL/SAF)

⁽¹⁾ A ANA aguarda regularização por meio de cessão de uso da ocupação de uma área de **8.671,71 m²**, equivalente a **36,35%** (Blocos B, L, M e T, bem como área comum) no Complexo do Setor Policial.

Quadro 30 - Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	SETOR POLICIAL, ÁREA 5, QUADRA 3, BLOCO “Q”
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.308.233/0001-03
	Nome ou Razão Social	RBA COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	COMÉRCIO DE REFEIÇÕES
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONVITE Nº 001/ANA/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTE COM SERVIÇO TIPO SELF SERVICE E LANCHONETE
	Prazo da Cessão	08/04/2014 A 08/04/2015, PRORROGÁVEL POR ATÉ 60 (SESSENTA) MESES
	Caracterização do espaço cedido	RESTAURANTE E LANCHONETE – ÁREA MEDINDO 390 M ² (TREZENTOS E NOVENTA METROS QUADRADOS), CONTENDO

		ESPAÇO PARA SERVIÇO DE “AUTOATENDIMENTO”, COM CAPACIDADE PARA COMPORTAR, APROXIMADAMENTE DUZENTOS LUGARES
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE R\$ 5.105,00 (CINCO MIL, CENTO E CINCO REAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A EMPRESA RESSARCE 4,5% DA CONTA DE LUZ DO COMPLEXO; 4,5% DA CONTA DE ÁGUA DO COMPLEXO E TODO O GASTO COM O TELEFONE INSTALADO NO LOCAL

13.2.2. Imóveis sob responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 31 - Quadro A.8.2.2.1 –Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da ANA, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício R\$ 1,00	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
44205	(1)	10	Bom	(1)	(1)	(1)	-	619.000
Total								

Fonte: UORG ANA (DIREL/SAF)

⁽¹⁾ A ANA aguarda regularização por meio de cessão de uso da ocupação de uma área de **8.671,71 m²**, equivalente a **36,35%** (Blocos B, L, M e T, bem como área comum) no Complexo do Setor Policial.

13.2.3. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

13.2.3.1. Análise Crítica

Conforme informado no Quadro acima, a Agência aguarda a regularização da área no Complexo do Setor Policial, correspondente aos Blocos B, L, M e T. A regularização ocorre por meio de emissão de “Termo de Entrega” a ser firmado entre a Secretaria do Patrimônio da União, no Distrito Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Agência Nacional de Águas. O Instrumento é registrado no Livro de Registro de Atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento e outros, concernentes a imóveis do patrimônio da União.

13.2.4. Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 32 - Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela ANA	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	Distrito Federal (Brasília)	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: UORG ANA (DIREL/SAF)

13.2.4.1. Análise Crítica

A Agência ainda mantém um imóvel locado de terceiros, tendo em vista a necessidade de acomodação dos servidores aprovados no terceiro concurso e dos atuais ocupantes de um dos Blocos de suas instalações, no complexo do Setor Policial, o Bloco L. Tal situação deverá ser solucionada com a construção do prédio Anexo ao Bloco M, iniciada em janeiro de 2015.

ITEM 14 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro 33 - Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Fonte: Consulta SIAFI dias 19 e 22 de dezembro de 2014.

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
043/ANA/2011	Prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação (TI), na área de manutenção de sistemas de informação, de acordo com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI e em apoio à SGI.	12/08/2011 a 12/08/2015	01.644.731/0001-32	CTIS INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 1.981.434,52	R\$ 1.092.059,47
097/ANA/2011	Prestação de serviços de atualização (upgrade) de licenças de uso e suporte técnico para os softwares da família ArcGIS, desenvolvidos pela Environmental Systems Research Institute (ESRI), existentes na Contratante.	19/12/2011 a 19/12/2015	67.393.181/0001-34	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 1.700.000,00	R\$ 425.000,00
100/ANA/2011	Fornecimento de Unidades de Armazenamento - Storages e Ativos de Rede SAN, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia.	21/12/2011 a 21/12/2016	04.699.854/0001-69	VA & INFORMÁTICA LTDA - EPP	R\$ 740.000,00	Apenas garantia
034/ANA/2012	Aquisição de solução de conectividade switch, compreendendo serviços de treinamento, de instalação e de configuração, além de suporte técnico on-site aos produtos durante prazo de garantia.	12/06/2012 a 12/06/2015	03.535.902/0001-10	DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	R\$ 359.600,00	R\$ 9.999,96
044/ANA/2012	Prestação de serviços de telecomunicações, por meio de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a ANA e a rede	12/07/2012 a 11/06/2015	03.420.926/0001-24	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. - GVT	R\$ 120.300,00	R\$ 99.182,28

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
	mundial de computadores - Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, relativos ap Lote 01 - Circuito Internet.					
015/ANA/2013	Prestação de serviços atualização e suporte técnico pelo período de 12 meses para 81 licenças Oracle adquiridas pela Superintendência de Gestão da Informação - SGI para atender ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH.	08/05/2014 a 08/05/2015	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	R\$ 689.607,96	R\$ 619.676,99
052/ANA/2013	Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação, na modalidade Fábrica de Software, dimensionadas pela métrica de pontos de função.	23/08/2013 a 23/08/2015	01.644.731/0001-32	CTIS INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 11.706.370,00	R\$ 5.718.226,68
070/ANA/2013	Aquisição de Switch de configuração fixa com 48 portas 1G/10G L3 e fonte redundante.	16/10/2013 a 16/10/2016	03.535.902/0001-10	DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	R\$ 139.900,00	R\$ 139.900,00
107/ANA/2013	Prestação de serviço de mensuração das demandas executadas pela fábrica de software na modalidade de Fábrica de Métrica e Mensuração de Demanda.	20/12/2013 a 20/12/2014	04.718.005/0001-05	TI MÉTRICAS SERVIÇOS LTDA.	R\$ 330.000,00	R\$ 156.662,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
017/ANA/2014	Aquisição de Solução Integrada de Gestão de Dados (conjunto de ferramentas de software) para ambiente heterogêneo de sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD), envolvendo a execução de serviços técnicos especializados de instalação, operação assistida, e transferência de conhecimento, com suporte técnico e atualização de versão pelo período de 12 (doze) meses.	28/04/2014 a 28/04/2015	04.989.440/0001-74	TGV TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 2.444.996,00	R\$ 2.444.996,00
025/ANA/2014	Contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de Tecnologia da Informação/TI, para execução de testes e controle, modalidade Fábrica de Testes de Software	17/06/2014 a 17/06/2015	72.827.405/0004-51	RSI INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 2.382.000,00	R\$ 71.500,00
028/ANA/2014	Prestação de serviços de atualização e suporte técnico pelo período de 12 meses para solução integrada de armazenamento e processamento de Banco de Dados adquirida pela Superintendência de Gestão da Informação - SGI para atender ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH.	20/06/2014 a 20/06/2015	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	R\$ 336.989,05	R\$ 213.825,03
042/ANA/2014	Aquisição de serviços de processamento de Dados	03/09/2014 a 03/09/2016	33.683.111/0001-08	Serviço Federal de Processamento de	R\$ 6.000,00	R\$ 00,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
				Dados - SERPRO		
077/ANA/2014	Prestação de operação assistida	18/11/2014 a 18/11/2015	04.989.440/0001-74	TGV TECNOLOGIA LTDA	R\$ 5.150.000,00	R\$ 00,00
65/ANA/2014	Serviço de suporte técnico pelo período de 12 meses para 32 licenças Oracle	03/10/2014 a 03/10/2015	59.456.277/0003-38	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	R\$ 309.977,28	R\$ 00,00

Tabela 24 - Relação de necessidades de novos sistemas

	SISTEMAS	FUNÇÃO DO SISTEMA	MEDIDAS PROGRAMADAS PARA OBTENÇÃO DO SISTEMA
1	Subsistema de Planejamento e Gestão do SNIRH	Sistema para publicação de dados e informações sobre planejamento de recursos hídricos	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software. Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA.
2	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB	Sistema para operacionalizar a fiscalização da segurança de barragens	
3	Sistema para troca de dados de qualidade de água entre o Sistema HIDRO e 9 estados	Sistema para operacionalizar a troca de dados de qualidade de água entre a ANA os órgãos gestores estaduais	
4	Sistema para elaboração, disponibilização e visualização de gráficos sobre dados pluviométricos ("Identidade Pluviométrica")	Sistema para elaboração, disponibilização e visualização de gráficos sobre dados pluviométricos ("Identidade Pluviométrica"). O sistema consiste em disponibilizar uma visualização georreferenciada dos eventos históricos de chuva.	
5	Sistema de Fiscalização	Sistema para operacionalizar a fiscalização do uso de recursos hídricos pela ANA.	
6	Sistema de acompanhamento e operação da rede	Sistema para acompanhamento de operação da rede hidrometeorológica capaz de integrar os resultados da	

	hidrometeorológica	geração de dados obtidos pela operação da rede mostrando em especial os problemas ocorridos (como falta de informações, falta de fichas de campo, inexecuções de atividades previstas) e registrar ações tomadas pelos gestores regionais para solucionar problemas enfrentados.	
	SISTEMAS	FUNÇÃO DO SISTEMA	MEDIDA PROGRAMADA PARA OBTENÇÃO DO SISTEMA
7	Sistema Georreferenciado de Planejamento da Rede Hidrometeorológica.	Sistema Georreferenciado de Planejamento da Rede Hidrometeorológica com módulos de cota, chuva, medições de descarga líquida, medições de perfil transversal, sedimentos e qualidade de água.	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software. Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA.
8	Sistema de acompanhamento da operadora do PISF	Sistema para operacionalizar o acompanhamento da operação do sistema de gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco	
9	Sistema de acompanhamento das concessões de irrigação (SACI)	Sistema para operacionalizar o processo de acompanhamento das concessões de irrigação.	
10	Sistema para o Modelo de Grandes Bacias (MGB – Amazonas)	Esta ferramenta objetiva realizar previsões de tendências hidrológicas para as principais estações de monitoramento e pontos de interesse da bacia Amazônica com base nos resultados obtidos pela utilização do modelo de simulação hidrológica MGB-IPH, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas-IPH/UFRGS no âmbito do “Projeto Integrado de Cooperação Amazônica e Modernização do Monitoramento Hidrológico”. A ferramenta deverá automatizar a simulação a partir da coleta automática de dados e disponibilização dos resultados de forma amigável.	

	SISTEMAS	FUNÇÃO DO SISTEMA	MEDIDA PROGRAMADA PARA OBTENÇÃO DO SISTEMA
11	Sistema de estruturação do conhecimento (SEC)	Sistema para capturar e armazenar dados e informações relacionados a eventos hidrológicos críticos das Salas de Situação da ANA e Estados, em documentos e dados sem um determinado padrão.	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software. Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA.
12	Ferramentas de Suporte à Operação das Salas de Situação Estaduais / Operacionalização das metodologias propostas no Manual da Sala de Situação	Ferramentas para auxiliar a operação da Sala de Situação da ANA e dos Estados, com base em recomendações contidas no Manual de Operação da Sala de Situação, como por exemplo: Diagramas Unifilares para apresentar a situação de rios e reservatórios em tempo real; automação de modelos hidrológicos para obtenção de dados e disponibilização de resultados em gráficos e tabelas, com saída para o Google Earth; aplicativo para realizar análises rotineiras da operação de reservatórios (curvas de aversão ao risco, alocação de volume de espera, previsão, entre outras); etc. Além de aprimorar e agilizar as atividades da Sala de Situação, estas ferramentas promovem a padronização das análises.	

Fonte: Plano Diretor de Tecnologia da Informação – Versão 2014

ITEM 15 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 34 - Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado. http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/outros/PlanodeGestaodeLogisticaSustentavel-PLS.pdf		
	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/outros/RelatoriodeGestaoAmbientaldaANA2014.pdf		

ITEM 16 - ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE**16.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU****16.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício****Quadro 35 - Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	030.897/2013-0	795/2014-TCU-2ª Câmara	1.7	DE	Ofício 0464/2014-TCU/Selog, de 14/3/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Águas					46876
Descrição da Deliberação					
1.7.1.1 Faça constar no Sistema Comprasnet os fundamentos para o indeferimento dos recursos administrativos, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência; 1.7.1.2 não exija a realização de vistoria in loco, em caráter compulsório, para efeito de qualificação técnico-operacional dos licitantes, conforme entendimento predominante deste Tribunal (Acórdãos ns. 983/2008, 2.395/2010, 2.990/2010, 1.770/2013, todos do Plenário), de que a vistoria deve ser uma faculdade e não uma obrigação do licitante, incluindo, no caso de visita técnica facultativa, cláusula editalícia que estabeleça ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais dos serviços, com vista a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato (Acórdãos ns. 3.472/2012 e 295/2008, ambos do Plenário).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF					
Síntese da Providência Adotada					
A determinação foi adotada pela ANA, conforme pode ser observado nas licitações conseguintes.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Maior aderência à legislação nos procedimentos licitatórios adotados pela Agência.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os procedimentos adotados pela Agência já contemplavam as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	029.692/2013-0	1665/2014-TCU-Plenário	9.2	DE	Ofício 0274/2014-TCU/SEMAG, de 1/7/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Águas					46876
Descrição da Deliberação					
9.2 determinar à Agência Nacional de Águas (ANA), à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à Agência					

Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e à Superintendência de Seguros Privados (Susep) que, em relação à determinação contida no subitem 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário (inclusão de seção específica sobre o tema “arrecadação de multas” nos relatórios de gestão relativos aos exercícios de 2012 a 2016), caso não consigam registrar todas as informações requeridas pelo mencionado comando, incluam nota explicativa, na mesma seção específica do relatório de gestão, com a justificativa pormenorizada para a ausência da(s) informação(ões).	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF	
Síntese da Providência Adotada	
Pela Comunicação Interna nº 216/2014/SAF, de 09/07/2014, a SAF encaminhou, para ciência e providências da Coordenação de Gestão Estratégica, o referido Acórdão, tendo em vista ser esta Coordenação de Gestão Estratégica a responsável por consolidar e encaminhar à aprovação da Diretoria Colegiada o Relatório de Gestão a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Apenas com a elaboração do Relatório de Gestão – exercício 2014, poderá ser evidenciado o atendimento completo à determinação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há comentários a fazer.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.1.1.4	RE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Águas					46876
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à Agência Nacional de Águas que: 9.1.1. estabeleça, formalmente, em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009: 9.1.1.4 mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão Estratégica – CGE / DIREC					
Síntese da Providência Adotada					
Tais mecanismos foram implementados por meio da reformulação do comitê de tecnologia da informação, havendo, além do instrumento formal, Resoluções aprovadas. Cabe colocar que há uma diretora da ANA acompanhando o plano de ação de ampliação da governança de TI, definido e pactuado com as Unidades Organizacionais responsáveis por sua implementação. Portarias ANA 154 e 155/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimoramento no sistema de controle e governança de TI.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há comentários a fazer.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	46876
Deliberações do TCU	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.1.3 9.1.5 9.1.12	RE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Águas					46876
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à Agência Nacional de Águas que: 9.1.3. implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido, com fundamento nas orientações contidas na seção 6.1 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2 2008 c/c AP009 - <i>Manage Service Agreements</i> , Cobit 5. 9.1.5. elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da entidade, com fundamento nas orientações contidas na seção 7.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no Cobit 5, Processo BAI09 - <i>Manage assets</i> , em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSJIPR 10/INO1, de 30 de janeiro de 2012. 9.1.12. mantenha atualizado catálogo de serviços de TI do órgão, com fundamento nas orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão AP009.02 - <i>Catalogue IT-enabled services</i> (Catalogar serviços de tecnologia da informação habilitados - tradução livre).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Gestão da Informação – SGI Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF					
Síntese da Providência Adotada					
9.1.3. O processo foi criado sob documento "Gerenciamento de Nível de Serviços ANA". 9.1.5. Foi realizada atualização do Inventário de Ativos de Tecnologia, o qual está publicado e mantido no sistema de Gerenciamento de Service Desk (CA-SDM). 9.1.12. O catálogo está sendo atualizado e mantido no Portal de TI, na intranet da ANA (http://portalti/Paginas/Servicos/catalogo.aspx). Além disso, foi definida uma meta institucional da Superintendência de Administração e Finanças (SAF) para o período de outubro/2014 a setembro/2015 que trata da gestão do catalogo de serviços de TI, conforme lista de metas da ANA.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimoramento no sistema de controle e governança de TI.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há comentários a fazer.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.1.10	RE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Águas					46876
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à Agência Nacional de Águas que: 9.1.10. aprove formalmente o plano anual de auditoria interna do órgão, que deverá conter, entre outras atividades, ações com o objetivo de avaliar os riscos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles em relação a gestão e ao uso da TI corporativa, com fundamento nas orientações contidas no Cobit 5, BAI0 1.05 - <i>Launch and execute the programme</i> (Iniciar e executar o programa - tradução livre), MEA02.03 <i>Perform control self-assessments</i> (Realizar autoavaliação dos controles - tradução livre) e MEA02.06 - <i>Plan assurance initiatives</i> (Iniciativas do plano de garantia – tradução livre);					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Auditoria Interna – AUD	
Síntese da Providência Adotada	
Foi elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2015 incluindo previsão de auditoria na área de tecnologia da informação, encaminhado para avaliação da CGU (Ofício nº 31/2014/AUD-ANA), em sintonia com o art. 4º, da IN CGU 07/2006. O referido Plano foi aprovado pela Diretoria Colegiada da ANA em sua 553ª Reunião Ordinária.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Capacitação do corpo técnico da Auditoria Interna na área de tecnologia da informação e aprimoramento da metodologia utilizada no planejamento das auditorias.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
No exercício de 2014, foram priorizadas ações de capacitação do corpo técnico da Auditoria Interna na área de tecnologia da informação.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.2	DE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Águas					46876
Descrição da Deliberação					
9.2 Determinar a Agência Nacional de Aguas que inclua nos relatórios de gestão dos exercícios vindouros informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações realizadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão Estratégica – CGE					
Síntese da Providência Adotada					
As informações necessárias ao acompanhamento da implementação das recomendações e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União estão registradas no Relatório de Gestão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimoramento do <i>follow-up</i> .					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram registrados fatores positivos ou negativos no encaminhamento do assunto.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	031.112/2013-7	645/2014-TCU-Plenário	9.2 9.3	DE	Ofício 0597/2014-TCU/Selog, de 26/3/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Agência Nacional de Águas					46876
Descrição da Deliberação					
9.2 nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei n. 8.443/1992, fixar prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, para que a Agência Nacional de Aguas - ANA adote as medidas necessárias para o exato cumprimento da lei, no sentido de anular os procedimentos relativos a Licitação Pública Nacional —NCB n. 1/2013;					

9.3 determinar a referida Agência que, em futuros processos licitatórios que obedeçam as condições previstas em contratos assinados com instituições financeiras multilaterais, atente para a jurisprudência do TCU, consubstanciada pela Decisão a 1.640/2002 - Plenário, no sentido de que o contrato de empréstimo internacional não pode conter cláusulas conflitantes com a Constituição Federal, uma vez que os princípios constitucionais prevalecem em caso de divergência com as normas dos organismos de financiamento, sendo cabível, ainda, a aplicação subsidiária dos ditames da Lei n. 8.666/1993, e se abstenha de incluir nos editais dos certames cláusulas restritivas do caráter competitivo que deve nortear as licitações.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – SIP	
Síntese da Providência Adotada	
Pelo Ofício n. 327/2014/SAF-ANA, de 06/05/2014, a ANA comunicou o atendimento a recomendação fixada no item 9.2 do Acórdão 645/2014-Plenário, determinando a anulação da Concorrência NCB nº 1, de 3/10/2013, conforme Aviso de Anulação publicado no Diário Oficial da União, edição do dia 6/05/2014, seção 3, página 132. Quanto a determinação contida no item 9.3, informa-se que a Agência irá observar a determinação em suas futuras contratações.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Aprimoramento da Gestão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foram registrados fatores positivos ou negativos no encaminhamento do assunto.	

16.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 36 - Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.1.1.1 9.1.1.2 9.1.1.3 9.1.1.5	RE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à Agência Nacional de Águas que: 9.1.1. estabeleça, formalmente, em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009; 9.1.1.1 objetivos de gestão e de uso corporativos de TI alinhados as estratégias de negócio; 9.1.1.2. indicadores de desempenho para os objetivos de gestão definidos; 9.1.1.3. metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI para cada indicador definido; 9.1.1.5. mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Gestão Estratégica – CGE / DIREC	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
9.1.1.1. Os objetivos de gestão foram formulados em 2011, resultando na cartilha de planejamento estratégico, destacando-se os resultados esperados 4.5 (instrumentos implementados de forma integrada nas bacias, entre eles o SNIRH) e 4.14 (infraestrutura e tecnologia adequadas e gerenciadas com eficiência). O planejamento estratégico será o norteador do plano estratégico de TI que se encontra em fase de definição de escopo. 9.1.1.2. Os indicadores para aferir o alcance dos resultados esperados já estão elaborados. Há previsão de, no exercício de 2015, iniciar o aperfeiçoamento e a pactuação dos indicadores com as Unidades Organizacionais. 9.1.1.3. As metas serão definidas a partir da pactuação dos indicadores e serão melhor explicitadas no plano estratégico de TI. 9.1.1.5. A gestão de riscos é uma ferramenta incipiente no Brasil e especialmente no setor público encontra dificuldade para a implementação, seja pela falta de servidores ou pelas dificuldades interpostas pela Associação Brasileira de Normas - ABNT. Ao longo do exercício de 2014 foi dada prioridade à capacitação dos servidores para, em 2015, elaborar e implementar o plano de trabalho.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Sob o aspecto positivo, observa-se que as providências para atendimento das recomendações do TCU já estão em fase de desenvolvimento, estando a alta administração sensível à necessidade de solucionar as questões objeto das recomendações. Sob o aspecto negativo pode-se citar a carência no quadro de pessoal da ANA, ocasionando maior lapso temporal para a resolução das questões.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.1.2	RE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à Agência Nacional de Águas que: 9.1.2. adote providências no sentido de dotar esse setor com o quantitativo de pessoal adequado para suprir as necessidades de trabalho em TI, com fundamento nas orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.01 - <i>Maintain adequate and appropriate staffing</i>, levando em consideração as necessidades de pessoal das demais áreas do órgão.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão Estratégica – CGE / DIREC					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Todos os procedimentos exigidos pela Instrução Normativa MP nº 03, para a solicitação de ampliação do quadro de servidores por concurso público já foram adotados. Atualmente, o processo encontra-se na Secretaria de Gestão do					

Ministério do Planejamento. No entanto, a portaria de autorização ainda não foi publicada. A ANA sustenta a postura de manter tratativas junto ao citado Ministério afim de ter o quadro autorizado por Lei preenchido.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A implementação da recomendação exarada pelo TCU depende de ações de ator externo, não estando sob total governabilidade da Agência.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.1.4 9.1.6 9.1.7 9.1.8 9.1.9 9.1.13	RE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à Agência Nacional de Águas que: 9.1.4. elabore, execute e teste periodicamente o plano de gestão de continuidade do negócio da instituição, de forma a minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da entidade, com fundamento nas orientações contidas na seção 14 da ABNT NBR ISO/IEC 27002 2005, nas seções 8.6 e 8.7 da ABNT NBR 15999-12007 e no Cobit 5, DSSO4.3 - Develop and implement a business continuity response, em atenção as disposições contidas na NC - DSIC/GSI/PR 6/INO1, de 11 de novembro de 2009, e em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário. 9.1.6. elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI, com base nos requisitos de negócio e de segurança da informação do/da órgão/entidade, com fundamento nas orientações contidas na seção 11.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, em atenção ao item 2.6 da NC - DSIC/GSI/PR 7/INO1, de 6 de maio de 2010, e em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário. 9.1.7. institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, com fundamento nas orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, em atenção ao art. 5º, inciso V, da IN - GSTIPR 1/2008 e as disposições contidas na NC - DSIC/GSI/PR 5/INO1, de 14 de agosto de 2009. 9.1.8. elabore e implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação, com fundamento nas orientações contidas na seção 4 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, em atenção ao disposto na NC - DSTC/GSI/PR 4/INO1, de 15 de fevereiro de 2013. 9.1.9. elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, bem como institua formalmente equipe específica para tratar dos incidentes dessa natureza, com fundamento nas orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002 2005, em atenção ao item 3.2.7 da NC - DSIC/GSI/PR 2/INO1, de 13 de outubro de 2008. 9.1.13. estabeleça formalmente acordos de nível de serviço entre o setor de TI e as áreas internas da instituição, com fundamento nas orientações contidas na seção 6.1.2 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Gestão da Informação – SGI Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF					

Justificativa para o seu não Cumprimento:
9.1.4. Em fase final de elaboração por meio de tarefas e atividades do Contrato nº 075/ANA/2013. Até o momento foram realizadas a Análise de Riscos de TI, Análise de Impacto de Negócio de TI e produção do Plano de Resposta Operacional do Serviço considerado o de maior risco e impacto, que é o de Backbone da Rede. 9.1.6. Foi aprovado pelo CTI/ANA o documento de Diretrizes e Matriz de Responsabilidade, que ainda depende de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANA. 9.1.7. Aguardando autorização do Ministério do Planejamento para a realização de concurso público para servidores especificamente para atuação em Tecnologia da Informação. 9.1.8. Para possibilitar a contratação de um serviço delineado dentro das necessidades da Agência, é fundamental a prévia aprovação e implantação da POSIC-ANA. Entretanto o tema ainda não foi deliberado pelo nível estratégico. 9.1.9. A agência possui iniciativas em nível operacional de gestão de incidentes de segurança da informação. Houve casos junto ao ETIR-CSIC-GSI em que a ANA solicitou apoio, bem como casos em que colaborou com aquele grupo. No entanto, a formalização de um processo de gestão de incidentes de segurança da informação está fortemente atrelada à implantação da POSIC-ANA, que aguarda deliberação pelo nível estratégico. 9.1.13. Já foram feitos os acordos de níveis de serviços dos seguintes sistemas: Telemetria 2, Sistema de Inspeção de Segurança de Barragens e Portal SNIRH na intranet e internet.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Verifica-se que as providências para atendimento das recomendações já estão em fase de desenvolvimento, atreladas à aprovação e implantação da POSIC-ANA, bem como ao aumento do quadro de servidores atuantes na área de TI.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	021.444/2013-7	1018/2014/TCU-Plenário	9.11	RE	Ofício 0520/2014-TCU/Sefti, de 24/4/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					46876
Descrição da Deliberação					
9.1 Recomendar à Agência Nacional de Águas que: 9.1.11. em consonância com o disposto no item 9.10.2 do acórdão 1233/2012-TCU Plenário, realize auditorias periódicas na área de tecnologia da informação do órgão, em especial no que diz respeito a avaliação da governança de TI, dos sistemas de informação e de suas bases de dados, da segurança da informação e das aquisições de bens e serviços de TI.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna – AUD					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
No exercício de 2014, o corpo técnico da Auditoria participou de cursos de capacitação na área de TI, estando prevista auditoria já no ano de 2015 no citado objeto, conforme Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2015, aprovado na 553ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da ANA.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O quadro de servidores da Auditoria Interna da ANA não conta com especialista na área de tecnologia da informação, sendo necessária a capacitação dos atuais servidores, visando adquirir o conhecimento necessário para execução das auditorias.

16.3. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)**16.3.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício****Quadro 37 - Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201406828	1.1.1 - Recomendação 1 Recomendação 5	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1 - Recomenda-se que a ANA, em conformidade ao que estabelece a IN 04/2010, art. 25, elabore as Ordens de Serviço relativas aos serviços de TI com a definição clara e precisa dos serviços a serem realizados e dos produtos esperados, contendo, em especial, as especificações necessárias para sua adequada identificação e o cronograma de realização do serviço, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos. Ressalta-se ainda a necessidade dos pagamentos efetuados a contratada estarem sempre vinculados e compatíveis com os serviços definidos previamente na Ordem de Serviço.			
Recomendação 5 – Recomenda-se que a ANA, com a participação ativa do seu Comitê de TI e em articulação com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, adote medidas no sentido de dotar a área de Tecnologia da Informação - TI da Agência com quantitativo de servidores suficiente para exercer as atividades técnicas e sensíveis de TI, como aquelas relacionadas à análise de requisitos, gestão de projetos, gestão e fiscalização de contratos de TI, entre outras.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Gestão da Informação – SGI			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação 1 - Definição e implantação do fluxo de atendimento de cada uma das demandas previstas no Contrato 052/ANA/2013: manutenção corretiva, solicitação de informação, solicitação de atendimento, análise e modelagem de negócio, manutenção evolutiva, projeto novo e documentação de sistemas. Disponibilizado na intranet: http://geohml.snirh.gov.br/fluxo_demandas/#list .			
A abertura das ordens de serviços para as demandas de sustentação (manutenção corretiva, solicitação de informação e solicitação de atendimento) são feitas com definição do número estimado de cada demanda e custo estimado, desde a data de 01/12/2014. No que se refere às demandas do tipo análise e modelagem de negócio, manutenção evolutiva, projeto novo e documentação de sistemas, as Ordens de Serviço são abertas para cada demanda e com todos os detalhes: serviços a serem executados, cronograma, estimativa de prazo e custo, desde a data de 01/12/2014.			
Recomendação 5 - Por meio do Aviso Ministerial nº 70/2014/SECEX/GM-MMA de 23 de maio de 2014, o Ministério do Meio Ambiente solicitou ao MP autorização para realização do concurso público. Por meio do Ofício nº			

234/2014/AA-ANA a Agência solicitou ao Secretário Executivo do MMA esforços junto ao MP para a descentralização de 15 servidores do cargo de ATI para exercício da ANA nos próximos concursos a serem realizados por aquele ministério. Por meio do Ofício nº 175/2014/AA-ANA foi requisitado o servidor Luciano Antonio Gonzaga Villarino, ocupante do cargo de analista de tecnologia da informação (ATI) do MP para exercer o Cargo Comissionado Técnico, código CCT V na ANA (empossado em 24/09/2014). Por meio do Ofício nº 174/2014/AA-ANA foi requisitado o servidor Allan Nagem Soares, ocupante do cargo de analista de ciência e tecnologia da carreira de gestão, planejamento e infraestrutura em ciência e tecnologia do Centro Gestor e Operacional do sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), para exercer o Cargo Comissionado Técnico, código CCT V na ANA (empossado em 10/11/2014).

Síntese dos Resultados Obtidos

Aprimoramento dos controles de TI.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O aumento no quadro técnico da área de TI depende de ações de ator externo, não estando sob total governabilidade da Agência.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201406828	1.1.1.3 - Recomendação 1	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1 – Recomenda-se que a ANA em suas futuras contratações seja decorrente de adesão a ata de registro de preço ou de processo licitatório ordinário realize ampla pesquisa de preço no mercado para estimativa do valor da contratação, considerando outras fontes de informações, além da consulta aos fornecedores, tais como: avaliação de contratos recentes e/ou vigentes; consulta a outros entes da Administração valores adjudicados em outras licitações; pesquisas em bases de sistemas de compras, incluindo o Comprasnet; e valores registrados em outras atas de registro de preços. Ao final da pesquisa, registre documentalmente todas as pesquisas realizadas, incluindo-as no processo administrativo licitatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF			
Síntese da Providência Adotada			
Nas próximas contratações de serviços de TI a ANA adotará como regra os procedimentos descritos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aprimoramento dos controles gerais da Administração.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Agência seguirá as orientações emanadas pela CGU em suas próximas contratações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201406828	2.1.1.1 - Recomendação 2	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2 – Recomenda-se que a Unidade Examinada envide esforços para capacitar os servidores alocados na área de gestão de patrimônio no intuito de proceder aos registros no sistema SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF			
Síntese da Providência Adotada			
Três servidores já foram treinados pela Secretaria de Patrimônio da União para o uso do referido sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Capacitação dos servidores (aprimoramento dos controles internos)			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há comentários a fazer.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201406828	2.1.1.3 - Recomendação 1	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que a Unidade Examinada realize uma análise (e se for o caso um saneamento) dos registros contábeis nas contas de bens imóveis; Edifícios 1.4.2.1.1.01.00, Imóveis a Registrar 1.4.2.1.1.05.00, Obras em Andamento ? Reg. do Exerc. 1.2.1.1.51.00, Estudos e Projetos 1.4.2.1.1.80.00, Obras em Andamento 1.4.2.1.1.91.00 e Instalações 1.4.2.1.1.92. E, posteriormente, aplique as rotinas das Macrofunções SIAFI 02.11.07 e 02.03.30 a fim de que as informações ali registradas apresentem confiabilidade e fidedignidade espelhando a realidade dos fatos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF	
Síntese da Providência Adotada	
A conta patrimonial Imóveis a Registrar 1.4.2.1.1.05.00, foi saneada a inconsistência nos termos da Nota Técnica nº 18/2014/NUCON/GEEFI/SAF-ANA, de 9 de junho de 2014; A conta patrimonial Obras em Andamento – Registro de Execução Especial 1.4.2.1.1.51.00, foi saneada a inconsistência nos termos da Nota Técnica nº 17/2014/NUCON/GEEFI/SAF-ANA, de 9 de junho de 2014; A conta patrimonial Benfeitorias em Propriedade de Terceiros 1.4.2.1.1.93.00, foi saneada a inconsistência nos termos da Nota Técnica nº 13/2014/NUCON/GEEFI/SAF-ANA, de 15 de maio de 2014; e Relativamente às contas patrimoniais abaixo indicadas, estão em vias de regularizações, no aguardo da apresentação dos exames necessários pela Área de Patrimônio da Agência Nacional de Águas, conforme determinado pela Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF) e informado à Coordenadoria da Equipe de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno, por ocasião da resposta ao Relatório Preliminar: - Edifícios 1.4.2.1.1.01.00; - Estudos e Projetos 1.4.2.1.1.80.00; - Obras em Andamento 1.4.2.1.1.91.00; - Instalações 1.4.2.1.1.92.00,	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Maior fidedignidade nos dados constantes das Demonstrações Contábeis da Agência.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há comentários a fazer.	

16.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

quadro 38 - Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201406828	1.1.1.1 - Recomendação 2 Recomendação 3 Recomendação 4	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2 – Recomenda-se que a ANA – conforme preconizado pela IN nº 04/2010, art. 24 – nomeie, para cada contrato de bens e serviços de TI, o fiscal técnico, o fiscal administrativo e o fiscal requisitante, de forma a garantir a adequada segregação de funções na fiscalização dos contratos. Recomendação 3 – Recomenda-se que a ANA, seguindo o fluxo previsto na IN nº 04/2010, evite o recebimento dos produtos previstos em cada Ordem de Serviço sem a prévia confecção do Termo de Recebimento Provisório (TRP), a cargo do fiscal técnico nomeado, contendo a declaração formal de que os serviços foram entregues, para posterior análise das conformidades; bem como evite atestar e homologar estes produtos sem a devida avaliação da sua qualidade, principalmente em relação aos aspectos técnicos de TI. Recomendação 4 – Recomenda-se que a ANA passe a realizar, e registrar em documentos formais, a apuração dos indicadores de nível de serviço contratado, em especial aqueles relacionados ao cumprimento dos prazos previamente estabelecidos e à qualidade dos produtos (entrega sem defeitos/erros), não se abstendo de aplicar, quando necessário, as			

devidas sanções previstas em contrato, em atenção ao princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput).	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Gestão da Informação – SGI	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Recomendação 2 – As providências para atendimento da citada recomendação estão em andamento. Ficou definido que para todos os contratos de prestação de serviço de TI, nos quais são executadas demandas de outras Unidades Organizacionais, deverão ser nomeados os fiscais requisitantes. Ficou definido também que o gestor do contrato será o fiscal administrativo. Foi enviada circular (Circular 02/2014) às UORGs solicitando indicação dos fiscais requisitante referentes a cada sistema. Recomendação 3 – O recebimento provisório será feito utilizando o sistema de gerenciamento de demandas (GDS). O referido sistema está sendo evoluído com prazo para os primeiros meses de 2015. Cabe colocar que foi assinado em 17/06/2014 o Contrato 025/ANA/2014 com empresa que executará a função com a Fábrica de Testes. Recomendação 4 – A meta institucional de definição do processo para controle de SLA do Contrato 052/ANA/2013, foi finalizada em 30/09/2014. Quanto à implantação do processo para o controle de SLA do contrato 052/ANA/2013, cumpre esclarecer que em dezembro foi feito apostilamento ao Contrato 052/ANA/2013, de alteração dos indicadores para controle do SLA. A aplicação formal do controle se dará no faturamento de Janeiro/2015, das Ordens de Serviços abertas a partir de 01/01/2015.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Cumprir colocar que, em que pese as recomendações constarem como pendentes, as providências para o completo atendimento das orientações emanadas pela CGU estão sendo adotadas tempestivamente.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201406828	1.1.1.2 - Recomendação 1 Recomendação 2 Recomendação 3	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1 – Recomenda-se que a ANA – em atenção ao princípio constitucional da eficiência e ao que dispõe a IN 04/2010, Art. 15 e o Decreto 2.271/1997, Art. 3 – inicie, de imediato, os procedimentos necessários para licitação dos serviços atendidos atualmente por meio do Contrato nº 52/2013, com a finalidade de substituí-lo o mais breve possível. Recomendação 2 – Recomenda-se que a ANA – em face do disposto no art. 23, § 1º da Lei 8.666/93 – na licitação para substituição do contrato n 52/2013 e em suas futuras contratações de TI, procure separar os serviços a serem contratados, de acordo com suas respectivas características (desenvolvimento/manutenção de sistema, suporte e sustentação da infraestrutura de TI e análise e modelagem de negócio), bem como utilize metodologias de mensuração dos serviços que privilegiem a remuneração por unidades quantitativas, previamente definidas e verificáveis, a exemplo de Pontos de Função- PF, Unidades de Serviços Técnicos – UST e indicadores de nível de serviço. Recomendação 3 – Recomenda-se que a ANA avalie a possibilidade de reduzir a demanda por serviços de itens não mensuráveis, pagos por horas trabalhadas, no contrato n 52/ANA/2013. Ademais, enquanto o atual contrato estiver vigente e existir demanda por serviços de itens não mensuráveis, recomenda-se que a Agência defina e especifique, previamente a abertura da demanda, uma relação (catálogo de serviços) contendo todos os serviços não mensuráveis em pontos de função possíveis de serem demandados a empresa, com a definição dos valores máximos de horas			

aceitáveis para cada um desses serviços, os prazos de entrega, suas respectivas complexidades, os níveis mínimos de serviço exigidos e as sanções aplicáveis nos casos de descumprimento destes parâmetros.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Gestão da Informação – SGI	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Recomendação 1 – Já foram tomadas providências para adequar-se a execução do Contrato nº 052/ANA/2013, conforme orientações da CGU.	
Recomendação 2 – Nas próximas contratações de serviços de TI a ANA separará os serviços a serem contratados, de acordo com suas respectivas características e utilizará metodologias de mensuração dos serviços que privilegiem a remuneração por unidades quantitativas, previamente definidas e verificáveis, a exemplo de Pontos de Função, Unidades de Serviços Técnicos e indicadores de nível de serviço.	
Recomendação 3 – O catálogo está sendo avaliado/ajustado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Cumpra colocar que, em que pese as recomendações constarem como pendentes, as providências para o completo atendimento das orientações emanadas pela CGU estão sendo adotadas tempestivamente.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201406828	2.1.1.1 - Recomendação 1	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que a Unidade Examinada regularize a cessão de uso gratuito da área ocupada por esta Agência bem como realize os registros no sistema SPIUnet do bem imóvel próprio da União e locado de terceiro sob pena de configurar desídia no que diz respeito as recomendações exaradas por esta CGU.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O imóvel locado de terceiros localizado no Setor de Indústria e Abastecimento, Trecho 4, Lote 370 já foi registrado no sistema SPIUnet. Quanto aos imóveis localizados no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 03, a Agência está elaborando Layout das instalações ocupadas e a análise técnica quanto a racionalidade do uso, documentos exigidos pela SPU para celebração do Contrato de Cessão Gratuita.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O pleno atendimento da recomendação exarada pela CGU depende de atores externos (SPU/MP).			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	46876

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201406828	2.1.1.2 - Recomendação 1	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que a Unidade Examinada crie e estabeleça rotinas de avaliações de seus bens imóveis de acordo com Orientação Normativa SPU ON-GEADE-004 tendo em vista o saldo na conta Edifícios (1.4.2.1.1.01.00) em conformidade com o art. 14 da Lei 10.180/2001.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Agência iniciou estudos sobre as normas atinentes ao tema e busca benchmarking junto às outras instituições, que já incorporaram estas rotinas, para desenvolver um documento que balize os procedimentos em questão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências necessárias ao atendimento pleno da recomendação exarada pela CGU estão sendo tempestivamente tomadas pela Agência.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201406828	2.1.1.3 - Recomendação 2	Ofício nº 24.734/2014/ DIAMB/DI/ SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS			46876
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que a Unidade Examinada reavalie as rotinas delineadas no Termo de Cooperação nº 002/ANA/2012 com o objetivo de evitar que despesas (como aquelas relativas ao Contrato nº 030/ANA/2013) de responsabilidade de outros órgãos públicos sejam apropriadas nos Demonstrativos Contábeis da Agência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No aguardo da apresentação dos exames necessários pela Divisão dos Recursos Logísticos da ANA, conforme determinado pela Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF) e informado à Coordenadoria da Equipe de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno; Informa-se que as questões tratadas nesta segunda recomendação não estão afetas diretamente à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira, pois estão vinculadas ao Termo de Cooperação celebrado entre a Agência Nacional de Águas -ANA, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, a Agência Espacial Brasileira - AEB, o			

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, o Ministério da Defesa - MD e o Centro Gestor e Operacional da Amazônia – CENSIPAM, bem como ao Contrato nº 030/ANA/2010, firmado com a empresa ENGEMIL - Engenharia, Empreendimento, Manutenção e Instalação Ltda. – EPP.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As providências necessárias ao atendimento pleno da recomendação exarada pela CGU estão sendo tempestivamente tomadas pela Agência.

16.5. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

16.6. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 39 - Quadro A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Análise Crítica

A Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA veicula comunicado destinado aos servidores da Agência, com vista ao cumprimento da apresentação das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, conforme aludem as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1922, e 8.730, de 10 de novembro de 1993.

A declaração deverá ser preenchida em formulário em papel, reproduzido a partir do modelo que constitui o ANEXO I da IN-TCU nº 67, de 6 de julho de 2011, devidamente assinada e entregue na Gerência de Gestão de Pessoas - GEGEP/SAF, ou eles poderão apresentar autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei nº 8.429, de

1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei nº 8.730, de 1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do ANEXO II da IN-TCU.

No exercício de 2014, apenas 2 (dois) servidores apresentaram as declarações reproduzidas de acordo com o modelo do ANEXO I. Os demais servidores autorizaram o acesso aos dados de bens e rendas, mediante o preenchimento do formulário ANEXO II.

No que diz respeito ao cumprimento das obrigações dispostas na Lei nº 8.730/93, cabe informar que a Auditoria Interna da Agência Nacional de Águas realiza anualmente auditoria objetivando averiguar se todos os servidores entregaram em tempo hábil suas declarações de bens e rendas ou declaração contendo autorização de acesso à declaração de ajuste enviada à Receita Federal.

Dessa forma, foi emitido o Relatório AUD nº 11/2014, de 25/6/2014, não sendo registradas constatações, concluindo-se que a Gerência de Gestão de Pessoas – GEGEP/SAF cumpriu a legislação em vigor, valendo mencionar que nenhum servidor deixou de atender ao chamamento e que a documentação encontrava-se em boa ordem.

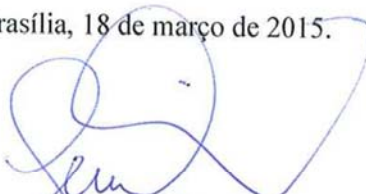
16.7. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não foram identificadas no exercício casos de danos, objeto de medidas internas administrativas.

DECLARAÇÃO

Eu, **Luis André Muniz**, CPF nº **116.852.711-20**, **Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas**, exercido na **Agência Nacional de Águas - ANA** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 18 de março de 2015.



LUIS ANDRÉ MUNIZ

CPF nº 116.852.711-20

Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

ITEM 17 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

17.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A vida útil do ativo está estimada de acordo com o estabelecido na Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, prevista no Manual SIAFI, da STN.

A Agência Nacional de Águas adota, como metodologia de cálculo da depreciação, o método de cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem. Não há no âmbito da Agência, até o momento, aplicação de metodologias de amortização e exaustão.

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são às definidas na Macrofunção 02.03.30 da STN.

Até a presente data, as variações no valor de aquisições de bens móveis, ocorridas pelas depreciações foram consideradas adequadas e os valores dos bens foram considerados compatíveis com os praticados no mercado. Registra-se ainda, que mensalmente é feita a conciliação dos valores informados em Sistema RMB contratado com o Sistema SIAFI.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, informa-se que desde o início da depreciação, em 01/01/2011, o valor acumulado até 31/12/2014 foi de R\$ 19.990.928,72 na UG/Gestão 443001, e R\$ 22.329,42 na UG/Gestão 443044.

17.2. Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

No tocante às informações de Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas, esclareço que a ANA não aderiu ao Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, todavia, possui a sistemática de planejamento e gerenciamento de ações e despesas programadas das unidades administrativas mediante à utilização do Sistema de Planejamento SISPLANA, cuja administração encontra-se ao cargo da Assessoria de Planejamento vinculada à Coordenação de Gestão Estratégica – ASPLA/CGE.

Desta forma, mediante o supracitado Sistema, esta UJ gerencia seus programas e despesas, por unidades organizacionais, em níveis analíticos por ações, projetos, atividades, e planos internos.

17.3. Conformidade Contábil

O processo de análise/verificação dos auditores e demonstrativos contábeis para registro da conformidade contábil é realizada pelo Núcleo de Contabilidade da ANA, UG 443018, sendo a Execução Orçamentária por meio da UG 443003, e a execução financeira das UGs 443001, 440106, 440109, 443025 e na UG 443044 é realizada pela UG/Gestão 443001/44205.

Durante o exercício de 2014, a Conformidade contábil foi registrada conforme segue:

Tabela 24 – Conformidade contábil registrada

UG/Quant	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
443001	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	3	2
443003	1	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-
443044	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

As restrições registradas pelo Núcleo de Contabilidade durante o exercício de 2014 que não foram sanadas até o final do exercício referem-se aos convênios a aprovar com data expirada (Código 657) e manutenção de saldo na conta contábil GRU – Valores em Trânsito (Código 674). Frisa-se, todavia, que a restrição relativa ao Código 674 teve sua regularização efetuada em janeiro de 2015, podendo ser verificado por meio da conta contábil 218913601 - GRU-VALORES EM TRANSITO PARA ESTORNO DESPESA.

No que se concerne à restrição Código 657, convênios a aprovar com data expirada, esclarece-se que os mesmos encontram-se em análise nas áreas técnicas responsáveis, para gestões junto aos convenientes quanto à documentação complementar das prestações de contas, com vistas a possibilitar às finalizações dos exames necessários.

ITEM 18 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

18.1. Avanços Administrativos:

O avanço mais expressivo do ponto de vista administrativo, deu-se com a mudança de patamar dos recursos financeiros destinados às ações discricionárias da Agência. As articulações levadas a cabo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão resultaram na alocação dos recursos destinados ao orçamento fiscal da ANA, provenientes de parcela da geração de energia do setor elétrico, em fonte diferenciada (fonte 183) que, desde 2011, vem sendo poupada das ações de contingenciamento. Com isso as ações discricionárias com que a Agência conta passaram de cerca de 70 milhões de reais em 2010 para 240 milhões em 2014. Esse incremento permitiu a retomada projetos importantes, e também de iniciativas de apoio aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, em particular os estados federados.

Planejamento estratégico. Revitalização do processo de planejamento estratégico na ANA, cujas primeiras etapas foram concluídas e permitirão a reestruturação organizacional da Agência, com base no mapeamento de processos realizado.

Incorporação de Novos Servidores. Realização de concurso público para cargos técnicos concluído, tendo resultando no preenchimento de 45 vagas, em curso.

Novas Instalações. Retomada das iniciativas para a construção de novo prédio no complexo do SPO, já que a Agência ocupa hoje dois prédios, a sede própria no SPO e um imóvel alugado no SIA. Prevê-se o início da construção do novo prédio em outubro.

Novos Investimentos. A partir do planejamento estratégico e de consultoria específica contratada naquele âmbito focada nas ações de tecnologia da informação novas linhas de investimentos foram deflagradas com o objetivo de conferir maior racionalidade e efetividade a esses, além da renovação de frota de veículos, barcos, e equipamentos.

Capacitação. Implantação da política de capacitação e treinamento dos servidores da ANA, perfazendo cerca de 115.000 horas de capacitação entre 2011 e 2014, correspondendo à média de 100h/ano/servidor. Essa linha de atividades incluiu a formação essencial, a formação técnica especializada e à capacitação gerencial, além de cursos de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado.

Modernização Administrativa. Destaque para o Projeto Papel Zero, em implantação, cujos objetivos visam a substituição da circulação, tramitação e distribuição de documentos e processos não digitais pelo seu correspondente digital; a substituição da assinatura física e manual em documentos pela assinatura eletrônica (certificação digital); e a desmaterialização de processos. Tal medida resultará na racionalização da produção documental da ANA, com a consequente redução dramática de despesas com equipamentos (reprografia, trituradoras, scanners, fax), material de expediente, papel, mobiliário (armários, prateleiras, arquivos), serviços de expedição (malotes), etc. em consonância com as orientações emanadas da Administração Pública Federal, no sentido de serem adotadas

práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços e de acordo com a legislação vigente. A preparação da Agência para essa nova etapa encontra-se em conclusão e prevê-se para os primeiros dias de 2015 a implementação plena do Projeto em todas as unidades da ANA.

18.2. *Cooperação internacional*

A agenda internacional da ANA vem crescendo em atividades e importância desde sua instalação, em 2001. No entanto, ganhou maior densidade nos últimos anos, com o incremento das atividades no âmbito da cooperação com os países membros da Conferência Ibero-Americana de Dirigentes de Água – CODIA, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com a agenda de cooperação prestada pelo Brasil, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, com organizações multilaterais e com o Conselho Mundial da Água. Listam-se a seguir algumas iniciativas dignas de destaque:

Conselho Mundial da Água. A partir da exitosa participação brasileira no 6º. Fórum Mundial da Água, em março de 2012 em Marselha, teve início um processo de articulação que tornou vitoriosa a proposição do Brasil, e de Brasília, para sediar o 8º Fórum em 2018.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. Destaque para o projeto de apoio cooperação em capacitação nos países amazônicos.

Comunidade de Países da Língua Portuguesa –CPLP. Destaque para a doação de cerca de US\$ 500 mil em cooperação com países da CPLP, através da Agência Brasileira de Cooperação - ABC.

Conferência Ibero Americana de Dirigentes da Água – CODIA. Destaques para a realização de reunião em Foz do Iguaçu, em 2012, o copatrocinio da reunião realizada em Mérida, Espanha, em 2013 e copatrocinio da reunião que se realizará no Panamá 2014, além de financiamento e apoio à realização de inúmeros cursos de capacitação.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Projeto de cooperação em desenvolvimento, voltado ao aperfeiçoamento da gestão da água no Brasil, com foco nas questões alocativas e de governança.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Destaque para a assinatura do Memorando de Entendimento ANA-PNUMA que estabelece a ANA como centro regional para a América Latina e países de língua oficial portuguesa no âmbito do Programa Global de Monitoramento da Qualidade da Água.

United States Corp of Engineers – USACE. Destaque para o projeto de cooperação voltado à capacitação de servidores da ANA em eventos hidrológicos críticos e em segurança de barragens.

Apoio a ações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC. Destaque para a participação de missões de apoio a países da América Central, Ásia Central e África.

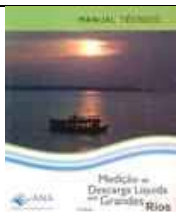
Cooperação Bilateral. Destaque para a realização de ações de cooperação em países da América do Sul, em especial Peru, Colômbia, Bolívia e Uruguai envolvendo intercâmbio técnico e capacitação nas áreas de sistemas de informação e de hidrologia.

ANEXO I - Normas e publicações da UJ

Anexo I: Complementa item 1.1 – normas da UJ

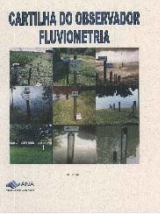
Descrever normas de criação da UJ; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais relacionados às atividades da unidade jurisdicionada.

Tabela 25 – Informações complementares ao item 1.1

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e alterações (Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001, Lei nº 12.058, de 2009, e Lei nº 12.334/2010)	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000. Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004. Regimento Interno aprovado pela Resolução ANA nº 567, de 17 de agosto de 2009 e alterações.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
(produzidos e atualizados até 23/12/2014)	
* Novidade * Reimpressão * Reedição LIVROS	
	* Reimpressão <i>Água na medida certa: a hidrometria no Brasil. Brasília: ANA, 2012. 72 p</i>
	Medição de descarga líquida em grandes rios: Manual técnico. 2. ed. Brasília: ANA, 2014. 94 p.
	Cadernos de capacitação em recursos hídricos v.3 alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos. Brasília: ANA, 2013. 121 p.
	Cadernos de capacitação em recursos hídricos v.5: planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água. Brasília: ANA, 2013. 68 p

	Plano de recursos hídricos e do enquadramento dos corpos hídricos superficiais da bacia hidrográfica do rio Paranaíba: resumo executivo. Brasília: ANA, 2014
	SisCorv 1.0: Sistema Operacional de Regionalização de Vazões – (com CD do software). Brasília: ANA, 2013. 104 p.
	Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: 2013. Brasília: ANA, 2013. 432 p.
	* Reimpressão Cadernos de capacitação em recursos hídricos v.3 alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos. Brasília: ANA, 2013. 121 p.
	* Reimpressão Cadernos de capacitação em recursos hídricos v.5: planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água. Brasília: ANA, 2013. 68 p.
	Relatório de segurança de barragens 2011. Brasília: ANA, 2013. 92 p.

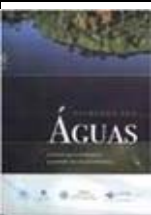
FOLDER/FOLHETO/CARTAZ

	Cartilha do observador: fluviometria. 2. ed. Brasília: ANA, 2014. 26 p.
	Cartilha do observador: pluviometria. 2. ed. Brasília: ANA, 2014. 22 p.

	Água conhecimento para gestão. Brasília, ANA, 2014. Folheto institucional
	Água conhecimento para gestão = Água conocimiento para gestión. Brasília, ANA, 2014. Folheto institucional.
	Marcador de página. "Água em jogo". Brasília: ANA, 2014. 6 cm x 20 cm.
	Cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil: informativo 2013. Brasília: ANA, 2014. 24 p.
	* Reimpressão Programa Produtor de Água. 3 ed. Brasília: ANA; 2013. 1 Folder
	Programa Nacional da Qualidade das Águas – PNQA. Brasília: ANA, 2014. 1 Folder. 77p.
	Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2014. 19 p. Folheto Institucional Português inglês espanhol

	Prêmio ANA 2014: compartilhe boas práticas. Brasília: ANA, 2014. 1 folder. 1 cartaz
	Balanço das Águas. Brasília: ANA, n. 3, anual, 2014. 19 p. Revista
	Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil – Informativo 2012. Brasília: ANA, 2013. 24 p

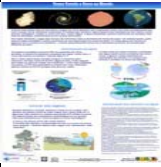
CD/DVD

	Aprenda a Cuidar das Águas do Brasil (DVD). Brasília: ANA, 2014. 1DVD Série de 10 animações sobre a Gestão das Águas no Brasil
	<i>* Reimpressão</i> Caminho das águas: conhecimento, uso, gestão. Rio de Janeiro: ANA; Fundação Roberto Marinho, 2006. 1 DVD
	<i>* Reimpressão</i> Caminho das águas: conhecimento, uso, gestão. Globo Ciência. Rio de Janeiro: ANA; Fundação Roberto Marinho, 2006. 1 DVD.
	<i>* Reimpressão</i> Caminho das águas: conhecimento, uso, gestão. Globo Ecologia. Rio de Janeiro: ANA; Fundação Roberto Marinho, 2006. 1 DVD.
	<i>* Reimpressão</i> Caminho das águas: conhecimento, uso, gestão. Sala de Notícias. Rio de Janeiro: ANA; Fundação Roberto Marinho, 2006. 1 DVD.
	<i>* Reimpressão</i> Cuidando das águas: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos. Brasília: ANA, 2011. 1CD-ROM.

	Panorama da Qualidade das Águas Superficiais do Brasil 2012. Brasília: ANA, 2014. 1 CD
	Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: 2013. Brasília: ANA, 2013. 1 CD-ROM
	<i>Cadernos de capacitação em recursos hídricos v.3: alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos. Brasília: ANA, 2013. 1 CD-ROM</i>
	<i>Cadernos de capacitação em recursos hídricos v.5: planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água. Brasília: ANA, 2013. 1 CD-ROM</i>
	<i>Relatório de segurança de barragens 2011. Brasília: ANA, 2013. 1 CD-ROM</i>
	<i>Plano estratégico de recursos hídricos dos afluentes da margem direita do rio Amazonas: PERH – MDA. 3 v. Brasília: ANA, 2013. 1 CD-ROM.</i>

MAPAS REPOSIÇÃO KIT-EVENTO

	<i>A Água no Brasil e no mundo. Brasília. ANA, 2014</i>
	<i>A Água no planeta para crianças Brasília. ANA, 2014</i>

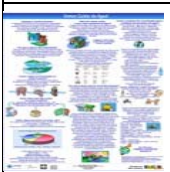
	A Água nos continentes: principais bacias hidrográficas no mundo. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Ciclo hidrológico e águas subterrâneas. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Como surgiu a água no mundo. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Disponibilidade de águas subterrâneas nos principais sistemas aquíferos. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Divisão hidrográfica no Brasil: Resolução nº 32 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH de 15 de outubro de 2003. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Estações telemétricas em operação – ANA e outras entidades - 2007. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Plano nacional de viação. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Regiões e unidades hidrográficas. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Regiões e unidades hidrográficas e principais rios. <i>Brasília. ANA, 2014</i>
	Relação de entidades usuárias do Sistema Hidro/ANA. <i>Brasília. ANA, 2014</i>



Usinas hidrelétricas existentes e principais planejadas. Brasília. ANA, 2014

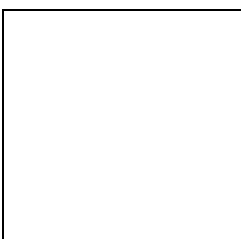


Utilizações da água. Brasília. ANA, 2014



Vamos cuidar da água. Brasília. ANA, 2014

PARCERIA/APOIO/PATROCINIO LIVRO

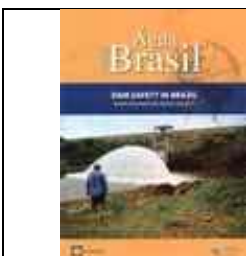


Água e cooperação: reflexões, experiências e alianças em favor da vida. Brasília: Ararazul, 2014. (RETIDO – Bloco T)
Emenda parlamentar Senador Rodrigo Rollembergue



Impacto das mudanças do clima e projeções de demanda sobre o processo de alocação de água em duas bacias do nordeste semiárido - Série Águas do Brasil 8. Brasília: Banco Mundial, 2013. 112 p

PARCERIA/APOIO/PATROCINIO FOLDER/FOLHETO/CARTAZ



Séries Água Brasil Dam Safety In Brazil. When Engineering Serves Society. Folder. 2014

ANEXO II Finalidades e Competências

Institucionais

Responsabilidades Institucionais

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

A PNRH baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I. a água é um bem de domínio público;
- II. a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III. em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV. a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo dos recursos hídricos;
- V. a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos; e
- VI. a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Os objetivos da PNRH são:

- I. assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II. a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vista ao desenvolvimento sustentável; e
- III. a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

O SINGREH foi criado com os seguintes objetivos:

- I. coordenar a gestão integrada das águas;
- II. arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;
- III. implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- IV. planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos;
- e
- V. promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, criou a Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da PNRH e de coordenação do SINGREH.

Competência Institucional

A Agência Nacional de Águas, conforme a Lei nº 9.984/2000, é uma autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tem foro no Distrito Federal e pode instalar unidades administrativas regionais.

A mencionada Lei, de criação da ANA, explicita o seu duplo papel de ente de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do SINGREH, e ente regulador do uso da água no País, com funções típicas de normatização dos instrumentos da política e fiscalização.

Com as competências atribuídas pelas Leis nº 12.058, de 2009 e nº 12.334, de 2010, ficou reforçado o papel da ANA como ente regulador.

As atribuições da ANA, segundo o artigo 4º da Lei nº 9.984/2000, e suas alterações (Medida Provisória nº 2.216-37/2001, Leis nºs 12.058/2009 e 12.334/2010), são:

- I. supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação federal pertinente aos recursos hídricos;
- II. disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- III. outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União;
- IV. fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União;
- V. elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- VI. estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica;
- VII. implementar, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;
- VIII. arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;
- IX. planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios;
- X. promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica, em consonância com o estabelecido nos planos de recursos hídricos;
- XI. definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas;
- XII. promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da rede hidrometeorológica nacional, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias;
- XIII. organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos;
- XIV. estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos;
- XV. prestar apoio aos Estados na criação de órgãos gestores de recursos hídricos;
- XVI. propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos o estabelecimento de incentivos, inclusive financeiros, à conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos;

XVII - participar da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e supervisionar a sua implementação [\(incluído pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#);

XVIII - regular e fiscalizar, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existentes [\(redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#);

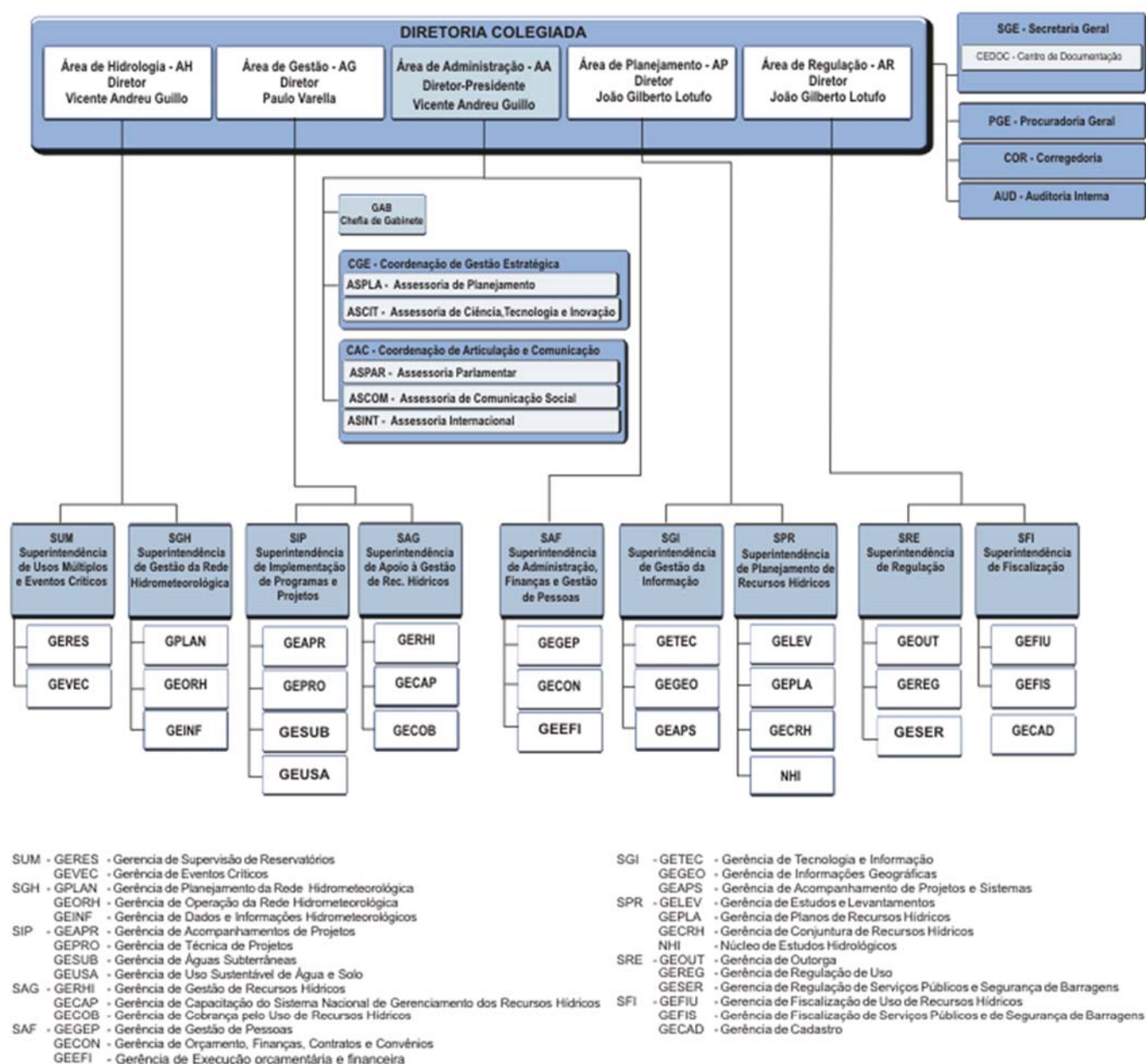
XIX - organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) [\(incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#);

XX - promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens; [\(Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#); e

XXI - coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens e encaminhá-lo, anualmente, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), de forma consolidada [\(incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#).

ANEXO III Organograma

A seguir, a estrutura organizacional da Agência Nacional de Águas – ANA, no exercício 2014.



A ANA é dirigida em regime de colegiado por um Conselho de Diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos, admitida uma recondução consecutiva, sendo um deles o Diretor-Presidente.

Funcionalmente, a Agência está estruturada em Áreas Temáticas, coordenadas pelos Diretores e pelo Diretor-Presidente. A execução das ações orçamentárias fica sob a responsabilidade das Unidades Organizacionais (Superintendências), que se vinculam às respectivas Áreas Temáticas.

Na tabela abaixo é demonstrada a vinculação das atribuições de competência das áreas temáticas, com identificação das Unidades Organizacionais responsáveis pelas atividades desenvolvidas no âmbito de cada área de atuação, conforme organograma funcional apresentado.

Tabela 26 – Atribuições das Áreas

Área	Superintendência	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Área de Planejamento	Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Promover a elaboração de Planos , Estudos, Diagnósticos, Prognósticos, informações hidrológicas , bem como a proposta de enquadramento de corpos d'água para subsidiar a gestão de recursos hídricos. Supervisionar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e participar dos estudos visando ao seu aperfeiçoamento.	Sergio Ayrimoraes	Superintendente	
	Superintendência de Gestão da Informação	Implementar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH.	Sérgio Augusto Barbosa	Superintendente	
Área de Regulação	Superintendência de Fiscalização	Fiscalizar o uso dos recursos hídricos e a concessão de serviços públicos sob responsabilidade da ANA e gerenciar o cadastro nacional de usuários de água. Fiscalizar o atendimento aos dispositivos legais relativos à segurança das barragens sob jurisdição da ANA.	Flávia Barros	Superintendente	
	Superintendência de Regulação	Regular e outorgar o direito de uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da união; Regular os serviços concedidos em perímetros de irrigação e adução de água bruta; coordenar o sistema nacional de informações sobre segurança de barragens.	Rodrigo Flecha	Superintendente	

Área de Hidrologia	Superintendência de Usos Múltiplos	Promover a prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos e Monitorar a condição de operação dos reservatórios.	Joaquim Gondim	Superintendente	
	Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	Administrar a operação e a modernização da rede hidrometeorológica nacional e promover a disponibilização de dados hidrometeorológicos.	Valdemar	Superintendente	
Área de Gestão	Superintendência de Apoio a Gestão	Promover estudos e implementar, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Fortalecer e capacitar os órgãos gestores do SINGREH e apoiar a criação e instalação de comitês e Agências de Bacias.	Luiz Noronha	Superintendente	
	Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Implementar e gerenciar programas e projetos de fomento ao gerenciamento integrado de recursos hídricos, bem como promover a conservação, recuperação, o uso racional e a melhoria da qualidade de recursos hídricos. Promover, estimular e implementar ações com vista à gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas	Ricardo Medeiros	Superintendente	
Área de Administração	Gabinete do Diretor Presidente	Prestar assistência ao Diretor-Presidente na coordenação das atividades da ANA e em sua representação política, social e administrativa.	Horácio	Chefe de Gabinete	
	Coordenação de Articulação e Comunicação	Apoiar o processo decisório da Agência, com vistas ao relacionamento com os Poderes Executivo e Legislativo, à Comunicação e ao Relacionamento institucional.	Antônio Félix	Coordenador	

	Coordenação de Gestão Estratégica	Apoiar o processo decisório da Agência, em relação ao Planejamento e a Gestão Estratégica.	Bruno Pagnoccheschi	Coordenador	
	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Aprimorar o gerenciamento administrativo e financeiro e o controle da gestão institucional.	Luis André	Superintendente	
Unidades Vinculadas à Diretoria Colegiada	Secretaria Geral	Apoiar o processo decisório da Agência, preservar a memória institucional e disponibilizar informações.	Mayui	Secretária Geral	
	Procuradoria Geral	Assessorar juridicamente a Diretoria Colegiada, representar a ANA judicialmente e seus diretores judicial e extrajudicialmente.	Emiliano	Procurador Geral	
	Corregedoria	Fiscalizar as atividades funcionais dos servidores e das UORG da ANA; realizar correição nos órgãos e nas unidades, sugerindo medidas necessárias à racionalização e eficácia dos serviços; exercer atividades de ouvidoria da ANA; Coordenar os serviços de acesso a informação.	Elmar Luis Kichel	Corregedor	
	Auditoria Interna	Assessorar a DIREC em relação a Controle Interno, examinar a prestação de contas anual e as tomadas de contas especiais.	Edmar da Costa Barros	Auditor Interno	

Fonte: Regimento Interno

Macroprocessos finalísticos

O Mapa de Contexto e Cadeia de Processos da Agência, integrante do Anexo IV deste relatório, permite visualizar os Macroprocessos Finalísticos e de Apoio (Suporte), da Agência, com desdobramento dos Processos de Trabalho vinculados aos respectivos Macroprocessos.

A tabela a seguir vincula as oito áreas aos respectivos processos:

Tabela 27 – Macroprocessos Finalísticos

Área	Processos
------	-----------

1) Fortalecimento do SINGREH	Apoio à estruturação dos entes do SINGREH
	Promoção de ações para fortalecer a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos
	Capacitação dos entes do SINGREH
2) Planejamento e informação de recursos hídricos	Planejamento de recursos hídricos
	Implementação e gestão do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos
3) Regulação	Regulação de usos de recursos hídricos
	Fiscalização de usos de Recursos Hídricos
	Cadastro de usuários de recursos hídricos
	Regulação de segurança de barragens
	Fiscalização de segurança de barragens
	Estabelecimento de regras e operação de reservatórios
	Regulação de serviços de Parceria Público Privada - PPP e adução de água bruta (processo previsto)
	Fiscalização de serviços de PPP e adução de água bruta (processo previsto)
4) Cobrança	Cobrança pelo uso dos recursos hídricos
5) Eventos Críticos	Previsão e acompanhamento de eventos hidrológicos críticos
	Acompanhamento hidrológico
6) Fomento à despoluição, conservação, uso racional e reúso da água	Fomento à despoluição
	Fomento à conservação, uso racional e reúso da água
7) Monitoramento Hidrológico	Gestão da rede hidrometeorológica nacional quali-quantitativa
8) Implementação de projetos/captação de recursos	Projeto e programas de fortalecimento à gestão de recursos hídricos

1.4.3 - Principais Parceiros

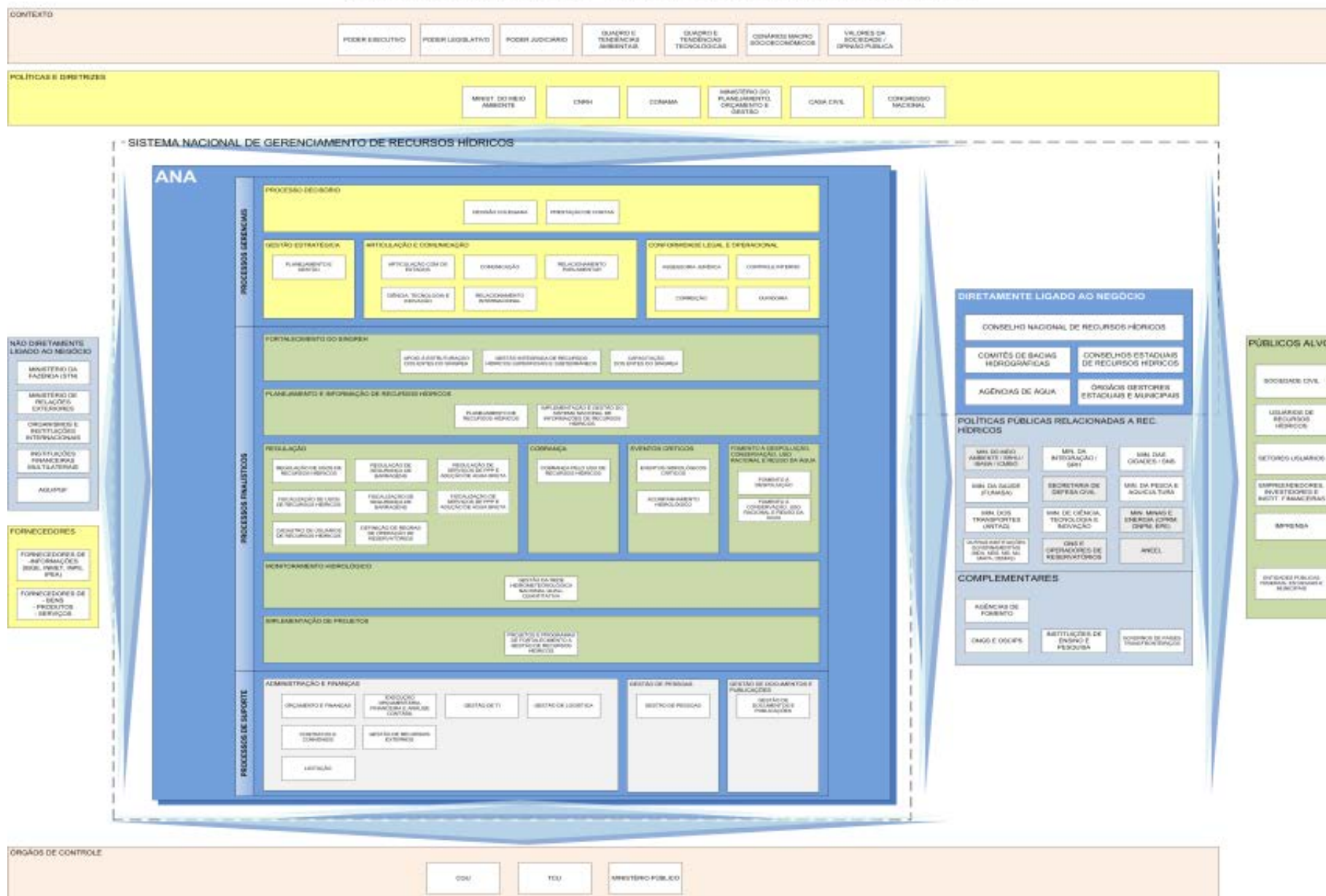
O Mapa de Contexto e Cadeia de Processos da Agência, integrante do Anexo IV deste relatório detalha, ainda, os Órgãos e Entidades parceiros, que possuem relação com a Agência nos seguintes aspectos:

- ✓ Políticas e Diretrizes (Ministério do Meio Ambiente - MMA; Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH; Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA; Ministério do Planejamento - MP; Casa Civil e Congresso Nacional);

- ✓ Integrantes do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (CNRH, Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, Agências de Água, Órgãos Gestores Estaduais e municipais);
- ✓ Políticas Públicas relacionadas a Recursos Hídricos e Complementares (MMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Ministério da Integração Nacional - MI; Ministério das Cidades - MCidades, Ministério da Saúde - MS, Secretaria de Defesa Civil, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Ministério dos Transportes - MT, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Ministério de Minas e Energia - MME, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e operadores de reservatórios, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outras instituições governamentais);
- ✓ Políticas Públicas não diretamente ligadas ao negócio da Agência (Ministério da Fazenda - MF, Ministério das Relações Exteriores - MRE, Organismos e Instituições Internacionais, Instituições Financeiras Multilaterais);
- ✓ Fornecedores de informações (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de Meteorologia - INMET; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA), de bens; produtos e serviços;
- ✓ Órgãos de Controle (Tribunal de Contas da União - TCU, Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal - AGU/PGF);
- ✓ Complementares (agências de fomento, organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, instituições de ensino e pesquisa, governos de países transfronteiriços); e
- ✓ Públicos alvo (sociedade civil; usuários de recursos hídricos; setores usuários; empreendedores; investidores e instituições financeiras; imprensa; entidades públicas federais, estaduais e municipais).

ANEXO IV Mapa de Contexto e Cadeia de Processos da Agência

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – MAPA DE CONTEXTO E CADEIA DE PROCESSOS



ANEXO V - Alinhamento dos Objetivos

Estratégicos ao PPA e à LOA

Anexo V: Complementa item 5.1 c) – objetivos_PAA_LOA

Tabela 28 - Alinhamento de cada resultado esperado com PPA e LOA.

RESULTADO ESPERADO	Eventos críticos prevenidos e seus impactos minimizados		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0650		20WI
RESULTADO ESPERADO	Água em qualidade e quantidade monitorada		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0650	02GD	20WI
		02GF	

RESULTADO ESPERADO	Práticas de uso racional e de conservação dos recursos hídricos estimuladas		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0663	02GZ	20WI
	0665	02H1	

RESULTADO ESPERADO	Usos dos recursos hídricos e serviços regulados e fiscalizados		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0650	02GH	20WI

RESULTADO ESPERADO	Instrumentos implementados de forma integrada nas bacias: planos, outorga, cobrança, enquadramentos, SNIRH		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0662	02GE	20WI
		02GU	

RESULTADO ESPERADO	Planejamento dos setores usuários articulado com a gestão de recursos hídricos		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0663	02GW	20WI

RESULTADO ESPERADO	SINGREH fortalecido e implementado de forma integrada e sustentável		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0650	02GE	20WI
	0662	02GU	
		02GV	

RESULTADO ESPERADO	Integração federativa para a gestão das bacias hidrográficas fortalecida		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0662	02GU	20WI

RESULTADO ESPERADO	Desenvolvimento científico e tecnológico para recursos hídricos apoiado		
PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	AÇÃO
Programa Temático 2026	0662		20WI

Programa Temático 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos, de Responsabilidade do MMA, com atuação da ANA

Tabela 29 – Programa de Governo constante do PPA - Temático

Identificação do Programa de Governo		
Código Programa	2026	
Título	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente - MMA	
Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento
0646	Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.	Ministério do Meio Ambiente
0650	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações da ANA)
0662	Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações da ANA)
0663	Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações da ANA)
0665	Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações da ANA)

Fonte: PPA 2012/2015

Objetivos

Objetivos vinculados ao Programa Temático 2026, de Responsabilidade do MMA, com Atuação da ANA

Os quadros, a seguir, apresentam a identificação dos Objetivos e das Metas relacionadas à atuação da ANA em que esta é responsável pela aferição de resultados.

Quadro 40 - Quadro 3 (A.2.2.2) – Objetivo 0650 do Programa Temático 2026, de Responsabilidade do MMA, com Atuação da ANA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.					
Código	0650	Órgão	Ministério do Meio Ambiente			
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos			Código	2026	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidad e medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
650-1	Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados	UN	Inicial: 7.643 Final: 10.700	2.200	11.303	100
650-2	Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros	UN	Inicial:0 Final:1	1	1	100
650-3	Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico	UN	Inicial: 0 Final: 26	4	27	100
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
650-4	Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)	UN	Inicial:4 Final: 7	0	1	33

	Regionalização da Meta	Unidad e medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
0650-4-1	Região Hidrográfica São Francisco	UN	1	0	0	0
0650-4-2	Região Hidrográfica Paraná	UN	2	0	1	50
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
0650-5	Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional	UN	Inicial: NA Final: 990	291	997	100
	Regionalização da Meta	Unidad e medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
0650-5-1	<i>Região Hidrográfica Amazônica</i>	UN	236	59	185	78%
0650-5-2	<i>Região Hidrográfica Atlântico Leste</i>	UN	60	12	44	73%
0650-5-3	<i>Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental</i>	UN	35	10	44	126%
0650-5-4	<i>Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental</i>	UN	34	11	85	250%
0650-5-5	<i>Região Hidrográfica Atlântico Sudeste</i>	UN	105	36	94	90%
0650-5-6	<i>Região Hidrográfica Atlântico Sul</i>	UN	65	24	86	132%
0650-5-7	<i>Região Hidrográfica Paraguai</i>	UN	110	16	53	48%
0650-5-8	<i>Região Hidrográfica Paraná</i>	UN	80	38	115	144%

0650-5-9	<i>Região Hidrográfica Parnaíba</i>	UN	35	5	30	86%
0650-5-10	<i>Região Hidrográfica São Francisco</i>	UN	81	24	74	91%
0650-5-11	<i>Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia</i>	UN	81	44	125	154%
0650-5-12	<i>Região Hidrográfica Uruguai</i>	UN	68	12	62	91%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
650-6	Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens					

Fonte: PPA 2012/2015

Analise Situacional do Objetivo 0650

Destacaram-se como principais avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão dos recursos hídricos:

- Ampliação do universo de usuários de recursos hídricos regularizados totalizando 11.303. Observa-se que o processo está em aprimoramento e automação, o que pode acelerar os procedimentos e elevar a média anual de usuários regularizados. A Superintendência de Fiscalização da ANA atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico quali-quantitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Em 2012 foram realizadas 37 campanhas de fiscalização. Em 2013, em decorrência da situação de escassez hídrica no semiárido, foram realizadas 60 campanhas de fiscalização, que ocorreram de forma articulada com os estados e o DNOCS. Essas ações da ANA, órgãos gestores estaduais e DNOCS têm como objetivo a regularização dos usuários e estabelecimento de regras de usos da água em situação de seca. Em 2014 as campanhas tiveram o objetivo de verificar o cumprimento de regras específicas de uso em decorrência da estiagem. Até o dia 30/09/2014 foram realizadas 46 campanhas de fiscalização;
- Em 2014, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 65 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia;
- A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias dos rios Verde Grande (R. H. São Francisco) e rio Parnaíba (R. H. Paraná) está em processo de implementação e seu andamento depende da atuação dos próprios Comitês de Bacia. Encontra-se em fase final de elaboração o estudo para implementar a cobrança na Bacia do rio Grande (Região

Hidrográfica do Paraná). Foi também realizada estimativa do potencial de arrecadação com a cobrança na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, que foi incorporada ao plano de bacia em elaboração;

- A Rede Nacional de Qualidade das Águas Superficiais atuará em regime de parceria entre União e Estados para o monitoramento da qualidade das águas no país. A atual fase é de aquisição dos equipamentos para distribuição aos Estados e estudo da melhor alternativa de instrumento para o repasse financeiro a esses, para o custeio logístico rede;
- Finalização da construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e disponibilização dos mapas de todos os estados, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas está disponível para download no website da ANA (www.ana.gov.br) e no Portal “Observatório das Chuvas” da Presidência da República (www.brasil.gov.br/observatoriodaschuvas/index.html). Além disso, até o momento, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontram-se em operação (AC, AL, AM, AP, BA, CE, MA, MG, MT, MS, TO, GO, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, PR e SE). As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. As ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente. As ações da ANA inseridas no Plano se enquadram nos eixos Mapeamento (Atlas) e Monitoramento e Alerta (Salas de Situação);
- Localização e classificação das barragens por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, segundo Resolução CNRH nº 143/2012, que regulamentou o art. 7º da Lei nº 12.334/2010. A perspectiva é a estruturação de um Sistema informatizado para disponibilização dessas informações na internet. O Sistema está em fase final de concepção para ser licitado ainda no primeiro semestre de 2014 com previsão de estar operacional e disponível em 2015; e
- Modernização em 2014 de 291 estações hidrometeorológicas, totalizando 997 estações beneficiadas de 2012 a 2014.

Quadro 41 - Quadro A.2.2.2 – Objetivo 0662 do Programa Temático 2026, de Responsabilidade do MMA, com Atuação da ANA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.		
Código	0662	Órgão	Ministério do Meio Ambiente

Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos			Código	2026	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
0662-1	Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos.	%	Inicial:NA Final: 100	100	100	100
0662-2	Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação	UN	Inicial:0 Final: 26	7	25	96
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
0662-3	Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União.	UN	Inicial:NA Final:5	2	6	100
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
0662-3-1	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	UN	1	0	0	0
0662-3-2	Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	UN	1	1	1	100
0662-3-3	Região Hidrográfica Paraná	UN	2	1	3	150

0662-3-4	Região Hidrográfica São Francisco	UN	1	1	2	200
----------	-----------------------------------	----	---	---	---	-----

Fonte: PPA 2012/2015

Análise Situacional do Objetivo 0662

No exercício de 2014 foram empreendidas as seguintes ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH:

- Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia Estaduais, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Foram 16.829 pessoas aprovadas em cursos totalmente a distância sem tutoria, 4.765 pessoas aprovadas em cursos a distância com tutoria e 723 pessoas aprovadas em cursos presenciais ou semipresenciais. Tratam-se de 60 cursos distribuídos em diversos temas: Hidrologia/ Hidrometria, Qualidade da Água, Planejamento e gestão de Recursos Hídricos, Educação e Participação Social na Gestão de Recursos Hídricos, Segurança de Barragens, Geoprocessamento e sensoriamento remoto. De 2012 até o momento foram capacitadas mais de 44,2 mil pessoas;
- Acompanhamento pela ANA de nove comitês interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Paranapanema e Grande; e
- Em 2014 os estados de MG, BA, ES, AP, RR, CE e PE aderiram ao Progestão, e irão receber a primeira parcela após o encerramento do período eleitoral. Todos os estados já aderiram ao Progestão.

Quadro 42 - Quadro A.2.2.2 – Objetivo 0663 do Programa Temático 2026, de Responsabilidade do MMA, com Atuação da ANA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.					
Código	0663	Órgão	Ministério do Meio Ambiente			
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos			Código	2026	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidad e	a) Prevista 2015	b) Realizada	c) Realizada	d) % Realização

		medida		em 2014	até 2014	(c/a)
0663-1	Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)	UN	Inicial: NA Final:3	0	0	0
0663-2	Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos.	UN	Inicial: NA Final:2	0	0	0

Fonte: PPA 2012/2015

Análise Situacional do Objetivo 0663

No que se refere à integração do planejamento e gestão dos recursos hídricos com Políticas Públicas setoriais, destacam-se as seguintes realizações:

- Desenvolvimento das "Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil", utilizando os coeficientes técnicos de uso de recursos hídricos na indústria e irrigação.
- Atlas de despoluição de bacias hidrográficas encontra-se contratado e em execução com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2015. O escopo do Atlas de Despoluição, iniciado em fevereiro de 2014, consiste na análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras de coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos. Já o estudo de Bacias Críticas (Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas) trata do refinamento das informações de balanço hídrico em áreas selecionadas de forma a subsidiar as ações de gestão de recursos hídricos, a ser concluído em 2015;
- O Plano Nacional de Segurança Hídrica já foi licitado e está na fase de assinatura do Contrato para o início do trabalho que terá previsão de conclusão para o segundo semestre de 2015. O Plano Nacional de Segurança Hídrica, iniciado em setembro de 2014, é resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas (ANA) e tem como escopo a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para: i) garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e ii) reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Os primeiros resultados do estudo serão apresentados no primeiro semestre de 2015. Já os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

Quadro 43 - Quadro A.2.2.2 – Objetivo 0665 do Programa Temático 2026, de Responsabilidade do MMA, com Atuação da ANA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.					
Código	0665	Órgão	Ministério do Meio Ambiente			
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos			Código	2026	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidad e medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2014	c) Realizada até 2014	d) % Realização (c/a)
0665-1	Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes	Ha	Inicial: NA Final:6.000 Ha	3.033	6.633	111
0665-2	Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 kg DBO/Dia - média anual	kgDBO/Dia Média anual	Inicial: NA Final: 28.000	24.478,38	25.042,65	89

Fonte: PPA 2012/2015

Análise Situacional do Objetivo 0665

Quanto ao estímulo a projetos e programas de Despoluição de Bacias e de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Hídricos, destacam-se como principais avanços em 2014:

- No que diz respeito à conservação e recuperação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, no exercício de 2014, foram recuperados e conservados 3.033 ha de solo e de matas ciliares e nascentes, totalizando desde 2012 6.633 ha. O principal legado desses projetos é influenciar o restante da bacia com exemplos de práticas conservacionistas de solo e água. Ressalta-se que o resultado é parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados; e
- A remoção no ano de 2014 teve média anual de remoção de 24.478,38 kg DBO/Dia – que correspondem à remoção total de 8.935 ton de DBO no ano, totalizando desde 2012 75.127,95 Kg de DBO/dia, o que corresponde a uma média anual de 25.042,65 Kg de DBO/dia.

Iniciativas Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do MMA, com Atuação da ANA

Considerando que não foi evidenciada formalmente, no instrumento do PPA, a indicação dos responsáveis pelas iniciativas, foram identificadas somente as que são afetas às responsabilidades legais do MMA e que, em decorrência, contemplam as Ações/Planos Orçamentários sob a coordenação desta Agência, tendo sua consecução relacionada com os resultados alcançados pela ANA, apurados conforme detalhamento constante do item - Índices e Indicadores de Desempenho com base na Execução Física/Financeira dos Planos Orçamentários/Ações.

A seguir, Quadro Consolidado das iniciativas e metas associadas, relacionadas à atuação da ANA.

Tabela 30 - Consolidado das Iniciativas e Metas Associadas, relacionadas à Atuação da ANA

Identificação do Programa	
Código	2026
Título	Coordenação e Gestão de Recursos Hídricos
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Identificação do Objetivo/Iniciativa	
Código do Objetivo	0650-2
Código da Iniciativa: 02GD	Descrição da Iniciativa: Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas
Meta Associada à Iniciativa	Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros.

Identificação do Objetivo/Iniciativa	
Código do Objetivo	0650-4
Código da Iniciativa: 02GE	Descrição da Iniciativa: Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.
Meta Associada à Iniciativa	Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias).

Identificação da Iniciativa/Objetivo	
Código do Objetivo	0650-5
Código da Iniciativa: 02GF	Descrição da Iniciativa: Modernização da Rede Hidrometeorológica
Meta do Exercício Associada à Iniciativa	Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional.

Identificação da Iniciativa/Objetivo	
Código do Objetivo	0650-1 0650-6
Código da Iniciativa: 02GH	Descrição da Iniciativa: Regulação e fiscalização dos Usos de

	Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem.
Metas Associadas à Iniciativa	Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados; Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens.

Identificação do Objetivo/Iniciativa	
Código do Objetivo	0662-1 0662-3
Código da Iniciativa: 02GU	Descrição da Iniciativa: Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)
Metas Associadas à Iniciativa	Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos; Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União.

Identificação do Objetivo/Iniciativa	
Código do Objetivo	0662-2
Código da Iniciativa: 02GV	Descrição da Iniciativa: Promoção da integração federativa para gestão de recursos hídricos
Meta Associada à Iniciativa	Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação.

Identificação do Objetivo/Iniciativa	
Código do Objetivo	0663-1
Código da Iniciativa: 02GW	Descrição da Iniciativa: Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às Políticas Públicas com interferência nos recursos hídricos
Meta Associada à Iniciativa	Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos.

Identificação do Objetivo/Iniciativa	
Código do Objetivo	0665-1
Código da Iniciativa: 02H1	Descrição da Iniciativa: Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas.
Meta Associada à Iniciativa	Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes.

Identificação do Objetivo/Iniciativa	
Código do Objetivo	0665-2
Código da Iniciativa: 02GZ	Descrição da Iniciativa: Despoluição de bacias hidrográficas
Meta Associada à Iniciativa	Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 kg DBO/Dia - média anual.

Fonte: PPA 2012/2015

Indicadores em Construção

No início de 2012, foi iniciado na ANA um esforço para se definir um conjunto de indicadores cujo objetivo é acompanhar o grau de alcance dos resultados estratégicos contidos no Planejamento Estratégico.

Embora a ANA tenha avançado muito em seu planejamento, até aquele momento ainda carecia de um conjunto de indicadores que denotem o alcance dos objetivos, metas e resultados proposto em seu planejamento estratégico.

Ainda em 2012, chegou-se a 77 indicadores para o universo de resultados do seu negócio. Percebeu-se ao final daquele ano que esse trabalho necessitava de um suporte técnico e teórico adequado para lapidar melhor esse conjunto numeroso de indicadores. Nesse sentido, aproveitou-se a oportunidade do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas para contratar uma consultoria de pessoa física especializada no assunto.

Ao longo de 2013 foi gestado todo o processo de contratação e em setembro desse mesmo ano foi assinado o contrato. Neste momento, a consultora já entregou dois produtos (Plano de Trabalho e uma avaliação dos resultados estratégicos da ANA com base em entrevista com atores internos e externos) e a versão preliminar do terceiro produto (os indicadores propriamente ditos).

Os trabalhos de consultoria foram finalizados em 2014, mas carecem de um processo de validação e pactuação com as áreas finalísticas, para que sejam efetivamente implementados. Essas atividades serão realizadas durante o ano de 2015 para possibilitar a instituição da prática sistemática de monitoramento dos resultados..

Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

- Ações de Responsabilidade da ANA, Vinculadas ao Programa Temático 2026 do MMA

Tabela 31 – Consolidado das Ações Orçamentárias do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Identificação da Ação Orçamentária	
Código da Ação	Título
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas

12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
------	--

Quadro 44 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Identificação da Ação							
Código	20WI					Tipo: Atividade	
Título	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos						
Iniciativa	02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos; plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.						
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação e Gestão dos Recursos Hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.						
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Temático					Código: 2026	Tipo:
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
214.340.057	212.340.05	194.653.125	92.303.196	91.081.663	326.385	102.349.929	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Bacia hidrográfica com um ou mais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos implementado ou em implementação no exercício/ Bacia Hidrográfica Beneficiada			Unidade	54	27	27	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (*)							
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
74.240.288	65.186.240	6.954.908	Bacia Hidrográfica beneficiada		Unidades por ano	1	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 45 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas

Identificação da Ação						
Código	00LX Especiais					Tipo: Operações
Título	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas					
Iniciativa	02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.					
Objetivo	Promover a integração, e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.					
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Temático					Código: 2026 Tipo:
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
54.622.300	65.687.370	60.839.480	60.839.480	60.839.480	0	0
Execução Física ⁽¹⁾						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizado
6.614.427	5.220.792	1.393.635	-		-	-

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

⁽¹⁾ Ação sem meta física (Operações Especiais)

Quadro 46 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Identificação da Ação	
Código	12DS Tipo: Projeto
Título	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Iniciativa	02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)					
Objetivo	Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais. Código: 0662					
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0	0	4.000.000
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Construção do prédio anexo ao bloco M da Agência Nacional de Águas/Prédio Construído			Percentual de Execução Física	26	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
128.371	128.371	0	Construção do prédio anexo ao bloco M da Agência Nacional de Águas/Prédio Construído	Percentual de Execução Física	2	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Análise Situacional das Ações de Responsabilidade da ANA, Vinculadas ao Programa Temático 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

A atuação da ANA em 2014 foi basicamente alicerçada na ação de natureza estrutural **20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos**. Integram essa ação planos orçamentários que visam à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH.

No item 5.4 - Índices e Indicadores de Desempenho, deste relatório, é feita análise detalhada da execução das metas físicas/financeiras dos planos orçamentários dessa ação.

A ação orçamentária se desdobra em Planos Orçamentários que contribuem, em maior ou menor grau, para o alcance do resultado da ação.

No âmbito da despoluição de bacias hidrográficas foram aplicados R\$ 36,4 milhões em contratos de compra de esgoto tratado.

Na operação e modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional foram aplicados R\$ 54,5 milhões, com aquisição de veículos, rádios de comunicação PCDs, proteção física para segurança das estações hidrometeorológicas e serviços de operação e disponibilização de informações.

Em 2014 foram aplicados R\$ 2,8 milhões no âmbito da gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais, e, na qualidade de águas superficiais, foram destinados outros R\$ 4,6 milhões.

Para a conservação e uso racional das águas foram aplicados R\$ 14 milhões, por meio de parcerias com municípios, principalmente, e atuação no fomento à execução de projetos que visem a recuperação e conservação de áreas de recarga de córregos e rios, envolvendo o produtor rural, as prefeituras municipais e entidades ambientalistas.

No exercício, uma iniciativa de grande repercussão foi a continuação do Progestão, por meio da formalização de parcerias com vários estados da federação por meio do qual a ANA repassa recursos financeiros aos estados que aderirem ao pacto e cumprirem metas pactuadas.

A ANA, autorizada pela Lei nº 10.881, de 2004, tem celebrado contratos de gestão com associações civis sem fins lucrativos que recebem delegação do CNRH para o exercício de funções de Agências de Águas nas bacias com rios de domínio da União.

Esses contratos têm possibilitado significativo avanço na implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, respeitando os fundamentos relativos à descentralização do poder decisório, à participação social, e à aplicação dos valores arrecadados destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia.

Os recursos arrecadados, por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos, são repassados às Agências de Águas, que executam os projetos definidos pelo Comitê da respectiva bacia hidrográfica. No âmbito dos orçamentos da União, a ação orçamentária, que também integra o Programa Temático 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos, é identificada pelo código **00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas**, cuja arrecadação decorre da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos em cada bacia hidrográfica que conta com comitê instituído e agência de água em funcionamento.

Atualmente, integram a ação seis planos orçamentários, contemplando as bacias hidrográficas dos rios: i) Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ; ii) Doce; iii) Paraíba do Sul; iv) São Francisco; v) Verde Grande; e vi) Paranaíba.

As transferências relativas às arrecadações nas Bacias dos Rios PCJ, Doce, Paraíba do Sul e São Francisco, ultrapassaram o montante de R\$ 65 milhões em 2014, observando-se

acréscimo de R\$ 5 milhões em relação ao exercício de 2013. Com relação às Bacias dos Rios Verde Grande e Paranaíba, os respectivos Comitês ainda não concluíram os processos de implementação da cobrança.

O retardamento do início da construção do prédio, de que trata a **Ação 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas**, se deve ao fato de o projeto básico ter passado por alterações substanciais, visando contemplar e atender aos processos e técnicas construtivas que consomem menos recursos e produzem menos resíduos, como reutilização de águas pluviais, racionamento de energia por meio da otimização do sistema de iluminação, dispositivos hidráulicos poupadores de consumo de água e outros sistemas e equipamentos sustentáveis em estudo. Foi celebrado contrato com a NOVACAP para construção do prédio que se iniciou em janeiro de 2015 e tem prazo para conclusão em 2018.

Ações com Atuação da ANA, vinculadas ao Programa 2124 - De Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, de responsabilidade do MMA

Tabela 32 – Consolidado das Ações com Atuação da ANA, do Programa 2124 – De Gestão e Manutenção do MMA

Identificação da Ação Orçamentária	
Código da Ação	Título
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União
2000	Administração da Unidade
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
20WJ	Modernização da Gestão dos Recursos Hídricos
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados
20W8	Implementação da Agência Ambiental na Administração Pública – A3P

Quadro 47 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação	
Código	20TP Tipo: Atividade
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União
Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente Código:

	2124 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
63.602.937	67.402.937	66.416.676	66.413.308	66.413.308	0	3.368,44
Execução Física (*)						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
71.424	66.925	4.499	-		-	-

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Ação sem meta física

Quadro 48 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 2000 – Administração da Unidade

Identificação da Ação	
Código	2000 Tipo: Atividade
Título	Administração da Unidade
Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente Código: 2124 Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2014	
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00	
Dotação	Despesa Restos a Pagar inscritos

					2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.596.114	32.212.104	31.678.291	25.731.472	25.731.472	0	5.946.818
Execução Física (*)						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.946.506	2.539.722	1.609.816	-	-	-	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Ação sem meta física

Quadro 49 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação						
Código		09HB Tipo: Operações Especiais				
Título		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente 2124 Tipo: Gestão e Manutenção				Código:
Unidade Orçamentária		44205 – Agência Nacional de Águas				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.730.864	12.730.864	12.730.864	12.142.374	12.142.374	0	588.489,94
Execução Física (*)						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramad	Realizad

					o	o
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	-	-	-	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Ação sem meta física

Quadro 50 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Identificação da Ação						
Código	2012 Tipo: Atividade					
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente 2124 Tipo: Gestão e Manutenção					Código:
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.501.272	1.511.272	1.511.272	1.493.723	1.493.723	0	17.548
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. Produto: Pessoa beneficiada			Unidade	342	0	319
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 51 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 20WJ – Modernização da Gestão dos Recursos Hídricos

Identificação da Ação						
Código	20WJ ⁽¹⁾ Tipo: Atividade					
Título	Modernização da Gestão dos Recursos Hídricos					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente 2124 Tipo: Gestão e Manutenção					Código:
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000	1.000.000	938.801	844.581	844.581	0	94.219
Execução Física ⁽¹⁾						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estrutura modernizada			Percentual de execução física	52	0	(2)
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
14.183	1.925	12.258	0	0	0	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

- (1) Esta ação foi classificada como Atividade, no entanto, o produto e a unidade de medida estabelecidos para sua quantificação não poderiam ser adotados, uma vez que mensuram o desenvolvimento de ações classificadas como projetos, com prazo de execução definido.

(2) Não informado pelo motivo acima descrito.

Quadro 52 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Identificação da Ação						
Código		2004 Tipo: Atividade				
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente 2124 Tipo: Gestão e Manutenção				Código:
Unidade Orçamentária		44205 – Agência Nacional de Águas				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.153.788	1.103.381	504.660	504.660	504.660	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). Produto: Pessoa beneficiada			Unidade	421	0	408
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
30.000	30.000	0	Idem descrição acima	Unidade		

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 53 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente 2124 Tipo: Gestão e Manutenção					Código:
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
84.000	84.000	84.000	80.574	80.574	0	3.425,75
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. Produto: Criança atendida			Unidade	59	0	83
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
0	0	0	0	0	0	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 54 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Identificação da Ação	
Código	2011 Tipo: Atividade

Título		Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente 2124 Tipo: Gestão e Manutenção				Código:
Unidade Orçamentária		44205 – Agência Nacional de Águas				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.044	1.044	1.044	884	884	0	159
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Produto: Pessoa beneficiada			Unidade	1	0	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 55 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 20W8 – Implementação da Agência Ambiental na Administração Pública – A3P

Identificação da Ação						
Código	20W8 Tipo: Atividade					
Título	Implementação da Agência Ambiental na Administração Pública – A3P					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente 2124 Tipo: Gestão e Manutenção					Código:
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000	50.000	44.329	44.328	44.328	0	1
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Adoção das metodologias constantes no Manual da A3P; promoção da reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da instituição; estímulo à adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos; realização da gestão integrada de resíduos pós-consumo; melhora da qualidade do ambiente do trabalho; estímulo a reflexões e mudanças de atitude das pessoas envolvidas nas atividades administrativas e operacionais dos órgãos públicos. Produto: Agenda implementada		Unidade	1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Análise Situacional - Ações vinculadas ao Programa 2124 – De Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, com participação da ANA

No contexto do bloco de ações elencadas neste item, em sua maioria voltadas para Pagamento de Pessoal e Outros Benefícios a Servidores, merecem destaque as realizações da ANA no âmbito das rubricas Administração da Unidade e Implementação da Agência Ambiental na Administração Pública – A3P.

A seguir, os principais resultados da **Ação 2000 – Administração da Unidade** na qual são alocadas as despesas que têm por objeto a manutenção das atividades administrativas e de funcionamento da ANA. Esse constitui um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. Os gastos com o custeio administrativo da Agência praticamente se resumem a pagamentos de pessoal terceirizado e contratos administrativos de duração continuada, voltados para o apoio, manutenção e conservação da Unidade.

Na Lei Orçamentária de 2014, a Ação 2000 – Administração da Unidade foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 30.205.897. Esses recursos foram distribuídos conforme quadros abaixo.

Tabela 33 – Distribuição Percentual da Ação Administração da Unidade – Por Fonte

Projeto Atividade				GND	Valor	%
2000	Administração da Unidade	00 – Recursos Ordinários	12.380.505,00	40,98		
		83 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	17.825.392,00	59,02		
Total			30.205.897,00	100,00		

Fonte: SIAFI/STN

A respeito do quadro acima, é importante lembrar que, de acordo com a legislação vigente, até 7,5% (sete e meio por cento) dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos podem ser aplicados no pagamento de despesas de implementação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH.

A despesa empenhada na Ação 2000 vem sofrendo seguidas reduções nos últimos exercícios financeiros, o que tem aumentado a pressão sobre os valores provenientes do SINGREH. O declínio nos gastos de administração é fruto das restrições econômico/financeiras vivenciadas pelo Governo Federal. Por conta disso, a ANA se viu obrigada a reduzir ainda mais seus gastos.

Há, todavia, um forte compromisso da Agência no sentido de contribuir para o equilíbrio dos gastos públicos, o que vem motivando um esforço de ajuste na programação das despesas administrativas como um todo, buscando-se adequá-las ao minimamente necessário, de forma a garantir os patamares necessários para a quitação das despesas já contratadas.

No que se refere à **Ação: 20W8 – Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P** é importante ressaltar os resultados expressivos alcançados no exercício, decorrentes de campanhas de mobilização e parcerias com outros órgãos de governo. Foram realizados esforços para a adoção de ações de estímulo à economia dos recursos naturais e financeiros, gestão de resíduos sólidos, compras sustentáveis e inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

O acompanhamento físico-financeiro ocorre por meio do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES). Essas práticas sustentáveis têm sido veiculadas via intranet e e-mails e apresentado efeitos como a redução do consumo de papel na ANA.

Outras ações visam à Coleta Seletiva Solidária na Agência, e agregam sete instituições para o fim de realizar conjuntamente a coleta seletiva de papel, embalagens PET e latas de alumínio. Essa parceria busca aumentar a quantidade e a eficiência na coleta dentro do complexo onde se localiza a ANA. Todo o material separado é coletado por Cooperativas.

Ações Vinculadas a Programas de Responsabilidade de Outros Órgãos, com Atuação da ANA

Tabela 34 – Consolidado das Ações Orçamentárias de Programas de Responsabilidades de Outros Órgãos, com Atuação da ANA

Identificação da Ação Orçamentária	
Código da Ação	Título
0181	Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis
0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Ação do Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com participação da ANA

Quadro 56 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 0181 - Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis

Identificação da Ação						
Código	0181 Tipo: Operações Especiais					
Título	Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
195.000	562.384	362.384	447.296	447.296	0	115.087
Execução Física (*)						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	-		-	-

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Ação sem meta física

Ação do Programa 0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), com participação da ANA

Quadro 57 - Quadro A.5.2.3.1 Ação: 0284 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Identificação da Ação						
Código		0284 Tipo: Operações Especiais				
Título		Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa				
Iniciativa						
Objetivo		Código:				
Programa		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) Código: 0906 Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária		44205 – Agência Nacional de Águas				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
547.500	547.500	91.722	91.722	91.722	0	0
Execução Física ⁽¹⁾						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	-		-	-

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

⁽¹⁾ Ação sem meta física

Nota: A execução orçamentária e financeira desta ação refere-se aos juros do Acordo de Empréstimo nº 8074-BR, relativo ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.

- Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados

Tabela 35 – Consolidado das Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados

Identificação da Ação Orçamentária	
Código da Ação	Título
20MN	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH
20MO	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica
4925	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos
4928	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos
4929	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água
4980	Fomento a Criação e Consolidação de Comitês e de agências em Bacias Hidrográficas
6251	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos
7278	Implantação do Sistema Nacional de Informações

Quadro 58 - Quadro A.5.2.3.3 – Ação 20MN - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

Identificação da Ação	
Código	20MN Tipo: Atividade
Título	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos Hídricos - SNIRH
Iniciativa	02GE – Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação e Gestão dos Recursos Hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável. Código: 0650
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas
Ação Prioritária	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos

Hídricos - SNIRH					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira - R\$			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
143.873,44	0	143.873,44	Considera-se para efeito da mensuração do produto: módulo implementado, que constitui-se no desdobramento dos subsistemas instituídos no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Produto: Subsistema Implementado	Unidade	

Fonte: SIAFI/STN; UORG/ANA

Quadro 59 - Quadro A.5.2.3.3 – Ação 20MO - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

Identificação da Ação	
Código	20MO Tipo: Atividade
Título	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais
Iniciativa	02GE – Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	
Execução Orçamentária e Financeira	Execução Física - Meta

- R\$					
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidad e de medida	Realizado
180,01		180,01	Elaboração de estudos hidrogeológicos em aquíferos de regiões metropolitanas, interestaduais e transfronteiriços para fomentar a gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas, conforme previsto no Programa Nacional de Águas Subterrâneas-PNAS/PNRH; o planejamento e a coordenação da rede nacional de monitoramento de águas subterrâneas; a formulação de ferramentas específicas para a gestão integrada de recursos hídricos; e apoio aos Estados no gerenciamento de aquíferos compartilhados. Produto: Estudo elaborado	Unidad e	

Fonte: SIAFI/STN; UORG/ANA

Quadro 60 - Quadro 35 A.5.2.3.3 – Ação 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica

Identificação da Ação	
Código	2378 Tipo: Atividade
Título	Operação da Rede Hidrometeorológica
Iniciativa	02GD – Aprimoramento do Monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de Águas Superficiais, Subterrâneas e Atmosféricas
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação e Gestão dos Recursos Hídricos com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável. Código: 0650
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático
Unidade	44205 – Agência Nacional de Águas

Orçamentária					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira - R\$			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
345.063,07	64.617	280.445	Dados hidrológicos quantitativos e qualitativos dos principais cursos d'água brasileiros e da distribuição e quantidade de chuva precipitada em todo território nacional. Produto: Informação produzida	Unidade	

Fonte: SIAFI/STN; UORG/ANA

Quadro 61 - Quadro A.5.2.3.3 – Ação 4925 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

Identificação da Ação	
Código	4925 Tipo: Atividade
Título	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos
Iniciativa	02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável. Código: 0650
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem

Miséria					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiz ado
101.429,66	0	101.429,66	Os Planos contemplam: (a) diagnóstico dos recursos hídricos; (b) cenarização quanto à situação dos recursos hídricos da bacia; (c) o plano propriamente dito; (d) propostas de enquadramento; (e) desenvolvimento de estudos de recursos hídricos decorrentes de planos já elaborados ou subsídios técnicos para o processo de planejamento dos setores relacionados a recursos hídricos; (f) desenvolvimento de relatórios e informações sobre a conjuntura dos recursos hídricos no país. Produto: Plano Elaborado	Unidade	0

Fonte: SIAFI/STN; UORG/ANA

Quadro 62 - Quadro A.5.2.3.3 – Ação 4928 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos

Identificação da Ação	
Código	4928 Tipo: Atividade
Título	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos
Iniciativa	02GU - Apoio a estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)
Objetivo	Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais. Código: 0662
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo:

	Temático				
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira - R\$			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidad e de medida	Realizado
100.000	0	100.000	Promoção de cursos para conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas, órgãos gestores de recursos hídricos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, setores usuários e sociedade em geral. Produto: Pessoa Capacitada	Unidad e	-

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 63 - Quadro A.5.2.3.3 – Ação 4929 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

Identificação da Ação	
Código	4929 Tipo: Atividade
Título	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos
Iniciativa	02HI – Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas.
Objetivo	Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, à melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Código: 0665
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático

Unidade Orçamentária		44205 – Agência Nacional de Águas			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira - R\$			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.667.231,76	3.450.659,16	2.749.739,80	Projeto induzido ou selecionado com base em critérios técnicos que considerem a possibilidade de multiplicação e extensão de seus resultados. Produto: Projeto apoiado	Unidade	

Fonte: SIAFI/STN; UOORG/ANA

Quadro 64 - Quadro A.5.2.3.3 – Ação 4980 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas

Identificação da Ação	
Código	4980 ⁽¹⁾ Tipo: Atividade
Título	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
Iniciativa	02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável. Código: 0650
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	

Execução Orçamentária e Financeira - R\$			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
100.000	0	100.000	Serão realizadas parcerias e contratos para promover campanhas com vistas ao cadastramento de usuários em bacias específicas, bem como o desenvolvimento de interfaces; aquisição de hardware e software complementar. Produto: Usuário cadastrado	Unidade	

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 65 - Quadro A.5.2.3.3 – Ação 6251 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

Identificação da Ação					
Código		6251 Tipo: Atividade			
Título		Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos			
Iniciativa		02GD – Aprimoramento do Monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de Águas Superficiais, Subterrâneas e Atmosféricas			
Objetivo		Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação e Gestão dos Recursos Hídricos com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável. Código: 0650			
Programa		Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Código: 2026 Tipo:			
Unidade Orçamentária		44205 – Agência Nacional de Águas			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira - R\$			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizado

				medida	
18.299,76	0	18.299,76	A ação, que foi estruturada no âmbito do SNIRH, prevê o acompanhamento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos nacionais de modo a identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos destes eventos. Parte desse acompanhamento é materializada através de boletins mensais de monitoramento de bacias ou de sistemas prioritários. Produto: Boletim emitido	Unidade	

Fonte: SIAFI/STN; UORG/ANA

Análise Situacional dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores

As rubricas consideradas neste item referem-se às Ações Orçamentárias transformadas em Planos Orçamentários, os quais não constaram da LOA de 2014.

Em destaque, o saldo dos restos a pagar não processados da ação 4929 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água, cujo saldo a Pagar em 31 de dezembro, de 2014, totaliza R\$ 6.667mil. Trata-se de restos a pagar dos contratos de repasse, sob a gestão da Caixa Econômica Federal, prestadora de serviços de operacionalização e implementação de apoio a projetos com impacto na mencionada ação orçamentária. Tendo em vista as particularidades na formalização dos processos relativos a esses instrumentos, essa movimentação em restos a pagar se repete normalmente em alguns exercícios financeiros.

Conforme demonstrado no item 4.2 deste relatório, o saldo de restos a pagar ao final do exercício totaliza R\$ 7milhões. Considerando o valor relativo aos contratos de repasse, conforme comentários acima, esse saldo reduz consideravelmente.

Índices e Indicadores de Desempenho com base nas Execuções Física e Financeira dos Planos e Ações Orçamentárias

Além dos indicadores em construção, objeto de destaque no item 2.2.2.3, a ANA adotou uma forma de aferir a gestão dos gastos associados à eficácia, à eficiência e à economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos, físicos e financeiros, alcançados por meio das execuções das rubricas orçamentárias e fórmulas demonstradas a seguir.

- Fórmulas de Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

Cálculo dos índices “**IEEF e IEG**” e indicador “**IEI**” apurados conforme detalhamento constante dos quadros integrantes dos itens 2.2.4.2.1, 2.2.4.2.2 e 2.2.4.2.3, seguintes:

- Índice de Eficácia da Execução Física - **IEEF**: permite apurar o desempenho da execução física. É determinado a partir da relação entre o quantitativo de meta física executada e programada, expressa em pontos percentuais.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEEF} = \text{MFE} / \text{MFP}$$

onde MFE é a meta física executada no exercício e MFP é a meta física prevista.

- Índice de Eficácia do Gasto - **IEG**: permite mensurar o resultado da execução orçamentária da rubrica, tomando-se como referência o valor empenhado no exercício, em relação ao valor previsto, expresso em percentagem.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEG} = \text{VE} / \text{VP}$$

onde o VE é o valor executado (empenhado) e o VP é o valor previsto.

- Indicador de Eficiência Individual – **IEI**: resulta da relação entre os valores do IEEF e do IEG de cada rubrica orçamentária e permite avaliar a produtividade individual de cada rubrica, onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira e superiores ou inferiores significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEI} = \text{IEEF} / \text{IEG}$$

Tomando por base o conjunto dos **IEIs** apurados para cada rubrica orçamentária, na forma acima descrita, segue o **IEA**, que propicia a avaliação do grau de economicidade da boa aplicação dos recursos públicos.

- Indicador de Eficiência Agrupado – **IEA**: permite avaliar a produtividade de um conjunto de rubricas orçamentárias (por ação, por unidade administrativa, ou mesmo do Órgão), onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira do conjunto de rubricas analisado e superiores ou inferiores significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários e do alcance das metas.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEA} = \sum \text{IEI} / n$$

onde $\sum \text{IEI}$ é o Somatório dos IEIs (Indicador de Eficiência Individual), apurados conforme quadros demonstrativos da “Execução Física e Orçamentária” das respectivas rubricas e “n” é o número de rubricas consideradas.

Identificação dos Planos Orçamentários – POs / Ações e Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA

Tabela 36 – PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

FINALIDADE		Organizar, desenvolver, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Previst a (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado	6	4	67	32.829.703	28.556.364	87	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 37 – PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

Tabela 57 - IC 0062 - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais							
FINALIDADE	Promover condições técnicas, legais e de geração de conhecimento hidrogeológico para implementar a gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais, com vistas a obter condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica para o uso desses recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG% (g) = f/e	
Unidade/Estudo Elaborado	2	1	50	4.206.703	2.835.764	67	0,75

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 38 – PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas

FINALIDADE		Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e					
-------------------	--	--	--	--	--	--	--

coordenação intersetoriais.							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	10	3	30	10.012.500	7.348.646	73	0,41

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 39 – PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

Tabela 59 - IC 6664 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos							
INALIDADE	Elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF) % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	2	1	50	6.574.097	5.315.525	81	0,63

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 40 – PO 0005 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, por meio do estabelecimento das regras de uso, dos marcos regulatórios e da emissão da outorga visando assegurar o uso racional dos recursos hídricos e a compatibilização dos usos múltiplos. A outorga não caracteriza alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas autoriza o seu direito de uso. Promover a regulação da prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta em regime
-------------------	--

	de concessão. Estabelecer normas para implementação de ações visando à segurança de barragens em âmbito federal.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.000	2.200	220	3.125.992	2.889.219	92	2,39

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 41 – PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Promover a capacitação de recursos humanos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade civil, para atuarem na gestão, na proteção, no uso racional e na conservação dos recursos hídricos.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Pessoa Capacitada	4.000	22.317	558	4.920.000	4.854.256	98	5,69

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 42 – PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

FINALIDADE	Apoiar o desenvolvimento de projetos, que visem a aumentar a oferta e a melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas, voltados à adoção das práticas conservacionistas de uso e ocupação do solo no meio rural, a readequação de estradas vicinais e a recuperação da cobertura vegetal em áreas prioritárias para preservação, promovendo a infiltração e permanência da água no solo, a redução do escoamento superficial e os processos erosivos, o assoreamento, a poluição de mananciais e o risco de inundações, gerando significativo incremento na oferta de água com qualidade para os múltiplos usos. Promover a adoção de medidas que visem minimizar perdas e maximizar a
-------------------	---

	eficiência no uso da água, tendo como base o uso racional, o reúso de águas servidas e a identificação de fontes alternativas de água para o abastecimento.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Apoiado	10	18	180	15.281.477	14.636.270	95	1,89

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 43 – PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Disponer de dados sobre todos os usuários desse recurso, tanto nos rios de domínio da União, quanto de domínio dos estados e do Distrito Federal, para propiciar o controle de oferta e demanda dos recursos hídricos; propiciar as condições para implementação da cobrança e subsidiar a formulação de diretrizes de gestão de recursos hídricos e de outorga, notadamente nas áreas de conflito potencial e de conflito efetivo pelo uso desordenado dos recursos hídricos.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Cadastrado	8.000	13.500	168	260.000	125.048	48	3,5

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 44 – PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas

Tabela 44 – PG 0005 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	
FINALIDADE	Estimular e apoiar iniciativas voltadas à criação, instalação e consolidação de comitês de bacias hidrográficas e das agências de águas, bem como a estruturação dos órgãos e das entidades do SINGREH para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos.
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)	

Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	22	26	118	18.175.000	17.009.081	94	1,25

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 45 – PO 000A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES

Tabela 45 – PG 666A – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES							
FINALIDADE		FINALIDADE: Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas, a partir de critérios técnicos estabelecidos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h)=d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Quilogramas de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Dia/ Carga Poluidora Abatida	14.297	24.478	171	36.402.808	36.402.808	100	1,71

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

(*) Meta correspondente aos valores contratados.

Tabela 46 – PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

Tabela 16 – PC 000B – Prevenção de Eventos Meteorológicos Críticos		
FINALIDADE	FINALIDADE: Planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios.	
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)		
Meta Física	Execução Orçamentária/Financeira R\$	IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	130	130	100	4.640.000	4.135.156	89	1,12

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

tabela 47 – PO 000C – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidade e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	110	64	58	3.413.210	2.886.519	85	0,75

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

Tabela 48 – PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA

FINALIDADE	FINALIDADE: Implantar um sistema de avaliação sistemático e adequado da situação da qualidade das águas superficiais brasileiras, subsidiando a elaboração de políticas públicas que visem reverter o quadro de poluição encontrado nas bacias hidrográficas brasileiras.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	

Percentual de Execução Física/Sistema Implantado	35	39	111	5.460.739	4.620.997	85	1,31
--	----	----	-----	-----------	-----------	----	------

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 49 – PO 000E – Modernização da Rede Hidrometeorológica

Tabela 45 - IC 0002 - Modernização da Rede Hidrometeorológica							
FINALIDADE		Modernizar e operacionalizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, visando a disponibilização tempestiva da informação e agregação de informações quali-quantitativas sobre recursos hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Equipamento Adquirido-Modernizado	550	291	53	21.983.000	20.872.794	95	0,56

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Tabela 50 – PO 000F – Operação da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE		Disponibilizar dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento do uso dos recursos hídricos, pesquisa, inventário de potenciais energéticos, planejamento de empreendimentos, projetos e fiscalização de aproveitamentos hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Informação Produzida	6.600.000	6.600.000	100	36.641216	25.440.091	69	1,44

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

- Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas, de responsabilidade da ANA - Operações Especiais.

Tabela 51 – PO 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

FINALIDADE	FINALIDADE: Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				19.926.113	16.966.578	85	

Fonte: SIAFI/STN (*) PO sem Meta Física

Tabela 52 – PO – PO 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				10.182.430	9.591.043	94	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Tabela 53 – PO 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)	

Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				12.597.173	11.467.675	91	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Tabela 54 – PO 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				22.942.082	22.942.082	100	

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Observação:

A partir de 2012, as rubricas orçamentárias relativas às transferências obrigatórias às Agências de Águas de Bacias Hidrográficas passaram a ser consideradas Operações Especiais, sem meta física estabelecida.

Neste item, deixaram de ser considerados os POs 0005 e 0006, respectivamente, das Bacias dos Rios Verde Grande e Paranaíba, uma vez que os Comitês das Bacias ainda não concluíram os processos de implementação da cobrança, portanto, sem execução no exercício.

- Planos Orçamentários – POs / Ações Orçamentárias da ANA que integram o Programa 2124 - Gestão e Manutenção do MMA

Tabela 55 – PO 0001 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da Ação 20WJ - Modernização da Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE		Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Servidor Capacitado/Unidade	520	520	100	1.000.000	938.801	94	1,06

Fonte: SIAFI/STN e Controles GEGEP/ANA

(*) Em fase de regularização no SIOP.

Tabela 56 – PO 0001 – Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais, da Ação 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P							
FINALIDADE		Consolidar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como marco referencial de responsabilidade socioambiental da gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo Federal em seus diversos órgãos.					
Índice e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (f) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (c) = b/a	Dotação Atualizada (d)	Valores Empenhados (e)	IEG % (f) = e/d	
Agenda implementada	1	1	100	50.000,00	44.329,90	89	1,12

Tabela 57 – Ação/PO 2000-0000 – Administração da Unidade

Tabela 37 - Ação/PO 2000-0000 - Administração da Unidade		
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)		
Meta Física (*)	Execução Orçamentária/Financeira R\$	IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				30.205.897	29.902.503	99	-

Fonte: SIAFI/STN

(*) Ação sem Meta Física

- Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individuais – IEIs

Tabela 58 - Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEIs das Rubricas Orçamentárias

Item	Rubricas Orçamentárias		IEI
Planos Orçamentários da Ação 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA			
1	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	0,75
2	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas	0,41
3	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	0,63
4	20WI-0005	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	2,39
5	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	5,69
6	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	1,89
7	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	3,50
8	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	1,25
9	20WI-000A	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	1,71
10	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	1,12
11	20WI-000C	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens	0,75
12	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	1,31
13	20WI-000E	Modernização da Rede Hidrometeorológica	0,56
14	20WI-000F	Operação da Rede Hidrometeorológica	1,44
15	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	0,77
16	2124-0001	Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação Profissional	1,06

17	20W8-0001	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P	1,12
Ações Orçamentárias do Programa 2124 – De Gestão e Manutenção de responsabilidade do MMA, com participação da ANA			
1	20WJ-0001	Modernização da Gestão dos Recursos Hídricos /Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação/	1,06
2	20W8-0001	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P / Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais	1,12

Neste item, deixaram de ser consideradas as Ações relativas aos pagamentos de benefícios a servidores, devido à baixa materialidade e relevância no contexto da avaliação a que se propõem os indicadores IEI e IEA.

- Cálculo e Avaliação do Indicador de Eficiência Agrupado - IEA

Tabela 59 - Indicador de Eficiência Agrupado – IEA

Grupo de Ações	Nº de Ações	IEA
Ações do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	17	1,55
Ações do Programa 2124 – Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2	1,09
Total da ANA	19	1,32

O conjunto dos números apurados no âmbito da Agência Nacional de Águas reflete o grau médio de produtividade da aplicação dos recursos públicos e supera o ponto de equilíbrio em 32%.

Esse resultado, em princípio, reflete uma efetividade satisfatória do gasto, com um ganho de 32%, quando considerados todos os Planos Orçamentários (POs) sob responsabilidade da Agência.

Quando se analisam somente os resultados das ações finalísticas, aquelas que diretamente contribuem para gestão de recursos hídricos, o índice mostra um ganho expressivo na obtenção de resultados, superando em 55% em relação à programação, com amplitudes de variação de 40 a 500%.

Em relação às atividades de caráter administrativo, a amplitude foi de 6 a 12% e média de 9%, fato que pode ser explicado pelo maior grau de certeza das programações.

- Análise Crítica

No contexto dos Planos Orçamentários – POs/Ações elencados neste tópico, observa-se a predominância do ganho do resultado físico, em relação à aplicação dos recursos financeiros. O fato pode estar atrelado à predominância de uma programação de resultados mais conservadora por parte dos Coordenadores de Ação, mas, de outro lado, pode ter como explicação a facilidade para remanejamento de recursos orçamentários entre os Planos Orçamentários (POs), providência que passou a ser adotada no atual Plano Plurianual.

A mudança adotada pela Secretaria de Orçamento Federal para o exercício de 2015, com a subdivisão da ação finalística “Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos” em três, poderá resultar em números mais conservadores, exatamente pela necessidade do trânsito dos pedidos de remanejamento de créditos orçamentários pelo Congresso Nacional.

Evolução dos Índices e Indicadores de Desempenho – Acórdão nº 2070/2010 - TCU 1ª Câmara

Segue quadro demonstrativo da evolução dos Índices e Indicadores de Desempenho da ANA, relativos aos três últimos exercícios, dando cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 2070/2010 – 1ª Câmara, *in verbis*:

“recomendar à Agência Nacional de Águas que faça constar nos futuros Relatórios de Gestão: os índices e indicadores que propôs para avaliar os programas e ações, sob sua responsabilidade, integrantes do Plano Plurianual, bem como apresente quadro comparativo anual com estes resultados;”.

Tabela 60 - Evolução dos Índices e Indicadores de Desempenho nos Três Últimos Exercícios - Acórdão nº 2070/2010 – TCU 1ª Câmara

Rubricas Orçamentárias, de Responsabilidade da ANA, do Programa nº 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos											
Identificação Orçamentária		Título	Índices e Indicadores								
			2012			2013			2014		
Ação	Ação/Plano Orçamentário - PO ⁽¹⁾		Índices		Indicador	Índices		Indicador	Índices		Indicador
2012	2013		IEEF	IEG	IEA ⁽²⁾	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI
20MN	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	100	96,59	1,04	100	99,78	1	67	87	0,77
20MO	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	20	88,35	0,23	60	99,94	0,6	50	67	0,75
2D06	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas	33,33	5,04	6,61	66,67	22,65	2,94	30	73	0,41
4925	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	100	96,93	1,03	100	98,99	1,01	50	81	0,63
4926	20WI-0005	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	89,92	87,78	1,02	143,28	99,95	1,43	220	92	2,39
4928	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	191,6	75,8	2,53	312,5	98,79	3,16	558	98	5,69
4929	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	180	96,95	1,86	110	91,86	1,2	180	95	1,89
4936	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	109,31	56,54	1,93	147,5	92,95	1,58	168	48	3,5
4980	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	100	94,38	1,06	300	99,97	3	118	94	1,25

2905	20WI-000A	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	185,78	100	1,86	239,28	100	2,39	171	100	1,71
6251	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	104,62	66,47	1,57	100	79,45	1,26	100	89	1,12
2977	20WI-000C	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens	105	67,08	1,57	150	84,41	1,78	58	85	0,75
124A	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	300	64,23	4,67	190	99,88	1,9	111	85	1,31
1184	20WI-000E	Modernização da Rede Hidrometeorológica	73,08	86,27	0,85	66,6	82,99	0,8	53	95	0,56
2378	20WI-000F	Operação da Rede Hidrometeorológica	95	94,08	1,01	100	99,37	1,01	100	69	1,44
00HM ⁽³⁾	00LX-0001	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá		100			94,28			85	
00HN ⁽³⁾	00LX-0002	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce		19,89			49,16			94	
00HP ⁽³⁾	00LX-0003	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul		84,16			96,7			91	
00HR ⁽³⁾	00LX-0004	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco		98,5			88,71			100	
Identificação Orçamentária			Título	2012		2013		2014			
Ação	Ação/Plano Orçamentário - PO ⁽¹⁾	Ação/Plano Orçamentário - PO ⁽¹⁾		Índices	Indicador	Índices	Indicador	Índices	Indicador		

2012	2013	2014		IEEF	IEG	IEA	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI
4572	20WJ-0001	20WJ-0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	97,5	99,02	0,98	109,47	91,96	1,19	100	94	1,06
20MH ⁽⁵⁾	20W8-0001	20W8-0001	Implementação A3P nos Órgãos Públicos Federais	100	29,38	3,4	100	48,32	2,07	100	89	1,12
2000 ⁽⁶⁾	2000-0000	2000-0000	Administração da Unidade		95,82			89,91			99	

⁽¹⁾ Ações com desdobramento em Planos Orçamentários – PO's, a partir de 2013

⁽²⁾ Em 2012 alterada a Nomenclatura de IEI (Indicador de Eficiência Individual) para IEA (Indicador de Eficiência da Ação)

⁽³⁾ Rubricas sem meta física a partir de 2012 (Operações Especiais)

⁽⁴⁾ Rubrica criada em 2011 com execução a partir de 2012

⁽⁵⁾ Rubrica criada em 2012

⁽⁶⁾ Rubrica sem meta física

ANEXO VI - Descrição das estruturas de governança

Estrutura de Governança

A ANA é dirigida em regime de colegiado por um Conselho de Diretores, sendo um deles o Diretor-Presidente, conforme demonstrado no item 1.3 deste relatório, onde é apresentada a estrutura organizacional da Agência.

Como unidade de controle interno, a ANA conta com a Auditoria Interna – AUD, com independência técnica de atuação assegurada pela sua subordinação direta à Diretoria Colegiada.

A AUD está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União – CGU e dos órgãos setoriais de Controle Interno.

Tem como competência multidisciplinar prestar serviços à Agência na forma de assessoramento e consultoria interna, no intuito de agregar valor à gestão e a melhorar as operações, propondo ações preventivas e saneadoras, de forma a assistir a ANA na consecução de seus objetivos estratégicos, mediante abordagem sistematizada e disciplinada no Manual de Auditoria Interna, com ênfase para a avaliação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança corporativa.

A Unidade de Auditoria Interna contribui para a consecução da finalidade de atuação do controle interno, de que trata o art. 74 da Constituição Federal e dispositivos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que dispõem *“sobre a organização e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal”*, e da Instrução Normativa nº 01, de 6 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda, *“que define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal”*.

A Auditoria Interna da ANA tem suas competências estabelecidas no artigo 20 do Regimento Interno da Agência, como segue:

“I - acompanhar e avaliar a execução dos programas de governo vinculados à ANA, zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, bem como pela adequação do gerenciamento empreendido;

II - assessorar a Diretoria Colegiada, os titulares das demais UORGs e os gerentes responsáveis por programas e ações desenvolvidos pela ANA, bem como as unidades auditadas, no que se refere a controle interno;

III - verificar a execução orçamentária quanto à conformidade, aos limites e às destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV - assessorar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas, bem como a dos demais sistemas administrativos e operacionais, examinando os resultados quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;

V - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo da União, no exercício de sua missão institucional, nas ações junto à ANA ou de seu interesse;

VI - orientar subsidiariamente os dirigentes quantos aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

VII - examinar a prestação de contas anual e as tomadas de conta especiais e sobre elas emitir parecer prévio;

VIII - elaborar e acompanhar o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, conforme as normas elaboradas pela CGU; e

IX - elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN, conforme as normas elaboradas pela CGU.”

No exercício de suas atribuições institucionais é assegurado ao Auditor Interno o livre acesso a todos os documentos e informações para o fiel cumprimento de suas atribuições.

A Agência Nacional de Águas – ANA, possui uma unidade de correição, cuja existência e atribuições estão previstas no Decreto nº 3.692, de 19/12/2000, no seu art. 9º, incisos I a IV:

“Art. 9º À Corregedoria compete:

I - fiscalizar a legalidade das atividades funcionais dos servidores, dos órgãos e das unidades da ANA; II - apreciar as representações sobre a atuação dos servidores e emitir parecer sobre o desempenho dos mesmos e opinar fundamentadamente quanto a sua confirmação no cargo ou sua exoneração:

III - realizar correição nos órgãos e unidades, sugerindo as medidas necessárias à racionalização e eficiência dos serviços: e

IV - instaurar por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente da ANA.

No Regimento Interno da Agência vigente em 2014, aprovado pela Resolução ANA nº 567, de 19/08/2009, a unidade correicional foi incumbida também das atividades de ouvidoria, conforme o art. 19, incisos I a VII, daquele normativo:

Art. 19. À Corregedoria - COR, sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União -CGU, compete:

I -fiscalizar a legalidade das atividades funcionais dos servidores, dos órgãos e das UORGs da ANA; II -apreciar as representações sobre a atuação dos servidores e emitir parecer sobre o desempenho dos mesmos e opinar fundamentadamente quanto a sua confirmação no cargo ou sua exoneração;

III -realizar correição nos órgãos e unidades, sugerindo as medidas necessárias à racionalização e eficácia dos serviços;

IV -instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente da ANA;

V - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

VI - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas; e

VII - exercer as atividades de Ouvidoria da ANA.

Com o advento da Lei de Acesso a Informação – LAI – Lei nº 12.527, de 18/11/2011, o Corregedor da ANA foi designado autoridade de monitoramento para os fins previstos no art. 40 daquela norma legal (Portaria ANA nº 63, de 22/03/2012, publicada no DOU de 23/03/2012). Foi também incumbido de supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/ANA, exigido no art. 9º, inciso I, da LAI, conforme a Resolução ANA nº 465, de 03/04/2012.

**ANEXO VII - Medidas adotadas para
cumprimento das normas relativas à
acessibilidade**

Medidas adotadas para cumprimento das normas relativas à acessibilidade REF 3.6 DN

A ANA obedece às normas relativas à acessibilidade nas reformas e nos projetos de novas construções, bem como na reformulação do sítio eletrônico da Agência.

ANEXO VIII - Atendimento ao item 61 da
Portaria TCU nº 90

UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO CONTRATO DE GESTÃO NOS TERMOS DA LEI 9.637/98.

Termos de Parceria:

A SAG possui um único termo de parceria vigente, o qual foi celebrado com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – ADESE. O objetivo do termo de parceria é apoiar as ações do CBH Piancó-Piranhas-Açu.

Os quadros seguintes referem-se ao Termo de Parceria n.º 1/2011/ANA, celebrado com a ADESE.

Quadro 66 - Quadro B61.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Informações da entidade parceira	CNPJ	04.634.516/0001-49	
	Nome	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Regulamento de compras publicado no Diário Oficial do Rio Grande do Norte do dia 17/08/2011	
Informações do Termo de Parceria	Número	Termo de Parceria nº01/ANA/2011	
	Data Celebração	01/07/2011	
	Registrado no SICONV?	Não registrado	
	Forma de escolha da entidade parceira	Através do Edital de Seleção de Projetos – Concurso 02/ANA/2010	
	Objeto	Desenvolvimento de atividades que visam apoiar as ações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu por intermédio da implantação de um Centro de Apoio o qual atuará como Secretaria Executiva do respectivo Comitê.	
	UJ Parceira	Nome	Agência Nacional de Águas
		UG SIAFI	443001/44205
	Período Vigência	Início	01/07/2011
		Fim	31/03/2015
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	1.371.439,01
		Da Entidade	Não pertinente

Quadro 67 - Quadro B.61.2.1– Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome		Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE	
CNPJ		04.634.516/0001-49	
Valores Repassados no Exercício-2014 (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	
Abril		Outubro	
Maió	119.805,27	Novembro	
Junho		Dezembro	
Total	119.805,27	Total	0

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG

Quadro 68 - Quadro B.61.2.2 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2012	1	406.269,36
2013	1	486.079,36

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG

Quadro 69 - Quadro B.61.3.1 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria
(Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de designação
Nome	CPF	Órgão que representa	
José Carlos de Queiroz	759.318.344-00	ANA	Portaria nº264 de 13/10/2011
Izabela Braga Neiva de Santana	037.563.846-67	ANA	Portaria nº039 de 27/02/2013
Marcone de Medeiros Nunes	654.982.244-00	ADESE	Portaria nº264 de 13/10/2011
José Ferreira da Cunha	098.222.084-72	CBH Piancó-Piranhas-Açu	Portaria nº264 de 13/10/2011

Quadro 70 - Quadro B.61.3.2 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
04.634.516/0001-49	15/02/2014	01/01/2014	31/12/2014	Não iniciada	Em exigência
*Situação da Análise:			**Decisão:		
▪ Concluída			▪ Aprovada		
▪ Em andamento			▪ Reprovada		
▪ Não iniciada			▪ Em exigência		

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG

Quadro 71 - Quadro B.61.4 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira

Identificação da Entidade Parceira				
Nome	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE		CNPJ	04.634.516/0001-49
Caracterização do Indicador 1				
Nome	Execução das atividades planejadas			
Fórmula de Cálculo	NP = 10-10 * ABS(Resultado-Meta) / Meta; 0 ≤ NP ≤ 10; CUMPRIMENTO DE METAS = % (Somatório(NP * Peso))			
Unidade de Medida	Relação ponderada entre atividades planejadas e atividades executadas			
Periodicidade de Medição	Anual			
Aferição dos Resultados do Indicador 1				
Meta do Exercício	Pactuada	Si1.1=9; Si1.2=4 e Si 1.3=13		
	Realizada	R1.1=9; R1.2=3 e R1.3=13		
	% Realização	93		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2013	93	
		2012	83	
Análise do Indicador 1	O indicador é composto por três subindicadores:1.1-Cumprimento do calendário de reuniões; 1.2-Cumprimento de ações programadas; 1.3-Cumprimento das atividades do processo eleitoral. Para o subindicador 1.1 estavam programados 9 eventos dos quais foram realizados todos. Para o subindicador 1.2 estavam programados 4 eventos dos quais foram realizados 3. Para o subindicador 1.3 estavam previstos 13 eventos dos quais todos foram realizados. Para o exercício em análise, os três indicadores possuem, sequencialmente, peso igual 4; 4 e 6. Aplicando esses resultados na fórmula de cálculo chegou-se a nota 9,3.			
Caracterização do Indicador 2				
Nome	Reconhecimento Social			
Fórmula de Cálculo	NP = 10 * Resultado / Meta; 0 ≤ NP ≤ 10; CUMPRIMENTO DE METAS = % (Somatório (NP * Peso))			
Unidade de Medida	Relação entre nota alcançada e a meta contratada			

Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	9	
	Realizada	8,67	
	% Realização	96	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2013	96
		2012	85
Análise do Indicador 2	O indicador foi aferido por meio da aplicação de um questionário no qual os respondentes atribuíam notas a cada um dos pontos apresentados. No final, calculou-se a média aritmética dessas notas a qual constituiu-se na nota da entidade para esse ponto.		

Caracterização do Indicador 3				
Nome	Gerenciamento Interno			
Fórmula de Cálculo	NP = 10 * Resultado / Meta; 0 ≤ NP ≤ 10; CUMPRIMENTO DE METAS = %(Somatório(NP * Peso))			
Unidade de Medida	Relação entre nota alcançada e a meta contratada			
Periodicidade de Medição	Anual			
Aferição dos Resultados do Indicador 3				
Meta do Exercício	Pactuada	3		
	Realizada	3		
	% Realização	100		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2013	100	
		2012	100	
Análise do Indicador 3	O indicador consiste na avaliação da entrega no prazo dos seguintes documentos previstos em contrato: Relatório anual de execução do Termo de Parceria do exercício anterior; Prestação de contas anual dos gastos e receitas do exercício anterior e Publicação do extrato da execução físico-financeira no DOU.			
Caracterização do Indicador 4				
Nome	Comunicação e Mobilização Social			
Fórmula de Cálculo	NP = 10 * Resultado/Meta; 0 ≤ NP ≤ 10; Se Resultado>Meta então NP=10 no período. Se Meta=0 no período então Peso=0 no período; CUMPRIMENTO DE METAS = %(Somatório(NP * Peso))			
Unidade de Medida	Relação ponderada entre notas a serem atingidas e notas efetivamente alcançadas.			
Periodicidade de Medição	Anual			
Aferição dos Resultados do Indicador 4				
Meta do Exercício	Pactuada	Si4.1=9; Si4.2A=6; Si4.2B= 10e Si 4.3=12		
	Realizada	R4.1=2; R4.2A=6; R4.2B e R4.3=12		
	% Realização	62		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2013	62	
		2012	81	
Análise do Indicador 4	O indicador é composto por três subindicadores:4.1-Mobilização para reuniões, peso 4, verificada por meio da relação entre o nº de reuniões realizadas e o nº de reuniões com a presença de pelo menos 70% dos membros no exercício da titularidade; 4.2-Boletim eletrônico bimestral verificado por meio de a) relação entre o nº de meses em que foi executado e o planejado, peso 1,5, e b) avaliação do boletim pelos membros do Comitê, peso 1,5, avaliada por meio de aplicação de questionário e atribuição de notas; 4.3-Página Eletrônica, peso 3, avaliada por meio da relação entre o nº de meses em que as convocatórias de reuniões, os produtos das reuniões (atas, deliberações, etc) e a composição do Comitê e de suas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho tenham sido atualizados no prazo pactuado . Para o subindicador 4.1 foram realizados 9 eventos dos quais 2 atingiram a meta proposta, recebendo, portanto, nota 2,2. Para o subindicador 4.2A estavam programados 6 boletins, todos confeccionados, recebendo nota 10. Para o indicador 4.2B a entidade parceira alcançou a nota 8,8. O subindicador 4.3 foi parcialmente atingido, pois houve atraso na publicação da composição o comitê e da CTPI. A aplicação das notas dos subindicadores resultou no alcance da nota 6,2 para este exercício.			
Caracterização do Indicador 5				
Nome	Processo Eleitoral			
Fórmula de Cálculo	ALANCE POR CRITÉRIO = AC = 10 * Resultado / Meta; 0 ≤ AC ≤ 10; se Meta = 0 então AC = 0 e Peso = 0, no período ALANCE POR PERÍODO = AP = S(AC * Peso) / S(Pesos)			
Unidade de Medida	Relação ponderada entre notas a serem atingidas e notas efetivamente alcançadas.			
Periodicidade de Medição	Anual			
Aferição dos Resultados do Indicador 5				
Meta do Exercício	Pactuada	Si5.1A=25; Si5.1B=30; Si5.2A=200; Si5.2B= 10 e Si 5.3A=10 ; Si5.3B=70		
	Realizada	R5.1A=11; R5.1B=21 R5.2A=142; R5.2B=10 e R5.3A=12 e R5.3B=137		
	% Realização	76		

% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2013	76
		2012	não aplicável
Análise do Indicador 5	O indicador é composto por três subindicadores:, cada um deles composto por dois subsubindicadores 5.1-Poder público municipal composto por: 5.1A-% municípios inscritos no processo eleitoral, peso 2,5, verificada por meio da relação entre o % de municípios inscritos e a meta de 25%; 5.1B-Abrangência populacional da representação eleita, peso 2, verificada por meio da relação entre a % populacional dos municípios eleitos e a meta de 30% de participação. 5.2-Segmento usuário , composto por 5.2A-Nº de usuários de Irrigação, usos agropecuários, pesca, turismo e lazer, peso 1,5, verificado por meio da relação entre nº desses usuários efetivamente inscritos e a meta de 200 usuários inscritos; 5.2B-Nº de usuários de saneamento, indústria e mineração inscritos, peso 1,5, verificado por meio da relação entre nº desses usuários efetivamente inscritos e a meta de 10 usuários inscritos, 5.3-Sociedade Civil composto por 5.3A-Nº de entidades técnicas de ensino e pesquisa, peso 1,0, verificado por meio da relação entre nº dessas instituições efetivamente inscritas e a meta de 10 instituições inscritas e 5.3B-Nº de organizações não governamentais inscritas, peso 1,5, verificado por meio da relação entre nº dessas instituições efetivamente inscritas e a meta de 70 instituições inscritas. Para o indicador 5.1A foram 11% dos municípios da bacia e eleitos municípios abrangendo 21% da população alcançando-se as notas 4,4 para o subindicador 5.1A e 6,9 para o subindicador 5.1B . Para o indicador 5.2 foram inscritos 142 usuários de irrigação, uso agrícola e pesca , lazer e turismo. Também foram inscritos 10 usuários de saneamento, indústria e mineração, o que levou ao alcance das notas 7,1 para o subindicador 5.2A e 10,0 para o subindicador 5.2B.. Para o subindicador 5.3 foram inscritas 12 entidades de ensino e pesquisa e 137 organizações não governamentais o que levou ao atingimento da nota 10,0 para ambos os indicadores 5.3A e 5.3B. A aplicação das notas dos subindicadores resultou no alcance da nota 7,6 para este indicador neste exercício.		

As notas obtidas pela entidade parceira nos diversos indicadores foram utilizadas para computar um Resultado Geral, que no período de análise foi o seguinte, exposto na tabela abaixo.

A Entidade parceira deveria alcançar a nota mínima 7,0 para que o Termo de Parceria tivesse continuidade, o que foi alcançado.

PLANILHA DE AFERIÇÃO DE RESULTADOS - ANO 2013							
INDICADORES		Peso	Resultados Parciais (RP)	Resultado Geral (RG)	Alcance de Metas	Fórmula de Cálculo e Conceitos	
1	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS	2	9,3	8,30	83,0%		
						Conceitos	
2	RECONHECIMENTO SOCIAL	2	9,6			Ótimo $RG \geq 9$	Bom $8 \leq RG < 9$
3	GERENCIAMENTO INTERNO	1	10,0			Regular $7 \leq RG < 8$	Insuficiente $RG < 7$
4	COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	2	6,2				
6	REPRESENTATIVIDADE NO PLENÁRIO DO CBH PIRANHAS AÇU	3	7,6				

Contrato de Gestão com a ABHA

Quadro 72 - Quadro B.60.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG		
Nome	Agência Nacional de Águas	
UG SIAFI	44205	
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.	
Informações da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Endereço	Rua Jaime Gomes, 741, Centro Araguari – Minas Gerais – Brasil CEP: 38440-244	
Dirigente Máximo	Ronaldo Brandão Barbosa	
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.	
Regulamentação da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011	
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.	
Informações do Contrato de Gestão		
Número	006/2012	
Data Celebração	07/03/2012	
Objeto	Alcance, pela ABHA, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx ; http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaABHA_ContratoGestao.aspx	
Período de Vigência	Início	07/03/2012
	Fim	31/12/2015
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	R\$ 1.975.000,00
	Da Entidade	R\$

		-
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$ 11.150,00
	Empregados	R\$ 6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

* Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 73 - Quadro B.60.2.1 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração - Exercício 2011/2015						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Jorge Hermógenes	007.237.248-65	IMA (T)	Termo Posse 08.12.10	01.11.11	31.05.15
	sem indicação		IMA (S)			
	Mauro César Rodrigues	539.422.566-49	Prefeitura Araguari (T)	Ata 16.04.13		
	Pedro Ernesto Nasciutti	111.945.536-72	Prefeitura Tupaciguara (T)	Ata 12.12.13		
Da Sociedade Civil	Neudon Veloso	301.368.736-34	AMAr (T)	Termo Posse 08.12.10	01.11.11	31.05.15
	Euclides Antônio Pereira Lima	434.030.266-04	ASSENTE (S)	Termo Posse 08.12.10		
	Armando Gallo Yahn Filho	251.261.408-50	UFU (T)	Ata 04.04.14		
	Washington Luiz Assunção	302.231.646-15	UFU (S)	Termo Posse 08.12.10		
Eleitos	Luiz Fernando V. Rezende	467.357.558-04	CCBE (T)	Ata 18.05.11	01.11.11	31.05.15
	sem indicação		CEMIG (S)			
	Mário Naves da Mota	196.736.986-00	FIEMG (T)	Termo Posse 08.12.10		
	Maria Lúcia F. Coelho Campos	068.558.216-77	Vale Fertilizantes (S)	Ata 18.10.12		
	Antônio Reinaldo Caetano	160.212.406-00	ACA (T)	Termo Posse 08.12.10		
	Pedro Rodrigues Naves	084.413.321-34	FAEMG (S)	Termo Posse 08.12.10		
	Leocádio Alves Pereira	394.205.666-68	DMAE Uberlândia (T)	Ata 28.11.12		
	Marly Rodrigues Neves	628.506.796-15	SAE Araguari	Termo Posse		

			(S)	08.12.10		
Estatuto						
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		0	
			Extraordinárias		5	

Quadro - 74 - Quadro B.60.2.2 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2014	2013
Luiz Fernando Vilela Rezende	4	-	-
Mário Naves da Mota	4	-	-
Maria Lúcia Furtado Coelho Campos	4	-	-
Antônio Reinaldo Caetano	5	-	-
Pedro Rodrigues Naves	4	-	-
Leocádio Alves Pereira	4	-	-
Marly Rodrigues Neves	2	-	-
Neudon Veloso	-	-	-
Euclides Antônio Pereira de Lima	4	-	-
Armando Gallo Yahn Filho	2	-	-
Washington Luiz Assunção	3	-	-
Jorge Hermógenes	2	-	-
Mauro César Rodrigues	4	-	-
Pedro Ernesto Nasciutti	1	-	-

Fonte: ABHA

Quadro 75 - Quadro B.60.3 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA	
CNPJ		06.536.989/0001-39	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	-	Julho	R\$ 420.000,00
Fevereiro	-	Agosto	-
Março	-	Setembro	-
Abril	-	Outubro	-
Maio	-	Novembro	-
Junho	-	Dezembro	-
Total	-	Total	R\$ 420.000,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 76 - Quadro B.60.4 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Ronaldo Brandão Barbosa	426.225.146-20	Medicina Veterinária	Diretor Presidente Interino	Resolução CA-ABHA Nº 002/2012	16.11.12	12.03.15 (prorrogável)

Quadro 77 - Quadro B.60.5 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)				Exercício 2013		475.000
				Exercício 2012		660.000
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2014	-	-	3	63.722	-	-
2013	-	-	4	46.325	-	-

Fonte: ABHA

Quadro 78 - Quadro B.60.6 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	-Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 79 - Quadro B.60.7.1 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 13/02/2015	
Período de Referência	Data Início	01/01/2014
	Data Fim	31/12/2014
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2015	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão:	
▪ Concluída	▪ Aprovada	
▪ Em andamento	▪ Reprovada	
▪ Não iniciada	▪ Em exigência	

Quadro 80 - Quadro B. 60.7.2 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA			
CNPJ	06.536.989/0001-39			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício	No Exercício	Acumulado Até o Exercício*	
1.975.000,00	420.000,00	420.000,00	1.555.000,00	420.000,00
Meta				
Descrição da Meta**			não se aplica	
Meta do Exercício		Pactuada	não se aplica	

	Realizada	não se aplica
	% Realização	não se aplica
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2013	não se aplica
	2012	não se aplica

Fonte: Relatório de Execução - Ano base 2014/ABHA; Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Não incluídos os rendimentos financeiros e não considerado o desembolso pela Entidade Contratada.

** Não consta do Contrato de Gestão uma meta específica relacionada aos montantes anualmente repassados.

As metas do contrato de gestão estão relacionadas aos indicadores descritos no Quadro B.60.7.3.

Quadro 81 - Quadro B. 60.7.3 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - PLANEJAMENTO E REGISTRO DE ATIVIDADES	
Fórmula de Cálculo	1.1. Enviar Agenda Anual de Atividades; 1.2. Enviar Relatório Anual de Atividades (A - Enviar Relatório Anual de Atividades Parcial até 31 de julho do ano corrente; B - Enviar Relatório Anual de Atividades Final até 31 de dezembro do ano corrente); $NOTA\ PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta$; $0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período. $NOTA\ FINAL\ (NF) = NOTA\ PARCIAL\ (NP)$; $0 \leq NF \leq 10$	
Unidade de Medida	1.1 - Agenda enviada (sim/não); 1.2 - Relatório enviado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	1.1 AGENDA ANUAL DE ATIVIDADES: 1; 1.2 RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - A: 1; B: 1;	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fev/2015.
	2013	Não se aplica (indicador criado a partir do Primeiro Termo Aditivo ao contrato 006/ANA/12, de 19/12/2013);
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fev/2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS	
Fórmula de Cálculo	2.1 Cumprimento do calendário de reuniões Plenárias do CBH-Paranaíba 2.1 - A: Relação entre o número de reuniões realizadas e programadas 2.1 - B: Porcentagem de presença de membros (titulares ou em exercício da titularidade) nas reuniões em relação ao total 2.2 Cumprimento do calendário de reuniões Plenárias do CBH-Paranaíba 2.2 - A: Relação entre o número de reuniões realizadas e programadas 2.2 - B: Porcentagem de presença de membros nas reuniões em relação ao total 2.3 Cumprimento das Reuniões de Integração (participação da diretoria do CBH-Paranaíba, da diretoria dos CBHs de rios afluentes ao Paranaíba, dos Órgãos Gestores de GO, MG, DF e MS e da ANA)	

		2.4 Cumprimento das Reuniões de Acompanhamento, para avaliar as atividades do Contrato de Gestão e as ações do CBH-Paranaíba (participação da ABHA, Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do CBH-Paranaíba e diretoria do CBH-Paranaíba) 2.5 Realização de Seminário de Integração (com presença do CBH-Paranaíba e dos CBHs de rios afluentes ao Paranaíba) NOTA PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta; $0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período; NOTA FINAL = NF = S (NP * Peso) / Σ (Peso); $0 \leq NF \leq 10$'s
Unidade de Medida		2.1-A e 2.2-A: reuniões realizadas; 2.1-B e 2.2-B: % frequência dos membros; 2.3 e 2.4 - Reuniões cumpridas; 2.5 - Seminários Realizados
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2.1-A: 3; 2.1-B: 70%; 2.2-A: 4; 2.2-B: 60%; 2.3: 2; 2.4: 4; 2.5: 1.
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fev/2015.
	2013	Não se aplica (indicador criado a partir do Primeiro Termo Aditivo ao contrato 006/ANA/12, de 19/12/2013);
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fev/2015.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		3.1 AVALIAÇÃO PELOS MEMBROS DO CBH PARANAÍBA: A - Porcentagem de questionários respondidos por membros titulares ou suplentes em relação ao número total de membros titulares ; B - Verificação do resultado de pesquisa (0 a 10).; NOTA PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta; $0 \leq NP \leq 10$; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período. NOTA FINAL (NF) = NOTA PARCIAL (NP); $0 \leq NF \leq 10$
Unidade de Medida		3.1-A: % de questionários respondidos; 3.1-B: Nota atribuída (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3.1 - A: 60%; 3.1 - B: 9
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fev/2015.
	2013	Não se aplica (indicador criado a partir do Primeiro Termo Aditivo ao contrato 006/ANA/12, de 19/12/2013);
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fev/2015.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 – MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		4.1 Plano de Comunicação
		4.1 2014 - Elaborar Plano de Mobilização e Comunicação Social do CBH-Paranaíba
		4.1 2015 - Apresentar relatório de implementação do Plano de Comunicação, considerando o documento elaborado em 2014.
		4.2 Sítio eletrônico: nº de meses que os itens foram atualizados dentro do prazo previsto (apresentação de relatório mensal de atualizações realizadas)

	4.2.1 Itens a serem atualizados mensalmente na página eletrônica	
	4.2.1 a.: Calendário de reuniões (convocatórias disponibilizadas até 15 dias antes da reunião)	
	4.2.1 b.: Produtos das reuniões - atas, deliberações, etc. (até 7 dias úteis após a reunião, exceto Plenárias – 15 dias úteis)	
	4.2.1 c.: Composição do CBH Paranaíba, da Câmara Técnica de Planejamento Institucional e dos Grupos de Trabalhos – GTs (até 5 dias úteis após a comunicação oficial pelo substituído)	
	4.3 Boletim Eletrônico Trimestral: nº de meses que foi executado	
	4.4 Spots: elaboração e divulgação de spots institucionais, informativos ou educativos	
	4.5 Material Gráfico: Confeção de material gráfico, tais como banner, cartilha, folder e cartaz.	
	NOTA PARCIAL = NP = 10 * Resultado / Meta; $0 \leq NP \leq 10$; se Resultado > Meta então NP = 10, no período; se Meta = 0 então AC = 0 e Peso = 0, no período; NOTA FINAL = NF = S (NP * Peso) / Σ (Peso); $0 \leq NF \leq 10$	
Unidade de Medida	4.1 - Plano Elaborado; 4.2, 4.3 - Número de meses; 4.4 - Número de spots divulgados; 4.5 - Quantidade de materiais confeccionados;	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	4.1: 1; 4.2: 12; 4.3: 4; 4.4: 3; 4.5: 1	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fev/2015.
	2013	Não se aplica (indicador criado a partir do Primeiro Termo Aditivo ao contrato 006/ANA/12, de 19/12/2013);
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fev/2015.	

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/ABHA/TermoAditivo_ABHA_Assinado.pdf

Quadro 82 - Quadro B. 60.7.4 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA	
CNPJ	06.536.989/0001-39	
Resultados		
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício		Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício		-
Parecer da Comissão de Avaliação		Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação

	Preliminar
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão – CACG

Quadro 83 - Quadro B.60.9 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EMMADEIRA - DESCRICAO: FORMATO REDONDO, COM BASE EM METAL	Móvel	-	131,98	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não

POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO - MARCA: MARELLI	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO COM BRACOS - MARCA: MARELLI - SERIE: B	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COR CINZA	Móvel	-	162,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
TRANSCÉPTOR PARA FAC-SÍMILE - DESCRICAO: LASER - MARCA: BROTHER - MODELO: MFC7220 - SERIE: U61327G5J417889	Móvel	-	1574,12	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não

MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRIÇÃO: COM QUATRO GAVETAS	Móvel	-	1055,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMÍDIA - DESCRIÇÃO: PORTÁTIL - MARCA: SONY - MODELO: VPL-CS6 - SÉRIE: 41460	Móvel	-	7980,00	-	-	Não

Quadro 84 - Quadro B.60.9 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO MULTISSECTORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI - ABHA					
CNPJ	06.536.989/0001-39					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não

MESA PARA REUNIAO EMMADEIRA - DESCRICAO: FORMATO REDONDO, COM BASE EM METAL	Móvel	-	131,98	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO - MARCA: MARELLI	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO COM BRACOS - MARCA: MARELLI - SERIE: B	Móvel	-	99,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COR CINZA	Móvel	-	162,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: TECNO	Móvel	-	542,00	-	-	Não
TRANSCEPTOR PARA FAC-SIMILE - DESCRICAO: LASER - MARCA: BROTHER - MODELO: MFC7220 - SERIE: U61327G5J417889	Móvel	-	1574,12	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M	Móvel	-	330,00	-	-	Não

COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.						
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: NA COR CINZA, ESTRUTURA EM AÇO, COM 3 GAVETAS, MEDINDO: 1,25M LARGURA X 0,75M COMPRIMENTO X 0,75M ALTURA.	Móvel	-	330,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM QUATRO GAVETAS	Móvel	-	1055,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRICAO: PORTATIL - MARCA: SONY - MODELO: VPL-CS6 - SERIE: 41460	Móvel	-	7980,00	-	-	Não

Contrato de Gestão com o IBIO

Quadro 85 - Quadro B.60.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0001-25
Endereço	Rua Goethe nº75, Bairro Botafogo, CEP 22.281-020 Rio de Janeiro - RJ
Dirigente Máximo	Ricardo Alcantara Valory
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.

Regulament o da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011	
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.	
Informações do Contrato de Gestão		
Número	72/2011	
Data Celebração	26/10/2011	
Objeto	Alcance, pelo IBIO, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Agua na Bacia Hidrográfica do Rio Doce	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaIBIO_ContratoGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx	
Período de Vigência	Início	26/10/2011
	Fim	31/12/2015
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão
	Da Entidade	-
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$ 11.150,00
	Empregados	R\$ 6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 86 - Quadro B.60.2.1 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eleitos	Alexandre Gonçalves Fachin	742.991.900-68	Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Alysson Paulinelle	004.071.436-53	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Antônio Sérgio Alípio	781.773.918-87	Veracel Celulose S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Eliezer Batista da Silva	607.460.507-63	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017

	Erling Sven Lorentzen	021.948.307-82	Lorentzen Empreendimentos S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Ernst Brugger	-	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	João S. Campari Junior	105.869.588-60	The Nature Conservancy	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Julián Alberto Eguren	-	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - Usiminas	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Haakon Lorentzen	667.258.797-72	Lorentzen Empreendimentos S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Marcos Castrioto de Azambuja	128.638.581-49	Independente	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Paulo Eduardo Rocha Brant	204.271.236-15	Cenibra Celulose Nipo-Brasileira S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Renato Gomes Carneiro Filho	144.165.655-34	Veracel Celulose S/A	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
	Rubens Benini	280.050.228-24	The Nature Conservancy	Assembleia Geral Ordinária	09/04/2014	08/04/2017
Estatuto						
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício				Ordinárias	2	
				Extraordinárias	0	

Fonte: Instituto BioAtlântica, 28/01/2015

Quadro 87 - Quadro B.60.2.2 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2014	2013
Alexandre Gonçalves Fachin	-	-	-
Alysson Paulinelle	1	-	-
Antônio Sérgio Alípio	-	-	-
Eliezer Batista da Silva	1	-	-
Erling Sven Lorentzen	2	-	-
Ernst Brugger	-	-	-
João S. Campari Junior	1	-	-
Julián Alberto Eguren	-	-	-
Haakon Lorentzen	2	-	-
Marcos Castrioto de Azambuja	1	-	-
Paulo Eduardo Rocha Brant	2	-	-
Renato Gomes Carneiro Filho	1	-	-
Rubens Benini	1	-	-

Quadro 88 - Quadro B.60.3 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO	
CNPJ		05.112.703/0001-25	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)*			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	R\$ 48.127,69	Julho**	R\$ 1.384.155,48
Fevereiro	R\$ 1.307.682,89	Agosto	R\$ 1.926.502,10
Março	R\$ 641.406,06	Setembro	R\$ 970.610,94
Abril	R\$ 645.186,29	Outubro	R\$ -
Maiο	R\$ 24.564,74	Novembro	R\$ 676.694,60
Junho	R\$ -	Dezembro	R\$ 2.419.240,00
Total	R\$ 2.666.967,67	Total	R\$ 7.377.203,12

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2014/AcumuladaRioDoce_2014.pdf

* Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

** Incluído repasse adicional de recursos no valor de R\$ 405.000,00, conforme previsto no Contrato de Gestão.

Quadro 89 - Quadro B.60.4 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Gestão		Identificação da Entidade Contratada				
Nome		INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO				
CNPJ		05.112.703/0001-25				
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Ricardo Alcântara Valory	903.846.527-00	Engenharia Agrônômica	Pós-Graduado	Ata de Reunião de Diretoria do Instituto BioAtlância dia 15 de julho de 2014	15/07/2014	-

Edson de Oliveira Azevedo*	272.759.816-53	Engenharia Mecânica	Pós-Graduado	Ata de Reunião de Diretoria do Instituto BioAtlântica dia 14 de outubro de 2011	01/12/2011	-
----------------------------	----------------	---------------------	--------------	---	------------	---

Fonte: **Instituto BioAtlântica, 28/01/2015**

*Edson de Oliveira Azevedo atende também às responsabilidades e metas previstas no Contrato de Gestão ANA 072/2011, porém a remuneração é feita com os recursos repassados no âmbito do Contrato de Gestão IGAM 001/2011

Quadro 90 - Quadro B.60.5 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA- IBIO					
CNPJ	05.112.703/0001-25					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)				Exercício 2013*		7.146.901,79
				Exercício 2012*		3.696.126,41
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2014**	1	179.618,37	5	355.722,72	0	0,00
2014***	1	211.455,93	6	217.074,51	12	77.357,56
2013**	2	311.854,73	5	292.984,13	0	0,00
2013***	1	196.127,13	5	133.616,70	7	34.792,33

Fonte: **Instituto BioAtlântica, 28/01/2015**

*Repassa total da ANA incluído repasse adicional de recursos conforme previsto no Contrato de Gestão.

**Custeados com recursos do Contrato de Gestão ANA 072/2011. Considerando remuneração e vantagens de auxílio alimentação e a plano de saúde, conforme previsto na Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.

*** Custeados com recursos do Contrato de Gestão IGAM 001/2011. Considerando remuneração e vantagens de auxílio alimentação e a plano de saúde, conforme previsto na Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014.

Quadro 91 - Quadro B.60.6 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0001-25
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação	

Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 92 - Quadro B.60.7.1 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO	
CNPJ	05.112.703/0001-25	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 13/02/2015	
Período de Referência	Data Início	01/01/2014
	Data Fim	31/12/2014
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2015	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão:	
▪ Concluída	▪ Aprovada	
▪ Em andamento	▪ Reprovada	
▪ Não iniciada	▪ Em exigência	

Quadro 93 - Quadro B. 60.7.2 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO

CNPJ		05.112.703/0001-25		
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	9.823.721,00	10.044.170,79	22.145.586,81	11.517.829,35
Meta				
Descrição da Meta****			não se aplica	
Meta do Exercício		Pactuada	não se aplica	
		Realizada	não se aplica	
		% Realização	não se aplica	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores		2013	não se aplica	
		2012	não se aplica	

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2014/AcumuladaRioDoce_2014.pdf;
Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce (Informe CACG n.º 006/2014).

** Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce e parcela adicional de recursos conforme previsto no contrato de gestão.

*** Valor referente a repasses de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce (R\$ 18.882.199,29) e de recursos adicionais conforme previsto no contrato de gestão (R\$ 2.405.000,00).

**** Não consta do Contrato de Gestão uma meta específica relacionada aos montantes anualmente repassados. As metas do contrato de gestão estão relacionadas aos indicadores descritos no Quadro B.60.7.3.

Quadro 94 - Quadro B. 60.7.3 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA	
CNPJ	05.112.703/0001-25	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \frac{RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.

	2013	10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2012; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subsequentes, discriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \frac{\sum (NP * PESO)}{\sum (PESOS)}$	
Unidade de Medida	2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B: Relatório apresentado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	2A - 2; 2B - 1;	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	4,5
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C será atribuído um ponto para cada item disponibilizado da relação de itens constante do detalhamento do indicador. Para o indicador 3D, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \frac{\sum (NP * PESO)}{\sum (PESOS)}$	
Unidade de Medida	3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Item disponibilizado; 3-D: Nota atribuída;	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	3A - 35; 3B - 20	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador	Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	

Fórmula de Cálculo	Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; Para o indicador 4B, o resultado será calculado com a seguinte fórmula: número de boletos com recebimento confirmado x 10 (número de boletos gerados pela ana). $NP = 10 * \frac{RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	4-A: Meses; 4-B: %boletos recebidos	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	4A-12; 4B-10	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	5 - RECONHECIMENTO SOCIAL	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). ; $NP = 10 * \frac{RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	Nota (0 a 10);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	10	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	0
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	

fonte:http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaIBIO_ContratoGestao.aspx

Quadro 95 - Quadro B. 60.7.4 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO
CNPJ	05.112.703/0001-25
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Avaliação do exercício de 2014 não iniciada.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Foi constituida Comissão Processante, designada por meio da Portaria n.º 54/2014, em função de indícios de direcionamento em processo licitatório regulado pelo Ato Convocatório Coleta de Preços n.º 12/2012 (Processos n.º 02501.000608/2014-22 e n.º 02501.001692/2013-11).
Parecer da Comissão de Avaliação	Avaliação do exercício de 2014 não iniciada.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Avaliação do exercício de 2014 não iniciada.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 96 - Quadro B.60.8 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome		Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG					
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos		ANA					
Atribuições da Unidade Responsável		Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais					
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 97 - Quadro B.60.9 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO BIOATLÂNTICA - IBIO					
CNPJ	05.112.703/0001-25					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
MESA PARA MICROCOMPUTADOR - DESCRICAO: COM ACABAMENTO EM LAMINADO MELAMINICO	Móvel	-	0,01	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	536,00	-	-	Não

COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX						
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM METAL - MARCA: NIFLEX	Móvel	-	536,00	-	-	Não
TRANSCCEPTOR PARA FAC-SIMILE - MARCA: BROTHER - MODELO: INTELLIFAX 775 - SERIE: U60117J1K503013	Móvel	-	598,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA FORMATO REDONDO COM BASE EM METAL	Móvel	-	313,95	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - SERIE: MX1911Z24T	Móvel	-	1740,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRICAO: PORTATIL - MARCA: EPSON - MODELO: EMP-S1 - SERIE: FCHG393217F	Móvel	-	5490,00	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301281	Móvel	-	158,00	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301275	Móvel	-	158,00	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 300 VA, 115 V - MARCA: SMS - MODELO: REVOLUTION - SERIE: 15603483610	Móvel	-	158,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM	Móvel	-	215,00	-	-	Não

TECIDO - MARCA: RUNAPEL						
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO - MARCA: RUNAPEL	Móvel	-	215,00	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 805-S	Móvel	-	35,90	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: ITAUTEC - MODELO: SW500E - SERIE: 2388T15581C31006608	Móvel	-	389,75	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . -	Móvel	-	2470,25	-	-	Não

DESCRICAO: PROCESSADOR: 3.06 GHZ 775 PINOS; MEMORIA: 1 GB (2 X 512MB DDR 400); PLACA MÃE COM SOM E REDE ONBOARD; PLACA DE VIDEO 128MB PCIE; HD 80GB 7200 RPM SATA. COM GRAVADOR DE DVD. - MARCA: ITAUTEC - MODELO: G5667 - SERIE: G566701800121						
IMPRESSORA LASER - DESCRICAO: COLOR - MARCA: HP - MODELO: LASERJET 1500L - SERIE: CNGGD08005	Móvel	-	3000,00	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: 18000 BTUS - MARCA: LG - SERIE: 312KA00547	Móvel	-	1485,00	-	-	Não
PROJETOR MULTIMIDIA - DESCRICAO: PORTATIL - MARCA: SONY - MODELO: VPL-DS100 - SERIE: 12881	Móvel	-	7722,00	-	-	Não
UNIDADE LEITORA E GRAVADORA DE CD- ROM - DESCRICAO: EXTERNA - MARCA: LG - MODELO: VIPOWER	Móvel	-	339,00	-	-	Não
SCANNER DE MESA - MARCA: HP - MODELO: SCANJET 3770 - SERIE: CN468AS080	Móvel	-	479,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: M725 - MARCA: DELL - MODELO: LATITUDE 110L - SERIE: 7Z1GK81	Móvel	-	4476,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835614	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXBA128658N	Móvel	-	293,39	-	-	Não

MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXAA101947E	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: POSITIVO - MODELO: PO15L105 - SERIE: LB15HXBA127803W	Móvel	-	293,39	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835608	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 835543	Móvel	-	1807,23	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SERIE: BRC705B16W	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SERIE: BRC702B1DF	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: LCD DE 17" - MARCA: HP - MODELO: L176V - SERIE: BRC702B1D8	Móvel	-	860,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164531. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SERIE: BRB71003HW	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N°	Móvel	-	2110,00	-	-	Não

1164592. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SERIE: BRB71003JO						
MICROCOMPUTADOR . - DESCRICAO: ATHLON 64, 3500 + (2.0 GHZ) 80 GB, 1 GB DE MEMÓRIA, 16 X, DVD +/- RW. LACRE N° 1164586. - MARCA: HP - MODELO: DC 5750 - SERIE: BRB71003H7	Móvel	-	2110,00	-	-	Não
DISCO RIGIDO (HD) - EXTERNO - DESCRICAO: DE 300 GB - MARCA: SAMSUNG - MODELO: UHD 2311	Móvel	-	565,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS, COR CINZA - MARCA: BELLALINEA	Móvel	-	510,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR - DESCRICAO: AMD ATHLON DUAL CORE 2.1 GHZ, 2GB RAM, 667MHZ, SDRAM, DVD/RW 16X, 160GB. LACRE N° 000070. - MARCA: DELL - MODELO: OPTIPLEX 740 - SERIE: 9DX3WH1	Móvel	-	1822,13	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO - DESCRICAO: LCD DE 19" WIDESCREEN, BI-VOLT, COM AJUSTE DE ALTURA, RESOLUÇÃO 1280X1024 PONTOS. ANTIRREFLEXIVO E ANTIESTATICO. - MARCA: DELL - MODELO: 1908FPC - SERIE: BR-OG444H- 70713-89M-OV6U	Móvel	-	887,87	-	-	Não
ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRICAO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITORIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXAO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITORIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,33	-	-	Não
ESTAÇÃO DE TRABALHO -	Móvel	-	463,33	-	-	Não

DESCRICAO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITORIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXAO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITORIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.						
ESTAÇÃO DE TRABALHO - DESCRICAO: EM " L", NA COR CINZA, COMPOSTA DE MESA PARA ESCRITORIO 1,00X0,66X0,75 CM, COM TECLADO REBAIXADO, CONEXAO ARREDONDADA 0,68X0,68, MESA PARA ESCRITORIO 1,40X0,66X0,75 COM 02 GAVETAS.	Móvel	-	463,34	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 03 PRATELEIRAS NA COR CIZA MEDINDO 980MMX925MMX300MM.	Móvel	-	70,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 03 PRATELEIRAS NA COR CIZA MEDINDO 980MMX925MMX300MM.	Móvel	-	70,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: COM 06 PRATELEIRAS COM REGULAGEM MEDINDO 2,00MM0X90MMX0,30MM.	Móvel	-	140,00	-	-	Não
MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA,	Móvel	-	195,00	-	-	Não

FORMATO REDONDO.						
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,66	-	-	Não

CADEIRA UNIVERSITARIA - DESCRICAO: COM PRANCHETA.	Móvel	-	98,76	-	-	Não
CONDICIONADOR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO "JANELA" COM 7.500 BTUS 220 VOLTS.	Móvel	-	935,00	-	-	Não
CONDICIONADOR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO "SPLIT" COM 18.000 BTUS 220 VOLTS.	Móvel	-	2776,00	-	-	Não
PURIFICADOR DE AGUA - DESCRICAO: COM COMPRESSOR E SUPORTE CONTENDO CONEXAO HIDRAULICA INTERNA ATOXICA, DUAS TORNEIRAS, RESERVATORIO DE AGUA GELADA COM CAPACIDADE PARA 1,4 LITROS, POTENCIA MINIMA 110W/TENSAO E 127V.	Móvel	-	465,00	-	-	Não
LONGARINA EM METAL - DESCRICAO: COM 03 LUGARES ESTOFADA COM ESPUMA INJETADA E COM REVESTIMENTO EM TECIDO.	Móvel	-	98,66	-	-	Não
CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 8202562811 - PLACA: JJU1021 - CHASSI: 8AFER13P2AJ285976 - RENAVAL: 195324706 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	Móvel	-	54316,50	-	-	Não
GPS DE NAVEGAÇÃO - DESCRICAO: PARA NAVEGAÇÃO - MARCA: GARMIN - MODELO: 76S - SERIE: 17921651	Móvel	-	603,80	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SEM FIO - DESCRICAO: COM SECRETARIA ELETRONICA EM PORTUGUES E IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. - MARCA:	Móvel	-	132,55	-	-	Não

INTELBRAS - MODELO: LUMI VOICE - SERIE: SA0911120171						
FILMADORA DIGITAL - DESCRICAO: PORTATIL. ACESSORIOS: CABOS USB E TV, CARREGADOR DE BATERIA E BATERIA SONY. - MARCA: SONY - MODELO: DSC-68 - SERIE: 1153955	Móvel	-	540,50	-	-	Não
CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL - DESCRICAO: LCD DE 2.7 E RESOLUÇÃO DE 14.1 MEGA PIXELS - MARCA: SONY - MODELO: W-320 - SERIE: 6710324	Móvel	-	240,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 2 PORTAS E 3 PRATELEIRAS MEDINDO: 90 X 160 X 40CM (LAP) - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	318,46	-	-	Não
ARQUIVO EM ACO - DESCRICAO: PARA PASTA SUSPENSA COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não
ARQUIVO EM ACO - DESCRICAO: PARA PASTA SUSPENSA COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não

ARQUIVO EM ACO - DESCRICAO: PARA PASTA SUSPensa COM 4 GAVETAS MEDINDO: 71 X 134 X 47CM (LAP) - MARCA: NOBRE MOVEIS	Móvel	-	352,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA - DESCRICAO: SEM BRAÇO. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	62,46	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA PARA DIGITADOR - DESCRICAO: ESTOFADA COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	79,77	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRICAO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
POLTRONA GIRATORIA	Móvel	-	147,20	-	-	Não

ESPALDAR ALTO - DESCRICAO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO						
POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO - DESCRICAO: ESTOFADA, TIPO PRESIDENTE, COM BRAÇOS. - MARCA: SHOPPING DO ESCRITORIO	Móvel	-	147,20	-	-	Não
TELA PARA PROJECAO - DESCRICAO: RETRATIL COM TRIPE, MEDE.: 1,80M X 1,80M.	Móvel	-	252,52	-	-	Não
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - DESCRICAO: LASER COLOR. RESOLUCAO IMPRESSAO 600 X 600 DPI. RESOLUCAO DIGITALIZACAO 1200 X 1200 DPI. - MARCA: HP - MODELO: CC431A - SERIE: BRFB4P22L	Móvel	-	528,75	-	-	Não
MESA PARA RETROPROJETOR - DESCRICAO: /DVD, PES EM ALUMINIO E PECAS EM ACO DE CARBONO ZINCADO, DIMENSOES: 34X14X45CM, (LAP) - MARCA: PROJETELAS - MODELO: PRATIC	Móvel	-	306,25	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) INTEL CORE 2 DUO - DESCRICAO: 2.13 GHZ, MEMORIA 4 GB DDR2, HD 500 GB, GRAVADOR DE DVD, TELA 16.4" HIGH DEFINITION E WEB CAM INTEGRADA. - MARCA: SONY - MODELO: VGN- FW518J/B - SERIE: 275050383001562	Móvel	-	857,25	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTUS. VOLTAGEM 220V - MARCA: LG	Móvel	-	1254,40	-	-	Não
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - DESCRICAO: FUNÇÕES: FLASH, MUTE E REDISCAR. - MARCA: INTELBRAS - MODELO:	Móvel	-	32,10	-	-	Não

PREMIUM - SERIE: TF10041200527						
APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - DESCRICAO: FUNÇÕES: FLASH, MUTE E REDISCAR. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: PREMIUM - SERIE: TF10062100033	Móvel	-	32,10	-	-	Não
MESA TELEFONICA PABX - DESCRICAO: ALIMENTAÇÃO: 100 / 127 V OU 220 V - 50 OU 60 HZ, CONFIGURAÇÃO MÁXIMA: 2 LINHAS E 8 RAMAIS E POTÊNCIA MÁXIMA 24 W. - MARCA: INTELBRAS - MODELO: 2X8 - SERIE: CE0909210188	Móvel	-	545,11	-	-	Não
CONDICIONADOR DE AR DE TETO (SPLIT) - DESCRICAO: 30.000 BTUS E 220 VOLTS. - MARCA: ELGIN - MODELO: SRF/Q- 30000-2 - SERIE: I.O 3509	Móvel	-	2438,43	-	-	Não
MESA PARA NOTEBOOK - DESCRICAO: ARTICULADA E FLEXIVEL. - MARCA: PANDIN - MODELO: MAN915	Móvel	-	177,11	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: HORIZONTAL, COM 2 PORTAS E 3 GAVETAS - MARCA: PANDIN - MODELO: DUNNA	Móvel	-	365,75	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não

DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE						
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,01	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	37,08	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,76	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
PERSIANA VERTICAL - DESCRICAO: EM TECIDO JUTA NA COR BEGE	Móvel	-	33,73	-	-	Não
CAPOTA EM FIBRA - DESCRICAO: COM VIDROS LATERAIS TEMPERADOS DE 5MM E TAMPA TRASEIRA COM	Móvel	-	644,00	-	-	Não

TRANCA.						
PROTECTOR DE CACAMBA - DESCRICAO: PARA CAMINHONETE FORD RANGER CABINE DUPLA.	Móvel	-	149,80	-	-	Não
ESTRIBO TUBULAR - DESCRICAO: EM AÇO CROMADO PARA CAMINHONETE FORD RANGER CABINE DUPLA.	Móvel	-	201,60	-	-	Não
SUPORTE VEICULAR - DESCRICAO: PARA GPS.	Móvel	-	60,34	-	-	Não
GRAVADOR DIGITAL - DESCRICAO: MINI GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL, COM MEMÓRIA INTERNA DE 1G, VISOR LCD, ATIVAÇÃO POR VOZ., ENTRADA PARA MICROFONE E SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO. - MARCA: COBY - MODELO: CX R190-1G	Móvel	-	92,85	-	-	Não
GRAVADOR DIGITAL - DESCRICAO: MINI GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL, COM MEMÓRIA INTERNA DE 1G, VISOR LCD, ATIVAÇÃO POR VOZ., ENTRADA PARA MICROFONE E SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO. - MARCA: COBY - MODELO: CX R190-1G	Móvel	-	92,85	-	-	Não

Contrato de Gestão com AGB Peixe vivo

Quadro 98 - Quadro B.60.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Endereço	Rua dos Carijós, 166 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30120-060

Dirigente Máximo	Célia Maria Brandão Fróes	
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.	
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011	
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.	
Informações do Contrato de Gestão		
Número	14/2010	
Data Celebração	30/06/2010	
Objeto	Alcance, pela PEIXE VIVO, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Agua na Bacia Hidrografica do Rio São Francisco.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AGBPeixeVivo_ContratoGestao.aspx; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx	
Período de Vigência	Início	30/06/2010
	Fim	31/12/2015
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rio São Francisco e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão
	Da Entidade	-
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$ 11.150,00
	Empregados	R\$ 6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

*Limites estipulados pela Resolução ANA nº 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 99 - Quadro B.60.2.1 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Usuários de Recursos Hídricos *	Leonardo Guimarães Ribeiro	027.907.309-70	ARCELOR MITTAL BRASIL S.A	Não se aplica	2013	2016
	Maria Helena Gomes Pereira Fonseca	588.556.296-20	USIMINAS - USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A	Não se aplica	2013	2016
	Valter Vilela Cunha	123.365.646-53	COPASA	Não se aplica	2013	2016
	Tales Heliodoro Viana	270.278.646-49	COPASA	Não se aplica	2013	2016
	Renato Júnio	778.306.446-	CEMIG	Não se aplica	2013	2016

	Constâncio	91				
	Márcio Alvarenga Miranda	319.970.316-04	CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA	Não se aplica	2013	2016
	Antônio Tarcizo de Andrade Silva	070.672.676-68	PLANTAR S.A.	Não se aplica	2013	2016
	Eduardo Gonçalves de Araújo	058.567.186-90	LIASA - LIGAS DE ALUMÍNIO S.A	Não se aplica	2013	2016
	Celso Scalabrini Costa	238.778.201-15	ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA.	Não se aplica	2013	2016
	Carlos Diniz Murta Filho	659.850.526-72	FERROUS RESOURCES S.A	Não se aplica	2013	2016
	João Carlos de Melo	007.878.096-91	IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO	Não se aplica	2013	2016
	Vitor Márcio Nunes Feitosa	937.646.348-04	SINDIEXTRA - SINDICATO DA INDÚSTRIA MINERAL	Não se aplica	2013	2016
Da Sociedad e Civil	Hilda de Paiva Bicalho	150.192.256-49	AMBIENTAL PIEDADE	Não se aplica	2013	2016
	Wander José da Costa	054.583.666-20	FEAMA - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, ASSISTENCIAL E DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	Não se aplica	2013	2016
	Ademir Martins Bento	108.642.966-49	SOPROGER - SOCIEDADE PRÓ - MELHORAMENTO DO BAIRRO SÃO GERALDO	Não se aplica	2013	2016
	Simone Alvarenga Borja Bottrel	486.643.596-87	PROCITTÁ	Não se aplica	2013	2016
	Francisca de Paula	631.255.796-00	ADAO - ARTES E OFÍCIOS	Não se aplica	2013	2016
	Weber Coutinho	199.881.096-87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RECUPERAÇÃO DA BACIA DA PAMPULHA	Não se aplica	2013	2016
	José Nelson de Almeida Machado	070.101.686-87	ARCA AMA SERRA	Não se aplica	2013	2016
	Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado	257.670.706-87	SOS RIO DAS VELHAS - INSTITUTO GUAICUY	Não se aplica	2013	2016
Eleitos	Não se aplica	-	-	Não se aplica	-	-
Estatuto	Não se aplica	-	-	Não se aplica	-	-
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		3	
			Extraordinárias		0	

Fonte: 6ª Alteração do Estatuto Social da AGB Peixe Vivo (disponível para acesso no link: <http://www.agbpeixevivo.org.br/index.php/a-agb/regulamentacao/estatuto-agb.html>)

Quadro 100 - Quadro B.60.2.2 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2014	2013

Ronaldo Pereira da Silva (CF e AG)	3	240,00	160,00
Francisca de Paula Martins (CA e AG)	1	80,00	0,00
Tarcísio de Paula Cardoso (CF e AG)	4	320,00	160,00
Célia Regina Alves Renno (CF e AG)	2	160,00	160,00
Simone Alvarenga Borja (CA e AG)	0	0,00	80,00
Ademir Martins Bento (CA e AG)	0	0,00	80,00
Hilda de Paiva Bicalho (CA e CF AG)	4	6000,00	3080,00

Fonte: Prestação de Contas Anual - AGB Peixe Vivo

CF.: Conselho Fiscal; CA.: Conselho de Administração; AG: Assembleia Geral

Nota explicativa: A conselheira Hilda de Paiva Bicalho é membro do Conselho de Administração e fornece apoio administrativo aos dois conselhos.

Todos os conselheiros compõem a Assembleia Geral da AGB Peixe Vivo.

Quadro 101 - Quadro B.60.3 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO		
CNPJ		09.226.288/0001-91	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)*			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	R\$ -	Julho	R\$ 958.675,22
Fevereiro**	R\$ 15.536.537,03	Agosto	R\$ 608.396,22
Março	R\$ 768.529,48	Setembro	R\$ 3.064.801,42
Abril	R\$ 704.206,56	Outubro	R\$ -
Maio	R\$ 776.946,02	Novembro	R\$ 731.312,06
Junho	R\$ -	Dezembro	R\$ 2.302.512,04
Total	R\$ 17.786.219,09	Total	R\$ 7.665.696,96

Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2014/AcumuladaSF_2014.pdf

* As valores correspondem ao montante arrecadado com cobrança pelo uso de recursos hídricos

** Incluída uma parcela de recursos adicionais no valor de R\$ 600.000,00, referente ao exercício de 2013, conforme previsto no Contrato de Gestão

Quadro 102 - Quadro B.60.4 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada	

Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Alberto Simon Schvartzman	228.935.206-34	Engenharia	Doutorado	Não se aplica	03/09/2010	Atualmente no cargo
Ana Cristina da Silveira	790.270.596-91	Biologia	Especialização	Não se aplica	04/08/2010	Atualmente no cargo
Berenice Coutinho Malheiros dos Santos	150.856.196-68	Biologia	Especialização	Não se aplica	10/02/2011	Atualmente no cargo
Célia Maria Brandão Fróes	463.217.646-04	Engenharia	Mestrado	Não se aplica	03/09/2010	Atualmente no cargo

Quadro 103 - Quadro B.60.5 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)				Exercício 2013		49.847.259,47
				Exercício 2012		62.897.029,00
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2014	4	689.364,02	11	523.460,16	7	47.075,60
2013	3	661.605,15	15	535.268,65	9	43.253,51

Fonte: AGB Peixe Vivo

Quadro 104 - Quadro B.60.6 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO					
CNPJ	09.226.288/0001-91					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 105 - Quadro B.60.7.1 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO	
CNPJ	09.226.288/0001-91	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 13/02/2015	
Período de Referência	Data Início	01/01/2014
	Data Fim	31/12/2014
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2015	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão:	
▪ Concluída	▪ Aprovada	
▪ Em andamento	▪ Reprovada	
▪ Não iniciada	▪ Em exigência	

Quadro 106 - Quadro B. 60.7.2 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO- AGB PEIXE VIVO			
CNPJ	09.226.288/0001-91			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rio São Francisco e recursos adicionais previstos no Contrato de Gestão	22.942.082,00	25.451.916,05	99.212.210,32	22.511.985,05
Meta				
Descrição da Meta****			não se aplica	
Meta do Exercício		Pactuada	não se aplica	
		Realizada	não se aplica	

	% Realização	não se aplica
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2013	não se aplica
	2012	não se aplica

Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2014/AcumuladaSF_2014.pdf;
Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG.

*Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do São Francisco (Informe CACG n.º 006/2014).

** Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e repassados à Entidade contratada.

***Valor referente a repasses de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (R\$ 95.612.210,32) e de recursos adicionais previstos no contrato de gestão (R\$ 3.600.000,00).

**** Não consta do Contrato de Gestão uma meta específica relacionada aos montantes anualmente repassados. As metas do contrato de gestão estão relacionadas aos indicadores descritos no Quadro B.60.7.3.

Quadro 107 - Quadro B. 60.7.3 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO	
CNPJ	09.226.288/0001-91	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	9,8
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2012; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subsequentes, descriminados no detalhamento do indicador. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	2-A: Plano Elaborado (sim/não); Relatório Apresentado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	2A - 2;	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	

Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. NP= 10 * RESULTADO / META $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 35; 3B - 20; 3C-1;
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; . NP = 10 * RESULTADO / META $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Meses
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4A-12;
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 – valor apurado será igual à média calculada; ; NP = 10 * RESULTADO / META $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10
Resultado do	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.

Indicador	2013	9
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	

fonte: http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AGBPeixeVivo_ContratodeGestao.aspx

Quadro 108 - Quadro B. 60.7.4 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 109 - Quadro B.60.8 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome		Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG					
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos		Agência Nacional de Águas - ANA					
Atribuições da Unidade Responsável		Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais					
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 110 - Quadro B.60.9 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO
CNPJ	09.226.288/0001-91
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada	

Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA - DESCRICAO: FORMATO OVAL, COM BASE EM METAL	Móvel	-	811,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
POLTRONA TIPO MODULO EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL COM ESTRUTURA EM MADEIRA - MARCA: TECNO	Móvel	-	660,00	-	-	Não
MESA DE APOIO PARA IMPRESSORA E FAX - DESCRICAO: EM MADEIRA NA COR CINZA.	Móvel	-	264,50	-	-	Não
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM - DESCRICAO: POTENCIA NOMINAL DE ENTRADA 600 VA / SAIDA 600 WATTS - MARCA: ENERMAX - MODELO: EXS PERSONAL IT - SERIE: 2E1030301251	Móvel	-	158,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não

MARCA: CADEROTE						
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,90 ALTURA	Móvel	-	750,00	-	-	Não
ARMARIO-ESTANTE EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM PORTA, MED. 1,50 ALTURA	Móvel	-	420,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARQUIVO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 04 GAVETAS	Móvel	-	360,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM AÇO - DESCRICAO: COM 03 PRATELEIRAS, MED. 1,70 ALTURA	Móvel	-	350,00	-	-	Não
GAVETEIRO VOLANTE EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 03 GAVETAS	Móvel	-	320,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
CADEIRA FIXA EM TECIDO - DESCRICAO: COR AZUL	Móvel	-	95,00	-	-	Não
REFRIGERADOR TIPO FRIGOBAR - DESCRICAO: CAPACIDADE 80 LITROS. - MARCA: CONSUL	Móvel	-	644,00	-	-	Não

APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - MARCA: SIEMENS - MODELO: EUROSET 3005 - SERIE: E05D84105328	Móvel	-	48,00	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não
ESTANTE EM ACO - DESCRICAO: , COR CINZA COM 06 PRATELEIRAS, MED. 1,98X1,04X0,33 CM. - MARCA: PANDIN - MODELO: EBS	Móvel	-	389,92	-	-	Não

Contrato de Gestão com a Agência PCJ

Quadro 111 - Quadro B.60.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Endereço	Endereço: Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Racz Center - CEP 13416-901 - Piracicaba/SP
Dirigente Máximo	Sérgio Razera
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações do Contrato de Gestão	
Número	03/2011

Data Celebração	24/01/2011	
Objeto	Alcance, pela AGÊNCIA PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaPCJ_ContratoGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx	
Período de Vigência	Início	24/01/2011
	Fim	31/12/2020
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.
	Da Entidade	-
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)**	Dirigentes	R\$ 11.150,00
	Empregados	R\$ 6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

* Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 112 - Quadro B.60.2.1 – Relação de membros do Conselho Deliberativo

Membros do Conselho Deliberativo						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Tabir Pirajá de Macedo Filho	078.848.048-08	Secretaria da Fazenda	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Gabriel Chamma Júnior	349.837.089-87	Secretaria de Planejamento	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Egberto da Fonseca Casazza	102.117.427-08	Secretaria de Meio Ambiente	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Daniel Jesus de Lima	324.522.878-30	Secretaria de Energia	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Luiz Roberto Moretti	050.955.278-12	Secretaria de Saneamento e Rec Hídric	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Hélio Rubens G. Figueiredo	627.129.268-20	Sabesp	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Thiago Silvério da Silva	288.542.248-39	P.M. de São Pedro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do	11/11/2013	11/11/2015

				Conselho Deliberativo em 11/11/2013		
	Maria das Graças Martini	137.722.388-40	P.M. de Jundiá	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Clara Geromel	252.463.118-48	P. M. de Morungaba	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Geraldo Gonçalves Pereira	019.108.328-39	P.M.de Rio Claro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Michele Consolmagno	294.244.298-00	P. M. de Vargem	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Vlamir Augusto Schiavuzzo	016.410.018-01	P.M. de Piracicaba	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
Da Sociedade Civil	Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi	714.142.408-30	Rotary International-D4590	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Waldemar Bobbo	008.171.718-00	IPSA	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Francisco Carlos Castro Lahóz	049.386.888-75	Consórcio PCJ	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Jonas Vitti	042.542.758-70	CIESP – DR Limeira	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Luís Fernando Amaral Binda	064.475.068-50	Sindicato Rural de Campinas	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
	Hugo Marcos Piffer Leme	015.968.878-77	ASSEMAE	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		1	
			Extraordinárias		2	

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 113 - Quadro B.60.2.2 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2014	2013
Tabir Pirajá de Macedo Filho	3	0,00	0,00

Gabriel Chamma Júnior	3	0,00	0,00
Egberto da Fonseca Casazza	2	0,00	0,00
Daniel Jesus de Lima	3	0,00	0,00
Luiz Roberto Moretti	2	0,00	0,00
Hélio Rubens G. Figueiredo	2	0,00	0,00
Thiago Silvério da Silva	0	0,00	0,00
Maria das Graças Martini	3	0,00	0,00
Clara Geromel	0	0,00	0,00
Geraldo Gonçalves Pereira	3	0,00	0,00
Michele Consolmagno	3	0,00	0,00
Vlamir Augusto Schiavuzzo	1	0,00	0,00
Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi	3	0,00	0,00
Waldemar Bobbo	3	0,00	0,00
Francisco Carlos Castro Lahóz	2	0,00	0,00
Jonas Vitti	3	0,00	0,00
Luís Fernando Amaral Binda	2	0,00	0,00
Hugo Marcos Piffer Leme	3	0,00	0,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 114 - Quadro B.60.3 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada			
Nome		FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ	
CNPJ		11.513.961/0001-16	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	R\$ 1.493.564,15	Julho	R\$ 2.096.467,61
Fevereiro	R\$ 281.569,79	Agosto	R\$ 4.145.269,55
Março	R\$ 130.721,09	Setembro	R\$ 2.086.199,00
Abril	R\$ 265.951,60	Outubro	R\$ -
Maiο	R\$ 3.115,59	Novembro	R\$ 2.106.183,36
Junho	R\$ -	Dezembro	R\$ 5.890.270,90
Total	R\$ 2.174.922,22	Total	R\$ 16.324.390,42

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 115 - Quadro B.60.4 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada	

Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Sergio Razera	015.929.298-00	Economia	Diretor-Presidente	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi	325.062.778-03	Engenharia Civil	Diretora Técnica	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015
Ivens de Oliveira	110.166.178-01	Economia	Diretor Administrativo e Financeiro	Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo em 11/11/2013	11/11/2013	11/11/2015

Quadro 116 - Quadro B.60.5 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)			Exercício 2013		21.468.323,05	
			Exercício 2012		22.263.709,99	
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2014	3	323.239,67	13	639.181.80	0	0,00
2013	3	302.093,13	13	647.873,70	0	0,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira - Fundação Agência das Bacias PCJ

Quadro 117 - Quadro B.60.6 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 118 - Quadro B.60.7.1 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ	
CNPJ	11.513.961/0001-16	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 13/02/2015	
Período de Referência	Data Início	01/01/2014
	Data Fim	31/12/2014
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2015	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise: ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada	**Decisão: ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência	

Quadro 119 - Quadro B. 60.7.2 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ			
CNPJ	11.513.961/0001-16			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.	19.947.326,00	18.499.312,64	144.433.855,82	19.457.230,82
Meta				

Descrição da Meta****		não se aplica
Meta do Exercício	Pactuada	não se aplica
	Realizada	não se aplica
	% Realização	não se aplica
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2013	não se aplica
	2012	não se aplica

Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2014/AcumuladaPCJ_2014.pdf;
Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG.

*Valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Informe CACG n.º 006/2014).

** Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e repassados à Entidade contratada.

***Valor referente a repasses dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá desde 2006..

**** Não consta do Contrato de Gestão uma meta específica relacionada aos montantes anualmente repassados. As metas do contrato de gestão estão relacionadas aos indicadores descritos no Quadro B.60.7.3.

Quadro 120 - Quadro B. 60.7.3 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Quadro 126 - Quadro B. 00.7.3 - Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados		
Identificação da Entidade Contratada		
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ	
CNPJ	11.513.961/0001-16	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual nos exercícios de 2012 e 2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios de 2013 a 2020, discriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a Resolução CNRH publicada. Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Relatório. $NP = \frac{10 * RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	

Unidade de Medida		2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B: Aprovação do enquadramento pelo CNRH (sim/não); 2-C: Relatório apresentado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		2A - 2; 2B - 1; 2C - 0;
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 35; 3B - 35; 3C - 1
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; Para o indicador 4B, será atribuído 1 (um) ponto para a apresentação do Relatório. $NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		4A-Meses; 4-B-Cadastro atualizado (sim/não);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		4A-12; 4B-1
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL

Fórmula de Cálculo		Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros dos Comitês PCJ, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 – valor apurado será igual à média calculada ; NP = 10 * RESULTADO / META $0 \leq NP \leq 10$; NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.

fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PCJ/PCJ_1_TA.pdf

Quadro 121 - Quadro B. 60.7.4 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ
CNPJ	11.513.961/0001-16
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	-
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 122 - Quadro B.60.8 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável			
Nome	Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG		
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	Agência Nacional de Águas - ANA		
Atribuições da Unidade Responsável	Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais		
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão*			
Direção e Assessoramento	Cargo Efetivo sem Função ou Comissão	Estagiários	Terceirizados

Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 123 - Quadro B.60.9 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - FUNDAÇÃO PCJ					
CNPJ	11.513.961/0001-16					
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada						
Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711235	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 MHZ E TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: MPP191445928AB	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: MPP1914425873AB	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010509488	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E	Móvel	-	3341,10	-	-	Não

MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144259						
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711003	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 14 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010710537	Móvel	-	341,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144258	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 933 TECLADO E MOUSE - MARCA: ACER - MODELO: VERITON 7100 - SERIE: VT7107MPP19144260	Móvel	-	3341,10	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 15 POLEGADAS - MARCA: ACER - MODELO: SW560N - SERIE: AC56010711762	Móvel	-	400,00	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY28H3Y1BX	Móvel	-	150,00	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY28G3Y2S9	Móvel	-	150,00	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 3420 - SERIE: MY2873Y1N5	Móvel	-	150,00	-	-	Não

Contrato de Gestão com a AGEVAP

Quadro 124 - Quadro B.60.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	Agência Nacional de Águas
UG SIAFI	44205
Atribuições da UJ Contratante do CG	Descritas na Cláusula Terceira, inciso II, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01

Endereço	Rua Elza da Silva Duarte, nº 48 (loja 1A) - Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005		
Dirigente Máximo	André Luis de Paula Marques		
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	A Entidade Contratada enquadra-se no rol daquelas consideradas organizações civis de recursos hídricos, no âmbito da Lei n.º 9.433/1997 (artigo 47). A Lei n.º 10.881/2004 autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433/1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei.		
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	Resolução ANA n.º 552, de 8 de agosto de 2011		
Atribuições da Entidade Contratada	Descritas na Cláusula Terceira, inciso I, do Contrato de Gestão n.º 006/2012/ANA.		
Informações do Contrato de Gestão			
Número	14/2004		
Data Celebração	01/09/2004		
Objeto	Alcance, pela AGEVAP, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento de contrato, no exercício das funções de Agência de Agua na Bacia Hidrografica do Rio Paraíba do Su!		
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciaAGEVAP_ContratoGestao.aspx ; http://hidroweb.ana.gov.br/consultanet/ContratosI.aspx		
Período de Vigência	Início	01/09/2004	
	Fim	30/06/2016	
Valor Global (R\$ 1,00)	Da UJ	Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.	
	Da Entidade	-	
Limite para Remuneração (R\$ 1,00)*	Dirigentes	R\$	11.150,00
	Empregados	R\$	6.690,00

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

* Limites estipulados pela Resolução ANA n.º 2018, de 15 de dezembro de 2014.

Quadro 125 - Quadro B.60.2.1 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim

Poder Público	Friedrich Wilhelm Herms	746.172.657-91	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 16/08/2011	03/10/2011	03/10/2015
	Dirceu Miguel Brandão Falce	180.982.666-72	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2014	03/10/2018
Da Sociedade Civil	Paulo Teodoro de Carvalho	042.142.006-59	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2014	03/10/2018
	Juarez de Magalhães	779.348.497-53	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2013	03/10/2013	03/10/2017
Eleitos	Alexandre Vinícius Vieira da Rosa	042.142.006-59	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 02/10/2014	03/10/2013	03/10/2017
Estatuto	Sueleide Silva Prado	050.945.028-83	Art. 15. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral, dentre Associados ou não.	Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP - 20/10/2013	03/10/2013	02/09/2014
Quantidade de Reuniões do Conselho no exercício			Ordinárias		3	
			Extraordinárias		7	

Fonte: Diretoria Administrativo-Financeira

Quadro 126 - Quadro B.60.2.2 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2014	2013
Friedrich wilhelm herms	9	7.121,28	10.984,56
Dirceu miguel brandão falce	8	7.121,28	10.984,56
Paulo teodoro de carvalho	10	7.121,28	10.984,56
Juarez de magalhães	10	7.121,28	10.984,56
Alexandre vinicius vieira da rosa	2	1.186,88	-
Sueleide silva prado	6	5.934,40	10.984,56

Fonte: Diretoria Administrativo-financeira

Quadro 127 - Quadro B.60.3 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Identificação da Entidade Contratada					
Nome		ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP			
CNPJ		05.422.000/0001-01			
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)					
No Primeiro Semestre			No Segundo Semestre		
Janeiro	R\$	1.047.173,15	Julho	R\$	1.152.092,74
Fevereiro	R\$	556.580,82	Agosto	R\$	2.230.383,90
Março	R\$	31.938,19	Setembro	R\$	1.190.389,73
Abril	R\$	1.072.413,83	Outubro	R\$	-
Maio	R\$	1.017.121,06	Novembro	R\$	1.258.161,27
Junho	R\$	-	Dezembro	R\$	3.513.618,54
Total	R\$	3.725.227,05	Total	R\$	9.344.646,18

Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2014/AcumuladaPBS_2014.pdf

Quadro 128 - Quadro B.60.4 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
André Luis de Paula Marques	060.433.898-86	Engenharia Mecânica	Diretor Executivo	Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 05/08/2013	02/09/2013	-
Flavio Antonio Simões	075.308.367-14	Publicidade e Propaganda	Diretora de Relações Institucionais	Resolução CA-AGEVAP nº 57/2013 de 06/11/13.	06/01/2014	-
Aline Raquel Alvarenga	887.688.998-15	Engenharia Civil	Diretor de Planejamento	Resolução CA-AGEVAP nº 59/2013 de 06/11/13.	06/01/2014	-
Diego Elias M. Nascimento Gomes*	302.263.238-03	Administração de Empresas	Diretor Administrativo-Financeiro	Resolução CA-AGEVAP nº 55/2013 de 06/11/13.	06/01/2014	-
Helvécio Zago Galvão César*	150.187.978-27	Engenharia Civil	Diretor de Recursos Hídricos	Resolução CA-AGEVAP nº 60/2013 de	06/01/2014	-

				06/11/13.		
--	--	--	--	-----------	--	--

* Não remunerados pelo contrato de gestão ANA 014/2004.

Fonte: Diretoria Administrativo-Financeira

Quadro 129 - Quadro B.60.5 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R\$ 1,00)			Exercício 2014		859.633,08	
			Exercício 2013		1.002.520,30	
Quadro de Pessoal versus Remuneração Paga*						
Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde**	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde**	Remuneração Total (R\$ 1,00)	Qtde***	Remuneração Total (R\$ 1,00)
2014	5	612.527,79	33	1.775.542,48	9	49.860,55
2013	4	425.128,42	29	1.505.572,74	7	51.307,33

Fonte: Diretoria Administrativo-Financeira

* Valores totais com a soma de funcionários de toda a agência delegatária.

** Situação em 31/12/2014.

*** Informações referentes a funcionários desligados, em auxilio maternidade e afastados pelo INSS.

Quadro 130 - Quadro B.60.6 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP					
CNPJ	05.422.000/0001-01					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	CPF	Órgão que representa	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Eduardo Monteiro Pastore	994.973.791-53	MPOG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Mirella Garaventa	815.499.540-91	MMA	Analista Ambiental	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Márcio de Araujo Silva	047.691.377-29	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Osman Fernandes da Silva (Coordenador)	527.542.350-00	ANA	Especialista em Recursos Hídricos	Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-
Ricardo de Oliveira Lira		ANA		Resolução ANA n.º 337/2014	19/03/2014	-

Quadro 131 - Quadro B.60.7.1 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP	
CNPJ	05.422.000/0001-01	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	deve apresentar até 13/02/2015	
Período de Referência	Data Início	01/01/2014
	Data Fim	31/12/2014
Dados do D.O.U. de Publicação	deve ser publicada até 31/3/2015	
*Situação da Análise	não iniciada	
**Decisão	-	
*Situação da Análise:	**Decisão:	
▪ Concluída	▪ Aprovada	
▪ Em andamento	▪ Reprovada	
▪ Não iniciada	▪ Em exigência	

Quadro 132 - Quadro B. 60.7.2 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP			
CNPJ	05.422.000/0001-01			
Recursos Financeiros (R\$ 1,00)				
Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse Previsto para o Exercício Seguinte
Global	Para o Exercício*	No Exercício**	Acumulado Até o Exercício***	
Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.	12.594.173,00	13.069.873,23	117.332.273,38	12.599.791,88
Meta				
Descrição da Meta****			não se aplica	
Meta do Exercício		Pactuada	não se aplica	
		Realizada	não se aplica	
		% Realização	não se aplica	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores		2013	não se aplica	
		2012	não se aplica	

Fonte:

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Arrecadacao/2014/AcumuladaPBS_2014.pdf Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG;

*valores pactuados com base em estimativa de arrecadação de recursos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (Informe CACG n.º 006/2014).

** valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e repassados à Entidade contratada.

***Valor referente aos repasses dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul desde de 2003.

**** Não consta do Contrato de Gestão uma meta específica relacionada aos montantes anualmente repassados. As metas do contrato de gestão estão relacionadas aos indicadores descritos no Quadro B.60.7.3.

Quadro 133 - Quadro B. 60.7.3 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP	
CNPJ	05.422.000/0001-01	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 1A, será atribuindo um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. $NP = 10 * \frac{RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	Item disponibilizado e atualizado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	8	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	9,4
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Fórmula de Cálculo	Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2012; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios subsequentes, descriminados no detalhamento do indicador. Para os demais indicadores, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração/entrega de cada relatório/produto discriminado no detalhamento do indicador. $NP= 10 * \frac{RESULTADO}{META}$ $0 \leq NP \leq 10; NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$	
Unidade de Medida	2-A: Plano Elaborado (sim/não); 2-B, 2-C e 2-D: Relatório apresentado (sim/não);	
Periodicidade de Medição	Anual	
Meta do Indicador para o Exercício de Referência	2A - 2; 2B - 1; 2C - 0; 2D - 1	
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	7,8
Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome	3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	

Fórmula de Cálculo		Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador. $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		3-A e 3-B: % Desembolso/Repasse; 3-C: Nota atribuída;
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		3A - 30; 3B - 55; 3C - 1
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	9,8
Análise do Indicador		Índice de desembolso anual, índice de desembolso acumulado e avaliação da cobrança pelos usuários;
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		4 - OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário; $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		Meses
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		12
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10
Análise do Indicador		Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		5 - RECONHECIMENTO SOCIAL
Fórmula de Cálculo		Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez). O valor apurado seguirá as faixas abaixo: Média maior ou igual a 9 é considerada 10 Média maior ou igual a 8 é considerada 9 Média maior ou igual a 7 é considerada 8 Média maior ou igual a 6 é considerada 7 Média inferior a 6 – valor apurado será igual à média calculada ; $NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$; $NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$
Unidade de Medida		Nota (0 a 10);
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o Exercício de Referência		10
Resultado do Indicador	2014	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
	2013	10

Análise do Indicador	Avaliação será realizada em fevereiro de 2015.
-----------------------------	--

Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/AGEVAP/AGEVAP_13_TA.pdf

Quadro 134 - Quadro B. 60.7.4 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Resultados	
Avaliação dos Resultados da Parceria no Exercício	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	A Procuradoria Geral da União considerou irregular o pagamento de jetons e verbas de representação a membros do Conselho de Administração. (Processos n.º 2501.001192/2004 e 2501.000341/2013; Inquérito Civil n.º 1.30.008.000035/2013-15)
Parecer da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em fase de elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar.

Fonte: Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão - CACG

Quadro 135 - Quadro B.60.8 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da Unidade Administrativa Responsável							
Nome		Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG					
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos		Agência Nacional de Águas - ANA					
Atribuições da Unidade Responsável		Acompanhar a execução dos contratos de gestão quanto aos aspectos técnicos e operacionais					
Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão**							
Direção e Assessoramento		Cargo Efetivo sem Função ou Comissão		Estagiários		Terceirizados	
Qtde.	Custo (R\$ 1,00)**	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)	Qtde.	Custo (R\$ 1,00)
5	R\$ 95.799,82	0	0,00	0	0,00	0	0,00

*A CACG é composta por servidores de diferentes unidades organizacionais da ANA, conforme disposto na Resolução ANA n.º 498/2012.

**O valor informado representa o somatório das remunerações mensais brutas dos servidores que compõem a CACG. A dedicação dos membros não é exclusiva a esta comissão, tendo caráter eventual. O acompanhamento sistemático das ações conta com o apoio de servidor lotado na CINCS/SAS.

Quadro 136 - Quadro B.60.9 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO PRO-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP
CNPJ	05.422.000/0001-01
Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada	

Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?	
-	-	-	-	-	-	
Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício						
Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 840C SERIE: BR17V1T0B9	Móvel	-	446,50	-	-	Não
IMPRESSORA JATO DE TINTA - MARCA: HP - MODELO: DESKJET 840C SERIE: BR17L1T1P8	Móvel	-	446,50	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA - DESCRICAO: COR CINZA, COM 02 PORTAS - MARCA: MARELLI	Móvel	-	328,06	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COR CINZA, MED. 120 X 060 X 075 - MARCA: CADEROTE	Móvel	-	287,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
ARQUIVO PARA ESCRITORIO	Móvel	-	227,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD E DVD/LG	Móvel	-	3374,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: COM GRAVADORA DE CD E	Móvel	-	3374,00	-	-	Não

DVD/LOG						
NOBREAK . - DESCRICAO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-	Não
NOBREAK . - DESCRICAO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
ARMARIO ALTO EM MADEIRA	Móvel	-	163,00	-	-	Não
CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL - MARCA: SONY - MODELO: MVC-FD75 - SERIE: 1465572	Móvel	-	1980,00	-	-	Não
NOBREAK . - DESCRICAO: 650 VA	Móvel	-	233,50	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
SUPORTE EM MADEIRA PARA CPU	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MESA COMPACTA COM 4 PLANOS - MARCA: AZ/LE	Móvel	-	162,00	-	-	Não
MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	Móvel	-	76,00	-	-	Não
GAVETEIRO FIXO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MESA COMPACTA COM 4 PLANOS - MARCA: AZ/LE	Móvel	-	162,00	-	-	Não
CONEXAO EM MADEIRA	Móvel	-	21,00	-	-	Não
CONEXAO EM MADEIRA	Móvel	-	21,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	Móvel	-	65,00	-	-	Não
GAVETEIRO FIXO EM MADEIRA - DESCRICAO: COM 3 GAVETAS	Móvel	-	25,80	-	-	Não
SUPORTE EM MADEIRA PARA CPU	Móvel	-	25,80	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR PENTIUM - MARCA: ACER - SERIE: 0R01Q4714800C70K000	Móvel	-	4552,00	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298353	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298398	Móvel	-	2585,70	-	-	Não
MICROCOMPUTADOR COM	Móvel	-	2585,70	-	-	Não

PROCESSADOR PENTIUM - DESCRICAO: 4, 2.8GHZ - MARCA: POSITIVO - MODELO: POS-AT - SERIE: 298368						
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049326	Móvel	-	507,30	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049345	Móvel	-	507,30	-	-	Não
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO - DESCRICAO: 17 POLEGADAS - MARCA: PROVIEW - SERIE: 410049239	Móvel	-	507,30	-	-	Não

ANEXO IX - Atendimento ao Item 58 da
Portaria TCU nº 90

ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE EXECUTAM ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, COM A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

Quadro 137 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.				BRA/IICA/12/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 114.132					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de uma estimativa da área ocupada e do consumo de água pela agricultura irrigada na bacia hidrográfica do rio Grande, com vistas à obtenção de subsídios para a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/07/2014	21/01/2015	118.907,73	92.748,03	17.836,16	17.836,16
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Plano de Trabalho. (15%)			08/08/2014		17.836,16
Produto 2 – Relatório técnico de visitas e entrevistas em Minas Gerais. (25%)			22/09/2014		29.726,93
Produto 3 – Relatório técnico de visitas e entrevistas em São Paulo. (25%)			21/11/2014		29.726,93
Produto 4 – Relatório técnico com estimativas iniciais das áreas irrigadas de cana-de-açúcar, café e citros na bacia do rio Grande. (13%)			21/12/2014		15.458,00
Produto 5 – Relatório Final, com as estimativas da área irrigada total e do consumo de água pela irrigação na bacia do rio Grande. (22%)			20/01/2015		26.159,70
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: César Jordão				CPF: 663.098.916-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:				-	

Quadro 138 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.					BRA/IICA/12/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113.256					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de propostas para inserção da temática da água no processo de construção da agenda de desenvolvimento Pós 2015 da ONU.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/10/2013	30/09/2014	46.860,33	46.860,33	46.860,33	46.860,33
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor (R\$)
Produto 1 – Relatório técnico (RT1) com avaliação do cumprimento dos compromissos assumidos para o setor de água e saneamento constantes da Agenda 21, do Plano de Implementação de Johannesburg e da Declaração do Milênio (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM), bem como análise da implementação de recomendações adotadas por ocasião das seis edições do Fórum Mundial da Água.			30/11/2013		18.744,13
Produto 2 – Relatório técnico (RT2) com propostas concretas para a construção da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015 e para a formulação de ODS/Água, elaborado; e com detalhamento da organização – agenda, documentos de base, propostas de participantes, formato etc. – de evento nacional dedicado a subsidiar a formulação de ODS/Água.			31/07/2014		18.744,13
Produto 3 – Relatório Final (RF) com registro e consolidação das discussões e propostas apresentadas no referido evento, elaborado e com propostas concretas para a formulação de ODS/Água.			30/09/2014		9.372,07
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cristina Fernandes M. de Cerqueira				CPF: 186.230.181-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:				-	

Quadro 139 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.	BRA/IICA/12/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 113.248	
Objetivo da Consultoria: Apoiar a formulação de indicadores para os resultados estratégicos da ANA, com intuito de aferir os avanços alcançados pelo desempenho da Agência.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/09/2013	23/07/2014	77.040,00	77.040,00	77.040,00	77.040,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Objetivo		Trecho		Data de pagamento	Valor pago
Participar de reunião com a ASPLA/CGE no dia 31/10/13		Congonhas/Brasília/Congonhas		04/11/2013	1.640,07
Reunião com a equipe da ASPLA/CGE para realizar entrevistas com atores da própria agência e outros atores externos para desenvolver os produtos 02 e 03, do Termo de Referência		Congonhas/Brasília/Congonhas		08/11/201	2.132,17
Reunião com a equipe da ASPLA/CGE para realizar entrevistas com atores da própria agência e outros atores externos para desenvolver os produtos 02 e 03, do Termo de Referência.		Congonhas/Goiânia/Brasília/Congonhas		20/11/2013	3.030,07
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor (R\$)
Produto 1 – Plano de Trabalho				08/10/2013	4.280,00
Produto 2 – Relatório técnico do aprimoramento dos atributos dos resultados estratégicos.				22/11/2013	31.030,00
Produto 3 – Relatório técnico com a proposta de indicadores de resultados.				21/01/2014	31.030,00
Produto 4 – Relatório Síntese, com o conteúdo para divulgação.				23/07/2014	10.700,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Regina Conrado Melo				CPF: 155.576.426-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:				-	

Quadro 140 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Ambito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.				BRA/IICA/12/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 114.075					
Objetivo da Consultoria: Levantamento, sistematização e análise do arcabouço institucional e legal brasileiro, relativo ao controle de cheias e inundações e à operação de reservatórios de usos múltiplos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/05/2014	08/12/2014	98.406,69	98.406,69	24.601,67	24.601,67

Insumos Externos			
Passagens e diárias			
Objetivo	Trecho	Data de pagamento	Valor pago
Participar da 1ª reunião de trabalho que terá como objetivo entregar e apresentar o 1º produto do contrato.	Fortaleza/Brasília/Fortaleza	29/05/2014	2.070,98
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Plano de Trabalho.		22/05/2014	4.920,33
Produto 2 – Controle de Cheias e Inundações.		11/07/2014	19.681,34
Produto 3 – Controle de Cheias e Inundações (Versão e Português e em Inglês).		25/08/2014	27.061,84
Produto 4 – Operação de Reservatórios de Usos Múltiplos.		09/10/2014	19.681,34
Produto 5 – Operação de Reservatórios de Usos Múltiplos (Versão em Português e em Inglês).		08/12/2014	27.061,84
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: José Nilson Bezerra Campos		CPF: 000.967.683-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		-	

Quadro 141 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em
R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.				BRA/IICA/12/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 114.345					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento outorga de direito de uso de recursos hídricos em situações de indisponibilidade de água em corpos hídricos com utilização intensiva e de disponibilidade hídrica esgotada.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/12/2014	06/08/2015	81.110,51	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

Produto 1 - Plano de Trabalho - Elaboração de Plano de Trabalho, indicando a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento das atividades e o cronograma, para o seu desenvolvimento.	08/01/2015	16.222,10
Produto 2 – Relatório Técnico 1 - Relatório circunstanciado das experiências internacionais que vêm sendo adotadas por países que se adiantaram no rumo dessas preocupações - RT1.	24/03/2015	20.277,63
Produto 3 – Relatório Técnico 2 - Relatório circunstanciado com identificação das vantagens e desvantagens das metodologias adotadas internacionalmente, com a respectiva análise de perspectiva de utilização no caso brasileiro e das adaptações técnicas, legais, institucionais e econômico-financeiras necessárias para a implementação dessas metodologias - RT2.	07/06/2015	20.277,63
Produto 3 – Relatório Técnico 2 - Relatório circunstanciado com identificação das vantagens e desvantagens das metodologias adotadas internacionalmente, com a respectiva análise de perspectiva de utilização no caso brasileiro e das adaptações técnicas, legais, institucionais e econômico-financeiras necessárias para a implementação dessas metodologias - RT2.	07/06/2015	20.277,63
Produto 4 – Relatório Técnico 3 - Relatório contendo os 02 (dois) estudos de caso - RT3.	06/08/2015	24.333,15
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Francisco José Lobato da Costa		CPF: 359.321.399-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		-

Quadro 142 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura					IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.					BRA/IICA/12/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113.307					
Objetivo da Consultoria: Desenvolvimento da Avaliação Ex-Ante do INTERÁGUAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/12/2013	30/07/2014	50.694,07	50.694,07	50.694,07	50.694,07
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor (R\$)	
Produto 1 – Relatório Técnico (RT1) - Relatório de Análise Crítica e Definição das Metodologias de Mensuração dos Indicadores de Monitoramento do Programa INTERÁGUAS.			25/07/2014	30.416,44	

Produto 2 – Relatório Técnico (RT2) - Relatório de Marco Zero do Programa INTERÁGUAS.	30/07/2014	20.277,63
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Sergei Augusto Monteiro Fortes	CPF: 480.436.641-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	-	

Quadro 143 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.				BRA/IICA/12/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 114.113					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de uma proposta de alternativas para o aperfeiçoamento do instrumento de gestão de recursos hídricos: a outorga de direito de uso de recursos hídricos frente às incertezas dos cenários futuros de disponibilidade de água em bacias brasileiras.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/07/2014	16/01/2015	60.832,88	30.416,44	6.083,29	6.083,29
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de Trabalho			19/08/2014	6.083,29	
Produto 2 – Relatório circunstanciado das experiências internacionais que vêm sendo adotadas por países que consideram a incerteza do cenário das mudanças do clima nas bacias hidrográficas na aplicação do instrumento outorga de direito de uso ou similares – RT1			02/11/2014	24.333,15	
Produto 3 – Relatório circunstanciado com identificação das vantagens e desvantagens das metodologias adotadas internacionalmente, com a respectiva análise de perspectiva de utilização no caso brasileiro e das adaptações técnicas, legais, institucionais e econômico-financeiras necessárias para a implementação dessas metodologias – RT2.			16/01/2015	30.416,44	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernando Antônio Rodriguez				CPF: 091.534.547-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro 144 - Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.				BRA/IICA/12/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 114.102					
Objetivo da Consultoria: Definir critérios e formas de proteção de edificações e infraestruturas contra os efeitos de remanso decorrentes da passagem de cheias por reservatórios, para fins de emissão de declarações de reserva de disponibilidade hídrica e outorgas para novos barramentos, com a atualização do manual de estudos de disponibilidade hídrica.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/07/2014	03/11/2014	53.250,38	53.250,38	31.950,23	31.950,23
Insumos Externos					
Diárias e Passagens					
Objetivo	Trecho		Data de pagamento	Valor pago	
Participar da reunião inicial na ANA para início dos trabalhos e nivelamento prévio do produto 1.	Florianópolis/Brasília/Florianópolis		29/07/2014	1.439,31	
Participar da reunião técnica para discursão da primeira versão do produto 1 e nivelamento prévio do produto 2.	Florianópolis/Brasília/Florianópolis		08/10/2014	2.257,15	
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Critérios de segurança para proteção - relocação de infraestruturas e edificações.			04/09/2014	31.950,23	
Produto 2 – Definição de tipos de medidas de proteção e relocação e requisitos mínimos para aceitação destas medidas.			03/11/2014	21.300,15	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Carlos Eduardo de Siqueira Nascimento				CPF: 109.260.200-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: -					

Análise Crítica

A contratação de consultores por produto tem se mostrado uma ferramenta eficaz, uma vez que os consultores aportam conhecimentos especializados em áreas onde a ANA necessita de melhor expertise ou capacitação.

**ANEXO X - Atendimento ao item 54.5 da
Portaria TCU nº 90**

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



3º Relatório de Avaliação e Monitoramento do Programa INTERÁGUAS

Acordo de Empréstimo N° 8074-BR

Julho 2014



Ministério do
Meio Ambiente

Ministério da
Integração Nacional

Ministério das
Cidades



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	304
2. ASPECTOS DE PLANEJAMENTO	304
3. ASPECTOS FIDUCIÁRIOS	305
4. ASPECTOS OPERACIONAIS	309
5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	311
6. ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	313
7. APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS	313
8. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROGRAMA	315

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento apresenta um panorama geral da implementação do Programa INTERÁGUAS, contemplando o período compreendido entre 1º de julho de 2013 à 30 de junho de 2014.

Para a elaboração desse relatório foram utilizadas informações disponibilizadas pelas Unidades de Gerenciamento do Programa – UGPs dos Ministérios do Meio Ambiente – MMA, do Ministério da Integração Nacional – MI, do Ministério das Cidades – MCid e da Agência Nacional de Águas – ANA. Também foram utilizadas como suporte as informações constantes das Ajudas à Memória elaboradas após as missões de apoio à implementação do Programa INTERÁGUAS durante o período.

A estrutura do Relatório apresenta uma visão global do andamento do Programa, considerando os aspectos de planejamento, fiduciários, operacionais, institucionais, de avaliação e ambientais, como também uma rápida abordagem acerca do desenvolvimento do Programa.

2. ASPECTOS DE PLANEJAMENTO

Destacam-se nesse ponto 3 (três) instrumentos principais de planejamento: o Plano Operativo Anual - POA, o Plano de Aquisições - PA e a Revisão de Meio Termo - RMT.

2.1 Plano Operativo Anual - POA

O Plano Operativo Anual - POA é o documento de programação que apresenta as ações que serão desenvolvidas no período, bem como quantifica os recursos financeiros envolvidos para o pagamento das atividades daquele ano. Ele é elaborado a partir das ações definidas no Plano de Aquisições do Programa e seus valores refletem a LOA – Lei Orçamentária Anual, que

O POA 2013 foi enviado ao Banco como anexo ao segundo relatório de monitoramento, recebido em 30 de Agosto de 2013, enquanto o POA 2014 foi encaminhado em 28/04/2014.

Abaixo apresenta-se um resumo do POA por componente.

Componente	Valor (R\$)
Gestão de Recursos Hídricos	8.623.842,92
Água, Irrigação e Defesa Civil	4.360.000,00
Abastecimento de Água e Saneamento	12.246.571,00
Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado	3.421.927,16
Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação	156.182,09
Total	28.808.523,17

2.2 Plano de Aquisições - PA

O Plano de Aquisições é o documento que apresenta informações detalhadas, mas de forma não exaustiva, sobre as atividades que serão executadas no âmbito do Programa e conduzida por cada executor. As informações que são apresentadas dizem respeito à modalidade de licitação, prazos previstos (início e término) e valores, por exemplo.

As informações sobre o Plano de Aquisições são inseridas no SEPA – Sistema de Execução do Plano de Aquisições, do Banco Mundial.

Ressalta-se que o Plano de Aquisições é um instrumento de planejamento dinâmico, o qual pode ser constantemente atualizado, permitindo a inserção ou inclusão de atividades, como também a reprogramação de prazos.

Apesar de o Plano de Aquisições necessitar ser atualizado pelo menos uma vez por ano, alguns executores o revisam com uma periodicidade mais curta, incluindo ou retirando ações.

No dia 9 de dezembro de 2013, o especialista em licitações do Banco se reuniu com as equipes das UGPs, com o propósito de avaliar a situação dos processos de seleção de cada executor e discutir o estágio do Plano de Aquisições. Na oportunidade, também foi lembrado que o Plano de Aquisições, conforme as Diretrizes do Banco, deve ser atualizado ao menos anualmente e que também deve ser aprovado pelo Comitê Gestor do Programa.

Durante a 4ª Missão de Supervisão do Programa ficou acertado que os executores apresentariam seu Plano de Aquisições até o final do mês de julho.

2.3 Revisão de Meio Termo – RMT

Passados mais de 2 anos do seu início, percebe-se a necessidade de promover ajustes no Programa. Mudanças no contexto político, demandas da sociedade, novas questões técnicas e dificuldades em implementar as atividades inicialmente previstas são alguns exemplos de fatores que corroboram a necessidade de ajustes.

Diante deste cenário, surge a Revisão de Meio Termo - RMT como uma oportunidade de ajuste no Programa, permitindo atingir de forma mais certa os objetivos do Programa. Tais ajustes poderão ser feitos por meio da exclusão de atividades inicialmente previstas, cancelamento de valores, alterações de percentuais de contrapartida e extensão de prazo.

Além dessas alterações também será possível a exclusão, inclusão, correção e aperfeiçoamento de indicadores inicialmente definidos, como também aumentar ou reduzir metas propostas.

Conforme definido pelos executores do Programa, o processo de RMT tem sua previsão de término em março de 2015. Durante esse período será possível fazer uma avaliação parcial do Programa, verificando a aderência entre as atividades planejadas/executadas e os resultados previstos, os quais poderão ser mensurados.

3. ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

3.1 Gerenciamento Financeiro

Em relação aos Relatórios Financeiros Interinos – IFR, que devem ser encaminhados ao Banco Mundial até 45 dias após o término de cada trimestre, no período compreendido por esse relatório de monitoramento, foram enviados ao Banco os IFRs referentes aos seguintes períodos:

Trimestre	Data de envio
3º Trimestre de 2013	19/12/2013
4º Trimestre de 2013	24/3/2014
1º Trimestre de 2014	15/5/2014

No dia 5 de dezembro de 2013, o Especialista em Gerenciamento Financeiro Eduardo França reuniu-se com as equipes das UGPs, com o objetivo principal de fazer uma revisão dos procedimentos de gerenciamento financeiro, como também verificar todos os arranjos necessários, além de realizar o acompanhamento da evolução dos apontamentos e recomendações formuladas.

Nessa ocasião, foi alertado que o Interágua ainda possui itens que necessitam de ações, como:

- i) garantir que os demonstrativos financeiros (IFRs) sejam gerados no SIGMA em todos os executores.
- ii) implementar modificações e ajustes realizados no SIGMA e operacionalizar o sistema em todas as UGPs.
- iii) desenvolver a metodologia que será utilizada para realizar a avaliação de possíveis co-executores (estados e municípios).

Em relação ao desenvolvimento de metodologia para a avaliação de possíveis co-executores, verificou-se que, até o período que compreende esse relatório de monitoramento, essa recomendação ainda não foi atendida. Todavia, em relação aos demonstrativos financeiros (IFR-1A e 1B), considerando a necessidade de ajustes nesses demonstrativos que permitam o adequado gerenciamento financeiro do Programa, a STP encaminhou o Ofício Nº 005/2013/STP/INTERÁGUAS-ANA, de 13/11/2013, ao Secretário-Executivo do MMA, solicitando a promoção de inúmeros ajustes nos citados relatórios, inclusive encaminhando, anexo ao Ofício, um modelo já ajustado, a fim de auxiliar a equipe de TI responsável pela implementação das modificações propostas.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelo MMA para a implementação das alterações propostas nos citados relatórios, decidiu-se que o SIGMA continuará sendo utilizado pelo Programa, uma vez que contém inúmeras outras informações gerenciais (não financeiras), mas que também passaria a ser utilizado o sistema federal conhecido como SIAFI Gerencial para a extração das informações financeiras necessárias à preparação dos relatórios financeiros de gerenciamento do Programa.

No período que compreende esse relatório, o Banco avaliou os procedimentos fiduciários “Moderadamente Satisfatórios”. Verificou-se também que o projeto apresentou poucas evoluções em relação às deficiências anteriormente identificadas. Entretanto, o Banco considerou que as ações executadas até o momento garantem as informações necessárias para o monitoramento e a gestão adequada dos recursos financeiros do projeto, no atual estágio. O Banco também avaliou o Risco de Controle, mantendo-o na condição de “Baixo”.

3.2 Orçamento

Dificuldades orçamentárias são previstas utilizando-se a fonte 148 (fonte de recursos do empréstimo), uma vez que grande parte do orçamento desta fonte está sofrendo contingenciamento. Como é explicado pelas áreas orçamentárias e financeiras da ANA, a fonte 148 concorre diretamente com a fonte 100, sendo que essa última é utilizada para o pagamento de despesas ordinárias do dia a dia.

Neste sentido, visando cumprir à risca o pagamento de contratos em andamento, optou-se por utilizar mais a fonte 183, visto que o aporte de recursos nessa fonte é menos demorado que a 148.

Esse problema ainda não foi vislumbrado pelos outros executores visto que a execução ainda é baixa. No entanto, caso as contratações ocorram no ritmo desejado, esse problema será evidenciado. Desta forma, o Comitê Gestor do Programa deverá atuar de forma intensa, necessitando gestões junto às SPOAS e ao Ministério do Planejamento.

3.3 Desembolsos e Fluxo Financeiro

Verificou-se que, do total de recursos do empréstimo (US\$ 107,3 milhões), até junho de 2014 o projeto desembolsou o valor de aproximadamente US\$ 6,23 milhões, o que representa aproximadamente 5,7%.

Em relação aos desembolsos efetuados pelo Programa, até junho de 2014 foram os seguintes pedidos de desembolso de recursos do empréstimo:

Descrição	Data	Valor US\$
Front-and-Fee	03/05/2012	268.331,25
Pedido Desemb. Ofício em 23/10/2012	16/11/2012	2.000.000,00
Pedido Desemb. Ofício em 05/05/2014	09/05/2014	3.900.000,00
TOTAL		6.168.331,25

Em relação aos juros incidentes sobre os valores desembolsados do empréstimo, a tabela abaixo relacionada os pagamentos já realizados desde o início da vigência do Programa até junho de 2014:

Pagamento de Juros - Programa Interágua		
Data	Valor (US\$)	Valor (R\$)
03/12/2012	1.964,63	4.060,30
03/05/2013	12.484,37	25.202,20
12/11/2013	10.146,99	23.877,90
06/05/2014	9.403,49	21.058,18

Total	33.999,48	74.198,58
--------------	------------------	------------------

3.4 Pedidos de Saque

A tabela abaixo apresenta os valores individualizados referentes aos pedidos de saques realizados, por executor, como também em seu total geral, desde o início da vigência do Programa até junho de 2014.

Executor	Valor liberado		
	Data	Valor US\$	Valor R\$
MMA	12/9/2013	120.000,00	271.800,00
MMA	15/5/2014	172.000,00	381.324,00
MMA	23/5/2014	12.000,00	26.520,00
MMA	03/6/2014	83.275,82	187.878,58
Subtotal MMA		387.275,82	867.522,58
ANA	5/11/2013	127.000,00	288.798,00
ANA	7/5/2014	384.000,00	852.480,00
Subtotal ANA		511.000,00	1.141.278,00
MCid	6/6/2013	235.000,00	498.670,00
MCid	15/5/2014	3.355.704,60	7.439.597,10
Subtotal MCid		3.590.704,60	7.938.267,10
Total dos Pedidos de Saque		4.488.977,42	9.947.067,68

3.5 Auditoria Externa

Conforme consta do Documento de Avaliação do Projeto-PAD, o Programa deverá ser submetido a auditorias externas anuais realizadas pela Secretaria Federal de Controle-SFC, da Controladoria-Geral da República-CGU, a qual deverá observar as diretrizes de auditoria estabelecidas nos Termos de Referência satisfatórios para o Banco Mundial, emitindo relatórios anuais de auditoria do Projeto, a serem enviados ao Banco Mundial seis meses após o fechamento de cada ano civil.

Face à inexistência de gastos no exercício de 2012, o Programa não foi auditado pela CGU nesse período, o que motivou a STP a encaminhar ao Banco o Ofício ao Banco (nº 01/2014/STP/INTERÁGUAS-ANA, de 15 de janeiro de 2014) contendo pedido de excepcionalidade de encaminhamento de relatório de auditoria do Programa, para o ano de 2012, como também pedido para que a CGU, junto com a auditoria do ano de 2013, incluísse também o exercício de 2012, produzindo, assim, um único relatório dos exercícios de 2012 e 2013.

Em razão dessa solicitação de excepcionalidade formulada pela STP, o Banco emitiu expediente, em 7/3/2014, concedendo a exceção solicitada, permitindo, assim, que o primeiro relatório de

auditoria contemple o período total de 30 de abril de 2012 a 31 de Dezembro de 2013 (correspondente a 21 meses), devendo esse relatório de auditoria ser encaminhado ao Banco até 30 de junho de 2014.

Por meio do OFÍCIO nº 16497 /2014/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 02/07/2014, a CGU encaminhou o Relatório de Auditoria n.2014008198 sobre o Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.

Apresenta-se abaixo a conclusão desse relatório:

“O Projeto BIRD 8074-BR até o momento vem apresentando uma execução tanto física quanto financeira extremamente baixa. Apesar disso, verifica-se que há alguma movimentação por parte de alguns parceiros para levar adiante a implementação.

Essa baixa execução é resultado de fragilidades e dificuldades existentes nos controles internos do projeto, como a alta rotatividade de pessoal, a falta de atuação do Comitê Gestor, procedimentos de Não Objeção extremamente detalhistas, alta quantidade de objetivos a serem alcançados em um período muito curto, conforme detalhado no item 1.1.2.1 deste Relatório.

Sendo assim, considerando que o projeto já está com dois anos de vigência e que existem apenas mais dois para sua conclusão, estima-se que os objetivos previstos não serão alcançados.

Logo, é recomendável que os parceiros e o BIRD, se for de interesse de todos, levem em consideração uma redução dos objetivos previstos e dos valores pactuados, assim como uma prorrogação na vigência do projeto e, principalmente, o maior envolvimento dos dirigentes dos órgãos parceiros. Caso contrário, não se vislumbra qual a finalidade de se manter o Programa Interáguas nas condições atuais. ”

Entende-se que o relatório de auditoria expressou o real andamento do Programa e ressaltou a necessidade de revisão do Programa, passando por ajustes nos valores pactuados, dentre outros.

4. ASPECTOS OPERACIONAIS

4.1 Aquisições

No período diversos processos de licitação foram iniciados, como também finalizados. Mais abaixo haverá uma apresentação dos processos licitatórios que resultaram em contratações.

4.2 Manual Operativo do Projeto – MOP

O Manual Operativo do Projeto é um documento que deve refletir os acordos e informações constantes do Documento de Avaliação do Projeto (PAD) e também dos termos do Acordo de Empréstimo. O Manual deve ser revisado sempre que necessário e deverá ser aprovado pelo Comitê Gestor do Programa. Nesse sentido, a STP e as UGPs promoveram uma revisão do MOP. As mudanças mais significativas dizem respeito à apresentação de um roteiro de referência para os procedimentos licitatórios.

A STP se comprometeu a encaminhar a revisão do MOP até 31 de julho e, tão logo possível, submeterá à aprovação do Comitê Gestor.

4.3 Projetos de Cooperação Técnica – PCT

Os Projetos de Cooperação Técnica (PCT) são instrumentos celebrados com organismos internacionais, com a finalidade de ampliar a capacidade de planejamento e gestão de recursos hídricos, contribuindo para o desenvolvimento do setor água. Em relação do Programa Interáguas, os PCTs desempenham papel relevante na viabilização de contratações pelos executores.

Em razão de divergência acerca dos percentuais a serem pagos a título de taxa administrativa, o MCid e o MMA cancelaram seus PCT's celebrados com a Organização de Estados Americanos (OEA). A legislação brasileira define que o percentual máximo a ser pago a título de taxa administrativa é de 5 % enquanto a OEA exigiu uma taxa de 11%. Em razão desse não acordo a respeito das taxas cobradas, esses executores optaram por cancelar o PCT com a OEA e celebrar um novo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Entende-se como positivo que agora todos os executores tenham celebrado seus PCT's com o IICA, permitindo assim que esse organismo internacional coopere de forma transversal, havendo assim uma intensa troca de experiências entre os envolvidos no Programa.

No período de análise desse Relatório, verificou-se que o MCid já havia conseguido assinar o seu PCT com o IICA e o MMA estava em processo final de assinatura.

A tabela abaixo apresenta os valores dos Projetos de Cooperação Técnica, assinados no âmbito do INTERÁGUAS, com cada um dos executores.

Instituição Executora	Organismo Internacional	Valor total do PCT (R\$)	Valor já repassado
Agência Nacional de Águas	IICA	5.131.245,00	525.000,00
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	IICA	7.000.000,00	0
Ministério da Integração Nacional	IICA	82.786.000,00	3.890.000,00
Ministério das Cidades	IICA	46.090.800,00	0
Total		141.008.045,00	4.415.000,00

4.4 Participação de Co-Executores

Os documentos do empréstimo previam o repasse de recursos e o desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento institucional e prestação de assistência técnica aos entes subnacionais (estados, municípios), no âmbito do Programa Interáguas, com incentivo da gestão associada de recursos hídricos.

Também foi prevista a realização de uma avaliação da capacidade para gerenciamento financeiro de eventuais co-executores (estados e municípios). Nesse sentido, o Banco elaborou diretrizes para que as UGP's pudessem realizar essa avaliação, as quais indicariam os aspectos que deveriam ser analisados/ avaliados, como também foi sugerida uma matriz de riscos que formatava os resultados e ações mitigadoras de eventuais riscos. Essas diretrizes serviriam de modelo para que os executores do INTERÁGUAS elaborassem suas avaliações.

De fato, a ANA era o executor que tinha uma maior intenção de fazer convênios com os Estados, no entanto, em razão da decisão da sua Diretoria Colegiada, não está claro que será possível a celebração desses instrumentos no âmbito do INTERÁGUAS.

Sabe-se que essa não inserção dos co-executores impactará nos resultados previstos, fato esse que corrobora pela necessidade da Revisão de Meio Termo.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

5.1 Arranjo Institucional

A estrutura organizacional do projeto se manteve a mesma, com 4 instituições implementadoras: Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas.

5.2 Comitê Gestor do Programa – CGP

O Comitê Gestor do Programa tem, dentre suas atribuições, estabelecer diretrizes de orientação para o planejamento, a programação e a execução física do Programa, como também efetuar a supervisão da execução dos Componentes do Interáguas.

Em maio de 2014, foi publicada uma nova composição do CGP, cujos participantes são secretários e secretários-executivos dos Ministérios. Segue abaixo a nova composição do CGP:

Representantes dos Executores do Programa:

a) Ministério do Meio Ambiente:

1. Titular: Ney Maranhão
2. Suplente: Claudia Monique Frank de Albuquerque
3. Titular: Francisco Gaetani
4. Suplente: Ernani Lustosa Kuhn
5. Titular: Paulo Lopes Varella Neto
6. Suplente: Ricardo Medeiros de Andrade

b) Ministério da Integração Nacional:

1. Titular: Irani Braga Ramos
2. Suplente: Miguel Ivan Lacerda de Oliveira

3. Titular: Adriano Pereira Junior
4. Suplente: José Machado
5. Titular: Robson Afonso Botelho
6. Suplente: Amarildo Baesso

c) Ministério das Cidades:

1. Titular: Carlos Antônio Vieira Fernandes
2. Suplente: Lauseani Santoni
3. Titular: Osvaldo Garcia
4. Suplente: Gustavo Zarif Frayha
5. Titular: Ernani Ciríaco de Miranda
6. Suplente: Marcelo de Paula Neves Lelis

Representantes dos Membros Consultivos do Programa:

a) Ministério de Minas e Energia:

1. Titular: Jorge Portella Duarte
2. Suplente: João Daniel de Andrade Cascalho

b) Ministério dos Transportes:

1. Titular: Luziel Reginaldo de Souza
2. Suplente: Mateus Salomé do Amaral

c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

1. Titular: Demétrios Christofidis
2. Suplente: José Silvério da Silva

No período de análise desse relatório foi realizada a 2ª reunião do CGP (12/12/2013) e estava prevista para ocorrer outra em maio do CGP em maio de 2014, mas em razão da incompatibilidade entre as agendas, essa reunião foi adiada para o segundo semestre de 2014.

5.3 Unidades de Gerenciamento do Programa – UGP

As UGPs são unidades localizadas dentro da estrutura de cada um dos executores as quais possuem, dentre duas competências: a elaboração dos Planos de Aquisições (PA), dos Planos Operativos Anuais (POA), dos Relatórios Trimestrais, e de acompanhamento do Programa, apoiando as atividades de monitoramento e avaliação do Interágua.

No período houve alterações na composição da UGP-ANA, com mudanças nos cargos de coordenador adjunto, de Presidente da Comissão de Licitações, de Gerente Administrativo-Financeiro e de Gerente Técnico.

No caso do MI, também houve alterações na composição da UGP, com mudanças nos cargos de Coordenador da UGP, de Coordenadora Técnica e de Coordenador Administrativo.

Por fim, também houve alteração na UGP-MCid, onde a Sra. Lauseani Santoni passou a ser a responsável pelo acompanhamento das atividades do Ministério, substituindo o Sr. Vagner Zacarini.

5.4 Secretaria Técnica do Programa – STP

A Secretaria Técnica do Programa está localizada na estrutura da Agência Nacional de Águas – ANA, e possui, dentre suas competências, a de desempenhar as funções de secretaria executiva do Comitê Gestor do Programa, além de assessorar o Presidente do Comitê no desempenho de suas atribuições.

Em setembro de 2013 houve mudanças na composição da STP, assumindo a Secretaria o especialista em recursos hídricos Marco Alexandre Silva André (Secretário) e o analista administrativo Carlos Araujo Souto (Substituto). A equipe da STP também é responsável pela revisão e controle dos desembolsos, consolidação dos relatórios financeiros, registros no *Client Connection*, fornecimento de informações sobre questões de Gerenciamento Financeiro e desembolso.

6. ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Em relação a esse tema, em 05 de agosto de 2013 ocorreu uma reunião com a participação das equipes executoras do Interágua e do Banco Mundial, com o propósito de abordar os seguintes aspectos:

- i) discussão da agenda ambiental e social do Interágua e das estratégias definidas pelo projeto e como executá-las; e
- ii) realizar uma revisão das Salvaguardas Ambientais e Sociais que deverão ser acionadas pelo Projeto e como estas devem ser consideradas nas atividades do Programa.

A partir das discussões em torno desse tema, identificou-se também a necessidade de um treinamento específico nas questões de salvaguardas e como integrá-las às ações do Projeto. O Banco, junto com a STP, entrou em contato com os especialistas que participaram da preparação do Projeto para discutir como organizar e viabilizar um treinamento específico sobre as Salvaguardas Ambientais e Sociais que são acionadas pelo Projeto e como estas devem ser consideradas nas atividades do Interágua.

Inicialmente o Programa contrataria os consultores para a realização desse curso, mas o Banco assumiu a responsabilidade pelo treinamento, financiando integralmente as contratações e, dessa forma, a realização desse treinamento ocorreria em julho de 2014.

Preveu-se que após a realização desse treinamento, aquelas dúvidas que eram recorrentes acerca das salvaguardas seriam sanadas. Além disso, previu-se também que muitas dúvidas relacionadas com os aspectos ambientais do programa fossem esclarecidas.

Esse tema será bastante abordado na Revisão de Meio Termo visto que alguns técnicos entendem que atividades previstas a serem realizadas não serão executadas ou até mesmo perderam seu sentido diante da execução do Programa.

7. APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS

Abaixo são apresentadas algumas atividades contratadas no âmbito de cada componente.

Componente 1 - Gerenciamento de Recursos Hídricos (ANA e MMA)

Com relação às atividades do Componente 1, sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas – ANA e da SRHU/MMA, destacam-se alguns dos seguintes serviços contratados:

Serviço	Valor
Avaliação Hidrogeológica dos Aquíferos Cársticos da Bacia do São Francisco	5.746.864,94
Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas	4.310.968,84
Consolidação de indicadores para resultados estratégicos da ANA (CGE)	77.040,00
Controle de cheias e inundações e operação de reservatórios (SUM)	98.406,69
III Encontro formativo nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas e I Encontro de Educação Ambiental da Bacia do Rio Doce	163.945,00
Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás	2.526.586,13
Consolidação de indicadores para resultados estratégicos da ANA	77.040,00
Elaboração de propostas para Agenda de Desenvolvimento pós 2015	46.860,33
Batimetria dos açudes Eng. Ávidos e São Gonçalo	189.000,00
Carta das águas subterrâneas do Estado do Paraná	739.915,51
Total	13.976.627,44

Componente 2 - Água, Irrigação e Gestão de Riscos de Desastres

Com relação às atividades do Componente 2, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional - MI, durante o período de análise desse relatório não havia sido efetivado nenhum contrato.

Componente 3 - Abastecimento de Água e Saneamento

Com relação às atividades do Componente 3, sob responsabilidade do Ministério das Cidades - MCid, durante o período de análise desse relatório não havia sido efetivado nenhum contrato.

Componente 4 - Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado

O Componente 4 envolve os 4 executores e prevê a execução de ações intersetoriais e de planejamento integrado, com destaque para as seguintes iniciativas:

Serviço	Executores envolvidos	Valor
Plano Nacional de Segurança Hídrica	MI e ANA	5.492.753,21
Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos	ANA e MCid	5.246.354,32
Total		10.739.107,53

Componente 5 - Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação

No componente 5 destaca-se a seguinte atividade:

Serviço	Valor
Avaliação Ex-Ante do Programa Interáguas	50.694,07

Como apresentado acima, o valor total dos contratos já assinados é de R\$ 24.766.429,04

8. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROGRAMA

Depois de mais de 2 anos da entrada em efetividade do Programa, poucos contratos foram firmados e o valor comprometido está aquém do previsto, como foi visto acima.

No entanto, cabe ressaltar que o número de contratos firmados não retrata a dimensão do esforço empreendido pelas equipes técnicas envolvidas na execução do INTERÁGUAS, tanto das UGPs, quanto dos técnicos propriamente ditos, como da equipe do Banco.

Foram feitos enormes esforços para a contratação de serviços, no entanto, por decisões superiores, alguns processos licitatórios não tiveram sua continuidade.

Essas frustrações ocorreram em maior ou menor escala em cada executor. Algumas vezes causadas por fatores peculiares a cada ministério (mudança de dirigentes), algumas vezes por fatores externos (recomendação do TCU, por exemplo).

Por outro lado, vê-se com grande otimismo o processo de Revisão de Meio Termo. Esse momento apresenta-se como uma excelente oportunidade de ajuste no Programa. Um fato muito interessante nesse processo é que os atores atuais (técnicos das UGPs, dirigentes e demais técnicos) participam ativamente do Programa e dessa forma poderão contribuir efetivamente para o seu ajuste.

Dessa forma, claramente são apresentados como desafios para os próximos meses a definição do novo Plano de Aquisições e a Revisão de Meio Termo. Para tanto, será necessária uma maior aproximação entre as esferas decisórias e as equipes técnicas. Nessa situação, as UGPs terão um papel fundamental, pois elas atuarão como ponte entre um lado e outro, permitindo a fluidez entre as informações, expressando os anseios e dificuldades encontradas para o atingimento dos objetivos do Programa.

ANEXO XI - Fichas das Regiões Hidrográficas

Fichas sobre análise das regiões hidrográficas

Região Hidrográfica Uruguai



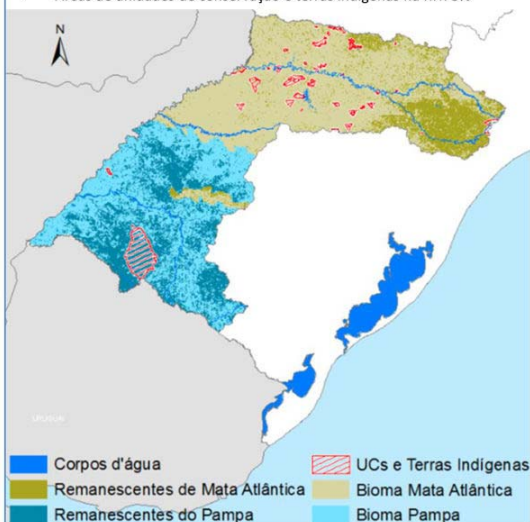
Região Hidrográfica Uruguai



Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa:

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 21% de Mata Atlântica e 42% de Pampa.
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 31%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 3%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 242 municípios (95,3% do total da RH), destes 38 com 3, 4, 5 ou 7 eventos no período.
 - Em 2012: 2 municípios (0,5% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 354 municípios (100% do total da RH), destes 74 com 6 a 10 eventos no período.
 - Em 2012: 322 municípios (91% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

	BRASIL
Agrotóxicos (2010)	
Mil toneladas de i. a. comercializados:	27,78
Milhões de ha de lavouras cultivadas:	5,79
Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha):	4,8
Fertilizantes (2011)	
Milhões de toneladas consumidas:	1,023
Milhões de ha de lavouras cultivadas:	5,85
Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):	
a) N = 60	50
b) P ₂ O ₅ = 58	57
c) K ₂ O = 57	65
d) Total = 175	172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica

14 comitês de Bacias estaduais - todos instalados antes de 2009. Nenhum comitê de Bacia interestadual instalado

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

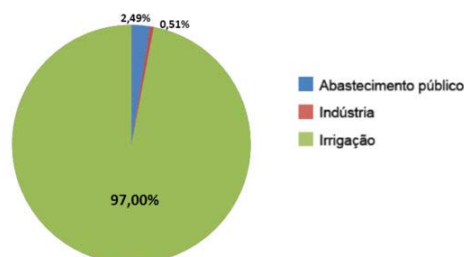
Nenhum plano elaborado

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

Nenhum estado possui PERH. O plano do RS está em fase de elaboração

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

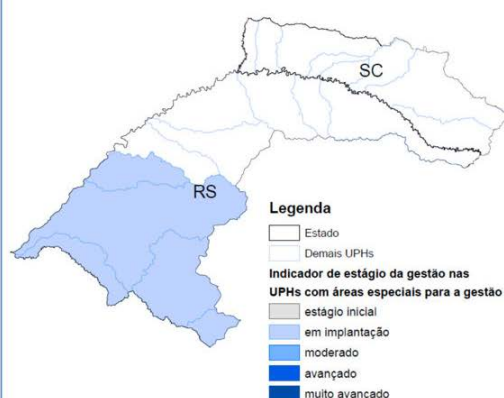
Vazão outorgada total para uso consuntivo = 75,47 m³/s (4,1% do total nacional)



- Número de UPHs = 19

- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 5 (26%)

- Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 0
 - Em implantação = 5 (Butuí/Icamaquã, Ibiçui, Negro (RS), Quarai e Santa Maria)
 - Moderado = 0
 - Avançado = 0
 - Muito avançado = 0





Dados Gerais

Unidades da Federação: abrange o estado do Maranhão e pequena parcela do Pará.

Área em território Brasileiro = 274.301 km² (3% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 195

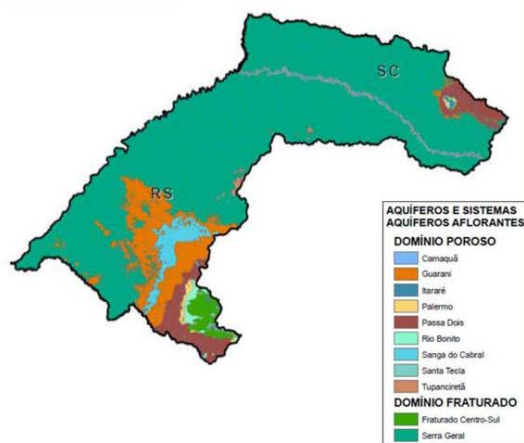
População total (2010) = 6,2 milhões
Urbana = 3,8 milhões (61%); Rural = 2,5 milhões (39%)

Densidade populacional = 22,8 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

	BRASIL
Precipitação média (total anual) = 1.623 mm	1.761 mm
Disponibilidade hídrica = 565 m ³ /s	91.071 m ³ /s
Vazão média = 4.103 m ³ /s	179.516 m ³ /s
Vazão específica = 23,5 L/s/km ²	20,9 L/s/km ²
Volume máximo de reservação per capita = 3.388 m ³ /hab	3.607 m ³ /hab

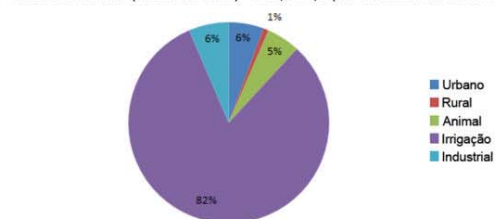
Águas subterrâneas



Usos

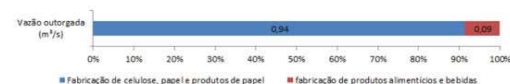
Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 155,4 m³/s (7% da demanda nacional)



Área irrigada = 455.601 ha (7,5% do total do país)

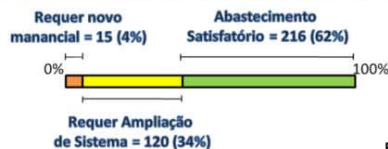
Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 490



BRASIL

- Cobertura por rede geral de água (2010) = 95% da pop. urbana..... 90,88%
- Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 33% da pop. urbana..... 61,76%
- Tratamento de esgoto (2008) = 8,9% do esgoto produzido 30%

Usos não consuntivos - Hidroeletricidade (2012)

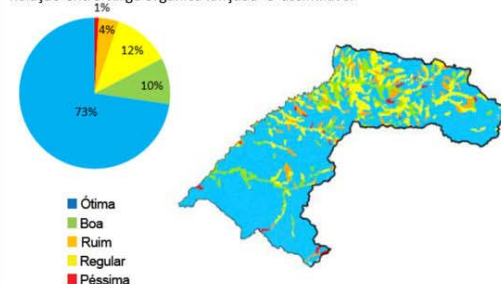
Potencial hidrelétrico aproveitado = 6 GW (5% da capacidade total instalada no país).

1 UHE entrou em operação em 2012 (Passo São João, localizada no rio Ijuí).

Balanco Hídrico

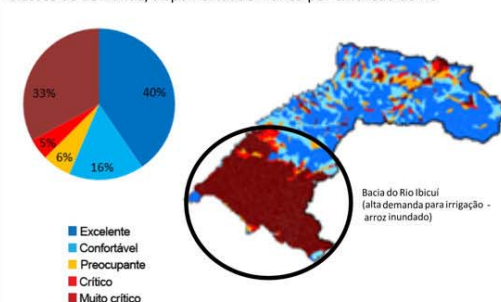
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

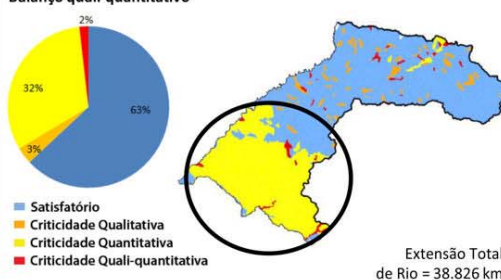


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo

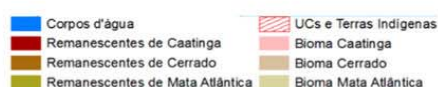
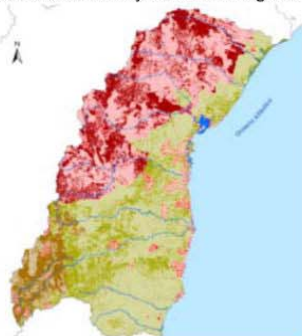




Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 39% de Caatinga, 66% de Cerrado e 27% de Mata Atlântica
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 35%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 6%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 175 municípios (35,6% do total da RH), destes 66 com 2 a 4 eventos no período.
 - Em 2012: 5 municípios (10,2% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 304 municípios (61,9% do total da RH), destes 161 com 3 a 10 eventos no período.
 - Em 2012: 237 municípios (48,2% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes

Agrotóxicos (2010)		BRASIL
Mil toneladas de i. a. comercializados:	10,8	338,5
Milhões de ha de lavouras cultivadas:	2,99	65,4
Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha):	3,61	5,18
Fertilizantes (2011)		
Milhões de toneladas consumidas:	0,442	11,7
Milhões de ha de lavouras cultivadas:	2,9	68,2
Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):		
a) N = 42		50
b) P ₂ O ₅ = 51		57
c) K ₂ O = 55		65
d) Total = 148		172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia (estaduais/interaduais)

14 comitês de Bacias estaduais (11 instalados até 2008)
CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha (2009)
CBH do Rio São Mateus (2009)
CBH dos Afluentes dos Rios São Mateus Braço Norte e Braço Sul (2011)
0 comitê de Bacia interestadual

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

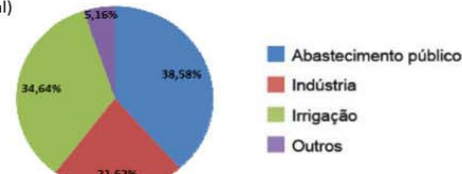
Nenhum plano elaborado

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

BA, MG e SE têm PERH e o PERH do ES está em contratação
Finalização do PERH de Sergipe em 2011

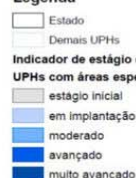
Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 70,52 m³/s (1,6% do total nacional)



- Número de UPHs = 26
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 20 (77%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 0
 - Em implantação = 16 (Alcobaça, Alto São Mateus, Baixo Jequitinhonha, Baixo São Mateus, Contas, Extremo Sul BA, Itapicuru, Itaúnas, Mauricio, Mosquito, Piauí SE, Real BA, Real SE, Sergipe, Vaza Barris BA e Vaza Barris SE)
 - Moderado = 1 (Médio Jequitinhonha)
 - Avançado = 3 (Alto Jequitinhonha, Paraguaçu e Pardo BA)
 - Muito avançado = 0

Legenda





Dados Gerais

Unidades da Federação = Bahia, Minas Gerais, Sergipe e Espírito Santo

Área = 388.160 km² (3,9% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 491

População total (2010) = 15,1 milhões
Urbana = 11,2 milhões (75%); Rural = 3,8 milhões (25%)

Densidade populacional = 38,82 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

Precipitação média (total anual) = 1.018 mm **BRASIL 1.761 mm**

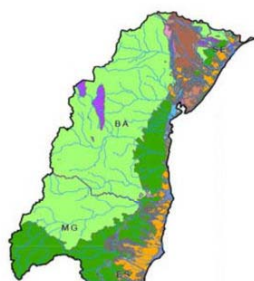
Disponibilidade hídrica = 305 m³/s (considerando a vazão regularizada pelos reservatórios da região) **91.071 m³/s**

Vazão média = 1.484 m³/s **179.516 m³/s**

Vazão específica = 3,8 L/s/km² **20,9 L/s/km²**

Volume de reservação per capita = 945 m³/hab **3.607 m³/hab**

Águas subterrâneas



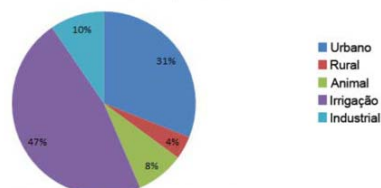
AQUÍFEROS E SISTEMA AQUÍFEROS



Usos

Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 112,3 m³/s (5% da demanda nacional)



Área irrigada = 355.488 ha (5,9% do total do país)

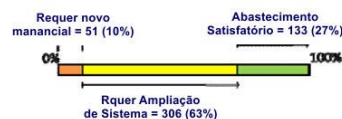
Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

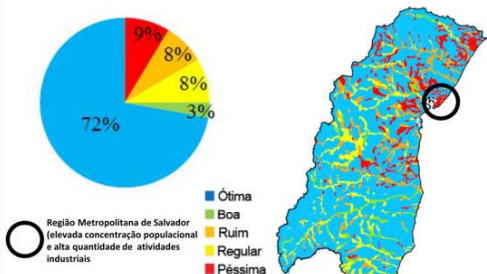
Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 490



- Cobertura por rede geral de água (2010) = 94% da pop. urbana..... **90,88%**
 - Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 62% da pop. urbana..... **61,76%**
 - Tratamento de esgoto (2008) = 29% do esgoto produzido **30%**
- BRASIL**
- Usos não consuntivos**
- Hidroeletricidade (2012)
Potencial hidrelétrico aproveitado = 1,1 GW (0,94% da capacidade total instalada no país).

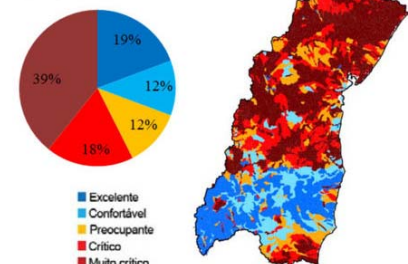
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

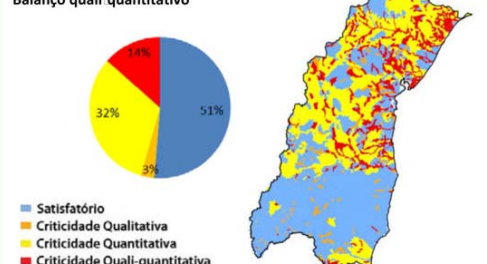


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali quantitativo



Extensão Total de Rio = 74.052 km

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental



Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental



Dados Gerais

Unidades da Federação: abrange o estado do Maranhão e pequena parcela do Pará.

Área em território Brasileiro = 274.301 km² (3% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 195

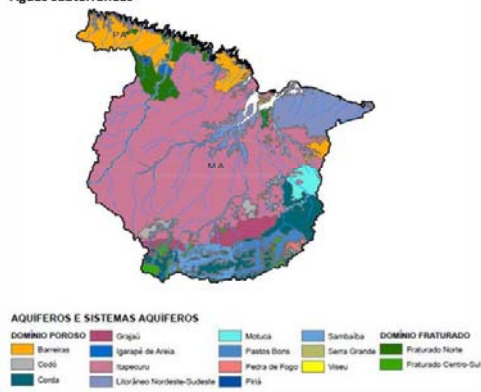
População total (2010) = 6,2 milhões
Urbana = 3,8 milhões (61%); Rural = 2,5 milhões (39%)

Densidade populacional = 22,8 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

	BRASIL
Precipitação média (total anual) = 1.700 mm	1.761 mm
Disponibilidade hídrica = 320,4 m ³ /s	91.071 m ³ /s
Vazão média = 2.608 m ³ /s	179.516 m ³ /s
Vazão específica = 9,5 L/s/km ²	20,9 L/s/km ²
Volume máximo de reservação per capita = 0 m ³ /hab	3.607 m ³ /hab

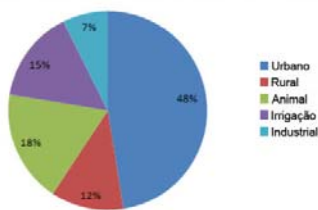
Águas subterrâneas



Usos

Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 23,7 m³/s (1% da demanda nacional)



Área irrigada = 41.468 ha (0,7% do total do país)

Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)

Não tem

Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 195

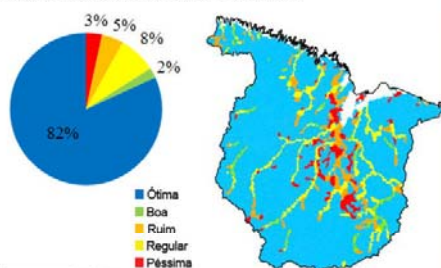


- Cobertura por rede geral de água (2010) = 75% da pop. urbana..... **90,88%**
 - Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 15% da pop. urbana..... **61,76%**
 - Tratamento de esgoto (2008) = 7,1% do esgoto produzido **30%**
- Usos não consuntivos**
Hidroeletricidade (2012)
Não há aproveitamentos hidrelétricos na região.

Balanco Hídrico

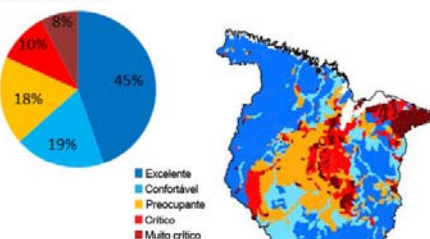
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

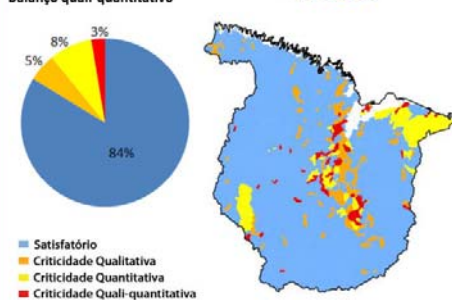


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo



Extensão Total de Rio = 43.243 km

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental



Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental



Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 27% de Amazônia, 94% de Caatinga e 74% de Cerrado
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 48%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 28%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 96 municípios (49,2% do total da RH), destes 24 com 2 ou 3 eventos no período.
 - Em 2012: nenhum
- Secas e estiagens:
 - De 2003 a 2012: 63 municípios (32,3% do total da RH), destes 10 com 2 eventos no período.
 - Em 2012: 53 municípios (27,2% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes

BRASIL

Agrotóxicos (2010)

- Mil toneladas de i. a. comercializados: **3,6** 338,5
- Milhões de ha de lavouras cultivadas: **1,27** 65,4
- Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha): **2,83** 5,18

Fertilizantes (2011)

- Milhões de toneladas consumidas: **0,129** 11,7
- Milhões de ha de lavouras cultivadas: **1,26** 68,2
- Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):
 - N = **16** 50
 - P₂O₅ = **44** 57
 - K₂O = **42** 65
 - Total = **102** 172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)

- Nenhum comitê de Bacia estadual.
- Nenhum comitê de Bacia interestadual

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

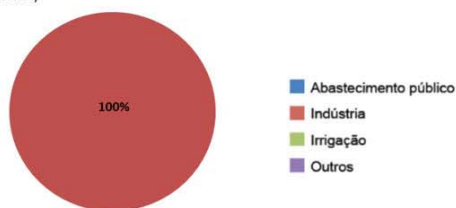
- Nenhum Plano de Bacia Interestadual elaborado

Planos de Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

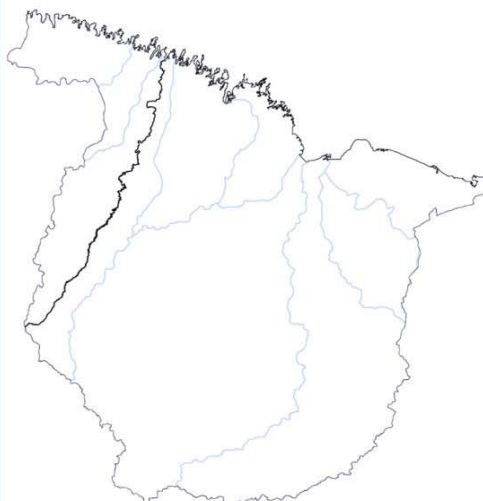
- Nenhum PERH elaborado.
- O estado do MA iniciou a fase de contratação do PERH em 2012.

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 0,083 m³/s (0,004% do total nacional)



- Número de UPHs = 10
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = nenhuma
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 0
 - Em implantação = 0
 - Moderado = 0
 - Avançado = 0
 - Muito avançado = 0





Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa:

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 55% de Caatinga e 23% de Mata Atlântica
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 50%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 5%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 482 municípios (65,3% do total da RH), destes 82 com 3 a 6 eventos no período.
 - Em 2012: 3 municípios (0,4% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 584 municípios (79,1% do total da RH), destes 336 com 5 a 17 eventos no período.
 - Em 2012: 4 municípios (0,5% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

BRASIL

Agrotóxicos (2010)

- Mil toneladas de i. a. Comercializados: **3,45** **338,5**
- Milhões de ha de lavouras cultivadas: **3,77** **65,4**
- Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha): **1,09** **5,18**

Fertilizantes (2011)

- Milhões de toneladas consumidas: **0,145** **11,7**
- Milhões de ha de lavouras cultivadas: **3,9** **68,2**
- Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):
 - N = **15** **50**
 - P₂O₅ = **7** **57**
 - K₂O = **16** **65**
 - Total = **37** **172**

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)

26 comitês de Bacia estadual (25 instalados até 2008 e 1 instalado em 2010 - o do Rio Ceará-Mirim).
1 comitê de Bacia interestadual (Piranhas-Açu)
Nenhum comitê foi instalado em 2011 e 2012

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

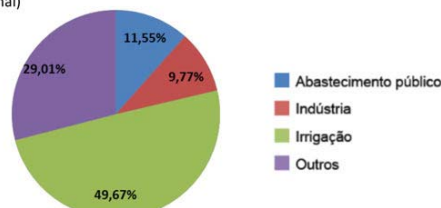
Nenhum Plano de Bacia Interestadual elaborado

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

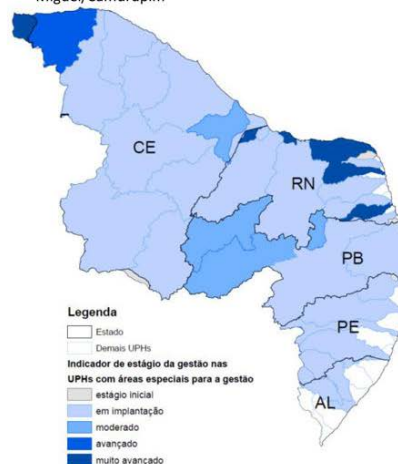
Todos os estados da região têm PERH

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 71,48 m³/s (3,9% do total nacional)



- Número de UPHs = 65
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 45 (69%)
 - Estágio inicial = 4 (Alto Papocas, Guajú, Punaú e Salgado - PE)
 - Em implantação = 28 (Acarau, Alto Jaguaribe, Alto e Médio Paraíba/Taperoá/ Curimataú, Apodi/Mossoró, Aracatiçu, Baixo Paraíba/Mamanguape/Gramame, Banabuiú, Capibaribe, Celmm, Curimataú, Curu, Goiana, Ipojuca, Jacuipe-Una, Litoral - CE, Litorânea RN 02, Maxaranguape, Médio e Baixo Piranhas-Açu, Médio Jaguaribe, Metropolitana, Mundaú - AL, Mundaú - PE, Paraíba - AL, Paraíba - PE, Potengi, Salgado - CE, Trairi e Una)
 - Moderado = 4 (Alto Piranhas-Açu, Alto Seridó, Baixo Jaguaribe e Seridó/Piancó/Espinhares)
 - Avançado = 1 (Coreaú)
 - Muito avançado = 8 (Boqueirão, Ceará Mirim, Jacu, Litorânea RN 01, Litorânea RN 03, Litorânea RN 04, Litorânea RN 05 e São Miguel/Camurupim)



Região Hidrográfica Atlântico Sudeste



Região Hidrográfica Atlântico Sudeste



Dados Gerais

Unidades da Federação = Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Área em território Brasileiro = 214.629 km² (2,5% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 506

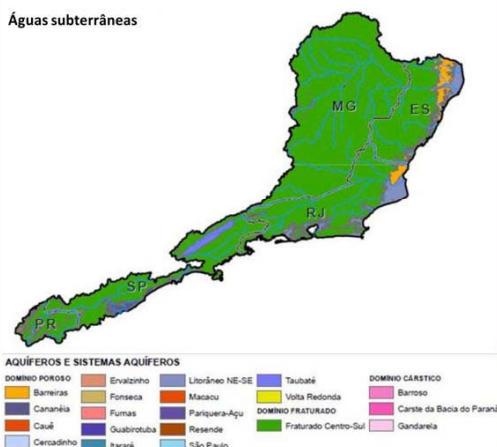
População total (ano 2010) = 28,2 milhões
Urbana = 26 milhões (92%); Rural = 2,2 milhões (8%)

Densidade populacional (hab/km²) = 131,6 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

	BRASIL
Precipitação média (total anual) = 1.401 mm	1.761 mm
Disponibilidade hídrica = 1.145 m ³ /s	91.071 m ³ /s
Vazão média = 3.167 m ³ /s	179.516 m ³ /s
Vazão específica = 14,7 L/s/km ²	20,9 L/s/km ²
Volume máximo de reservação per capita = 372 m ³ /hab	3.607 m ³ /hab

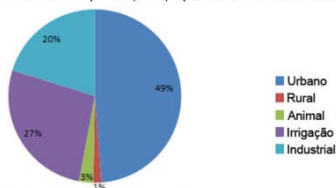
Águas subterrâneas



Usos

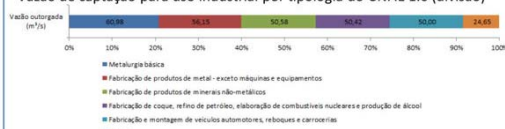
Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 213,7 m³/s (9% da demanda nacional)



Área irrigada = 377.503 ha (6,2% do total do país)

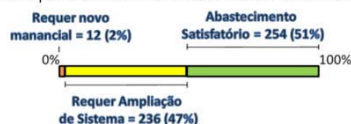
Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 195

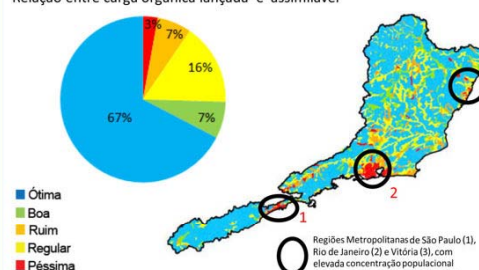


- Cobertura por rede geral de água (2010) = 89% da pop. urbana..... **90,88%**
 - Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 79% da pop. urbana..... **61,76%**
 - Tratamento de esgoto (2008) = 34,5% do esgoto produzido **30%**
- BRASIL**
- Usos não consuntivos**
Hidroeletricidade (2012)
Potencial hidrelétrico aproveitado = 5,4 GW (4,4% da capacidade total instalada no país)

Balanço Hídrico

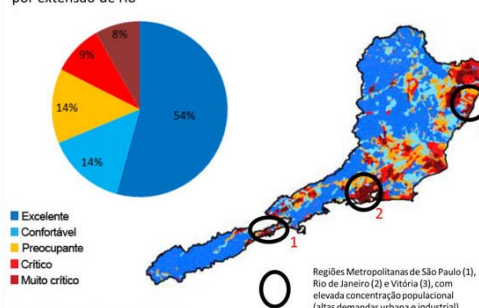
Balanço qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

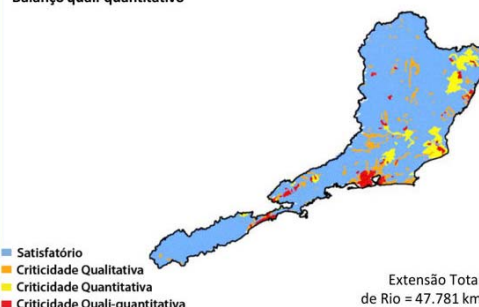


Balanço quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanço quali-quantitativo



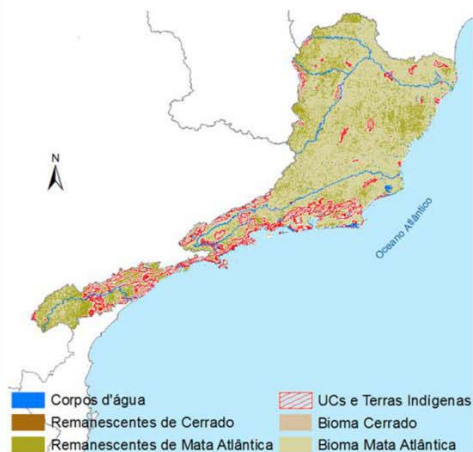
Extensão Total de Rio = 47.781 km



Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 48% de Cerrado e 32% de Mata Atlântica
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 31%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 14%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 333 municípios (65,8% do total da RH), destes 110 com 3 a 8 eventos no período.
 - Em 2012: 98 municípios (19,4% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 39 municípios (7,7% do total da RH), destes 18 com 2, 3 ou 5 eventos no período.
 - Em 2012: 3 municípios (0,006% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

BRASIL

Agrotóxicos (2010)

- Mil toneladas de i. a. comercializados: **7,25** **338,5**
- Milhões de ha de lavouras cultivadas: **1,56** **65,4**
- Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha): **4,59** **5,18**

Fertilizantes (2011)

- Milhões de toneladas consumidas em 2011: **0,36** **11,7**
- Milhões de ha de lavouras cultivadas em 2011: **1,55** **68,2**
- Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):
 - N = **96** **50**
 - P₂O₅ = **53** **57**
 - K₂O = **83** **65**
 - Total = **232** **172**

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia (estaduais/interestaduais)

27 comitês de Bacia estadual
(26 instalados até 2008 e 1 em 2009 – o CBH do Baixo Paraíba do Sul)
3 CBH interestadual (Rio Doce, Paraíba do Sul e Pomba-Muriaé).

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

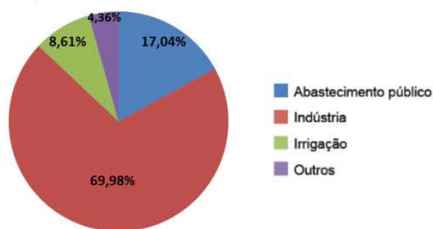
2 planos elaborados: Bacia dos Rios Paraíba do Sul e do Doce.

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

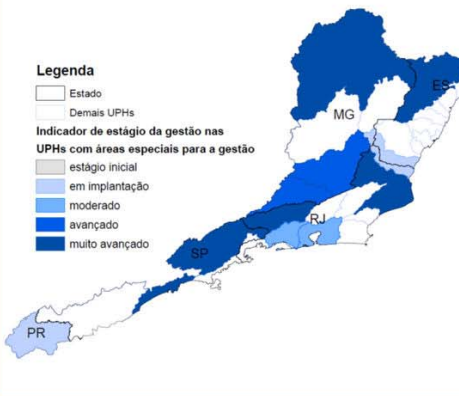
RJ e ES não possuem PERH. O do ES está em fase de contratação.

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 106,89 m³/s (5,8% do total nacional)



- Número de UPHs = 37
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 17 (46%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 0
 - Em implantação = 4 (Alto Itabapoana, Itabapoana - ES, Itabapoana - RJ e Ribeira)
 - Moderado = 2 (Baía de Guanabara e Guandu)
 - Avançado = 2 (Pomba/Muriaé e Preto/Paraibuna)
 - Muito avançado = 9 (Alto Paraíba do Sul, Baixada Santista, Baixo Doce, Baixo Paraíba do Sul, Caratinga, Médio Paraíba do Sul, Piracicaba - MG, Santo Antônio, Suaçuí Grande)



Região Hidrográfica Atlântico Sul



Região Hidrográfica Atlântico Sul

Dados Gerais

Unidades da Federação = São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Área = 187.552 km² (2,2% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 429

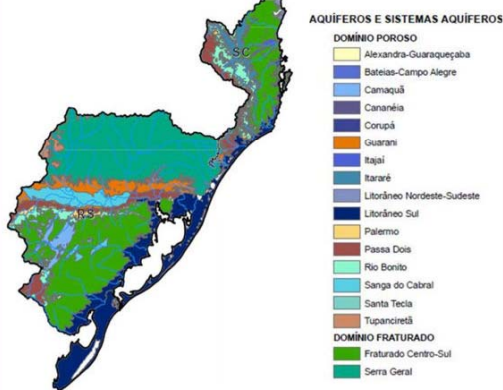
População total (2010) = 13,4 milhões
Urbana = 11,8 milhões (88%); Rural = 1,6 milhões (12%)

Densidade populacional = 71,4 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

Precipitação média (total anual) = 1.644 mm	BRASIL 1.761 mm
Disponibilidade hídrica = 647,4 m ³ /s	91.071 m ³ /s
Vazão média = 4.055 m ³ /s	179.516 m ³ /s
Vazão específica = 21,6 L/s/km ²	20,9 L/s/km ²
Volume máximo de reservação per capita = 11.304 m ³ /hab	3.607m ³ /hab

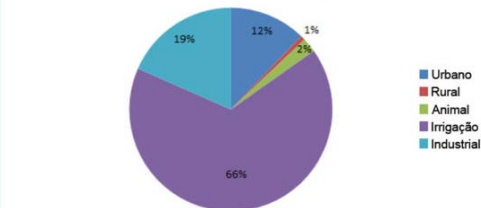
Águas subterrâneas



Usos

Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 295,4 m³/s (12% da demanda nacional)



Área irrigada = 720.875 ha (11,9% do total do país)

Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 421

	BRASIL
• Cobertura por rede geral de água (2010) = 91% da pop. urbana.....	90,88%
• Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 51% da pop. urbana.....	61,76%
• Tratamento de esgoto (2008) = 27,7% do esgoto produzido	30%

Usos não consuntivos

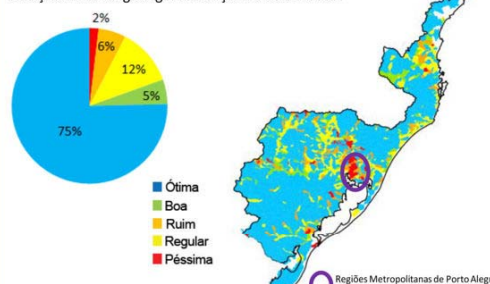
Hidroeletricidade (2012)

Potencial hidrelétrico aproveitado = 2,2 GW (1,8% da capacidade total instalada no país).

Balanco Hídrico

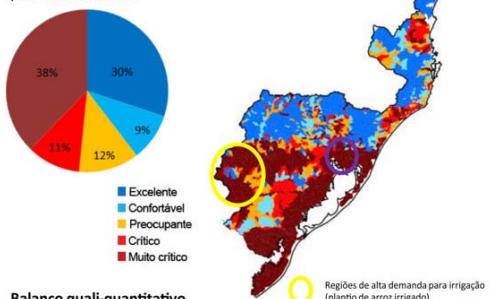
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

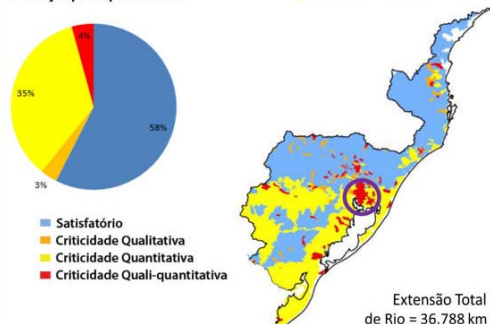


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo

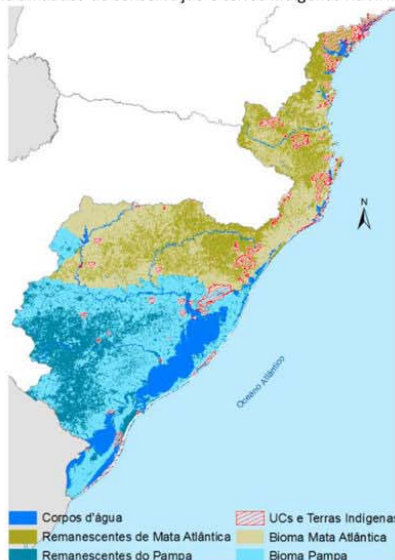




Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 44% de Mata Atlântica e 37% de Pampa
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 39%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 7%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - a) De 2003 a 2012: 329 municípios (76,7% do total da RH), destes 165 com 3 a 15 eventos no período.
 - b) Em 2012: 15 municípios (3,5% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - a) De 2003 a 2012: 303 municípios (70,7% do total da RH), destes 149 com 3 a 10 eventos no período.
 - b) Em 2012: 194 municípios (45,2% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

BRASIL

Agrotóxicos (2010)

• Mil toneladas de i. a. comercializados:	17,29	338,5
• Milhões de ha de lavouras cultivadas:	3,63	65,4
• Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha):	4,76	5,18

Fertilizantes (2011)

• Milhões de toneladas consumidas:	0,652	11,7
• Milhões de ha de lavouras cultivadas:	3,7	68,2
• Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):		
a) N =	59	50
b) P ₂ O ₅ =	59	57
c) K ₂ O =	58	65
d) Total =	176	172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)

22 comitês de Bacia estaduais.
Nenhum novo CBH estadual instalado após 2008.
0 comitê de Bacia interestadual

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

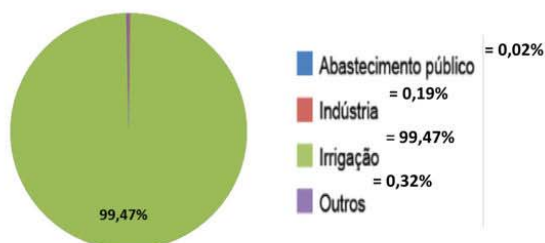
Nenhum plano elaborado

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

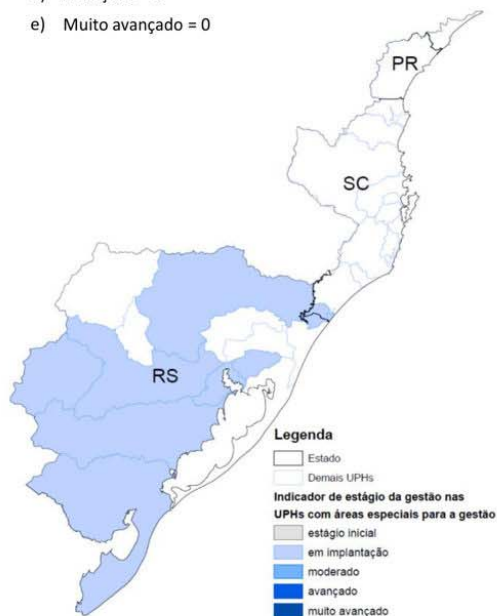
PR e SP têm planos. O PERH do RS está em elaboração.

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 173,63 m³/s (9,4% do total nacional)



- Número de UPHs = 30
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 9 (30%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - a) Estágio inicial = 0
 - b) Em implantação = 9 (Baixo Jacuí, Camaquã, Gravataí, Lago Guaíba, Mampituba (RS), Mampituba (SC), Mirim/São Gonçalo, Taquari/Antas e Vacacaí/Vacacaí Mirim)
 - c) Moderado = 0
 - d) Avançado = 0
 - e) Muito avançado = 0



Região Hidrográfica Paraguai



Região Hidrográfica Paraguai



Dados Gerais

Unidades da Federação = porções dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Área em território Brasileiro = 363.446 km² (4,3% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 74

População total (2010) = 2,16 milhões
Urbana = 1,88 milhões (87%); Rural = 0,28 milhões (13%)

Densidade populacional = 6,0 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

Precipitação média (total anual) = 1.359 mm **BRASIL 1.761 mm**

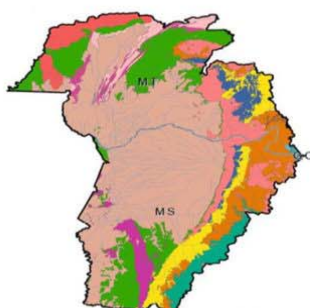
Disponibilidade hídrica = 782 m³/s **91.071 m³/s**

Vazão média = 2.359 m³/s **179.516 m³/s**

Vazão específica = 6,5 L/s/km² **20,9 L/s/km²**

Volume máximo de reservação per capita = 3.449 m³/hab **3.607 m³/hab**

Águas subterrâneas



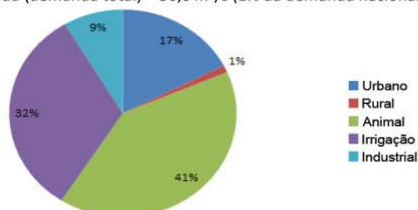
AQUÍFEROS E SISTEMAS AQUÍFEROS

DOMÍNIO POROSO	Guarani	DOMÍNIO FRATURADO
Alto Paraguai	Palermo	Fraturado Centro-Sul
Aquidauana	Pantanal	Serra Geral
Bauru-Caiuá	Parecis	DOMÍNIO CÁRSTICO
Cachoeirinha	Passa Dois	Araras
Coimbra	Ponta Grossa	Corumbá
Fumas		

Usos

Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 30,0 m³/s (1% da demanda nacional)



Área irrigada = 72.281 ha (1,2% do total do país)

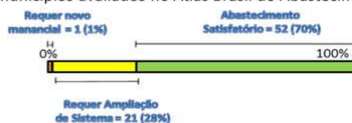
Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 74



- Cobertura por rede geral de água (2010) = 93% da pop. urbana..... **90,88%**
- Cobertura por rede geral de esgotos (010) = 29% da pop. urbana..... **61,76%**
- Tratamento de esgoto (2008) = 12,6% do esgoto produzido **30%**

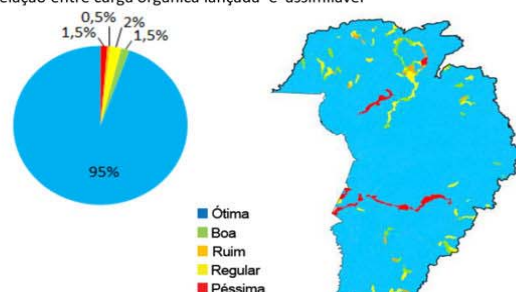
Usos não consuntivos - Hidroeletricidade (2012)

Potencial hidrelétrico aproveitado = 1,2 GW (0,96% da capacidade total instalada no país).

Balanco Hídrico

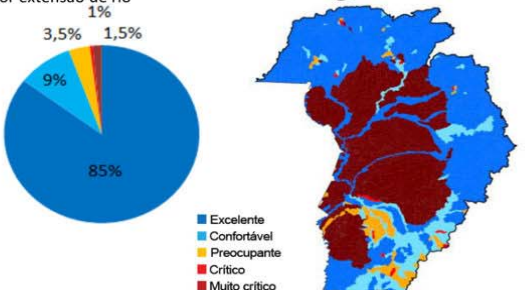
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

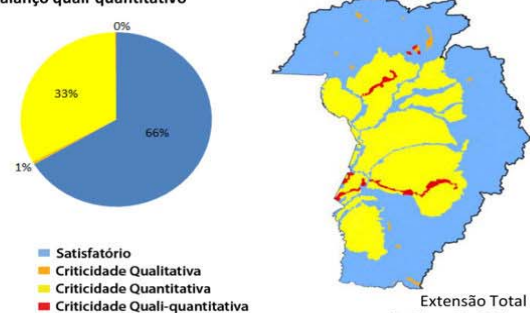


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo



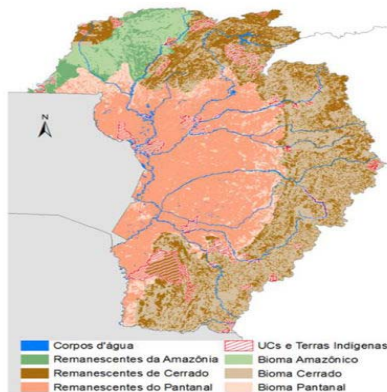
Extensão Total de Rio = 60.602 km



Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 35% de Amazônia, 41% de Cerrado e 85% de Pantanal.
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 58%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 5%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 28 municípios (37,8% do total da RH), destes 15 com 2 a 4 eventos no período.
 - Em 2012: 2 municípios (2,7% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 26 municípios (35,1% do total da RH), destes 3 com 3 eventos no período.
 - Em 2012: nenhum

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

	BRASIL
Agrotóxicos (2010)	
Mil toneladas de i. a. comercializados: 10,5	338,5
Milhões de ha de lavouras cultivadas: 1,9	65,4
Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha): 5,45	5,18
Fertilizantes (2011)	
Milhões de toneladas consumidas: 0,358	11,7
Milhões de ha de lavouras cultivadas: 2,0	68,2
Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):	
a) N = 33	50
b) P ₂ O ₅ = 68	57
c) K ₂ O = 78	65
d) Total = 179	172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)

- 1 CBH estadual (CBH do Rio Miranda) instalado em 2005
- Nenhum CBH interestadual instalado

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

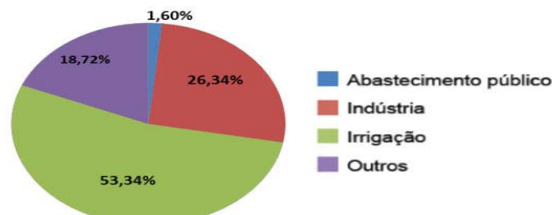
Nenhum plano elaborado

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

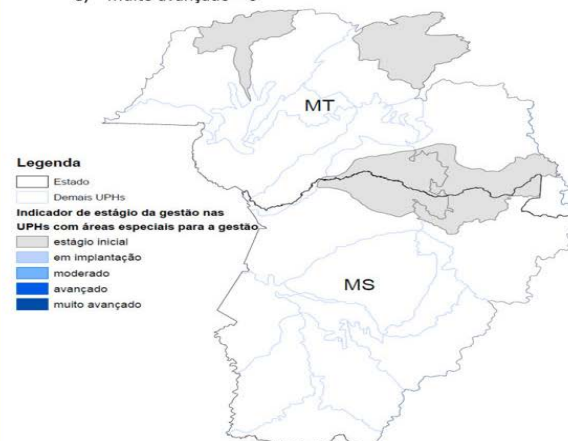
Os PERH do MTe MS foram elaborados em 2009.

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 2,98 m³/s (0,16% do total nacional)



- Número de UPHs = 25
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 4 (16%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 4 (Alto Correntes, Alto Cuiabá, Piquiri (MT/MS) e Sepotuba)
 - Em implantação = 0
 - Moderado = 0
 - Avançado = 0
 - Muito avançado = 0



Região Hidrográfica Paraná



Região Hidrográfica do Paraná



Dados Gerais

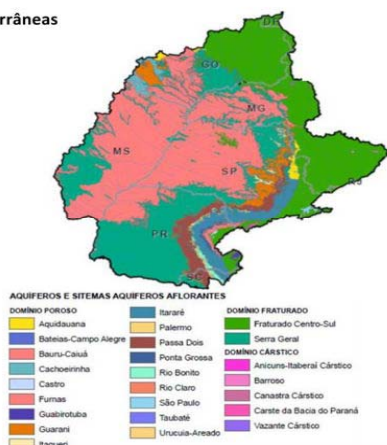
- Unidades da Federação = São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Distrito Federal
- Área = 879.873 km² (10% do território nacional)
- Número de municípios com sede na bacia = 1.401
- População total (2010) = 61,3 milhões
 - Urbana = 57,1 milhões (93%); Rural = 4,2 milhões (7%)
- Densidade populacional = 69,7 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

Águas Superficiais

- Precipitação média (total anual) = 1.543 mm 1.761 mm
- Disponibilidade hídrica = 5.956 m³/s 91.071 m³/s
- Vazão média = 11.831 m³/s 179.516 m³/s
- Vazão específica = 13,0 L/s/km² 20,9 L/s/km²
- Volume máximo de reservação per capita = 4.047 m³/hab 3.607 m³/hab

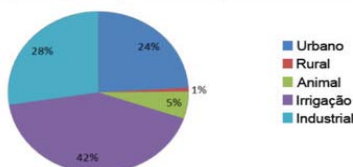
Águas subterrâneas



Usos

Usos consuntivos (2010)

- Vazão de retirada (demanda total) = 736 m³/s (31% da demanda nacional)



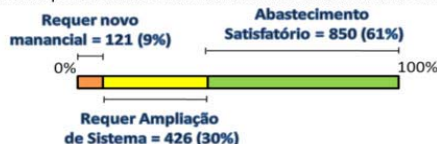
- Área irrigada = 2.106.232 ha (34,8% do total do País)
7,5% da área plantada na região
- Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

- Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 1.397



- Cobertura por rede geral de água (2010) = 96% da pop. urbana..... 90,88%
- Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 80% da pop. urbana..... 61,76%
- Tratamento de esgoto (2008) = 44% do esgoto produzido 30%

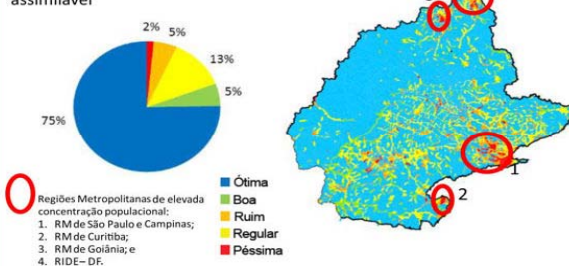
Usos não consuntivos - Hidroeletricidade (2012)

- Potencial hidrelétrico aproveitado = 41,6GW (34,4% da capacidade total instalada no país).
- 1 UHE entrou em operação em 2012 (Mauá, no Rio Tibagi)

Balanco Hídrico

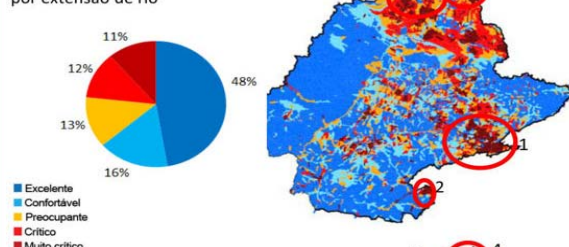
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

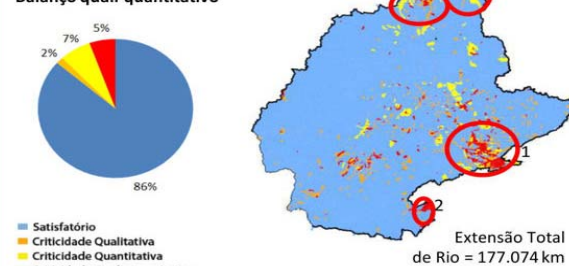


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo





Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na região: 18% de Cerrado e 15% de Mata Atlântica
- Área de cobertura de vegetação nativa remanescente dos biomas na região: 16%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na região: 6%
- Áreas de cabeceira da região com vegetação remanescente: 20%



- Corpos d'água
- Remanescentes de Cerrado
- Bioma Cerrado
- Remanescentes de Mata Atlântica
- Bioma Mata Atlântica
- UCs e Terras Indígenas

Eventos críticos de quantidade e de qualidade:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 324 municípios (23,1% do total da região), dos quais 33 apresentaram 3 a 5 eventos no período.
 - Em 2012: 28 municípios (2% do total da região)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 312 municípios (22,3% do total da região), dos quais 65 apresentaram 3 a 5 eventos no período.
 - Em 2012: 143 municípios (10,2% do total da região)
- Número de acidentes ambientais com efeitos em corpos hídricos entre 2009 e 2012 = 191 (37% do total nacional)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

	BRASIL
Agrotóxicos (2010)	
Mil toneladas de i. a. comercializados: 10,5	338,5
Milhões de ha de lavouras cultivadas: 1,9	65,4
Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha): 6,57	5,18
Fertilizantes (2011)	
Milhões de toneladas consumidas: 0,358	11,7
Milhões de ha de lavouras cultivadas: 2,0	68,2
Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):	
a) N = 33	50
b) P ₂ O ₅ = 61	57
c) K ₂ O = 73	65
d) Total = 198	172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)

- 40 comitês de bacias estaduais, sendo 3 instalados no período de 2009 a 2011
- 2 comitês de bacias interestaduais (Paranaíba e PCI)

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

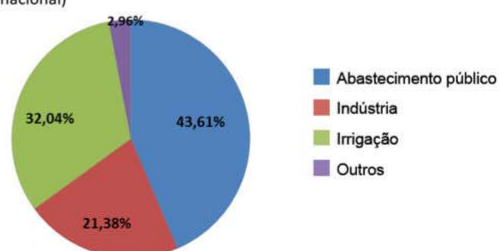
- 1 plano já elaborado (PCI) e 1 em elaboração (Paranaíba)

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

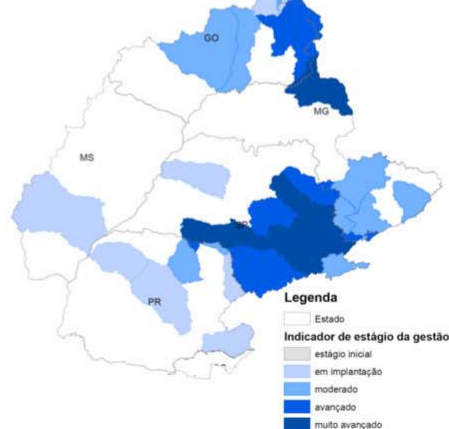
- Apenas o Estado de SC não têm ainda seu PERH

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 423,78 m³/s (22,8% do total nacional)



- Número de UPHs = 73
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 34 (47%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 0
 - Em implantação = 8 (Itararé, Alagado, Alto Corumbá, Alto Iguaçu, Alto Ivaí, Baixo Ivaí, Baixo Tietê, Ivinhema)
 - Moderado = 11 (Alto Grande, Alto Tietê, Baixo Tibagi, Bois, Descoberto, Entorno do Reservatório de Furnas, Lago Paranoá, Meia Ponte, Mogi-Guaçu/Pardo, Sapucaí, Sub-Alto Paranapanema - PR)
 - Avançado = 10 (Alto Canoas, Alto Paranapanema - SP, Jaguari, Mantiqueira, Médio Baixo Corumbá, Médio Paranapanema - PR, Pardo - SP, São Bartolomeu, São Marcos, Tietê/Jacaré)
 - Muito avançado = 5 (Dourados/Represa de Emborcação, Médio Paranapanema - SP, Mogi-Guaçu, Piracicaba/Capivari/Jundiá, Tietê/Sorocaba)



Região Hidrográfica Parnaíba



Região Hidrográfica Parnaíba



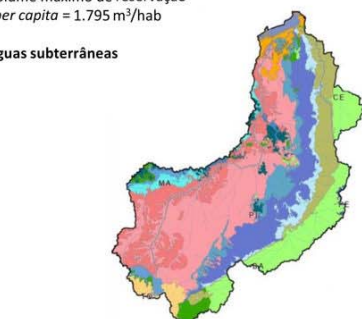
Dados Gerais

Unidades da Federação = Piauí e parte do Maranhão e Ceará
 Área = 333.056 km² (3,9% do território nacional)
 Número de municípios com sede na bacia = 263
 População total (2010) = 4,15 milhões
 Urbana = 2,69 milhões (65%); Rural = 1,46 milhões (35%)
 Densidade populacional = 12,5 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

Precipitação média (total anual) = 1.064mm **BRASIL 1.761 mm**
 Disponibilidade hídrica = 379 m³/s (considerando a vazão regularizada pelos reservatórios da região) **91.071 m³/s**
 Vazão média = 767 m³/s **179.516 m³/s**
 Vazão específica = 2,3 L/s/km² **20,9 L/s/km²**
 Volume máximo de reservação per capita = 1.795 m³/hab **3.607 m³/hab**

Águas subterrâneas

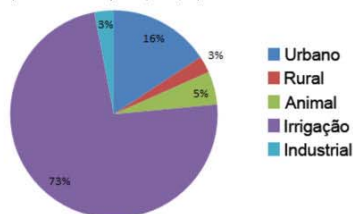


AQUÍFEROS E SISTEMAS AQUÍFEROS AFLORANTES			
DOMÍNIO PORFÍRICO	Domínio Nordeste-Sudeste	Pot-Piauí	DOMÍNIO FRATURADO
Barragem	Longá	Sambaíba	Fraturado Semiárido
Cabeças	Moloca	Serra Grande	Fraturado Centro-Sul
Conda	Pastos Bons	Superior da Bacia do Araripe	DOMÍNIO CARSTICO
Dois Irmãos	Pedra de Fogo	Uruçu-Araújo	Santana
Rapexuru	Pimenteira		

Usos

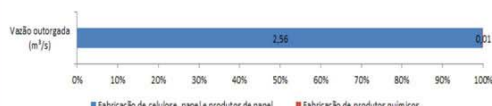
Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 50,9 m³/s (2% da demanda nacional)



Área irrigada = 69.587 ha (1,2% do total do país)

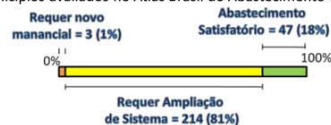
Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 264



- Cobertura por rede geral de água (2010) = 91% da pop. urbana..... **90,88%**
- Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 10% da pop. urbana..... **61,76%**
- Tratamento de esgoto (2008) = 6,2% do esgoto produzido **30%**

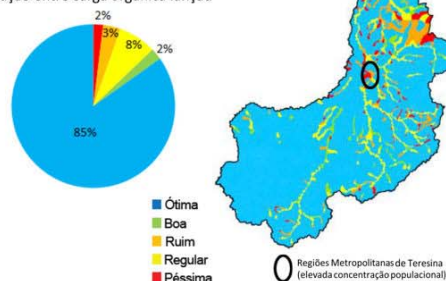
Usos não consuntivos - Hidroeletricidade (2012)

Potencial hidrelétrico aproveitado = 0,25 GW (0,2% da capacidade total instalada no país).

Balanco Hídrico

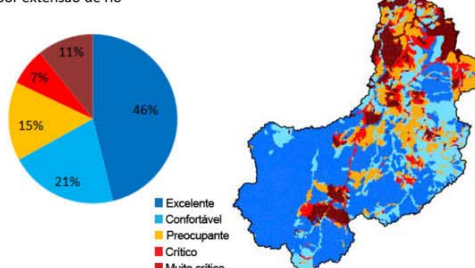
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada

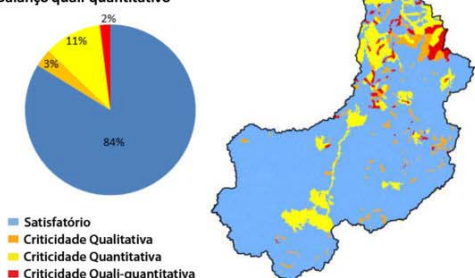


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo



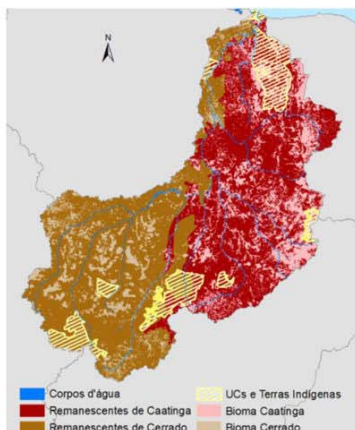
Extensão Total de Rio = 62.577 km



Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 68% de Caatinga e 83% de Cerrado
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 75%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 10%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 113 municípios (43% do total da RH), destes 39 com 2 ou 3 eventos no período.
 - Em 2012: nenhum
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 229 municípios (87% do total da RH), destes 59 com 6 a 10 eventos no período.
 - Em 2012: 217 municípios (82,5% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

	BRASIL
Agrotóxicos (2010)	
Mil toneladas de i. a. comercializados: 4,5	338,5
Milhões de ha de lavouras cultivadas: 1,96	65,4
Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha): 2,31	5,18
Fertilizantes (2011)	
Milhões de toneladas consumidas em 2011: 0,193	11,7
Milhões de ha de lavouras cultivadas em 2011: 2,2	68,2
Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):	
a) N = 13	50
b) P ₂ O ₅ = 40	57
c) K ₂ O = 36	65
d) Total = 88	172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)

1 comitê de Bacia estadual instalado em 2009
Nenhum comitê de Bacia interestadual instalado

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

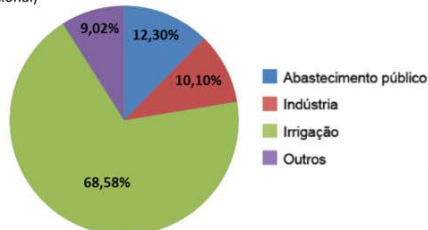
Nenhum plano elaborado

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

O MA, único estado da região que não tem PERH, iniciou a sua contratação em 2012.

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 61,75 m³/s (3,3% do total nacional)



- Número de UPHs = 9
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 5 (55%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 0
 - Em implantação = 5 (Alto Poti - CE, Longá, Nascentes do Longá - CE, Piauí/Canindé/Poti e Uruçui/Preto/Gurguéia)
 - Moderado = 0
 - Avançado = 0
 - Muito avançado = 0





Região Hidrográfica São Francisco



Dados Gerais

Unidades da Federação = Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás, e Distrito Federal

Área = 638.576 km² (7,5% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 453

População total (2010) = 14,3 milhões
Urbana = 11 milhões (77%); Rural = 3,3 milhões (23%)

Densidade populacional = 22,4 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

	BRASIL
Precipitação média (total anual) = 1.003 mm	1.761 mm

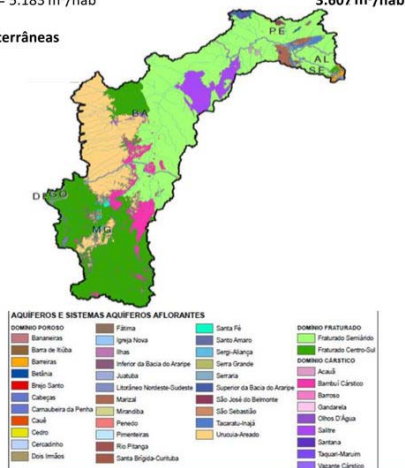
Disponibilidade hídrica = 1.886 m³/s **91.071 m³/s**

Vazão média = 2.846 m³/s **179.516m³/s**

Vazão específica = 4,5 L/s/km² 20,9 L/s/km²

Volume máximo de reservação
per capita = 5.183 m³/hab

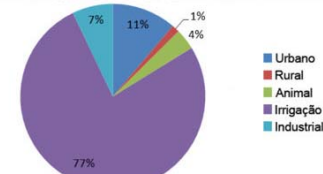
Águas subterrâneas



Usos

Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 278,8 m³/s (9,8% da demanda Nacional)



Área irrigada = 872.934 ha (14,4% do total do país)

Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 450



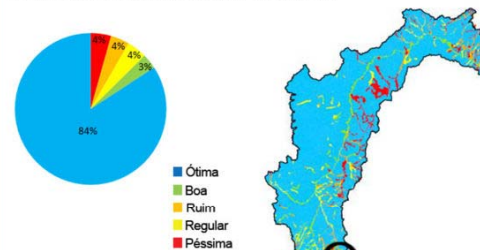
- | | |
|--|--------|
| • Cobertura por rede geral de água (2010) = | |
| 96% da pop. urbana..... | 90,88% |
| • Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = | |
| 70% da pop. urbana..... | 61,76% |
| • Tratamento de esgoto (2008) = | |
| 21,6% do esgoto produzido | 30% |

Usos não consuntivos - Hidroeletricidade (2012)
Potencial hidrelétrico aproveitado = 10,7 GW (8,9% da capacidade total instalada no país).

Balanço Hídrico

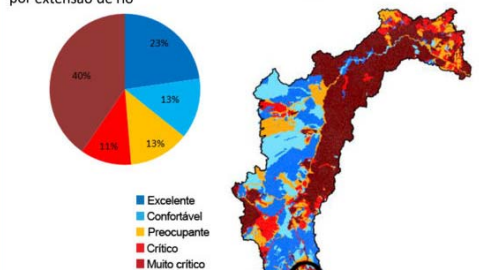
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

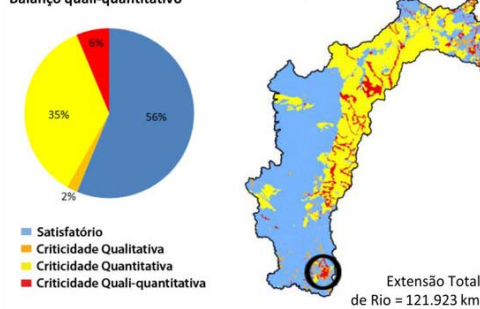


Balanço quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica
por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo





Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa:

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 51% de Caatinga, 55% de Cerrado e 29% de Mata Atlântica
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 53%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 11%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 169 municípios (37,3% do total da RH), destes 54 com 2 a 4 eventos no período.
 - Em 2012: 31 municípios (6,8% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 273 municípios (60,3% do total da RH), destes 105 com 6 a 10 eventos e outros 45 com mais de 10 eventos no período.
 - Em 2012: 258 municípios (56,9% do total da RH)

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

BRASIL

Agrotóxicos (2010)

- Mil toneladas de i. a. comercializados em 2010: **18,1** **338,5**
- Milhões de ha de lavouras cultivadas em 2010: **4,5** **65,4**
- Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha): **4,02** **5,18**

Fertilizantes (2011)

- Milhões de toneladas consumidas em 2011: **0,838** **11,7**
- Milhões de ha de lavouras cultivadas em 2011: **4,77** **68,2**
- Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):
 - N = 55 **50**
 - P₂O₅ = 55 **57**
 - K₂O = 65 **65**
 - Total = 175 **172**

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)

16 comitês de Bacia estaduais
2 comitês de Bacia interestaduais (São Francisco e Verde Grande)
Nenhum novo CBH instalado no período de 2009 a 2012

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

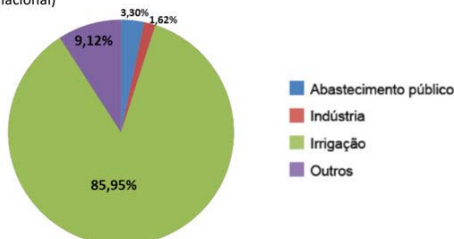
2 planos elaborados (Bacia do Rio São Francisco)
O plano da Bacia do Rio Verde Grande aprovado em 2011

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

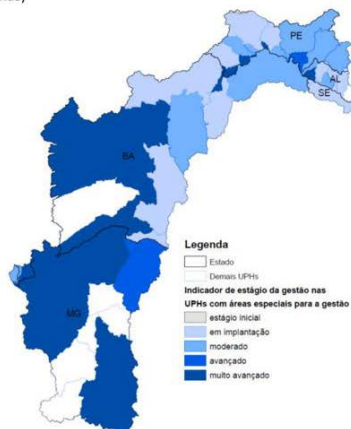
Todos os estados da região já possuem seus PERH

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 686,96 m³/s (37% do total nacional)



- Número de UPHs = 51
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 44 (86%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 1 (Brigida)
 - Em implantação = 15 (Afluentes ME Lago de Sobradinho, Baixo Ipanema, Baixo São Francisco - SE, Boa Vista, Capiá - AL, Capiá - PE, Curituba, Nascentes Brigida, Paramirim/Carnaúba de Dentro/Santo, Onofre, Pontal, Salitre, Terra Nova, Traipu - AL, Traipu - PE, Verde Grande - BA)
 - Moderado = 11 (Alto Ipanema, Curaçá/Macururé, Garças, Moxotó - AL, Moxotó - PE, Pajeú, Preto, Riacho Grande, Terra Nova/Pajeú, Urimamã e Verde/Jacaré)
 - Avançado = 2 (Represa de Itaparica e Verde Grande - MG)
 - Muito avançado = 15 (Brigida/Terra Nova, Carinhanha - MG, Carinhanha - BA, Das Porteiras, Grande São Francisco, Jusante Lago de Sobradinho, Pandeiros/Calindo, Pará - MG, Paracatu, Paraopeba, Recreio/Poção, São Francisco - BA, Seco, Uruçuia e Velhas)



Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia



Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia



Dados Gerais

Unidades da Federação = Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Distrito Federal.

Área em território Brasileiro = 921.921 km² (10,8% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 384

População total (2010) = 8,57 milhões
Urbana = 6,53 milhões (76%); Rural = 2,04 milhões (24%)

Densidade populacional = 9,3 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

Precipitação média (total anual) = 1.774 mm	BRASIL 1.761 mm
Disponibilidade hídrica = 5.447 m ³ /s	91.071 m ³ /s
Vazão média = 13.779 m ³ /s	179.516 m ³ /s
Vazão específica = 15,1 L/s/km ²	20,9 L/s/km ²
Volume máximo de reservação per capita = 13.508 m ³ /hab	3.607 m ³ /hab

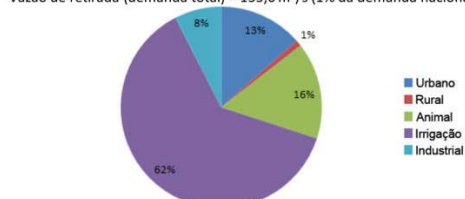
Águas subterrâneas



Usos

Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 135,6 m³/s (1% da demanda nacional)



Área irrigada = 268.493 ha (4,4% do total do país)

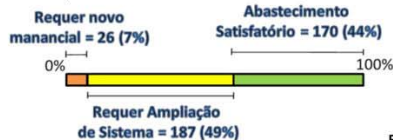
Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 383



- Cobertura por rede geral de água (2010) = 73% da pop. urbana..... 90,88%
- Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 18% da pop. urbana..... 61,76%
- Tratamento de esgoto (2008) = 7,9% do esgoto produzido 30%

Usos não consuntivos - Hidroeletricidade (2012)

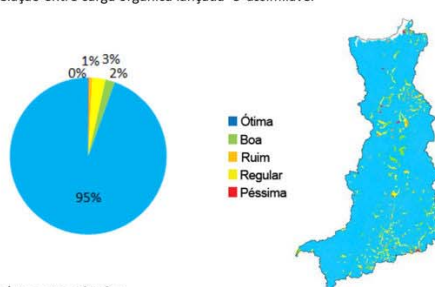
Potencial hidrelétrico aproveitado = 13,6 GW (11,2% da capacidade total instalada no país).

1 UHE entrou em operação em 2012 (Estreito, no Rio Tocantins).

Balanco Hídrico

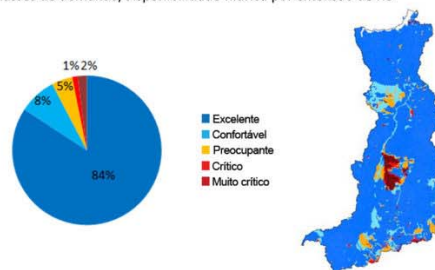
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável

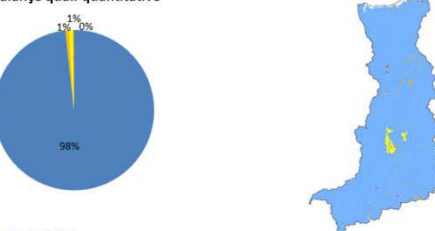


Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali-quantitativo



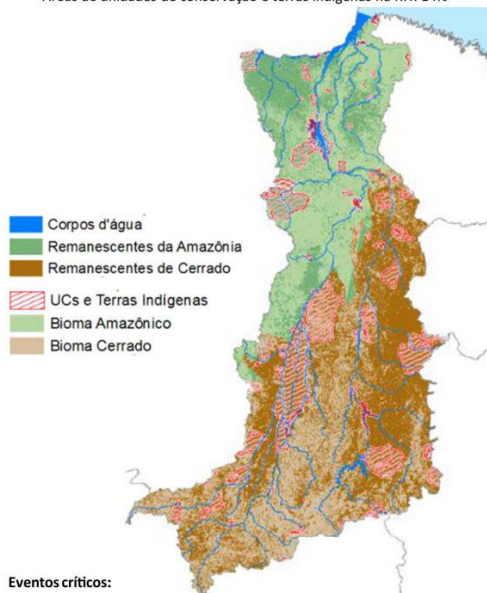
Extensão Total de Rio = 164.619 km



Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 39% de Amazônia e 60% de Cerrado
- Área de cobertura de vegetação remanescente dos biomas na RH: 53%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 14%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 64 municípios (16,6% do total da RH), destes 6 com 3, 4 ou 6 eventos no período.
 - Em 2012: 8 municípios (2,1% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 26 municípios (6,7% do total da RH), destes 13 com 2 a 4 eventos no período.
 - Em 2012: nenhum

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes:

	BRASIL
Agrotóxicos (2010)	
Mil toneladas de i. a. comercializados:	18,76
Milhões de ha de lavouras cultivadas:	3,34
Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha):	4,71
Fertilizantes (2011)	
Milhões de toneladas consumidas:	0,638
Milhões de ha de lavouras cultivadas:	3,6
Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha):	
a) N = 35	50
b) P ₂ O ₅ = 69	57
c) K ₂ O = 74	65
d) Total = 178	172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia Hidrográfica

6 comitês de Bacia estadual - 4 instalados em 2012
Nenhum comitê de Bacia interestadual

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

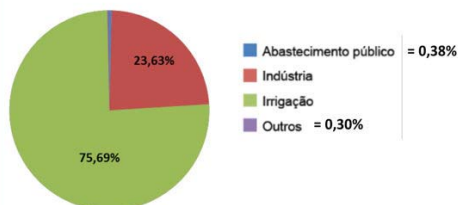
1 Plano de Bacia Interestadual (Plano da Bacia dos Rios Tocantins-Araguaia)

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

Apenas os estados do MA e PA ainda não têm seus PERH.
No MA o PERH encontra-se em fase de contratação.

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 150,66 m³/s (1,6% do total nacional)



- Número de UPHs = 20
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 6 (30%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 0
 - Em implantação = 3 (Alto Araguaia, Alto Tocantins e Itacaiunas)
 - Moderado = 2 (Alto Médio Araguaia e Paranã)
 - Avançado = 0
 - Muito avançado = 1 (Médio Araguaia)

Legenda

- Estado
- Demais UPHs
- Indicador de estágio da gestão nas UPHs com áreas especiais para a gestão
 - estágio inicial
 - em implantação
 - moderado
 - avançado
 - muito avançado



Região Hidrográfica Amazônica



Região Hidrográfica Amazônica



Dados Gerais

Unidades da Federação = Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso

Área = 3.869.953 km² (45% do território nacional)

Número de municípios com sede na bacia = 274

População total (2010) = 9,7 milhões

Urbana = 7,1 milhões (73%); Rural = 2,6 milhões (27%)

Densidade populacional = 2,51 hab/km²

Disponibilidade Hídrica

Águas Superficiais

	BRASIL
Precipitação média histórica (total anual) = 2.205 mm	1.761 mm
Disponibilidade hídrica = 73.748 m ³ /s	91.071 m ³ /s
Vazão média = 132.145 m ³ /s	179.516 m ³ /s
Vazão específica = 34,1 L/s/km ²	20,9 L/s/km ²
Volume máximo de reservação per capita = 2.181 m ³ /hab	3.607 m ³ /hab

Águas subterrâneas



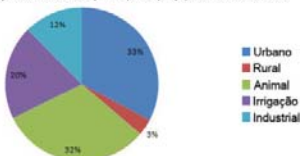
AQUÍFEROS E SISTEMAS AQUÍFEROS AFLORANTES NA RH AMAZÔNICA

Domínio Carístico	Domínio Poroso	Domínio Fraturado
Amazônia Ocidental	Amazônia Oriental	Amazônia Setentrional
Amazônia Meridional	Amazônia Central	Amazônia Sul
Amazônia Norte	Amazônia Sul	Amazônia Leste
Amazônia Oeste	Amazônia Leste	Amazônia Sudeste
Amazônia Sudoeste	Amazônia Nordeste	Amazônia Sudeste
Amazônia Sudeste	Amazônia Sudoeste	Amazônia Nordeste
Amazônia Sudoeste	Amazônia Nordeste	Amazônia Sudeste
Amazônia Sudoeste	Amazônia Nordeste	Amazônia Sudeste
Amazônia Sudoeste	Amazônia Nordeste	Amazônia Sudeste

Usos

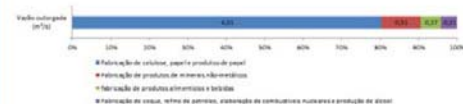
Usos consuntivos (2010)

Vazão de retirada (demanda total) = 78,8 m³/s (3,3% da demanda nacional)



Área irrigada = 149.309 ha (2,5% do total do país)

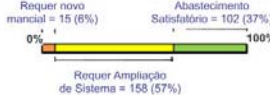
Vazão de captação para uso industrial por tipologia do CNAE 1.0 (divisão)



Usos

Usos Infraestrutura de abastecimento urbano de água (2010)

Total de municípios avaliados no Atlas Brasil do Abastecimento Urbano = 275



Cobertura por rede geral de água (2010) = 68% da pop. urbana.....	90,88%
Cobertura por rede geral de esgotos (2010) = 17% da pop. urbana.....	61,76%
Tratamento de esgoto (2008) = 4,6% do esgoto produzido	30%

Usos não consuntivos Hidroeletricidade (2012)

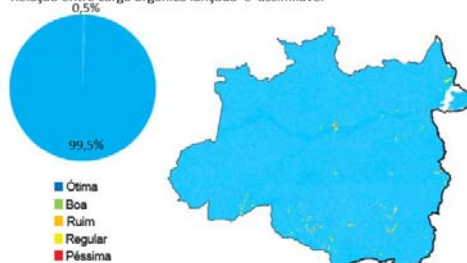
Potencial hidrelétrico aproveitado = 2,3 GW (1,8% do total da capacidade total instalada no país).

2 UHEs entraram em operação em 2011 (Dardanelos, no Rio Aripuanã MT, e Rondon II, no Rio Comemoração RO) e 1 UHE entrou em operação em 2012 (Santo Antônio, no Rio Madeira RO).

Balanco Hídrico

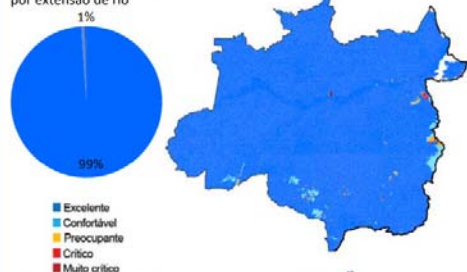
Balanco qualitativo

Relação entre carga orgânica lançada e assimilável



Balanco quantitativo

Classes de demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rio



Balanco quali quantitativo



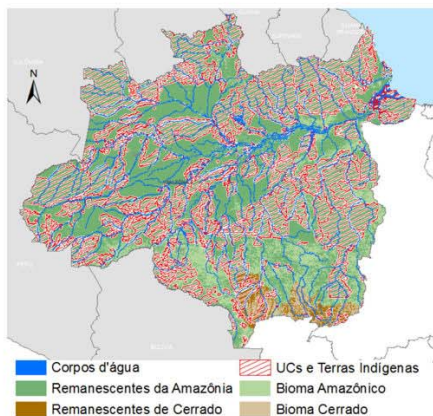
Extensão Total de Rio = 737.679 km



Vulnerabilidades

Redução da vegetação nativa

- Área de cobertura de vegetação remanescente do bioma em relação a sua área original na RH: 87% de Amazônia e 60% de Cerrado
- Área de cobertura de vegetação nativa remanescente dos biomas na RH: 85%
- Áreas de unidades de conservação e terras indígenas na RH: 53%
- Áreas de cabeceira da região com vegetação remanescente: 86%



Eventos críticos:

- Enchentes, alagamentos, enxurradas e inundações:
 - De 2003 a 2012: 147 municípios (53,6% do total da RH), destes 29 com 3 a 5 eventos no período.
 - Em 2012: 86 municípios (31,4% do total da RH)
- Secas e estiagens
 - De 2003 a 2012: 78 municípios (28,5 % do total da RH) com 1 ou 2 eventos no período.
 - Em 2012: 1 município

Potencial de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes

		BRASIL
Agrotóxicos (2010)		
Mil toneladas de i. a. comercializados :	44,2	338,5
Milhões de hectares de lavouras cultivadas :	8,3	65,4
Quantidade média comercializada de ingrediente ativo (i.a.) por unidade de área cultivada (kg/ha) =	5,33	5,18
Fertilizantes (2011)		
Milhões de toneladas consumidas :	1,46	11,7
Milhões de ha de lavouras cultivadas :	8,3	68,2
Quantidade média comercializada por unidade de área cultivada (kg/ha) :		
a) N =	33	50
b) P ₂ O ₅ =	61	57
c) K ₂ O =	73	65
d) Total =	198	172

Gestão de Recursos Hídricos

Comitês de Bacia (estaduais/interestaduais)

1 comitê de Bacia estadual instalado em 2006.
Nenhum comitê de Bacia interestadual instalado

Planos de Recursos Hídricos (interestaduais)

Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita (PERH MDA), aprovado pelo CNRH em junho de 2011.
Abrangência do Plano: 66% da área da região hidrográfica

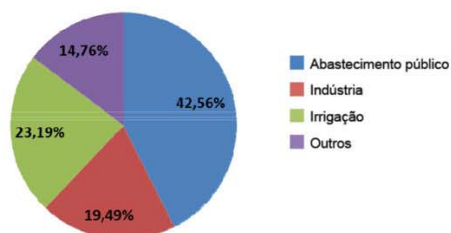
Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH)

AC (2011) e MT (2009) têm PERH elaborados.
RR possui um plano de estruturação do Sistema de Gerenciamento dos RH do Estado (2009).

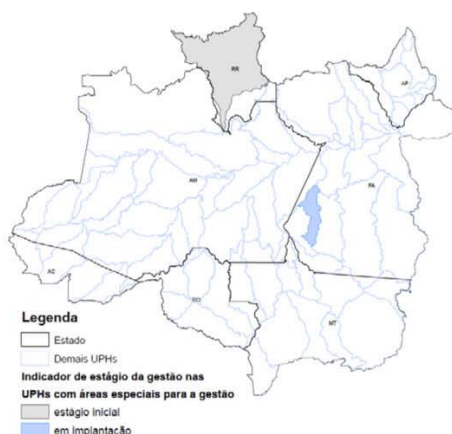
Em RO o PERH está em fase de contratação.

Outorgas de uso da água emitidas pela ANA (até dezembro de 2012)

Vazão outorgada total para uso consuntivo = 30,51 m³/s (1,6% do total nacional)



- Número de UPHs = 76
- Número de UPHs com áreas especiais de gestão = 2 (3%)
 - Estágio de avanço da gestão dos recursos hídricos (nº de UPHs com áreas especiais de gestão)
 - Estágio inicial = 1 (Branco)
 - Em implantação = 1 (Médio Tapajós)
 - Moderado = 0
 - Avançado = 0
 - Muito avançado = 0



ANEXO XII - Informações Prestadas Pela Caixa Econômica Federal

Informações Prestadas Pela Caixa Econômica Federal

1 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro 145 - Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - 443002

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	4.546.345,02	597.800,00	2.026.145,02	1.922.400,00
2012	6.667.231,76	3.450.659,16	2.749.739,80	466.832,80
2011				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2011	52.010,93	-	-	52.010,93

2 Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

2.1 O Quadro A.6.5.1, apresenta informações acerca da caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Quadro 146 - Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: ANA										
CNPJ: 04204444000280				UG/GESTÃO: 443002/44205						
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Nº SIAFI	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	0149112-86	470008	18715508000131	5.123.553,57	1.537.066,07	0,00	3.586.487,50	28/11/2002	30/03/2015	1 - Adimplente
2	0156042-87	493799	28695658000184	1.200.000,00	200.000,00	0,00	1.000.000,00	22/12/2003	03/03/2015	1 - Adimplente
2	0187621-44	542243	88073291000199	2.263.177,77	783.372,77	0,00	1.461.500,82	27/12/2005	31/12/2014	1 - Adimplente
2	0188395-20	550496	01615882000162	4.025.901,80	332.901,80	0,00	3.693.000,00	30/12/2005	01/03/2015	3 - Inadimplência Suspensa
2	0215222-27	584988	88073291000199	7.412.032,42	1.412.032,42	0,00	6.000.000,00	29/12/2006	30/12/2015	1 - Adimplente
2	0215221-13	585745	01682869000126	5.701.520,00	1.451.520,00	0,00	4.250.000,00	29/12/2006	31/12/2015	1 - Adimplente
2	0247896-48	610939	15412257000128	335.020,00	35.020,00	0,00	300.000,00	31/12/2007	30/03/2015	1 - Adimplente
2	0247897-53	610940	15412257000128	381.859,70	56.402,70	0,00	325.457,00	31/12/2007	30/03/2015	1 - Adimplente
2	0247898-67	610941	15412257000128	4.637.807,02	1.187.807,02	0,00	3.450.000,00	31/12/2007	30/11/2015	1 - Adimplente
2	0314544-06	730624	03501509000106	888.000,00	88.000,00	0,00	800.000,00	31/12/2009	30/03/2016	1 - Adimplente
2	0369472-08	762246	03501509000106	1.150.000,00	150.000,00	0,00	1.000.000,00	30/12/2011	30/04/2016	1 - Adimplente
2	0370096-67	762662	46599809000182	476.715,20	48.715,20	0,00	428.000,00	30/12/2011	20/10/2015	1 - Adimplente
2	0371581-67	764825	46680500000112	648.000,00	105.000,00	0,00	0,00	31/12/2011	30/12/2015	1 - Adimplente
2	0371582-71	764949	18431312000115	449.872,10	44.987,21	0,00	404.884,89	30/12/2011	30/04/2015	1 - Adimplente
2	0373247-46	766290	20266755000140	625.787,96	77.798,89	0,00	547.989,07	30/12/2011	30/09/2014	1 - Adimplente
2	1002266-12	780532	87615449000142	816.200,00	16.700,00	0,00	799.500,00	27/12/2012	31/07/2015	1 - Adimplente
2	1002264-61	780533	07442981000176	476.360,00	9.527,20	0,00	0,00	24/06/2014	10/12/2017	1 - Adimplente
2	1002272-34	780534	88847082000155	1.040.000,00	40.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	31/12/2012	30/10/2015	1 - Adimplente
2	1002267-37	780536	18715573000167	1.649.920,00	150.000,00	0,00	0,00	31/12/2012	31/07/2014	1 - Adimplente
2	1002270-95	780537	07891658000180	463.081,43	9.261,63	0,00	0,00	28/12/2012	30/12/2015	1 - Adimplente
2	1002269-78	780538	05016202000145	799.941,00	79.994,10	719.946,90	719.946,90	28/12/2012	28/12/2015	1 - Adimplente
2	1002271-19	780539	07540925000174	521.680,88	10.433,62	511.247,26	511.247,26	22/05/2013	20/12/2015	1 - Adimplente
2	1002268-53	780540	02056729000105	1.354.961,00	135.496,00	1.219.465,00	1.219.465,00	24/12/2012	28/02/2015	1 - Adimplente
2	1006928-09	787667	29051216000168	465.000,00	18.600,00	0,00	0,00	19/12/2013	19/09/2016	1 - Adimplente

2	1006929-24	788106	83102293000145	760.000,00	76.000,00	0,00	0,00	02/12/2013	30/10/2015	1 - Adimplente
2	1008946-05	789206	10355504000188	610.000,00	12.200,00	597.800,00	597.800,00	21/05/2014	01/10/2015	1 - Adimplente
2	1008945-81	789210	45290418000119	440.000,00	44.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2016	1 - Adimplente
2	1009203-50	789213	45279643000154	440.000,00	44.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	27/12/2016	1 - Adimplente
2	1022017-87	814351	03755477000175	707.000,00	7.070,00	0,00	0,00	31/12/2014	07/12/2016	1 - Adimplente
2	1022094-93	814537	46523296000126	466.966,50	466,50	0,00	0,00	23/12/2014	09/12/2017	1 - Adimplente
2	1022101-66	814574	18301002000186	618.424,13	7.176,00	0,00	0,00	23/12/2014	23/12/2017	1 - Adimplente
2	1022099-09	814575	18715474000185	721.642,00	22.002,00	0,00	0,00	30/12/2014	26/09/2015	1 - Adimplente
2	1022097-60	814577	46410866000171	715.519,00	15.519,00	0,00	0,00	29/12/2014	24/12/2015	1 - Adimplente
2	1022096-44	814578	15023906000107	530.750,00	3.000,00	0,00	0,00	30/12/2014	18/12/2017	1 - Adimplente
2	1022095-29	814579	25947276000102	788.604,20	88.604,20	0,00	0,00	31/12/2014	30/11/2019	1 - Adimplente

Fonte: Sistemas Corporativos SIAFI, SIAPF e SIIGF

2.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro 147 - Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	ANA					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	443002					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-			
Contrato de Repasse	9	5	6	4.048.459,16	3.180.373,96	1.400.000,00
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	9	5	6	4.048.459,16	3.180.373,96	1.400.000,00

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

2.3 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

Quadro 148 - Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome:	ANA			
CNPJ:	UG/GESTÃO: 443002			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade		2
		Montante Repassado		7.885.969,07
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
2013	Contas Prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado		1.614.704,40
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
2012	Contas Prestadas	Quantidade		3

		Montante Repassado		1.818.750,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		62
		Montante Repassado		36.306.476,76
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

2.4 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 149 - Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

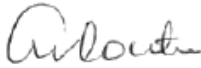
Posição 31/12 em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: ANA						
CNPJ:			UG/GESTÃO: 443002			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Quantidade de Contas Prestadas				2	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	
			Quantidade Reprovada		0	
			Quantidade de TCE		0	
			Montante Repassado (R\$)		0,00	
	Com Prazo de Análise não Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		2	
			Montante Repassado (R\$)		7.885.969,07	
		Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0
				Quantidade Reprovada		0
				Quantidade de TCE		0
				Montante Repassado (R\$)		0,00
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade		0	
			Montante Repassado (R\$)		0,00	
	2013	Quantidade de contas prestadas				2
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada		2		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		0		
		Montante repassado		1.250.000,00		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade		0		
		Montante repassado (R\$)		0,00		
2012	Quantidade de Contas Prestadas				7	
	Contas	Quantidade Aprovada		7		

	analisadas	Quantidade Reprovada		0
		Quantidade de TCE		0
		Montante Repassado		2.889.454,40
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0
		Montante Repassado		0,00
	Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	
Montante Repassado				0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

3 **Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos de repasse firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SICONV.**

QUADRO A.11.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO Eu, Liane Vinagre Klautau, CPF nº 122.182.192-04, Superintendente Nacional de Administração Financeira na Caixa Econômica Federal e Ordenadora de Despesas da UG 443002 - GESTAO RECURSOS HIDRICOS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos de repasse, firmados até o exercício de 2014 na citada Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Ressalvo que a Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal, e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Brasília, 23 de fevereiro de 2015.  Liane Vinagre Klautau 122.182.192-04 Ordenadora de Despesas UG 443002
--

4 **Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU.**

4.1 **Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.**

Não existem deliberações do TCU atendidas no Exercício.

4.2 **Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.**

Não existem deliberações do TCU pendentes de atendimento no Exercício.

5 Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU.

5.1 Relatório de cumprimento das recomendações da CGU:

Não existem recomendações da CGU atendidas no exercício.

5.2 Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício:

Não existem recomendações da CGU pendentes de atendimento.

6 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Quadro 150 - Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000	
0	0	0	0	0	0	0	0

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da UJ, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União. Após esse envio, não dispomos de informações da tramitação dos processos.

7 Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Agência Nacional de Águas (ANA).			443002
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	30 JAN 2015
Contador Responsável	WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO	CRC nº	009616/O-3 DF


 WALDINEY DE JESUS SILVA CARVALHO
 Gerente Executivo
 Matr 022789-6 CRC/DF - 009616/O-3
 GECTC- CN Contabilidade de Terceiros
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

8 Taxa de administração pelos serviços prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços

COBRADO ATÉ 2014	COBRADO EM 2014	TOTAL RECEBIDO ATÉ 2014	RECEBIDO EM 2014	A RECEBER 31/12/14
1.307.193,44	16.915,16	1.332.840,43	16.915,16	0,00
OBS: Incluído no total recebido até 2014, recebido em 2014 e a receber 31/12/2014 o valor da atualização monetária.				

PARTE D - INFORMAÇÕES SOBRE O ITEM 64 DA PARTE B

Observando o item 9.7 do Acórdão 482/2012 – Plenário no que ir além da orientação contida na DN 134/2013.

Quadro 151 - Quantidade de Multas

Multas Aplicadas		Arrecadadas				Canceladas Administrati- vamente				Processo Administrativo (Não Arrecadadas)																				Validação							
										Suspensas Administrati- vamente				Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas																				Demais Situações			
														Multas não inscritas no CADIN				Multas com Risco de Prescrição Executória				Outras				Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas											
Período de Competência	Qtde	Exercícios				Exercícios				Exercícios				Exercícios				Exercícios				Exercícios				Exercícios				Exercícios				Multas Aplicadas por Período Competência			
		2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011				
2014	34	7	-	-	-	2	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-	12	-	-	-	12	-	-	-	13	-	-	-	34	-	-	-
2013	30	4	13	-	-	0	4	-	-	0	0	-	-	0	4	-	-	0	0	-	-	9	1	-	-	9	5	-	-	0	8	-	-	30	30	-	-
2012	26	1	11	6	-	1	2	2	-	0	0	0	-	3	0	0	-	0	0	0	-	0	0	2	-	3	0	2	-	0	5	16	-	26	26	26	-
2011	44	0	2	13	6	0	0	10	5	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	1	2	0	0	1	5	2	6	7	5	31	44	44	44	
Total	134	12	26	19	6	3	6	12	5	0	0	0	0	3	4	3	2	0	0	0	0	21	2	4	0	24	6	7	2	21	20	21	31	-	-	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		134	100	70	44																																

Observações:

- Informações com vistas ao cumprimento das determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- Quantitativos relativos aos exercícios de 2014, 2013, 2012 ou 2011, de acordo com o período de competência;
- Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;
- A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada;
- Quando forem informadas multas na coluna "Multas com Risco de Prescrição Executória", essas não podem ser inseridas em outros campos, para evitar a dupla contagem.

Quadro 152 - Montante Financeiro (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos				Arrecadadas				Canceladas Administrativamente				Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação			
														Suspensas Administrativa mente				Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas				Demais Situações							
																										Exercícios			
Períod o de Compe tência	Valore s	20 14	20 13	20 12	20 11	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	20 14	20 13	20 12	20 11	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011	2014	2013	2012	2011
2014	688.76 8,33	0, 00	-	-	-	89.678, 68	-	-	-	6.80 0,00	-	-	-	0, 00	-	-	-	592.2 89,65	-	-	-	0,00	-	-	-	688.7 68,33	-	-	-
2013	49.000 ,00	0, 00	0, 00	-	-	0,00	29.80 0,00	-	-	0,00	8.000 ,00	-	-	0, 00	0, 00	-	-	0,00	3.00 0,00	-	-	11.20 0,00	8.200, 00	-	-	49.00 0,00	49.00 0,00	-	-
2012	123.48 1,31	0, 00	0, 00	0, 00	-	3.550,1 8	42.48 1,31	18.80 0,00	-	2.40 0,00	4.000 ,00	6.000 ,0	-	0, 00	0, 00	0, 00	-	0,00	0,00	75.00 0,00	-	46.24 9,82	52.20 0,00	23.68 1,31	-	123.4 81,31	123.4 81,31	123.4 81,31	-
2011	328.01 0,51	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	28.619, 93	6.067 ,48	26.40 0,00	15.60 0,00	0,00	0,00	49.8 00,00	13.14 3,03	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0,00	0,00	99.00 0,00	4.00 0,00	188.3 80,07	217.0 00,00	124.0 67,48	295.2 67,48	328.0 10,51	328.0 10,51	328.0 10,51	328.0 10,51
Total	1.189. 260,15	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	121.84 8,79	78.34 8,79	45.20 0,00	15.60 0,00	9.20 0,00	12.00 0,00	55.80 0,00	13.14 3,03	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	592.2 89,65	3.00 0,00	174.0 00,00	4.00 0,00	245.8 29,89	277.4 00,00	147.7 48,79	295.2 67,48	-	-	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas						1.189.2 60,79	500.4 91,82	451.4 91,82	328.0 10,51																				

Observações:

- Informações com vistas ao cumprimento das determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- Os campos devem ser preenchidos com os valores monetários nominais (sem atualização, multa de mora e encargos legais);
- Valores monetários relativos aos exercícios de 2014, 2013, 2012 ou 2011, de acordo com o período de competência;
- Valores consolidados referentes ao montante total de multas aplicadas pela Agência/Entidade fiscalizadora;
- A coluna "Validação" representa a confirmação dos valores inseridos na coluna "Aplicadas" distribuídos pelas demais colunas;
- A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a parte paga como valor arrecadado e o saldo ainda inadimplente deve ser inserido na coluna "Demais situações".

Quadro 153 - Arrecadação Efetiva (R\$)

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados			
	Exercícios			
	2011	2012	2013	2014
2011	15.600,00	26.400,00	6.067,48	28.619,93
2012	-	18.800,00	23.681,31	3.550,18
2013	-	-	29.800,00	0,00
2014	-	-	-	89.678,68
Total	15.600,00	45.200,00	59.548,79	121.848,79

Observações:

- a) Informações com vistas ao cumprimento das determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- b) Valores correntes efetivamente arrecadados;
- c) Valores monetários relativos aos exercícios de 2014, 2013, 2012 ou 2011, de acordo com o período de competência da multa aplicada;
- d) Valores consolidados referentes aos quantitativos globais da Agência/Entidade fiscalizadora;

Quadro 154 - Indicadores

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2012-TCU-Plenário							
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2011	2012	2013	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	3	4	3	2
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	24	6	7	2
	%	Físico	a/b x 100	12,50%	66,67%	42,86%	100,00%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	24	6	7	2
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
9.6.3 (a) Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	3	6	12	5
	Qtde	Aplicadas	b	134	100	70	44
	%	Físico	a/b x 100	2,24%	6,00%	17,14%	11,36%
	R\$	Canceladas	c	9.200,00	12.000,00	55.800,00	13.143,03
	R\$	Aplicadas	d	1.189.260,15	500.491,82	451.491,82	328.010,51
	%	Financeiro	c/d x 100	0,77%	2,40%	12,36%	4,01%
9.6.3 (b) Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	0	0	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	134	100	70	44
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	R\$	Suspensas	c	0,00	0,00	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	1.189.260,15	500.491,82	451.491,82	328.010,51
	%	Financeiro	c/d x 100				
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	12	26	19	6
	Qtde	Aplicadas	b	134	100	70	44
	%	Físico	a/b x 100	8,96%	26,00%	27,14%	13,64%
	R\$	Arrecadadas	c	121.848,79	78.348,79	45.200,00	15.600,00
	R\$	Aplicadas	d	1.189.260,15	500.491,82	451.491,82	328.010,51
	%	Financeiro	c/d x 100	10,25%	15,65%	10,01%	4,76%

